

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

GRAZIELA CASTRO PANDOLFO

**O ASSALARIAMENTO E A PARCERIA NA AGRICULTURA FAMILIAR
PRODUTORA DE TABACO**

Porto Alegre

2020

Graziela Castro Pandolfo

**O ASSALARIAMENTO E A PARCERIA NA AGRICULTURA FAMILIAR
PRODUTORA DE TABACO**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Anita Brumer

Porto Alegre

2020

CIP - Catalogação na Publicação

Pandolfo, Graziela Castro
O assalariamento e a parceria agrícola na
agricultura familiar produtora de tabaco / Graziela
Castro Pandolfo. -- 2020.
202 f.
Orientadora: Anita Brumer.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia,
Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. relações de produção. 2. parceria agrícola. 3.
trabalho assalariado na agricultura. 4. fumicultura.
5. trabalho precário. I. Brumer, Anita, orient. II.
Título.

Graziela Castro Pandolfo

O assalariamento e a parceria agrícola na agricultura familiar produtora de tabaco

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Aprovada em 18 de fevereiro de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Anita Brumer – PPGS/UFRGS

Prof. Dr. Sandro Rudit Gracia – PPGS/UFRGS

Profa. Dra. Catia Grisa – PGDR/UFRGS

Profa. Dra. Claudia Job Schmitt – CPDA/UFRRJ

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia que, através dos docentes e funcionários, prestaram apoio institucional e ensino de excelência. Um agradecimento especial ao professor Dr. Ivaldo Gehlen, pelos ensinamentos e pela oportunidade de envolvimento em diversas atividades acadêmicas ao longo do curso.

À CAPES, pela bolsa de estudo concedida que permitiu com que eu me dedicasse integralmente às atividades do doutorado.

À orientadora, Dra. Anita Brumer, que desde a graduação no curso de Ciências Sociais compartilha seus conhecimentos e me orienta na realização dos meus estudos, agradeço, sobretudo, pela paciência e pela dedicação com que executa este trabalho.

Aos entrevistados – produtores rurais, trabalhadores assalariados na agricultura familiar, trabalhadores em sistema de parceria agrícola e lideranças locais – sem a participação dos quais não teria sido possível a realização deste estudo.

Ao Ezequiel Redin, por me facilitar o contato com pessoas que contribuíram com esta pesquisa e à Nina da Silva, pela amizade que construímos e pela incansável disposição em me auxiliar e me acompanhar durante todo o trabalho de campo.

Aos meus pais, que me forneceram as bases para que eu pudesse me dedicar aos estudos e realizar meus objetivos.

Aos amigos, que de diferentes formas contribuíram para que eu desse prosseguimento nesta empreitada. Aqui cito especialmente a Amanda Machado, Ana Paula Diedrich, Paula Bandeira e Ivete Bettin.

Ao meu querido namorado Frédiny Bettin Colla, que com amor, paciência e companheirismo esteve ao meu lado durante a realização deste trabalho, me incentivando, me consolando nos momentos mais difíceis e me acompanhando nas cansativas viagens de trabalho de campo!

RESUMO

Considerando as especificidades do trabalho na agricultura, que possui características que o torna diferente de outras atividades em função de sua vinculação com a terra e de sua sujeição às condições naturais, este estudo abordou a inserção da agricultura familiar no processo capitalista de produção e as relações de produção neste contexto, tendo como foco a Cadeia Produtiva do Tabaco (CPT). Adicionalmente, procurou-se conhecer as condições sociais em que estão inseridos os trabalhadores assalariados e os trabalhadores em sistema de parceria, utilizando-se como referencial teórico as discussões sobre o trabalho precário em oposição ao trabalho decente a partir de uma perspectiva multidimensional, considerando as características do trabalho e os aspectos socioeconômicos, políticos e de saúde. Na primeira etapa do estudo foi realizada uma revisão bibliográfica e a análise de dados secundários e, posteriormente, foi realizado um estudo qualitativo, utilizando-se como técnica a aplicação de entrevistas semiestruturadas com agricultores familiares, trabalhadores assalariados (temporários e permanentes), trabalhadores em sistemas de parceria agrícola e informantes-chave no município de Arroio do Tigre/RS. Com base nos dados levantados, é possível afirmar que os agricultores familiares são o elo que vincula os atores sociais envolvidos diretamente na produção do tabaco: empresas tabacaleiras, agricultores e trabalhadores (assalariados e parceiros). Os agricultores familiares assumem, através do contrato estabelecido com as empresas integradoras, o compromisso de produção e suprem, assim, as necessidades do mercado que não seriam contempladas pela monocultura comercial. Para as empresas esse vínculo é vantajoso, pois ao garantirem a demanda pelo produto, não necessitam investir na terra e não assumem os riscos diretos da produção. Além disso, cabe aos agricultores familiares a responsabilidade pela contratação de mão-de-obra, que devido à falta de vínculos formais, torna-se mais barata e garante a produção do tabaco pelos valores ofertados pelas empresas. Ademais, as características identificadas no trabalho assalariado e na parceria agrícola para a produção de tabaco vão ao encontro de características identificadas no trabalho precário, tais como, longas jornadas de trabalho, falta de vínculos formais que garantam estabilidade e acesso à seguridade social, penosidade das tarefas, exposição a produtos com alta toxicidade, falta de regulação específica sobre a remuneração, inexistência de articulação entre os trabalhadores da categoria e baixos valores de retribuição.

Palavras-chave: relações de produção; parceria agrícola; trabalh assalariado na agricultura; fumicultura; trabalho precário.

ABSTRACT

Considering the specificities of work in agriculture, which has characteristics that makes it different from other activities due to its link to the land and its subjection to nature conditions, this study addressed both the insertion of agriculture in the capitalist process of production and production relations in this context, focusing on the Tobacco Production Chain (CPT). In addition, we sought to know the social conditions of employees and sharecroppers, using as a theoretical framework the discussions on precarious work in opposition to decent work from a multidimensional perspective, considering the characteristics of work and socioeconomic, political and health aspects.

In the first phase of the study, we have done a bibliographic review as well as the analysis of secondary data and, subsequently, we performed a qualitative study based on semi-structured interviews with family farmers, temporary and permanent employed persons, sharecroppers and key informants in the municipality of Arroio do Tigre, in the State of Rio Grande do Sul, Brazil.

Based on the analysis conducted, it was possible to conclude that family farmers are the intermediaries who link different social actors involved in tobacco production: tobacco companies, farmers and workers (employed persons and sharecroppers). Family farmers assume, through the contract established with integrating companies, the commitment to production and thus supply the needs of the market that would not be contemplated by commercial monoculture. For tobacco companies this link is advantageous because by assuming the guarantee of product offer, they do not need to invest in the acquisition of land and to assume the management and risks of production.

In addition, it is the task of the family farmers to be responsible for hiring labor, which due to the lack of formal links, becomes cheaper and guarantees tobacco production by the values offered by the companies. Moreover, the characteristics identified in both salaried work and sharecropping in tobacco production meet those identified in precarious work, such as long working hours, lack of formal links that ensure stability and access to social security, task hardship, exposure to products with high toxicity, lack of specific regulation on remuneration, no articulation between category workers and low pay.

Keywords: relations of production; sharecropping; salaried work in agriculture; tobacco; precarious work.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização de Arroio do Tigre – RS	23
Figura 2: Cadeia produtiva do tabaco	95
Figura 3: Documentos do contrato de integração para produção de tabaco	99
Figura 4: Estágios da colheita do tabaco	106
Figura 5: Colheita manual de tabaco em Arroio do Tigre/RS	107
Figura 6: Colheitadeira mecânica de tabaco	108
Figura 7: residências dos trabalhadores assalariados em áreas rurais	145
Figura 8: residências dos trabalhadores assalariados em área urbana	145

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução do consumo mundial de cigarros entre 2000 a 2012	64
Tabela 2: Importação de tabaco	66
Tabela 3: Quantidade produzida (toneladas) no município de Arroio do Tigre	129

APOIO DE FINANCIAMENTO CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NA AGRICULTURA	25
3 CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO DO TABACO	53
3.1 HISTÓRICO E EXPANSÃO DA PRODUÇÃO DE TABACO	53
3.2 O MERCADO MUNDIAL DO TABACO	61
3.3 A PRODUÇÃO DE TABACO NO BRASIL E O SISTEMA INTEGRADO DE PRODUÇÃO DE TABACO (SIPT)	78
3.4 DO INÍCIO DOS DISCURSOS ANTITABAGISTAS À CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO	87
4 A AGRICULTURA FAMILIAR PRODUTORA DE TABACO	94
4.1 AS INDÚSTRIAS DE TABACO E A AGRICULTURA FAMILIAR	95
4.2 A PRODUÇÃO DE TABACO NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR	104
4.3 CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLAS PRODUTORAS DE TABACO	121
4.4 A PRODUÇÃO DE TABACO E OUTRAS LAVOURAS EM ARROIO DO TIGRE.....	126

5 O ASSALARIAMENTO E A PARCERIA AGRÍCOLA NA PRODUÇÃO DE TABACO	130
5.1 O TRABALHO AGRÍCOLA NO BRASIL	131
5.2 CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DOS PARCEIROS AGRÍCOLAS E DOS TRABALHADORES ASSALARIADOS NA PRODUÇÃO DE TABACO	143
5.3 A PARCERIA AGRÍCOLA NA PRODUÇÃO DE TABACO	149
5.4 O TRABALHO ASSALARIADO NA PRODUÇÃO DE TABACO	154
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
REFERÊNCIAS	174
ANEXO - Roteiros de entrevistas	193

1 INTRODUÇÃO

A minha experiência com o universo de análise desta tese teve início em 2011 ao participar da coleta e da análise de dados para uma pesquisa sobre o trabalho infantil na produção de tabaco em folha no município de Arroio do Tigre/RS. Essa pesquisa serviu como diagnóstico para a implementação do Programa ARISE - de iniciativa da Japan Tabaco International (JTI), em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e com a Winrock International - e visava desenvolver ações de combate ao trabalho infantil na região. Nos anos de 2012 e 2013 atuei no monitoramento e avaliação do referido projeto e, a partir destas experiências, surgiu o interesse pelo tema aqui desenvolvido. O interesse derivou da falta de estudos e informações sobre os trabalhadores assalariados e os parceiros na produção de tabaco, o que se reflete na falta de políticas públicas e de assistência específicas para o público em questão.

A teoria marxista, através do conceito de relações de produção, orientou a coleta e a análise dos dados ao se buscar identificar as relações de produção estabelecidas e as formas de exploração de produtores por não produtores. No entanto, essa teoria encontra limite na complexidade do objeto de análise, uma vez que as relações sociais de produção identificadas *in loco*, apesar de estarem sob o arcabouço do capitalismo, possuem também características que não são típicas do capitalismo como, por exemplo, a relação estabelecida entre empresas tabacaleras e agricultores familiares ou entre estes e trabalhadores em sistema de parceria agrícola.

Através da produção de bens o homem passa de uma existência meramente biológica para uma existência social. Para produzir, os homens atuam em grupos ou associações em diferentes espaços sociais, como os campos, as oficinas, as comunidades, as instituições, entre outros. A vida em sociedade não é apenas existência em conjunto, mas abrange também relações necessárias, que são definidas pelos homens a partir da posição que ocupam na produção e nos demais tipos de atividade. Essas relações vão se multiplicando e se diversificando, mas todas possuem em comum o fato de derivarem diretamente da atividade produtiva e de se desenvolverem em consequência da crescente capacidade produtiva, do aperfeiçoamento dos instrumentos e das técnicas e do aumento da quantidade e diversidade das profissões (GOMES, 2008).

As relações de produção são na essência relações que se dão entre os homens no processo de produção social, ou seja, são relações sociais de produção. Essas relações são o núcleo do processo produtivo e são estabelecidas independentemente da vontade individual de cada um e são materializadas nas formas de exploração de produtores por não produtores (GARCIA, 2014). Assim, as relações de produção devem ser compreendidas como o conjunto das relações estabelecidas entre os homens em uma determinada sociedade, no processo de produção das condições materiais de sua existência. E os níveis de desenvolvimento dessas relações dependem do grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais da sociedade (OLIVEIRA, 2007).

Nas palavras de Karl Marx:

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência do homem que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 2008, p. 48).

Também com base na obra de Karl Marx, Santos (2009) afirma que para cada etapa histórica do desenvolvimento das forças produtivas há determinadas relações de produção. De acordo com o autor, o ato de produzir nunca ocorre de modo isolado, as primeiras formas de produção ocorreram dentro das comunidades de tipo familiar: a horda e, em seguida, a tribo, que já é uma estrutura de parentesco complexa. A ação dos indivíduos se diferenciava pouco, e se dava, sobretudo, pelas diferenças naturais. As diferenças entre os sexos e idade serviram de base para as primeiras formas de divisão do trabalho, que estavam se tornando permanentes com a reprodução sistemática da sociedade e das relações implícitas numa forma de produção extrativista com base na utilização da pedra.

Santos (2009) descreve que a propriedade privada surge somente quando a produção gera excedentes suficientemente grandes para justificar a exploração do homem pelo homem e a organização de uma estrutura de poder responsável pela defesa de um sistema de relações que concilie interesses contraditórios. Surge, então, o embrião da luta

de classes e o Estado, dando início a uma nova etapa das sociedades humanas. Neste momento já se pode também distinguir os três principais elementos que compõem as relações de produção: a) relações que colocam grupos sociais inteiros de forma diferente dentro do processo de produção; b) relações de propriedade que evoluem para formas cada vez mais complexas; c) relações de produção, de troca e de distribuição.

Em primeiro lugar, é possível distinguir algumas relações de trabalho que colocam grupos sociais inteiros de forma diferente dentro do processo de produção. Ancoradas na divisão de trabalho em suas diferentes fases vão sendo definidas algumas coletividades de indivíduos que desempenham um papel semelhante no processo de produção. No entanto, não se podem confundir essas relações de trabalho e muito menos a divisão do trabalho com a estrutura própria das classes sociais. Para definir as classes é preciso considerar os outros dois elementos das relações de produção (SANTOS, 2009).

Em segundo lugar, devem-se considerar as relações de propriedade, que evoluem em formas de propriedade cada vez mais complexas de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de trabalho e de desenvolvimento, enquanto uma condição necessária para a produção e reprodução de toda a estrutura produtiva. A passagem da propriedade comunal às formas ainda primitivas de propriedade privada somente é possível a partir de certo grau de riqueza social, com o surgimento do excedente. Por outro lado, essas formas de propriedade serão o ambiente social que vai aumentar o desenvolvimento das forças produtivas para um estágio superior, aumentando muito o excedente econômico mediante a intensificação das formas de exploração da força de trabalho (SANTOS, 2009).

Em terceiro lugar, é necessário distinguir nas relações de produção as relações de troca ou de distribuição da produção. Essas se desenvolvem a partir de um avanço das forças produtivas que permitem a propriedade individual e as relações de trabalho cada vez mais diferenciadas. O comércio é o filho da divisão do trabalho e cria as condições para produção familiar, individual e corporativa (SANTOS, 2009).

As relações de produção devem ser vistas como um conjunto articulado onde predominam alguns dos elementos assinalados, segundo a combinação entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas e as condições históricas particulares em que se desenvolvem. Cada uma destas articulações forma um modo de produção material sobre o qual se articulam os elementos da superestrutura institucional jurídico-política e um

conjunto de ideias que permitem fazer com que a estrutura material funcione e se reproduza (SANTOS, 2009).

As relações capitalistas de produção são baseadas no processo de separação dos trabalhadores dos meios de produção, ou seja, os trabalhadores devem estar no mercado como trabalhadores livres de toda a propriedade, exceto de sua própria força de trabalho para vendê-la ao capitalista. A relação social capitalista é baseada na liberdade e na igualdade, pois somente pessoas livres e iguais podem realizar um contrato de compra e venda da força de trabalho. O capitalismo transformou a desigualdade econômica das classes sociais em igualdade jurídica de todas as pessoas da sociedade, pois somente pessoas jurídicas iguais podem assinar e romper contratos quando quiserem (OLIVEIRA, 2007).

No entanto, como o trabalhador tem a capacidade de produzir mais do que necessita para viver, o capitalista entrega ao trabalhador, sob a forma de salário, apenas uma parte do valor produzido suficiente para que ele adquira no mercado o que precisa para se reproduzir como trabalhador e continuar vendendo sua força de trabalho para o capitalista. É importante observar que esse salário não é produto de um acordo individual, mas de um ajuste social, e a sua determinação é estabelecida pela taxa de lucro média dos capitalistas em geral. Dessa forma, a relação no plano jurídico, que é de igualdade, se revela, no plano econômico, uma relação de desigualdade, na qual o capitalista ganha e os trabalhadores perdem. A relação capitalista de produção é uma relação social de produção, em que capital e trabalho são contraditoriamente produtos dela mesma, ou seja, só é relação especificamente capitalista de produção a relação social de produção baseada no trabalho assalariado (OLIVEIRA, 2007).

Portanto, as relações de produção são relações de poder econômico sobre a força de trabalho e os meios de produção, na qual alguns têm privilégios, enquanto os demais carecem deles. Em uma sociedade capitalista as relações de produção incluem: a) o poder econômico que os capitalistas detêm sobre os meios de produção; b) o poder econômico que os trabalhadores possuem sobre sua própria força de trabalho e; c) a ausência de poder econômico dos trabalhadores sobre os meios de produção. Dessa forma, os produtores imediatos podem ser totalmente despossuídos de poder econômico, podem possuir algum

poder econômico ou podem possuir total poder econômico sobre a sua própria força de trabalho e sobre os meios de produção que utilizam (COHEN, 1989).

As relações capitalistas de produção na agricultura envolvem elementos diversos dos característicos da produção industrial, o que torna sua análise mais complexa. Para Oliveira (2007), no caso da agricultura, para que exista essa relação, é necessário que o capitalista compre ou arrende a terra, que é o principal meio de produção no campo. É preciso também que compre os demais meios de produção, como as máquinas, as ferramentas, os insumos, entre outros.

De acordo com Mann e Dickinson (1978), a agricultura se caracteriza por ter ampla diferença entre o tempo de trabalho e o tempo de produção. Entende-se por tempo de trabalho o número de jornadas necessárias para produzir um determinado produto e por tempo de produção um período composto por dois componentes: a) o tempo durante o qual se está em processo de trabalho (período de trabalho) e b) o período de tempo em que o produto está sujeito à ação da natureza (período de não trabalho) (MANN; DICKINSON, 1978). Por parte do capital, quanto maior a margem desta diferença, maior será seu custo de mão-de-obra. Para resolver este dilema há duas possibilidades, ou se reduz a distância entre o tempo de trabalho e o tempo de produção, reduzindo o período de não trabalho - através do investimento em tecnologia - ou se contrata mão-de-obra temporária (PIÑEIRO, 2007).

A diferença entre o tempo de trabalho e o tempo de produção presente na agricultura ajuda a compreender a permanência da agricultura camponesa e da agricultura familiar¹ além do que se imaginou. O argumento é de que em certas circunstâncias e em determinados tipos de produção, a agricultura camponesa e a agricultura familiar podem ser mais eficientes do que a agricultura capitalista ou empresarial. Isto se explica porque, embora a mão-de-obra familiar tenha custo (custo de reprodução), ela não acarreta um

¹ Para Wanderley (2014, p. 30), a referência ao campesinato no Brasil possui duas conotações. Por um lado, o campesinato corresponderia às formas mais tradicionais da agricultura, realizadas em pequena escala, dispendo de poucos recursos produtivos, pouco integrado ao mercado e à vida urbana e frequentemente relacionado ao atraso econômico e social. Neste caso, ele se diferenciaria da agricultura familiar, que estaria mais integrada às cidades e aos mercados. Por outro lado, a palavra "camponês" carrega uma forte conotação política, pois é associada ao movimento camponês, que foi considerado subversivo pelos governos militares e sofreu perseguição nesse período. Na década de 1990, o termo "agricultura familiar" foi adotado pelo Estado brasileiro, ao criar o programa de apoio aos agricultores (Pronaf), que tivessem suas atividades organizadas pela e para a família (ABRAMOVAY, 1998; ABRAMOVAY e VEIGA, 1999; MATTEI, 2005). Dessa forma, diluía-se o conteúdo histórico-político que a palavra "camponês" carregava, ao mesmo tempo em que se afirmava o reconhecimento da condição de produtor agrícola. Atualmente, o termo é consagrado, não apenas pelas instituições do Estado, mas também pelos próprios atores sociais (WANDERLEY, 2014, p. 30).

gasto e por isso pode competir melhor com a agricultura capitalista que paga pela jornada de trabalho (MANN; DICKINSON, 1978).

Parte-se do pressuposto de que o desenvolvimento do capitalismo vem ocasionando transformações nas relações sociais que envolvem agricultores familiares, parceiros e trabalhadores assalariados (permanentes e temporários). Esse processo transforma o meio rural em um espaço social cada vez mais complexo e afeta as condições de vida dos trabalhadores que se veem em situações cada vez mais precárias.

De acordo com Paugam (2000), a precariedade do trabalho pode ser compreendida de forma diferente de um país para outro. É provável que o termo trabalho precário tenha sido utilizado pela primeira vez pelo economista Sylos Labini (1980), para o qual as ocupações precárias seriam aquelas com atividades esporádicas, com rendas menores, com ganhos incertos e variáveis, considerando-se precários tanto empregos como ocupações. O autor menciona como exemplo de ocupações precárias os comerciantes ambulantes, os camponeses pobres, uma parte dos pequenos artesãos, uma parcela dos pequenos comerciantes, uma parcela dos agricultores assalariados, uma parte dos assalariados da construção, parte dos trabalhadores do comércio, os trabalhadores em domicílio, os trabalhadores em unidades não registradas nos censos industriais e comerciais.

Gerry Rodgers e Janine Rodgers (1992) entendem por trabalho precário aquele que apresenta ao menos uma das quatro características a seguir: primeiro, é um trabalho por um período de tempo ou com alto risco de ser finalizado; segundo, é um trabalho que gera rendimento insuficiente para a reprodução social do trabalhador, sendo esta característica social e culturalmente determinada; terceiro, quando o trabalhador não possui proteção social adequada, seja por não contribuir para a previdência social, por não possuir seguro desemprego, por não ter proteção à saúde ou por não possuir outros benefícios assegurados pela legislação trabalhista e; quarto, quando não há um adequado controle dos salários e/ou de suas condições de trabalho, devendo o trabalhador se sujeitar a condições como a extensão da jornada de trabalho, más condições do ambiente físico de trabalho, relações pessoais de dominação ou condições perigosas ou insalubres de trabalho.

Cingolani (2007, 2011) distingue três sentidos de apreensão da noção de precariedade ao longo do século XX: a) a precariedade no sentido de emprego precário, que

seria uma condição objetiva ligada à intermitência do tempo de trabalho; b) a precariedade como experiência sociocultural, que revelaria práticas, estratégias e experiências precárias que marcaram as trajetórias biográficas; e 3) a precariedade como uma manifestação específica da pobreza, que se refere às desigualdades que operam sobre descontinuidades biográficas (CINGOLANI, 2007, 2011 apud QUEIROZ, 2013).

Ampliando a perspectiva sobre a precariedade do trabalho, Paugam (2000), propõe que se analise a precariedade a partir da relação com o trabalho e da relação com o emprego, pois considera estas dimensões como distintas da integração trabalhista e avalia que do mesmo modo que o trabalho pode ser fonte de realização pessoal, pode também ser fonte de sofrimentos físicos e morais, que não podem ser reduzidos à questão do estatuto do emprego. Na perspectiva deste autor, é preciso considerar a dimensão subjetiva da relação trabalhista, além da dimensão objetiva. A experiência de trabalho é um contínuo situado entre dois extremos, o trabalho forçado e o trabalho quase lúdico, e entre estes extremos há uma gama de situações nas quais o trabalhador tenta chegar a um compromisso entre a satisfação com o trabalho e os inconvenientes que este possa gerar.

Quanto à precariedade gerada pela relação com o emprego, Paugam (2000) assinala três formas: os empregos periféricos, os subempregos e a desestabilização dos empregos estáveis. No que se refere à precariedade em função da relação com o trabalho, o autor afirma que uma relação trabalhista pode ser precária por não trazer satisfação pessoal para o trabalhador, seja em função de baixos salários, má relação com superiores ou demais colegas ou quando não sente realização na tarefa que executa.

Em oposição ao trabalho precário, o trabalho decente é condição indispensável para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia de governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. De acordo com Abramo (2006), o conceito de trabalho decente está apoiado em quatro pilares estratégicos: a) os direitos e princípios fundamentais do trabalho; b) a promoção do emprego de qualidade; c) a extensão da proteção social; d) o diálogo social.

O trabalho na agricultura possui especificidades que o torna diferente de outras atividades, como a indústria, os serviços e o comércio, em função de sua vinculação com a terra e a sujeição às condições naturais em que se realiza. O trabalho agrícola compreende aspectos como os ciclos biológicos, as safras, a diferença entre o tempo de produção e o

tempo de trabalho, a fixação ao território, a segmentação do mercado de trabalho por razões espaciais, por gênero e por geração, entre outras (PIÑEIRO, 2007).

Neste estudo buscou-se compreender de que modo a agricultura familiar se insere no processo capitalista de produção e como se configuram as relações de produção neste contexto, tendo como foco a Cadeia Produtiva do Tabaco (CPT). Adicionalmente, procurou-se conhecer as condições sociais em que estão inseridos os trabalhadores assalariados e os trabalhadores em sistema de parceria, utilizando-se como referencial teórico para este debate as discussões sobre o trabalho precário em oposição ao trabalho decente a partir de uma perspectiva multidimensional, considerando as características do trabalho e as dimensões que compõem os aspectos socioeconômicos, políticos e de saúde.

A dificuldade que se colocou foi a de relacionar o debate macrossocial no qual está inserida a discussão sobre relações de produção com a realidade empírica, definindo variáveis e indicadores que respondam à questão proposta. No entanto, é importante ressaltar que a impossibilidade de observar diretamente as estruturas sociais não torna o conhecimento inacessível. Foi necessário, portanto, definir aspectos observáveis na realidade empírica e passíveis de análise que fizessem a conexão com a teoria selecionada.

Dessa forma, as seguintes questões foram colocadas: *Como a agricultura familiar se insere no processo capitalista de produção? De que forma se estabelecem as relações de produção envolvendo trabalhadores assalariados e parceiros no cultivo de tabaco em folha no município de Arroio do Tigre/RS? Quais as condições sociais em que estão envolvidos os trabalhadores assalariados e os trabalhadores em sistema de parceria na produção de tabaco em folha no município de Arroio do Tigre/RS?*

A hipótese central que norteou este estudo é a de que, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, a organização da produção agrícola ocorreu através de inúmeras formas, agregando relações típicas do capitalismo e relações não capitalistas; no entanto, todas possuem em sua origem o processo concreto de acumulação capitalista. Ademais, os pequenos produtores desempenham uma função estratégica ao suprir as necessidades do mercado não contempladas pela monocultura comercial e ao subremunerar a força de trabalho, garantindo, assim, a produção de bens e de serviços a baixo custo. Considerou-se também que as relações de produção estabelecidas expõem os trabalhadores assalariados (permanentes e temporários) e os que trabalham em regime de

parceria a condições de trabalho que podem ser consideradas precárias. E essa situação de precariedade se intensifica à medida que o trabalhador se afasta do topo da cadeia produtiva e que os vínculos de trabalho vão se tornando mais frágeis.² Dessa forma, tanto os trabalhadores assalariados quanto os trabalhadores em sistema de parceria estão expostos a condições sociais que, em algumas dimensões, podem ser consideradas precárias.

Na primeira etapa do estudo foram realizadas a revisão bibliográfica e a análise de dados secundários que utilizaram como base estudos científicos recentes desenvolvidos no âmbito da temática e dados oficiais como os do IBGE (censos agropecuários, pesquisa nacional por amostra de domicílios), da FAO e da FEE/RS, entre outros. A segunda etapa da pesquisa foi realizada através de um estudo qualitativo, utilizando-se como técnica a aplicação de entrevistas semiestruturadas.

Para verificar as condições de trabalho nas quais estão envolvidos os parceiros e os trabalhadores assalariados permanentes e temporários, a análise considerou os seguintes aspectos: a regulamentação do trabalho, as formas de contrato de trabalho, como são recrutados os trabalhadores e os parceiros, a duração dos contratos de trabalho e de parceria, a posse de meios de produção, a divisão do trabalho na propriedade, a carga horária de trabalho, a exposição a riscos e condições insalubres, a participação nos investimentos e nos lucros (no caso dos trabalhadores parceiros), a ocorrência de migração em busca de novas oportunidades profissionais e os critérios de escolha dos parceiros e trabalhadores assalariados.

Na dimensão socioeconômica foram analisadas as condições de moradia, nível de alfabetização, qualificação profissional, acesso ao serviço de seguridade social, participação em programas sociais, tempo de lazer e de descanso, escolaridade dos filhos, renda, produção para o consumo, posse de bens de consumo duráveis e acesso ao crédito rural (no caso dos trabalhadores parceiros). Na dimensão referente à saúde foram consideradas informações sobre as condições e o cuidado com a saúde do trabalhador e de seus familiares, os problemas de saúde relacionados ao exercício profissional, o acesso aos

² Ao analisar as características do processo de globalização e as implicações sociais que dele decorrem para a esfera global, Ruidit-Garcia (2006) argumenta que o processo de globalização seria modelado não apenas por diferentes contextos institucionais, mas também por recursos e por estratégias dos atores sociais implicados. O autor discute sobre a questão local-global mediante a análise da instalação do polo automobilístico em Gravataí (RS) em 2000 e conclui que o processo de globalização é uma imposição, porém ele não se desenvolve de maneira unilateral, nem produz efeitos hegemônicos sobre os atores locais, mas requer destes um aprendizado sobre como se movimentar nessa nova realidade.

serviços de saúde e as condições sanitárias da residência. E na dimensão política foram analisadas questões como a existência e formas de representação de classe, a participação em sindicatos e associações, a participação em atividades comunitárias e sociais e o conhecimento sobre a legislação trabalhista e sobre as regulamentações referentes aos contratos de parceria agrícola.

A coleta de dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas. Ao total foram feitas 38 entrevistas entre os meses de janeiro e agosto de 2018. As entrevistas foram distribuídas da seguinte forma: 16 (dezesesseis) trabalhadores assalariados temporários, quatro trabalhadores assalariados permanentes, três trabalhadores em sistema de parceria, seis agricultores familiares, quatro trabalhadores que realizam a intermediação na contratação entre agricultores familiares e trabalhadores assalariados temporários e cinco informantes-chave. O número de entrevistados – entre os agricultores, os trabalhadores assalariados, os trabalhadores em sistema de parceria e os trabalhadores que realizam a intermediação entre agricultores familiares e trabalhadores assalariados - foi definido com base na saturação das informações, ou seja, quando os entrevistados passaram a apresentar respostas repetidas às questões propostas concluiu-se que não havia a necessidade de entrevistar novas pessoas. No que se refere à quantidade de entrevistas realizadas com informantes-chave foi utilizado o critério de exaustão, ou seja, foram incluídos todos os indivíduos disponíveis nesta categoria.

A avaliação da saturação teórica a partir de uma amostra é feita por um processo contínuo de análise dos dados, iniciado no início do processo de coleta. Tendo em vista as questões colocadas aos entrevistados, que refletem os objetivos da pesquisa, essa análise preliminar busca o momento em que pouco de substancialmente novo aparece, considerando cada um dos tópicos abordados (ou identificados durante a análise) e o conjunto dos entrevistados (FONTANELLA, et. al., 2008, p. 20).

A pesquisa qualitativa busca uma compreensão particular daquilo que estuda, não se preocupando com generalizações populacionais, princípio e leis. Ela foca sua atenção no específico, no particular e busca mais a compreensão do que a explicação dos fenômenos estudados. No entanto, isso não significa que os dados não possam ser utilizados para compreender fenômenos que tenham relação com o fato ou a situação estudada. Para que isso seja possível, o pesquisador precisa atingir um nível conceitual que possibilite o

aproveitamento da compreensão obtida no estudo específico (NOGUEIRA-MARTINS; BÓGUS, 2004).

De acordo com Gil (1993), a entrevista semiestruturada é guiada por um roteiro, que o investigador vai explorando ao longo de seu desenvolvimento. O pesquisador inicia a entrevista com alguns questionamentos básicos, apoiado pelas teorias que norteiam a pesquisa e, ao longo da entrevista, podem surgir outras questões que demandem aprofundamento na mesma ocasião ou posteriormente, dessa forma, os informantes podem ser submetidos a várias entrevistas visando à obtenção do máximo de informações (TRIVIÑOS, 1992).

Os dados levantados a partir da pesquisa de campo foram analisados através da técnica de análise de conteúdo. Esse método é composto por um conjunto de técnicas que visam obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 1979). O procedimento consiste em efetuar um recorte dos conteúdos em elementos que posteriormente são agrupados em torno de categorias. Tais elementos constituem as unidades de análise (LAVILLE, DIONNE; 1999). Segundo Laville e Dionne (1999), a melhor forma de trabalhar os conteúdos é recortá-los em temas que traduzam uma ideia. Portanto, as unidades de análise devem ser palavras, expressões e conceitos. Dessa forma, foi utilizado um modelo misto de seleção das categorias de análise, ou seja, partiu-se de um conjunto de categorias estabelecidas às quais se somaram outras ao longo do trabalho.

De acordo com Minayo (1994), o universo de pesquisa é o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser investigada a partir do ponto de vista teórico que fundamenta as observações. Neste estudo, a realidade empírica ou delimitação geográfica foi o município de Arroio do Tigre/RS. A escolha da localidade se justifica por se tratar de uma área caracterizada pela produção agrícola de tipo familiar e pela facilidade de acesso decorrente da participação em pesquisas anteriores na região. Outro aspecto considerado foi o fato de que o principal produto agrícola deste município (tabaco em folha) possui como característica a forte demanda por força de trabalho. Dessa forma, além da mão-de-obra familiar os agricultores

têm a necessidade de contratação de trabalhadores assalariados ou da realização de parcerias com outros produtores desprovidos de terra para aumentar seus rendimentos.

O município de Arroio do Tigre está localizado na região Centro Serra do Rio Grande do Sul, distante 248 km de Porto Alegre, a capital do estado. De acordo com o IBGE (2010), o município possui 12.648 habitantes, dos quais 6.686 (52,9%) residem no meio rural enquanto que 5.962 (47,1%) residem na área urbana.

A região Centro Serra se configura como um importante polo de produção de tabaco em folha. Em função das características geomorfológicas (topografia, declividade elevada, erosão, baixa fertilidade, pedregosidade, pouca profundidade e acidez do solo, entre outras), grande parte da região apresenta condições adversas à agricultura, dificultando ou impossibilitando, em certa medida, a mecanização da produção. Por outro lado, há áreas planas ou levemente onduladas com fertilidade favorável ao desenvolvimento de distintas culturas agrícolas. Em todos os municípios da região a produção de tabaco está presente em maior ou menor grau, sendo responsável pela renda agrícola de muitas propriedades rurais (REDIN, 2013).



Figura 1 – Mapa de localização de Arroio do Tigre – RS.
Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Arroio_do_Tigre

Segundo Redin (2011), 46,2% das propriedades rurais de Arroio do Tigre possuem no máximo 10 hectares, 28,9% possuem entre 11 e 20 hectares, 22% possuem entre 21 e 50

hectares e 2,9% são unidades produtivas com mais de 50 hectares. O cultivo de tabaco é a principal atividade econômica do município, que é considerado o maior produtor brasileiro da variedade de tabaco Burley, também conhecido como tabaco de galpão. Conforme o mesmo autor há 2.250 propriedades rurais em Arroio do Tigre, entre as quais 2.120 são produtoras de tabaco em folha.

2 DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NA AGRICULTURA

Neste capítulo aborda-se a questão do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, com o objetivo de desenhar um panorama que auxilie na compreensão sobre a inserção da agricultura familiar no processo capitalista de produção. Inicia-se com a discussão sobre a permanência das pequenas propriedades organizadas a partir do trabalho familiar dentro de uma lógica capitalista de produção. Em seguida, analisam-se os mecanismos de reprodução e subordinação dos pequenos produtores brasileiros no contexto de expansão do agronegócio impulsionado pelas políticas agrícolas do governo, sobretudo, a partir da década de 1990.

A questão agrária aparece como objeto de análise, na Rússia, a partir do século XIX, através de um intenso debate sobre os rumos e os comportamentos esperados da agricultura e de seus diversos agentes sociais. Essa discussão produziu algumas teorias sobre como o modo de produção capitalista, através do processo de transformação da matéria-prima em produto industrializado, passaria a relacionar-se com a agricultura. Autores como Marx, Kautsky, Lênin e Chayanov trataram das modificações que seriam introduzidas na agricultura e nos seus segmentos sociais, pelo modo de produção capitalista (SIQUEIRA, 2014).

No final da década de 1890, a polêmica sobre o destino do campesinato disseminou-se entre os membros do partido socialdemocrata alemão. Os que defendiam a ideia do desaparecimento do campesinato concebiam essa tendência como uma lei inevitável, enquanto os considerados reformistas demonstravam uma atitude ambígua, uma vez que defendiam os camponeses, mas não criticavam a lei de desaparecimento do campesinato (SOTO, 2002). Em *A questão agrária*, obra publicada em 1899, Kautsky descreve as transformações que estavam ocorrendo no campo no final do século XIX. Ele trata da influência do capitalismo sobre a agricultura e revisa a tese da impossibilidade de sobrevivência do campesinato, afirmando que é possível verificar duas tendências combinadas na agricultura: a concentração e a parcelização da propriedade (KAUTSKY, 1980).

O autor descreve a trajetória da economia camponesa que, de submetida ao regime feudal, passa por um processo de decomposição em função de fatores tais como a usura, a

penetração do capitalismo no campo e as contradições de classe. Para este autor, é a burguesia que leva o progresso técnico à agricultura, resultando no desenvolvimento das forças produtivas, na especialização e na divisão do trabalho entre as unidades de produção. Assim, a uniformidade do mundo rural dominado pelas relações feudais deu lugar a uma maior diversidade agrícola e social na agricultura. Kautsky ressalta também que o processo de transformação da agricultura ocorre através de sua integração ao mercado e, sobretudo em função do crescimento das cidades, porém, isso também significou um processo de subordinação da agricultura ao capital. Para este autor, o capitalismo viabiliza a existência da grande produção agrícola tecnicamente mais racional que a pequena produção e enfatiza o caráter capitalista da agricultura moderna, as relações entre a grande e a pequena produção e a tendência à proletarização. Para Kautsky, a pequena produção é predominante apenas nas regiões em decadência ou onde prevalece a grande produção pré-capitalista (KAUTSKY, 1980).

Outra obra importante no que se refere ao processo de inserção do capitalismo na agricultura é *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, escrita por Lenin e publicada em 1899. Lenin analisa as consequências da penetração do capitalismo na agricultura e afirma que este processo estava provocando a ruína do camponês e sua transformação em operário rural. Lenin classifica os camponeses entre ricos, médios e pobres, utilizando o critério da compra e venda da força de trabalho - os camponeses ricos compram força de trabalho adicional, os camponeses médios compram e vendem força de trabalho e os camponeses pobres são obrigados a vender sua força de trabalho em determinada época do ano. Nessa perspectiva, os pobres tendem a se tornar proletários, enquanto que os camponeses ricos se tornariam uma nova burguesia e os camponeses médios estariam entre essas duas forças (LENIN, 1982).

Uma interpretação diversa é elaborada por Chayanov (publicado originalmente em 1925), que se dedica a explicar a racionalidade e as particularidades da economia camponesa. O autor caracteriza o campesinato a partir do núcleo familiar e da relação entre trabalho e consumo presente na unidade doméstica e parte do pressuposto teórico de que a economia camponesa não é tipicamente capitalista, portanto, as categorias analíticas utilizadas para explicar a economia capitalista, como salário e lucro, são inadequadas para entendê-la. Segundo este autor, o trabalho é a única forma possível de renda para o

camponês, uma vez que não existem salários e, portanto, está ausente o cálculo de lucro. O objetivo fundamental da economia camponesa é a satisfação das necessidades e não o lucro (CHAYANOV, 1974). Ressalta-se que, no período analisado pelo autor, a maioria dos camponeses (pequenos agricultores) vivia numa economia de subsistência (e possivelmente de troca de excedentes), já que o mercado urbano era pouco desenvolvido.³

O caminho para entender a presença de pequenos produtores que trabalham na agricultura em regime de economia familiar de países capitalistas passa pela compreensão de que tais relações não capitalistas são produto do próprio desenvolvimento contraditório do capital. A expansão do modo capitalista de produção redefine antigas relações, subordinando-as à sua produção e engendra relações não capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias à sua reprodução. O pequeno produtor de mercadorias, hoje especializado e com grande capacidade produtiva, é produto do capitalismo, mas nem por isso é um assalariado disfarçado. Segundo Oliveira (2007), trata-se de um processo de desenvolvimento da própria produção camponesa que, a partir do aumento da produtividade do trabalho do pequeno produtor, busca reduzir os preços dos produtos agrícolas e aumentar a produção de alimentos sem ter que remunerar esse produtor com um lucro médio, nos moldes capitalistas (OLIVEIRA, 2007).

Os estudos sobre a presença e a importância da pequena produção e da agricultura familiar, no Brasil, procuraram examinar sua própria existência numa sociedade em que o capitalismo avançava rapidamente. No caso brasileiro, a lógica gerada nas relações estabelecidas no campo está sob o escudo do capitalismo como modo de produção central e os processos produtivos nele pautados disseminam múltiplas relações socioespaciais (SANTANA et al., 2013). No entanto, de acordo com Oliveira (2007), o modo de produção capitalista não se expandiu em todos os setores da atividade agropecuária, ou seja, o próprio capitalismo desenvolveu mecanismos de subordinação da renda da terra, de modo a permitir a criação e a recriação das relações não capitalistas de produção no campo.

Segundo José de Souza Martins (1996), o capitalismo nos países como o Brasil é caracterizado pela existência de diferentes ritmos e tempos, ou seja, se observa a existência

³ Com base no *Primeiro Recenseamento Geral da População do Império Russo, 1897*, Lenin informa que, no ano do recenseamento, a população urbana da Rússia correspondia a 12,76% do total de habitantes do País, sendo as províncias das capitais mais urbanizadas do que as províncias industriais e não agrícolas (nas quais, os percentuais da população urbana eram de, respectivamente, 56,2% e 7,3%). (LENIN, 1982, pp. 352-355).

de relações sociais que não são típicas do capitalismo, neste sentido o autor desenvolve o conceito de *produção capitalista de relações não capitalistas*. Para este autor, o regime de colonato⁴ que se expandiu com a crise do escravismo no século XIX seria uma expressão de relações sociais não capitalistas, uma vez que não há salário em dinheiro e a remuneração em dinheiro seria a única forma de retribuição pelo trabalho no regime capitalista. Marx se refere à separação do produtor direto de seus meios de produção como uma condição para a existência das relações sociais capitalistas, o trabalhador fica incapaz de produzir seus meios de vida e a relação entre comprador e vendedor da força de trabalho é mediada através do dinheiro no âmbito do mercado. Assim, no caso do colonato, por exemplo, a ausência de salário em dinheiro impede a mediação do mercado para a aquisição dos meios de vida necessários à reprodução da força de trabalho.

O conceito de *produção capitalista de relações não capitalistas* é descrito da seguinte forma por Martins (1996): “*o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações sociais, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução*” (MARTINS, 1996, p. 19). Essa reflexão de Martins está embasada na noção de renda capitalizada. Para o autor, a renda da terra tem origem pré-capitalista, mas perde essa característica ao passo que é incorporada pelo processo do capital e se torna renda territorial capitalizada, introduzindo uma irracionalidade na reprodução do capital (SOTO, 2002).

Conforme este autor, a questão agrária brasileira se fundamenta na propriedade da terra e no mercado de trabalho, a primeira foi concretizada com a Lei de Terras em 1850, enquanto a segunda teve como marco a abolição da escravatura em 1888. Com a Lei de Terras, a terra se torna mercadoria e sua posse só é viabilizada através da aquisição em dinheiro. No entanto, com a libertação dos escravos, o governo deu início a uma política de imigração de força de trabalho europeia, baseada na ideia de que os trabalhadores assalariados poderiam ter acesso à terra através do mercado. Porém, o trabalhador rural não se tornou um assalariado típico, pois uma parcela do seu trabalho era pago através da permissão para produzir gêneros alimentícios de subsistências nas terras do fazendeiro. A

⁴ De acordo com Martins (1996), o colonato se caracterizou pela combinação de três elementos: a) um pagamento fixo em dinheiro pelo trato do cafezal; b) um pagamento proporcional em dinheiro pela quantidade de café colhido; c) produção direta de alimentos, como meios de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador. Além disso, o colono não era um trabalhador individual, mas um trabalhador familiar, modo camponês de trabalhar, estranho ao mundo do assalariamento.

propriedade privada da terra representa, para Martins (1996), a mediação das relações sociais no campo, ou seja, a partir da sua interpretação, não é possível utilizar a força de trabalho como critério para identificar as relações capitalistas. É pela terra, enquanto equivalente de capital, que se estabelecem as relações sociais no campo.

A imigração estrangeira é um elemento chave para se compreender a origem e as contradições do campesinato no país. O processo de imigração acabou por superar o descompasso entre a reprodução da força de trabalho e a expansão do sistema econômico e, além disso, os imigrantes se tornaram portadores da ideologia de ascensão social. A migração é concebida por Martins (1973) como um processo social historicamente determinado pela necessidade de expansão do capitalismo no Brasil. E o imigrante cumpre um papel social de criar um sujeito social capaz de superar o desequilíbrio da sociedade capitalista brasileira. Ainda segundo o autor, o campesinato brasileiro é uma classe social, resultado do desenvolvimento histórico do capitalismo brasileiro e é constituído como a expansão do capitalismo e como produto das contradições dessa expansão (MARTINS, 1973).

José Graziano da Silva (1980) ressalta que o capitalismo recria, através de novas formas, antigas relações sociais de produção. Assim, a pequena propriedade, o pequeno arrendamento e a posse configuram-se como distintas formas de reprodução do velho capitalismo. Para o autor, seria justamente essa condição atrasada que possibilita que a agricultura cumpra dois papéis importantes: a oferta abundante de força de trabalho para a indústria e alimentos a baixo custo para a cidade. É a produção camponesa e as relações não capitalistas em que estão vinculadas que possibilitam a acumulação capitalista, pois a reprodução das relações não capitalistas acontece sob o domínio do capital e a acumulação do capital está ancorada na produção das relações não capitalistas.

O desenvolvimento do capital no Brasil privilegiou a grande propriedade através de uma aliança entre esta e o capital e da fusão entre o latifundiário e o capitalista na mesma figura social. A insuficiência do desenvolvimento do capitalismo na agricultura pode ser observada por alguns elementos: primeiro, pela subordinação da agricultura ao capital comercial e industrial que tem dificultado o desenvolvimento das forças produtivas; segundo, pela especulação da terra e pela recriação de relações não capitalistas, como a pequena produção ancorada no trabalho familiar; terceiro, pela implementação de uma

política para a modernização da agricultura que favoreceu os capitalistas e os latifundiários e marginalizou os pequenos proprietários, arrendatários e parceiros (GRAZIANO DA SILVA, 1980). O que explica o lento desenvolvimento do capitalismo na agricultura, segundo Graziano da Silva (1980), é o fato de que mesmo com o progresso técnico e a intensificação do trabalho, não é possível reduzir o período de produção na agricultura. Por isso, a agricultura não é atraente para o capital e seu desenvolvimento é lento e desigual.

A permanência das pequenas propriedades organizadas a partir do trabalho familiar dentro de uma lógica capitalista de produção pode ser compreendida através do processo de conformação da estrutura socioeconômica do país, que mantém laços estreitos com um passado de origem colonial e que foi constituída e organizada nos moldes do capitalismo internacional com a finalidade de atender a seus interesses dentro das possibilidades que as circunstâncias ofereciam, como um “negócio” sob o comando dos colonizadores (PRADO JR., 1981).

De acordo com Graziano da Silva (1981), a pequena produção familiar não conservou o conceito original atribuído ao campesinato - de produtor independente. Isto devido às transformações promovidas pelo próprio desenvolvimento do capitalismo, pelas quais não somente a agricultura, mas também a economia de um modo geral passou. Estes produtores tendem a se tornar cada vez mais dependentes dos mecanismos estruturais do mercado, seja na obtenção dos seus meios de vida, na compra de insumos da produção, dos instrumentos de trabalho ou na venda de suas mercadorias.

Martins (1986) também trata desses mecanismos de subordinação e afirma que, no Brasil, devido à manutenção de uma estrutura extremamente concentrada, estes se encontrariam, principalmente, relacionados à sujeição da renda da terra ao capital. Assim, onde o capital não se instalou diretamente, tornando-se proprietário da terra, apropriando-se do trabalho e controlando todas as etapas de produção, ele estabeleceu mecanismos de sujeição da pequena produção. A tendência do capital seria a de se apropriar diretamente das grandes propriedades ou de setores econômicos nos quais a renda é alta, como no caso da cana-de-açúcar ou da soja, porém, apropriou-se indiretamente daquelas propriedades e daqueles setores onde a renda é baixa, como no caso do setor de alimentos e criou, dessa forma, as condições para extrair o excedente econômico, sem se tornar proprietário da terra.

O reconhecimento de que a permanência da pequena produção familiar no interior de uma lógica dominada pelo modo de produção capitalista deva passar pelo entendimento dos mecanismos de sujeição ou subordinação desta produção a esta lógica não impede que se analise tal permanência sob a ótica das estratégias desenvolvidas pelos pequenos produtores. Pois mesmo que tais estratégias sejam, em diversos casos, o reflexo da subordinação e da exploração às quais a pequena produção está vinculada, a análise a partir desta outra perspectiva contribui para esclarecer e para evidenciar a complexidade inerente às diversas formas de inserção dos pequenos produtores à lógica capitalista de produção (SILVA, 2005).

Nesse sentido, é possível citar como exemplo a situação na qual se tem o uso do trabalho temporário no interior de uma propriedade capitalista, que pela ótica do grande empresário capitalista proprietário de terras pode significar uma forma de sujeitar diretamente o trabalho ao capital, sem expropriar o pequeno produtor de sua terra. Por outro lado, pela perspectiva do pequeno produtor familiar, o assalariamento fora da unidade de produção em determinadas épocas do ano pode significar uma estratégia de reprodução (SIQUEIRA, 1986).

A situação se complexifica ao se perceber que o trabalho assalariado fora da unidade de produção familiar não precisa ser necessariamente agrícola ou ocorrer somente no interior de uma propriedade de exploração capitalista, ou seja, este trabalho pode ser tanto uma atividade não agrícola quanto ocorrer no interior de uma unidade de produção familiar. Por outro lado, existem várias formas de se organizar o trabalho no campo (parceria, arrendamento, entre outros) que também podem ser recriadas pelos pequenos produtores como estratégias de reprodução (SILVA, 2005).

Por fim, no que se refere à presença do trabalho assalariado dentro da unidade produtiva familiar, segundo Antonello (1996), é possível ressaltar que existem duas estratégias de reprodução diferenciadas, mas que têm como objetivo comum a garantia de reprodução da unidade de produção familiar. Por um lado, para aumentar a renda e garantir a sobrevivência do grupo familiar, o pequeno produtor se assalaria em determinadas épocas do ano; por outro lado, pequenos proprietários ou pequenos parceiros também podem necessitar de mão-de-obra assalariada no interior da sua unidade de produção, em determinados períodos do ano (sobretudo durante o plantio ou a colheita).

A fim de compreender os fatores que resultaram na passagem do Brasil de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna, Kageyama et al. (1990) e Graziano da Silva (1996) ancoram-se fundamentalmente nas transformações tecnológicas ocorridas no país. Na visão desses autores, o processo de transformação da agricultura brasileira pode ser resumido na passagem do complexo rural para o complexo agroindustrial, na emergência de um mercado interno e na industrialização da agricultura.

Para Graziano da Silva (1996), este processo teve início no Brasil quando se proibiu o tráfico negreiro, seguiu com a implementação da Lei de Terras em 1850, foi estimulado pela crise de 1929 e consolidado nos anos de 1950 com a produção de bens de capital. De acordo com Kageyama et al. (1990), o desenvolvimento e a transformação da agricultura brasileira podem ser caracterizados por duas grandes etapas: a crise do complexo rural de 1850 a 1945 e a modernização da agricultura a partir de 1945.

Ao mesmo tempo em que ocorreu o processo de industrialização da agricultura, a sociedade brasileira passou por forte processo de urbanização, o qual foi intensificado pelo crescimento de toda a indústria brasileira. Segundo Kageyama et al. (1990), o processo de industrialização da agricultura teve início na década de 1960 e não se limita ao processo de consumo de insumos industriais, mas indica, também, que não se pode analisar a agricultura sem considerar suas inter-relações com a indústria, pois a agricultura passou a estar definitivamente sob o comando do capital. De acordo com Delgado (1985), no final da década de 1960 iniciou-se um processo de transformação da agricultura brasileira, a qual teve sua maior expressão através da emergência e da consolidação do complexo agroindustrial.

Em 1964, foi criado o Estatuto da Terra (Lei 4.504), consolidando o processo de modernização conservadora, mantendo a grande propriedade e obstaculizando o processo de transformação fundiária e reforma agrária (BRUM, 1987). Muller (1983) avalia que a industrialização da agricultura e a urbanização da população brasileira redefinem a unidade de análise da agricultura que passa a ser o complexo agroindustrial. Conforme conclui o autor, a adoção do complexo agroindustrial como unidade de análise significa inserir a agricultura como integrante e uma parte do todo, composto também pela industrialização do campo e pela agroindústria. Porém, é a estrutura do todo que define a dinâmica e a estrutura da agricultura familiar.

Martine e Garcia (1987) centram a análise nas condições que impulsionaram a modernização da agricultura. Para esses autores, este processo se deu em função da disponibilidade de um pacote tecnológico e pela necessidade de articulação com setores industriais internacionais, além das condições políticas favoráveis evidenciadas na aliança entre a velha oligarquia e o capital financeiro e industrial. Porém, para Martine e Garcia (1987), a explicação está no papel que atribuem à política de crédito, que teve no crédito subsidiado o principal instrumento de modernização da agricultura e também o mecanismo de concentração de renda. A política de crédito favoreceu os grandes produtores, as culturas destinadas à exportação e a produção industrial pelo consumo de máquinas e insumos agrícolas industrializados. A agricultura ficou subordinada ao processo de acumulação do capital, pois além de manter sua função de fornecedora de matérias-primas e de mão-de-obra para a indústria, incorporou o papel de um novo mercado para os produtos de origem industrial. Os autores também ressaltam os efeitos sociais do processo de modernização da agricultura que, através das políticas de crédito, beneficiaram médias e grandes empresas, enquanto que as pequenas propriedades não tinham possibilidade de acesso.

É importante destacar que o processo de modernização da agricultura brasileira esteve intimamente relacionado ao contexto socioeconômico e político do País, marcado pela ditadura militar e pela ideologia tecnocrata que passou a prevalecer desde então. Assim, o processo de modernização da agricultura brasileira durante a ditadura militar surge em oposição ao caráter reformista da ideologia nacional-desenvolvimentista assumida durante os governos de Juscelino Kubitschek e João Goulart. O Estado atua como principal gestor do processo de modernização implementado no pós-1964, seja como financiador, provedor da infraestrutura necessária ou articulador dos diferentes interesses envolvidos no processo (SILVA, 2005).

Tanto no que diz respeito à infraestrutura quanto às políticas de financiamento rural e de pesquisas agrícolas adotadas, esteve presente o caráter excludente, concentrador e desigual do padrão de modernização que passou a prevalecer na agricultura brasileira sob o comando do Estado. Isto porque, tal como o caráter desigual do desenvolvimento do modo de produção capitalista, o processo de modernização da agricultura brasileira não se distribuiu de forma homogênea pelo espaço rural brasileiro, atingindo, de forma seletiva, culturas, produtores e regiões (GRAZIANO DA SILVA, 1994).

Esse processo foi profundamente desigual, eu diria até mesmo parcial; seja por região, produto, tipo de lavoura, tipo de cultura, tipo de produtor, principalmente; ou seja, aqueles produtores menos favorecidos tiveram menos acesso às facilidades de crédito, aquisição de insumos, máquinas, equipamentos, etc. e apresentaram graus menores de evolução, especialmente da sua produtividade (...) Uma segunda característica desse processo é que ele foi profundamente excludente, quer dizer, ele não foi só desigual como também foi excludente. Ele atingiu uns poucos e fez com que alguns poucos chegassem ao final desse processo (GRAZIANO DA SILVA, 1994, p. 138).

Durante a década de 1970, a estrutura fundiária da agricultura brasileira evoluiu num sentido concentrador e excludente e o Estado deu suporte para o aumento da desigualdade socioeconômica através das políticas de crédito e financiamento. As políticas agrícolas foram responsáveis pelo favorecimento de uma minoria e pela concentração de terra e de renda (GRAZIANO DA SILVA, 1999). Além dos problemas da distribuição fundiária, a partir da década de 1990, com a chamada “virada neoliberal”, a questão agrária passou a pautar outros aspectos importantes como, por exemplo, as questões que se referem ao trabalho. A problemática do trabalho surgiu como consequência da questão agrária do capital, uma vez que a expansão e a intensificação das relações capitalistas alteraram consideravelmente o trabalho no campo (KAY, 2018).

As comunidades camponesas independentes são atualmente minoria na América Latina. No entanto, os pequenos produtores que dependem parcialmente do mercado para garantir a subsistência de suas famílias ou para a comercialização de parte de seus produtos ainda detêm margem de manobra superior em relação àqueles pequenos produtores em condições totalmente capitalistas, porque podem variar a produção ou o consumo de acordo com as circunstâncias (BATRA, 2006; VERGARA-CAMUS, 2014).

Wood (2002) categoriza os pequenos produtores a partir da situação de dependência em relação ao mercado. De acordo com o autor, alguns produtores estariam vinculados ao mercado através de uma “oportunidade” decorrente da necessidade de aquisição de bens de subsistência através de trocas, enquanto outros enfrentariam o mercado como uma espécie de “imperativo” para a obtenção de recursos para a reprodução familiar (WOOD, 2002). O primeiro grupo está sujeito à necessidade de vender, enquanto o segundo (o agricultor tipicamente capitalista) necessita obter uma taxa média de lucro para sobreviver, independentemente de suas necessidades de consumo.

Além disso, as famílias agriculturas com acesso à terra têm a possibilidade de se retirar do mercado e aproveitar o valor de uso da terra e de seus produtos (WOOD, 2009). Mas, quando a terra que o agricultor possui é insuficiente para atender às necessidades da família, é necessário recorrer à troca comercial para complementar as necessidades familiares. A monetização pode levar à mercantilização da agricultura camponesa, acelerando os efeitos da dependência ao mercado (VERGARA-CAMUS; KAY, 2018).

Esse processo também pode levar à diferenciação social dentro do campesinato, quando um estrato se aproveita dos membros dos outros estratos que se encontram em situações difíceis. Dessa forma, os camponeses em situações privilegiadas podem acumular as terras que eram dos camponeses mais pobres e contratá-los como trabalhadores assalariados ou subordiná-los de outras formas. É o que tem acontecido na maior parte da América Latina, sobretudo desde as reformas neoliberais dos anos 1990 que liberalizaram os mercados de terra. No entanto, a diferenciação camponesa, por si só, não explica o surgimento de relações sociais capitalistas. A diferenciação social substancial dentro do campesinato só se desenvolve quando a terra é mercantilizada e inserida no circuito do capital e quando o mercado se torna um imperativo (VERGARA-CAMUS; KAY, 2018).

Quando os camponeses pobres sentem a pressão demográfica sobre suas terras e começam a experimentar o mercado como um imperativo alienador, e a diferenciação social se desenvolve em paralelo, os camponeses tentam lidar com essa situação de forma individual ou por meio de sua rede de parentesco. Porém, em diversas situações, uma parcela do campesinato optou por buscar uma solução política para seus problemas econômicos, tentando recriar instituições comunais ou criar movimentos sociais (VERGARA-CAMUS, 2009). Ou seja, em alguns casos, setores marginalizados do campesinato (camponeses pobres, trabalhadores rurais sem terra) buscaram politicamente recriar a autonomia camponesa, desafiando a separação formal entre política e economia (VERGARA-CAMUS; KAY, 2018).

Antes da virada neoliberal (ocorrida nas décadas de 1980 e 1990), a estrutura agrária da América Latina era dominada por uma poderosa classe proprietária de terras, cujo poder teve sua origem no período colonial, que se consolidou através das reformas liberais do final do século XIX, fortalecendo a estrutura agrária latifúndio-minifúndio. Dependendo do país, esta classe participou de diferentes formas no setor de exportação e

manteve diferentes níveis de influência e poder sobre outras classes rurais (agricultores capitalistas, arrendatários, camponeses, proletários rurais e comunidades indígenas), bem como sobre a política nacional (VERGARA-CAMUS; KAY, 2018).

No Brasil, através do que se denominou de “modernização conservadora da agricultura”, o governo reestruturou o campo em direção a um caminho claramente capitalista e expulsou milhões de famílias camponesas do meio rural. No entanto, de acordo com Sauer e Mészáros, nas últimas duas décadas, em resposta à pressão dos movimentos sociais, o Estado brasileiro foi forçado a distribuir uma quantidade substancial de terra (1,3 milhão de hectares segundo fontes oficiais). Ainda assim, considerando o tamanho do país e uma nova rodada de expansão de grandes propriedades nos últimos 15 anos, é possível afirmar que essa distribuição foi insuficiente para alterar a distribuição altamente desigual de terras do País (SAUER, MÉSZÁROS, 2018).

Com a virada neoliberal nas décadas de 1980 e 1990, o setor de exportação tornou-se ainda mais importante. Depois de uma década e meia de difícil reestruturação, que incluiu reformas para os direitos de propriedade sobre a terra, a liberalização da economia e a abertura ao mercado mundial, os anos 2000 foram marcados por um novo dinamismo no setor de exportação com base na exploração dos recursos naturais. Este crescimento nas exportações de produtos primários (agricultura, silvicultura, pesca, mineração, petróleo e gás) foi, em grande parte, impulsionado pela crescente demanda chinesa por matérias-primas. Esta nova onda de desenvolvimento capitalista, impulsionado pelas exportações, tem sido denominado de “neoextrativista” e sinaliza uma reprimarização econômica dos países latinoamericanos (GUDYNAS, 2009; BURCHHARDT, DIETZ, 2014; CYPHER, 2010; ACOSTA, 2013).

A crescente demanda global por produtos primários aumentou a lucratividade e atraiu novos investimentos de capital, tanto nacionais quanto estrangeiros, no setor agrícola. Além disso, outros setores da economia, tais como mineração, indústria, comércio e finanças têm investido em atividades agrícolas e incentivado o agroextrativismo (PETRAS; VELMEYER, 2014).

Embora alguns estudiosos argumentem que os países latinoamericanos estejam retornando ao caminho de exportação orientada para o desenvolvimento de produtos primários estabelecidos no final do século XIX, esta nova fase apresenta diferenças

substanciais em relação aos estágios anteriores (CYPHER, 2010). Um dos novos fenômenos tem sido a reestruturação da produção agrícola para a exportação de culturas agrícolas não tradicionais, como a soja, que está colocando em risco a segurança alimentar e tornando mais recorrentes as condições precárias de trabalho, como o trabalho temporário (KAY, 2015). Outra diferença em relação aos estágios iniciais de desenvolvimento é que este processo de reestruturação envolve uma variedade de atores e parcerias complexas e configurações de classe que variam muito de um país para outro, mas nos quais, em geral, os grandes fazendeiros capitalistas nacionais e o agronegócio nacional e transnacional desempenham um papel fundamental (BORRAS et al., 2012).

Além do papel dos investidores estrangeiros tradicionais (norte-americanos e europeus), estudos recentes sobre a grilagem de terras na América Latina têm destacado a “latinização” do investimento de capital para descrever a crescente incursão do capital agrário brasileiro e argentino nos demais países da América Latina (BORRAS et al., 2012). Este capital translatino é particularmente importante nos países vizinhos da Argentina e do Brasil, como a Bolívia, o Paraguai e o Uruguai, onde estabeleceram uma posição dominante na produção de soja (PIÑEIRO; CARDEILLAC, 2018; WEBBER, 2018; EZQUERRO-CANETE; FOGEL, 2018).

Embora os pequenos produtores continuem a desempenhar um papel importante na produção de alimentos em âmbito nacional, a agricultura é cada vez mais dominada pelo agronegócio e pelo grande capital. A velha classe latifundiária foi transformada em uma classe de produtores capitalistas. Camponeses que residiam dentro das grandes propriedades e que tinham acesso a uma pequena parcela para subsistência em troca de trabalho para o proprietário, sem pagamento ou por salários reduzidos, eram a principal fonte de trabalho para os latifundiários. Estes camponeses foram gradualmente eliminados pela mecanização das grandes propriedades e, em alguns casos, pela introdução de leis trabalhistas que proíbem a concessão de uso da terra como forma de pagamento pelo trabalho. Portanto, se intensificou a proletarização dos camponeses e se disseminou o trabalho assalariado, sobretudo o temporário, em que os trabalhadores não residem mais na propriedade, que agora operam como verdadeiras empresas capitalistas. As tecnologias tradicionais de uso intensivo da força de trabalho foram substituídas por tecnologias

agroindustriais que priorizam a economia de força de trabalho (VERGARA-CAMUS; KAY, 2018).

Na maioria dos países latinoamericanos, com a virada neoliberal nas décadas de 1980 e 1990, o trabalho rural foi enfraquecido com a desarticulação dos sindicatos mediante as novas leis trabalhistas favoráveis às empresas, a reestruturação das relações de trabalho, a subcontratação (ou terceirização) e a migração rural de trabalhadores para os centros urbanos dos países mais ricos (ORTIZ et al., 2013). No Brasil alguns sindicatos rurais conseguiram alcançar algumas conquistas por meio da negociação coletiva (SELWYN, 2012). Os pequenos agricultores são agora muito mais dependentes do mercado, as relações salariais tornaram-se muito mais importantes para a reprodução social da população rural e a semiproletarização da força de trabalho rural ampliou-se consideravelmente (VERGARA-CAMUS; KAY 2018).

Embora as famílias camponesas com acesso à terra possam, em tese, se refugiar na produção de subsistência, o mercado está se tornando cada vez mais um imperativo para sua sobrevivência. No entanto, ainda hoje, os estratos mais pobres do campesinato (particularmente, mas não exclusivamente, em regiões indígenas) continuam a se reproduzir através de relações sociais que não são totalmente capitalistas, como o controle e o uso coletivo da terra, o uso extensivo do trabalho familiar não remunerado e do intercâmbio não monetarizado, ainda que estejam inseridos no circuito nacional ou global do capital através da comercialização de seus produtos. Em geral, essas práticas parecem representar, na maioria dos casos, mecanismos de defesa contra a marginalização social e, apenas em alguns casos, parte de uma estratégia consciente de construir uma autonomia em relação mercado (VERGARA-CAMUS, 2014, 2016).

A ausência de uma verdadeira reforma agrária na América Latina após a década de 1970 (exceto na Nicarágua), o declínio do apoio estatal aos camponeses e pequenos produtores familiares e a crescente pressão demográfica dentro das comunidades camponesas e indígenas corroeram a autonomia camponesa e aumentaram a diferenciação social dentro do campesinato. Neste contexto, a resistência camponesa e indígena ao neoliberalismo dos anos 1990 configurou-se como uma forma de reação a essas mudanças e gerou a unidade dos diferentes estratos do campesinato (camponeses pobres com terra, camponeses sem terra, trabalhadores rurais semiproletários) em torno de demandas como a

reforma agrária, apoio à agricultura camponesa e familiar e o ataque ideológico ao agronegócio (VERGARA-CAMUS; KAY, 2018).

Esta nova configuração de classe que apoia o neoextrativismo tem levado à crescente mercantilização da natureza e a um novo processo de grilagem de terras, que alguns autores têm caracterizado como semelhante à chamada acumulação primitiva de Marx. Outros autores têm caracterizado essa nova configuração como casos de acumulação por desapropriação e há ainda os que consideram ser a sinalização da passagem da subordinação formal para subordinação real do trabalho, da terra e da natureza ao capital (AKRAM-LODHI, 2007; HARVEY, 2003; ARAGHI, 2009; SMITH, 2006; MOORE, 2010).

Enquanto os setores extrativistas empregam uma grande variedade de estratégias de acumulação de riqueza, se observarmos a concessão de direitos de propriedade privada sobre os recursos e territórios naturais, podemos inferir que esteja ocorrendo o surgimento de uma nova forma capitalista de propriedade privada politicamente constituída, que concede a capacidade de uma extração absoluta de renda. No Brasil, desde 2005, a propriedade intelectual (PI) da Monsanto sobre as sementes de soja Roundup Ready, por exemplo, permite que a empresa transnacional cobre um percentual em royalties sobre o valor da soja vendida para as empresas de transformação e comercialização (VERGARA-CAMUS; KAY, 2018).

Da mesma forma, o processo de subordinação real do trabalho e da terra ao capital na América Latina assume diferentes formas em diferentes lugares e leva a estratégias variadas de controle da produção. Entre os principais produtores agrícolas mais dependentes do mercado (Argentina, Brasil e Uruguai), isso está levando aqueles com recursos suficientes ou acesso ao crédito a adotarem tecnologias intensivas em capital e formas de produção que aumentem a produtividade da terra e do trabalho (LEPEGNA, 2018; PIÑEIRO, CARDEILLAC, 2018). Entre os produtores camponeses com terra suficiente isso provocou um movimento em direção a atividades comerciais, como a soja, no entanto, é difícil dizer se este movimento em direção às culturas de rendimento tem sido entendido como um imperativo ou como uma oportunidade para os pequenos produtores, uma vez que está atrelado a outros fatores, tais como o nível de endividamento e o tamanho da propriedade (VERGARA-CAMUS; KAY, 2018).

Dentro do agronegócio, as estratégias em termos de produção agrícola variaram muito. Estas vão desde a compra de terras e a participação direta na produção até o arrendamento de terras. Na Argentina, no Brasil e no Uruguai, países em que a produção agrícola já é capitalista há várias décadas, o preço da terra já se tornou um fator importante na decisão de comprar ou arrendar. Porém, a tendência é a crescente concentração da cadeia de valor global, tanto nas atividades anteriores à agricultura, como sementes e insumos, quanto nas atividades posteriores, como a transformação, o marketing e a exportação. Em ambas as extremidades das cadeias de valor, as empresas transnacionais como a Archer Daniels Midland (ADM), a Bunge, a Cargill, a Louis Dreyfus e a Monsanto controlam a maior parte do mercado (VERGARA-CAMUS; KAY, 2018).

Além disso, os Estados Nacionais aparecem como um componente central nesse movimento que levou à dependência dos produtores ao mercado e à real subordinação da força de trabalho e da terra ao capital, pois foram as políticas estatais que impulsionaram o crescimento do agronegócio (WHITE et al. , 2013). Tanto o crédito subsidiado e outros incentivos para o investimento privado (especialmente isenções fiscais para o setor industrial e empresas financeiras para a compra de terras), quanto os projetos de colonização na Amazônia reforçaram o domínio das grandes propriedades (HECHT, 2005). Projetos de ocupação das regiões Centro-Oeste e Norte para promover o crescimento econômico e a modernização foram feitos sem que ocorresse qualquer redistribuição de terras, agravando a concentração agrária já existente (MARTINS, 1994; SAUER, MÉSZÁROS, 2018).

Além da concentração de terras, houve no Brasil o deslocamento de milhões de famílias (êxodo rural) e um movimento regional, especialmente do Nordeste e do Sul para o Centro-Oeste e a Amazônia. Estes deslocamentos foram incentivados por narrativas oficiais que defendiam o uso de terras consideradas desocupadas ou subproveitadas, demonstrando uma total falta de interesse no uso da terra pelas populações tradicionais locais (HECHT, 2005). O baixo custo da terra, os investimentos do governo em infraestrutura (especialmente de estradas) e os incentivos fiscais tornaram a compra de grandes áreas de terra um investimento lucrativo (SAUER; MÉSZÁROS, 2018).

Nos anos de 1990, as políticas agrícolas do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), especialmente em seu primeiro mandato, foram

caracterizadas pela liberalização do comércio, a desregulamentação e o desmantelamento dos instrumentos de política agrícola, em particular a redução de crédito anteriormente concedido pelo regime militar. A agricultura foi usada como âncora do Plano Real, mantendo os preços agrícolas baixos para conter a inflação e estabilizar a nova moeda (DELGADO, 2010). Ademais, houve uma redução drástica no volume de recursos destinados às políticas agrícolas, bem como uma redução nas tarifas de importação de alimentos. Essa combinação resultou em uma redução de 30% na renda real do setor agrícola em 1995 e no aumento significativo das importações durante a década de 1990 (DELGADO, 2010). Segundo Delgado (2010), o valor total das importações agrícolas aumentou de 2,4 bilhões de dólares em 1990 para 6,8 bilhões de dólares em 1996, uma situação sem precedentes na história moderna da economia brasileira, que também foi acompanhada pelo aumento do endividamento do setor (Delgado, 2010 apud SAUER, MÉSZÁROS, 2018).

A partir de 1999, durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC), cresceu o apoio governamental às exportações agrícolas, resultando no renascimento do agronegócio. Além do aumento significativo de recursos para crédito agrícola, o governo FHC lançou o programa Moderfrota para financiar a compra de máquinas e ferramentas, aumentando assim os investimentos na expansão da produção de grãos. Entre outras razões, a desvalorização do câmbio transformou o agronegócio em um exportador competitivo, ajudando a estimular um aumento de quase 50% nas exportações, que passou de 20,6 bilhões de dólares em 2000 para 30,6 bilhões de dólares em 2003. Entre 2000 e 2003, o agronegócio apresentou taxas de crescimento anuais de 4,6%, bem acima dos 1,8% do setor industrial, o que levou à incorporação de novos territórios e à expansão das fronteiras agrícolas (DELGADO, 2010; HECHT, 2005).

Desde 2001 o Brasil mantém um saldo positivo no comércio exterior, com as exportações agrícolas desempenhando um papel fundamental. A balança comercial brasileira depende hoje em grande parte da exportação de produtos primários, tanto agrícolas como minerais. Esses produtos têm representado cerca de 40% do total das exportações desde 2001. Somente as exportações de soja foram responsáveis por mais de 23% do total das exportações agrícolas em 2012 e é, ainda hoje, o principal produto de exportação do país (FERREIRA, 2015; KINGSTON, 2012).

Paralelamente aos incentivos concedidos ao agronegócio, a luta pela terra e as demandas dos movimentos sociais cresceram significativamente ao longo da década de 1990. O aumento das ocupações de terra, de 50 em 1990 para 856 em 1999, e o aumento da violência nas zonas rurais, mobilizou a opinião pública em favor da reforma agrária. Esse contexto fez com que o governo FHC reagisse através da criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1997 e do estabelecimento de novas metas de distribuição de terras (FERNANDES, 2015; NERA, 2012; MATTEI, 2012).

Em 1999, FHC lançou o programa “Novo Mundo Rural”. Seguindo a orientação do Banco Mundial, o objetivo era diminuir a pobreza rural e os conflitos no campo através do acesso à terra. Isso resultou em respostas individualizadas às demandas e às pressões dos movimentos sociais agrários através da criação de assentamentos. A política para a diminuição dos conflitos foi acompanhada pela implementação de uma reforma agrária de mercado, ou seja, a reforma agrária foi implementada através da criação de linhas de crédito financiadas pelo Banco Mundial para que as famílias sem terra pudessem adquirir lotes (SAUER, 2009).

De acordo com os dados oficiais do INCRA (2009), o governo FHC assentou cerca de 500.000 famílias entre 1995 e 2002, no entanto, há críticas em relação aos locais em que estas famílias foram assentadas, pois os projetos de assentamento se concentraram em regiões economicamente menos dinâmicas, especialmente na Amazônia (MATTEI, 2012). Ainda mais problemática foi a relação do governo FHC com os movimentos sociais, particularmente no que se refere às ocupações de terra (SAUER, 2017).

O crescimento das ocupações levou o governo FHC a promulgar diferentes medidas legais destinadas à restrição da luta pela terra. A Medida Provisória (MP), conhecida como a “lei anti-invasão”, foi emitida em 1997 e renovada em ocasiões posteriores. O principal resultado desta ação legal foi um grande declínio em ocupações de terra, de mais de 800 em 1999 para 194 ocupações em 2001 (CPT, 2015; FERNANDES, 2015). Um efeito secundário foi o atraso na implementação de novos assentamentos, especialmente após 1999 (SAUER; SOUZA, 2014). A referida MP, a criminalização das ocupações de terra e a ênfase sobre a reforma agrária de mercado⁵, limitaram a demanda

⁵ A política de crédito fundiário, financiada pelo Banco Mundial, possibilitou que famílias sem terra adquirissem lotes e ficou conhecida como reforma agrária de mercado (SAUER, 2009).

pela terra e se configuraram como as principais causas de tensões entre o governo FHC e movimentos sociais (SAUER, 2009; FERNANDES, 2015).

Os programas e os incentivos do governo FHC reforçaram um modelo econômico baseado na exploração intensificada dos recursos naturais e agrícolas (BALETTI, 2014). Além de gerar investimento estrangeiro e equilibrar as contas de comércio internacional, os incentivos governamentais para a produção e exportação de produtos agrícolas promoveram um processo econômico de desindustrialização e o desenvolvimento do que Delgado (2013) denominou de “economia do agronegócio”. Esta economia está enraizada na captura e superexploração de vantagens naturais ou na apropriação da renda da terra (DELGADO, 2013; VERGARA-CAMUS; KAY, 2018). Os conflitos sobre a terra e as lutas pelo território estariam entre as consequências (SAUER, MÉSZÁROS, 2018).

Ganhou força a lógica de apropriação através das atividades extrativistas e mineradoras, com a desapropriação de recursos naturais que trouxeram benefícios sociais extremamente baixos e impactos naturais profundos no médio prazo, apesar dos discursos de desenvolvimento e de redução da pobreza que mascaram as estratégias para expandir o agronegócio e as fronteiras agrícolas (SAUER, 2010; BALETTI, 2014; DELGADO, 2013).

O capital financeiro no campo buscou otimizar seus lucros ao incrementar seus investimentos em grandes empresas capitalistas a partir de estratégias de negócios nos setores agroalimentar e florestal e na aquisição e ou arrendamento de terras. É possível afirmar que as terras e os demais recursos naturais, inclusive o subsolo, estão sendo explorados mundialmente, sobretudo na América Latina, de maneira intensiva e expansiva. Essas formas de exploração dos recursos naturais pelo grande capital sugerem a hipótese de uma acumulação primitiva permanente (CARVALHO, 2013).

Esse processo se dá pela reprodução e pelo aprimoramento histórico das ações da burguesia mercantil e posteriormente da burguesia financeira de tomar para si os recursos naturais do país, degradá-los e de promover, pela grilagem e pela aquisição das terras, o esvaziamento populacional do campo sempre que a presença camponesa deixa de ser orgânica aos seus interesses de classe (CARVALHO, 2013). A despeito da importância das exportações de produtos agrícolas e da mineração para o equilíbrio da balança comercial brasileira, os produtos primários não processados ou semiprocessados (principalmente commodities agrícolas e de mineração) são exportados praticamente isentos de impostos,

devido à Lei Kandir (Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro) aprovada em 1996 (SAUER; MÉSZÁROS, 2018).

De acordo com Delgado (2013), o agronegócio construiu uma hegemonia ideológica unindo grandes propriedades e cadeias agroindustriais intimamente ligadas aos setores estrangeiros, enquanto desfruta do apoio estatal, principalmente por meio de políticas do Ministério da Agricultura (MAPA). Esse poderoso acordo culminou na acumulação de capital sob o arcabouço desses setores mesclados pelo dinheiro público, baseado em um discurso de governança ambiental e tornou possível o neoextrativismo (BALETTI, 2014). Além disso, este pacto de poder emprega um conjunto de dispositivos políticos e ideológicos que incluem uma bancada ativa do agronegócio no Congresso Nacional (a Bancada Ruralista, um grupo de mais de 200 representantes do agronegócio na Câmara dos Deputados e Senado) e o apoio estatal - especialmente por meio da expansão do crédito público - e do Ministério da Agricultura (MAPA), ocupado por importantes representantes do agronegócio (SAUER, MÉSZÁROS, 2018).

Os excedentes de exportações agrícolas gerados pelo crescimento das exportações de commodities ocasionaram o crescimento da demanda e dos preços das terras. Como consequência, a margem de ação do Estado para a realização da reforma agrária foi extremamente reduzida, uma vez que o preço de mercado era a base sobre a qual o valor de compensação da terra expropriada era determinado (SAUER, MÉSZÁROS, 2018).

Tanto no governo FHC como nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) e de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), representantes vinculados aos grupos de proprietários de terras faziam parte da base aliada do governo e controlavam o MAPA. Em troca de sua cooperação no congresso, conseguiam ter voz dominante na nomeação do chefe do MAPA e na definição de seus objetivos políticos. Ambos os ministros da agricultura de Dilma Rousseff foram indicados pelo partido do seu vice-presidente, Michel Temer (Partido do Movimento Democrático Brasileiro - MDB). Além disso, a nomeação por Lula do presidente da Associação Brasileira de Agronegócios (ABAG), Roberto Rodrigues, como seu primeiro ministro da agricultura (2003-2006), deixou claro o poder deste setor (MÉSZÁROS, 2013).

A imagem de continuidade atingiu novos patamares com a indicação de Katia Abreu, em 2014, para o Ministério da Agricultura, pela então presidente Dilma Rousseff. A

nomeação da senadora Katia Abreu, ex-presidente da influente Confederação Brasileira de Agricultura e Pecuária (CNA), foi muito criticada por líderes de movimentos sociais e ambientais. Entre as razões das críticas estava o apoio da senadora ao enfraquecimento do Código Florestal Brasileiro, a liberalização das leis acerca das sementes geneticamente modificadas e a defesa de um modelo de exportação que incluiu mais isenções e incentivos fiscais para as exportações agrícolas como uma solução para os desafios da produção e das questões econômicas mais amplas (SAUER; FRANÇA, 2012; DELAGADO, 2013).

A prerrogativa do lobby do agronegócio para ditar a política agrícola permaneceu tão arraigada nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) quanto na época de FHC. O PT renunciou à responsabilidade e deixou essa área vital da política pública com os oponentes da reforma agrária. Ao mesmo tempo, os governos do PT construíram políticas voltadas para a melhoria do agronegócio e da agricultura familiar. Os grupos posicionados mais à esquerda dentro do Partido foram encarregados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e desenvolveram políticas para fortalecer o papel econômico da agricultura familiar (SAUER, MÉSZÁROS, 2018).

O Presidente Lula aumentou substancialmente o orçamento anual do MDA, especialmente para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Plano de Agricultura Familiar (MATTEI, 2005). De acordo com os dados do MDA (2015), o valor atribuído ao Plano de Agricultura Familiar passou de R\$ 2,3 bilhões em 2003 para R\$ 10 bilhões em 2007 e alcançou R\$ 28,9 bilhões em 2015 (SAUER, MÉSZÁROS, 2018, p. 331).

Buscando consolidar o apoio público ao desenvolvimento rural, em julho de 2006 o governo Lula aprovou a Lei da Agricultura Familiar, Lei nº 11.326. Essa lei estabeleceu as diretrizes para definir a agricultura familiar e tornou-se a norma para o delineamento de programas governamentais direcionados exclusivamente para o setor. Apesar da existência de progressos, é nítida a ênfase nos mecanismos de produção capitalista, uma vez que o objetivo principal era incorporar os agricultores familiares ao mercado. Os recursos públicos para crédito aumentaram, principalmente para as culturas de soja e de milho, mas com poucos incentivos para uma agricultura alternativa (DELGADO, 2010; 2013).

Os empréstimos concedidos pelo PRONAF foram implementados inicialmente como linha de crédito para a agricultura familiar, com mais de 80% dos empréstimos feitos

no sul do Brasil. A partir de 2003, o MDA tentou corrigir o desequilíbrio regional, criando outras linhas de crédito, como PRONAF Floresta, PRONAF Semiárido e PRONAF Agroecologia, além de crédito para as mulheres e para os jovens da zona rural. O objetivo foi cobrir a diversidade da agricultura familiar, apoiar a produção e gerar renda (AQUINO; SCHNEIDER, 2015). Apesar dos esforços para diversificar o público e incluir um percentual maior dos agricultores familiares, mais de 60% não conseguiram ter acesso ao crédito (MATTEI, 2012). Isso se explica, em grande parte, pelo fato do PRONAF ter sido implementado por meio de contratos bancários convencionais. Dessa forma, aqueles que não cumpriam as condições de empréstimo, como o fornecimento de garantias de risco suficientes ao banco ou a apresentação de um projeto adequado elaborado por um técnico ou engenheiro agrônomo, foram desqualificados (AQUINO; SCHNEIDER, 2015).

Com relação às políticas públicas voltadas à consolidação dos assentamentos existentes, elas foram e continuam sendo alvo de muitas críticas por parte dos movimentos agrários por não se adequarem às realidades e às necessidades das famílias. O MST e outros movimentos agrários argumentam que a falta de recursos econômicos e a baixa qualidade ou a inexistência de assistência técnica comprometem a eficiência na alocação dos recursos, gerando dívidas para as famílias assentadas. Por essa razão, os movimentos pressionaram pela criação de novas linhas de crédito para as famílias que foram assentadas (SAUER, MÉSZÁROS, 2018).

Os fundos destinados à agricultura familiar quadruplicaram a partir de 2003. Os programas como o de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) também foram incluídos nas ações governamentais para a comercialização de produtos da agricultura familiar, como parte de programas de compras públicas ou institucionais. O PAA foi criado em 2003 e financiado pelo MDA e pelo Ministério do Desenvolvimento Social - MDS (MATTEI, 2012). Foi concebido como um programa de marketing direto, criando oportunidades para aumentar a renda dos agricultores familiares e incentivar a produção e o consumo de alimentos locais (GRISA; PORTO, 2015).

A aquisição dos alimentos era feita pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) que, como executora do Governo Federal, assinava os contratos com as associações de agricultores familiares para comprar alimentos produzidos pelos seus

membros. Semanalmente, os agricultores entregavam alimentos diretamente a organizações não governamentais ou governamentais locais que ajudavam grupos sociais em situação de insegurança alimentar. A Conab pagava à associação, mensalmente, após a confirmação das entregas dos alimentos (GRISA; PORTO, 2015).

O PNAE existe desde 1955, mas uma alteração na lei em 2009 tornou obrigatório que pelo menos 30% dos alimentos adquiridos para a alimentação escolar seja oriundo da agricultura familiar. O Governo Federal envia os recursos financeiros para as prefeituras, que precisam comprar alimentos diretamente de agricultores familiares locais. O principal objetivo dessa mudança, que de fato criou contratos locais de compra e venda isentos de licitação e concorrência, é impedir que os agricultores familiares precisassem concorrer com grandes empresas para fornecer alimentos às escolas públicas locais (SAUER; MÉSZÁROS, 2018).

Segundo Grisa e Porto (2015), apesar da importância do PAA, tanto o volume de recursos públicos alocados ao Programa durante os dez primeiros anos de existência (entre 2003 e 2013), como o número de agricultores envolvidos, ficaram muito abaixo das demandas dos movimentos sociais agrários. Afinal, apenas 185 mil agricultores familiares - menos de 5% do total no Brasil - participaram como fornecedores de alimentos para o PAA em 2012, um montante equivalente a um programa piloto (GRISA; PORTO, 2015). Depois de 2014, apesar das boas avaliações, o PAA sofreu cortes profundos no orçamento e os cortes financeiros do Governo Temer praticamente extinguíram o Programa (SAUER, MÉSZÁROS, 2018).

A ênfase concedida pelos governos petistas à produção evitou atrito político com os aliados, mas acabou direcionando os recursos para os setores mais bem estabelecidos da agricultura familiar (DELGADO, 2010). Em termos políticos, foi uma tentativa de alcançar um processo de ganho mútuo, financiando culturas que também fortaleceram o modelo de agroexportação (MATTEI, 2012). No entanto, em perspectiva, o orçamento da agricultura familiar representou uma pequena fração (apenas 15,5% dos R\$187,70 bilhões) do fundo governamental disponível para o agronegócio em 2015 (MDA, 2015; BARRETO, 2016).

De modo geral, é possível afirmar que, embora a agricultura familiar tenha se beneficiado do aumento expressivo dos investimentos públicos, a reforma agrária e a influência política dos setores que lutaram por terras no Brasil foram marginalizadas

(SAUER; MÉSZÁROS 2018). As análises das políticas agrárias e das lutas recentes pelo direito à terra, sobretudo durante os governos do PT, precisam considerar o profundo impacto da economia do agronegócio, como parte de uma espécie de neodesenvolvimento que se traduziu em narrativas políticas que ofereciam uma versão particular de modernização e de desenvolvimento sustentável. Como discurso, esse modelo neodesenvolvimentista, ou economia do agronegócio, subestimou o papel dos camponeses e dos trabalhadores sem terra, reforçando o papel do agronegócio e da lógica econômica neoliberal no Brasil (FRAYSSINET, 2011; DELGADO, 2013; BOITO; BERRINGER, 2014).

No governo de Michel Temer (2016-2018), a situação para os pequenos agricultores e para os agricultores sem terra agravou-se. Ao assumir o poder, Michel Temer extinguiu o MDA e nomeou Blairo Maggi, o maior produtor de soja do mundo, para comandar o MAPA. Além de responder por acusações de extração ilegal de madeira na Amazônia e defender a ampliação de isenções fiscais e de apoio logístico para o agronegócio, Maggi defendeu a emancipação dos assentamentos - aliviando o INCRA de suas obrigações de implementação de políticas públicas, uma manobra que foi legalizada com a aprovação da Lei 13.465, em 11 de julho de 2016 (SAUER; LEITE, 2017).

Diante deste contexto, é possível concluir que o Estado brasileiro, sobretudo o Governo Federal, atuou fortemente, na constituição e na sustentação da hegemonia do agronegócio no País. Graças à inclusão de volumosos incentivos econômicos e quadro institucional ajustado aos interesses do capital, a base primária do agronegócio, mesmo sufocada pelos capitais que a controlam, mantém níveis positivos de rentabilidade. Estes se devem não aos indicadores de eficiência econômica da grande exploração agrícola, mas às condições de precarização do trabalho, à frouxidão na posse e na tributação da terra, aos passivos ambientais, à rolagem, às remissões e às reduções de dívidas no crédito rural e aos estímulos tributários, entre outras medidas derivadas das ações e das omissões dos poderes públicos (TEIXEIRA, 2013, p. 14).

É necessário salientar também que, juntamente com a forte atuação do Estado em favor do agronegócio, as políticas de fomento produtivo para a agricultura familiar passaram a atender ao projeto hegemônico que prioriza a produção de commodities para a exportação e cuja consequência tem sido a perda gradativa de elementos que configuram a

economia de base camponesa. Apesar da aparência de políticas diferenciadas para a agricultura empresarial e para a familiar, ambas as políticas estão delineadas pelo mesmo modelo agrícola. As diferenças existentes se concentram apenas nas bases operacionais de determinadas ações, particularmente no crédito, que oferece condições mais favoráveis para a agricultura familiar (TEIXEIRA, 2013, p. 14). Dessa forma, o agronegócio tem alcançado resultados financeiros que lhe são altamente favoráveis, apesar da escolha pela produção e comercialização de produtos para exportação em detrimento dos produtos de consumo alimentar e da absoluta indiferença com a dominação exercida pelas empresas capitalistas transnacionais no agrário brasileiro (CARVALHO, 2013, p. 32).

Sobre essa questão Delgado (2013) acrescenta:

A expansão econômica das commodities alavancada pelo setor externo, que por sua vez conduz à especialização primário-exportadora, gera um processo vicioso de crescimento econômico. [...] Acresce observar que esse estilo da expansão reforça a concentração fundiária, visto ser a captura da renda fundiária um dos seus motores (DELGADO, 2013, p. 65).

Essa concentração da riqueza pelas empresas capitalistas no campo vem se materializando, como no período colonial, com o apoio expressivo das políticas públicas governamentais. O favorecimento político dos governos aos grandes negócios agropecuários e florestais privados, tanto nacionais quanto estrangeiros, compromete a soberania alimentar nacional ao mesmo tempo em que contribui para a acumulação via espoliação dos recursos naturais e exploração dos trabalhadores do País (CARVALHO, 2013, p. 32).

De acordo com dados do INCRA para os anos de 2003 e 2010 sobre os imóveis rurais no país, é possível afirmar que a concentração de terras em grandes propriedades é um caminho que se reafirma historicamente no Brasil. De 2003 a 2010 as grandes propriedades ampliaram a área total dos imóveis desse estrato em 104 milhões de hectares, enquanto que o aumento do número de imóveis nesse período foi de 18.052 unidades (CARVALHO, 2013, p. 33). De acordo com Carvalho (2013), é provável que essa expansão tenha sido decorrente do avanço da fronteira agrícola, principalmente sobre os cerrados e a região amazônica (CARVALHO, 2013, p. 33).

A área total pertencente aos imóveis considerados de grande porte (INCRA) em relação à área total de todos os imóveis do País aumentou de 51,63% em 2003 para 56,12% em 2010. Houve crescimento também da média aritmética simples das áreas das grandes

propriedades: em 2003 esta média era de 1.910 hectares e em 2010 ela passou a ser de 2.443 hectares. No entanto, o número das grandes propriedades em relação ao total de imóveis rurais do País caiu de 2,62% em 2003 para 2,53% em 2010. Houve, claramente, uma concentração da apropriação privada da terra (CARVALHO, 2013, p. 33).

Além disso, a ampliação da área média das grandes propriedades não teve como correspondência a ampliação relativa do seu aproveitamento produtivo, demonstrando a natureza social e ambientalmente predatória deste segmento. Em 2003 a porcentagem do número de imóveis considerados como grande e produtivo em relação ao total de imóveis classificados como grande propriedade era de apenas 48,13%, já em 2010 essa relação caiu para 46,95%. Ou seja, ainda que tenha havido aumento da média da área dos imóveis considerados como grande propriedade e crescido o apoio das políticas públicas ao setor, houve diminuição relativa do número de grandes propriedades consideradas como produtivas (CARVALHO, 2013, p. 33-34).

A progressiva apropriação privada da natureza e a desnacionalização das agroindústrias têm permitido a posse e a manutenção das terras como reserva de valor, já que no mercado mundial vai se tornando relativamente exígua a disponibilidade de terras agricultáveis ainda não apropriadas pelos capitalistas e que ainda não estão, portanto, inseridas no mercado mundial de terras. Os grandes proprietários de terra, ao se reproduzirem socialmente, exercitam sua dominação no campo sob a anuência do Estado e com a colaboração ativa dos governos, tanto através da relação de acumulação via espoliação dos recursos naturais, quanto no que se refere à crescente dependência estrutural da economia rural às empresas capitalistas transnacionais de insumos, de agroindustrialização e de comercialização de commodities (CARVALHO, 2013, p. 34).

A economia brasileira está se tornando cada vez mais articulada ao capitalismo internacional, ao ponto de nos tornarmos novamente um país dependente do tipo agromineral exportador, tendo como um dos resultados negativos o de contribuir para a desindustrialização da economia. O setor industrial chegou a ser responsável por 38% do PIB na década de 1980 e em 2012 alcançou apenas 15% do PIB nacional (CARVALHO, 2013, p. 36). Além disso, esse modelo econômico baseado na exportação de commodities, também acerreta a super exploração dos recursos naturais e provoca graves consequências ambientais, como os desmatamentos e as queimadas, a intensificação do pacote técnico

agroquímico e as contaminações dos solos, das águas, dos alimentos e das pessoas (DELGADO, 2013).

Nesse contexto histórico de acumulação não causa surpresa que no setor sucroalcooleiro, por exemplo, em apenas três anos o capital estrangeiro tenha passado a controlar mais da metade de todas as terras de cana-de-açúcar e as usinas de açúcar e etanol. Atualmente três empresas controlam o setor: Bunge, Cargill e Shell. Essa apropriação de terras pelo capital foi acompanhada de sua exploração para fins de produção para agroexportação. De acordo com dados do MAPA, observa-se que em 2010 apenas quatro grupos de produtos agropecuários e florestais foram responsáveis por 75% das exportações brasileiras de produtos de origem rural: soja e derivados (22 %), carne e couros (25%), madeira, celulose e papel (17%) e açúcar e álcool (11%) (CARVALHO, 2013, p. 36).

Além disso, um grupo composto por 10 grandes empresas transnacionais controlam a oferta e a comercialização dos produtos agropecuários no Brasil, são elas: Bunge Alimentos, Cargill, Souza Cruz, Sadia (antes da fusão com a Perdigão), Brasil Foods (Fusão Sadia com Perdigão), Unilever, Copersucar, JBS, Nestlé e Archer Daniels Midland (ADM). Esse grupo de empresas transnacionais alcançou 59,9% do Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária do País na safra 2009/2010. Essa concentração econômica sugere que tanto a ocupação da terra como os produtos cultivados estão sendo determinados pelos interesses oligopolistas dessas empresas (CARVALHO, 2013, p. 37).

No primeiro semestre de 2012 as corporações estrangeiras adquiriram 167 empresas de capital nacional. Essa foi considerada a maior liquidação de empresas privadas brasileiras em apenas um semestre, batendo o recorde do primeiro semestre de 2011 quando 94 empresas haviam sido desnacionalizadas. Isso não é estranho se for levado em consideração que o mercado global de commodities é controlado por apenas dez grandes empresas transnacionais: Vitol, Glencore, Trafigura, Cargill, Gunvor, Archer Daniels Midland (ADM), Noble, Mercuria, Bunge e Phibro (CARVALHO, 2013, p. 37).

Não há dúvidas de que a lucratividade do complexo agroindustrial sob o domínio das grandes empresas transnacionais vincula de forma subalterna e progressiva a estrutura da produção rural brasileira aos interesses do capital financeiro estrangeiro. A acumulação via espoliação se configura como uma nova forma de se identificar a acumulação primitiva

permanente, através da qual se agrava o caráter de mercadoria dos elementos da natureza como a terra, a água doce, as florestas, o litoral, a biodiversidade e o subsolo (CARVALHO, 2013, p. 38).

Dessa forma, a estratégia do capital financeiro na agricultura estimulou os mercados organizados como o de terras, de crédito e dos complexos agroindustriais. E como esses mercados são dependentes da regulação (ou desregulação conforme o caso) e provisão estatal, o pacto na economia política viabilizaria uma parceria estratégica que excluiria a possibilidade efetiva de democratização do acesso à terra (CARVALHO, 2013, p. 41).

Diante do exposto, é possível concluir que o avanço do capitalismo na agricultura, embora não tenha acarretado o desaparecimento das pequenas unidades de produção, vinculou quase a totalidade dos pequenos agricultores ao mercado. A política agrícola dos governos militares favoreceu os grandes produtores e acentuou a concentração de terras já existente no país. Durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso houve um crescimento do apoio governamental às exportações agrícolas, culminando no renascimento do agronegócio. Os governos do PT deram prosseguimento ao apoio dado ao setor, construindo políticas voltadas para a melhoria do agronegócio e da agricultura familiar. E o governo Temer, através da extinção do MDA, significou um duro golpe às políticas destinadas aos pequenos produtores e aos trabalhadores sem terra. Portanto, o papel do Estado foi fundamental no movimento que levou à dependência dos agricultores ao mercado e à subordinação da força de trabalho e da terra ao capital, já que foram as políticas estatais que deram suporte ao crescimento do agronegócio no País. Atualmente o setor encontra-se extremamente concentrado e dominado pelas empresas transnacionais que vinculam progressivamente e de modo subalterno a estrutura da produção rural brasileira aos interesses do capital financeiro estrangeiro.

3 CARACTERIZAÇÃO DO SETOR PRODUTIVO DO TABACO

Neste capítulo realiza-se a caracterização do setor produtivo do tabaco, com o objetivo de desenhar um panorama que auxilie na compreensão das relações de produção estabelecidas entre empresas integradoras, agricultores familiares, trabalhadores assalariados e parceiros. Inicialmente realiza-se uma abordagem sobre o histórico e a expansão da produção de tabaco. Em seguida, faz-se uma análise sobre o mercado internacional de tabaco. Após, discute-se sobre a produção de tabaco no Brasil e sobre o Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT). E, por fim, abordam-se as políticas antitabagistas e a convenção-quadro para o controle do tabaco.

3.1 HISTÓRICO E EXPANSÃO DA PRODUÇÃO DE TABACO

Quando se observa a dimensão atual do complexo fumageiro, raramente se relaciona as origens deste complexo com a chegada dos povos europeus à América. No entanto, as expedições marítimas de Cristóvão Colombo e sua chegada ao Novo Mundo, em 1492, bem como as viagens portuguesas que culminaram na chegada ao Brasil, em 1500, foram o fundamento para o direcionamento do tabaco americano para a Europa que, em intenso ritmo comercial pré-capitalista, passou a consumi-lo em quantidades crescentes (SILVA, 2002).

Embora não haja consenso sobre a origem geográfica exata do tabaco, a tese com maior aceitação no meio científico é a de que o cultivo e o uso do tabaco datam de mais de quatro mil anos e tem origem nas regiões da América do Norte e Central, onde hoje se situam o México e a Guatemala, os Maias teriam iniciado o seu plantio (FROZZA, et al. 1998, VOGT, 1994). Os Maias seriam os responsáveis pela expansão territorial do tabaco em folha através da migração, pois quando migravam carregavam consigo as sementes do tabaco. Assim, outros povos da América do Norte e do Sul teriam entrado em contato com o tabaco e aprendido sobre este cultivo. O fumo era utilizado, geralmente, através de cachimbo ou por meio de cigarros enrolados a partir das folhas secas (SILVA, 2002).

Ao contrário do que defenderam Frozza et al. (1998) e Vogt (1994), Nardi (1985) e Seffrin (1995) afirmam que o tabaco é originário dos vales orientais dos Andes bolivianos,

difundindo-se no atual território brasileiro, através de migrações indígenas, sobretudo Tupy-Guarani. Não há de fato como definir a origem geográfica com precisão, mas parece razoável afirmar que o tabaco surgiu na América, entre a faixa dos Andes bolivianos até o México. O local onde o tabaco foi descoberto está localizado entre os trópicos de capricórnio e de câncer, onde o clima era propício para o seu desenvolvimento, em sua fase silvestre (SILVA, 2002).

De acordo com Collins e Hawks Júnior (1993), há relatos dos marinheiros de Cristóvão Colombo em cartas enviadas ao reino da Espanha sobre os índios fumando no continente Americano. Assim como, quando Pedro Álvares Cabral chegou ao Brasil, em 1500, as tribos Tubinambá tinham o costume do cultivo do tabaco por toda a costa brasileira (NARDI, 1985).

O cultivo comercial do tabaco teve início no Haiti, por volta de 1531, pelos espanhóis, com sementes oriundas do México. A produção se estendeu pelas demais ilhas caribenhas, seguindo às Guianas e ao Brasil (COLLINS; HAWKS JÚNIOR, 1993). No transcorrer de um século, o tabaco passou a ser conhecido e utilizado no mundo todo. A expansão ocorreu de duas formas: a) através dos marinheiros e dos soldados, que utilizavam o tabaco como uma forma de passar o tempo durante os longos períodos de viagem. Eles fumavam e mascavam o tabaco e foram responsáveis pela difusão do costume entre as camadas populares dos países europeus, da África e do Oriente (NARDI, 1985); b) por volta de 1530, o Brasil - então colônia de Portugal - recebeu a expedição de Martim Afonso de Sousa, na qual também veio Luiz de Góis, donatário português. Ao retornar, 12 anos depois, levou consigo uma muda da planta e sementes. A planta foi cultivada nos jardins do quintal da infanta D. Maria e passou a causar muita curiosidade na corte de Lisboa, devido suas pretensas propriedades curativas (SOUZA CRUZ, 2001).

Até metade do século XVI, os portugueses obtinham o tabaco brasileiro através do escambo com os nativos. Nas primeiras plantações realizadas pelos donatários da Coroa, que vinham a reboque da expansão econômica do pau-brasil, do algodão e, sobretudo, do açúcar, o cultivo do tabaco utilizou a força de trabalho local, uma vez que a cultura exige alta absorção de trabalho humano (SILVA, 2002). Porém, os índios se revoltaram contra a escravidão e promoveram invasões que destruíram capitânicas (SIMONSEN, 1967). Por volta de 1570 os colonizadores iniciaram seus próprios cultivos para garantir a subsistência

do produto. Mais tarde o tabaco começou a ser comercializados sob a orientação de alguns comerciantes portugueses interessados em fornecer o produto ao mercado europeu (NARDI, 1985).

De modo similar ao que ocorre ainda hoje, o cultivo do tabaco demandava muitos cuidados e o uso intensivo de força de trabalho. De acordo com Nardi (1985), a produção do tabaco no Brasil colonial era familiar e realizada em pequenas propriedades rurais. O autor distinguiu três categorias de estrutura de produção existentes naquele período:

- a) A primeira categoria era composta por pequenos colonos, moradores e arrendatários, que produziam também gêneros alimentícios. Também faziam parte deste grupo, os escravos, que produziam para o consumo próprio (tabaco e alimentos);
- b) A segunda categoria era formada pelos pequenos produtores, porém com maior porte do que a primeira. Possuíam algumas cabeças de gado que adubavam a terra. Além disso, possuíam escravos e produziam, em média, 500 arrobas (7.344 kg) de tabaco anualmente.
- c) Na terceira categoria estão os grandes proprietários, para os quais o tabaco não se configurava como atividade principal, mas agregavam a produção de várias famílias que moravam em suas terras e chegavam a alcançar a marca de até quatro mil arrobas por ano - 200 rolos ou 59 mil kg.

Foi na região Nordeste do país, mais precisamente, na costa entre Salvador e Recife, que o tabaco se desenvolveu nos primórdios da ocupação do Brasil. A região que se destacou na produção de tabaco no período colonial foi a do entorno de Cachoeira, no Recôncavo Baiano, local onde predominavam propriedades de menor porte do que as que se dedicaram ao plantio da cana-de-açúcar. O produto também foi produzido em larga escala em Pernambuco, para atender às demandas trazidas pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais e pelos comerciantes livres. Isso, durante a invasão holandesa à Capitania, na primeira metade do século XVII (NARDI, 1985).

Nesta época predominava o plantio de fumo escuro, de corda, a partir do qual era feito o rapé (tabaco em pó para cheirar). Além disso, esse tabaco era utilizado nos cigarros e nos charutos confeccionados na época. A comercialização era realizada em rolos de oito arrobas (aproximadamente 117,5 kg) para Lisboa e em rolos de três arrobas

(aproximadamente 44 kg) para a África (SIMONSEN, 1967). A produção nacional de tabaco seguia para a África, onde se tornou uma espécie de moeda, junto com a aguardente, e servia para a aquisição de escravos a baixo custo, viabilizando a importação de mais escravos e proporcionando aos traficantes maiores lucros. Em decorrência desta função complementar, o tabaco passou a ter seu cultivo ampliado (BRUM, 1998).

O tabaco teve grande aceitação na Europa, no início do século XVII, no entanto, o principal atributo da folha foi o de servir ao tráfico de escravos o que impulsionou o cultivo, expandiu o comércio e favoreceu o crescimento econômico do Brasil (PRADO JÚNIOR, 1972; FURTADO, 1991). De acordo com Simonsen (1967), o tabaco despertou a paixão dos africanos e se tornou um dos artigos prediletos no tráfico de escravos (SIMONSEN, 1967, p.307).

A abertura dos portos do Brasil às nações amigas (1808), a Independência, o desenvolvimento da indústria e a formação de mercados consumidores em São Paulo e no Rio de Janeiro criaram um período de êxito para o setor do tabaco. A proibição do tráfico de escravos em 1831 e abolição da escravatura em 1888, não afetaram a produção de tabaco, uma vez que a demanda europeia e o consumo interno estavam em um ritmo crescente. A produção que tinha como finalidade atender ao comércio com a África passou a ser destinada a outros mercados. Ao final do século, o mercado europeu absorvia 75% do tabaco brasileiro (SILVA, 2002).

O tabaco teve sua produção incrementada em um período similar ao do ciclo da cana-de-açúcar, como uma atividade complementar à produção do açúcar. O tabaco não chegou a ser um ciclo econômico propriamente, mas se configurou como uma atividade econômica auxiliar dos ciclos principais (BRUM, 1998). Considerando essa complementariedade, é possível estimar que, sem o tabaco, a cana-de-açúcar poderia ter se tornado economicamente inviável, ou pelo menos não ter sido tão rentável, já que seria necessário encontrar outra forma de pagar pelos escravos comprados (SILVA, 2002).

O tabaco, seguido de longe pela aguardente, era a principal forma de pagamento pela aquisição de força de trabalho escrava oriunda do continente africano. Dessa forma, constata-se que o tabaco já era importante para a economia brasileira, no período colonial. Embora nunca tenha alcançado o patamar de primeiro produto na pauta de exportações,

sustentou a cana-de-açúcar, através do fornecimento de mão-de-obra barata. Conforme Silva:

Cabe ressaltar que, na época do ciclo canavieiro, a renda per capita dos brasileiros era superior à renda europeia. Por isso, o esquecimento do tabaco na literatura da história econômica brasileira, ou a pouca importância a tal produto dada por algumas obras, constitui-se em erro de análise da economia colonial do país (SILVA, 2002, p. 39).

A taxaço governamental sempre foi uma característica da estrutura fumageira nacional. Isso se observa da mesma forma, para todo o mundo. Os impostos e demais cobranças sobre o tabaco existem desde o período colonial e, no século XIX, foram incrementados, não apenas em suas alíquotas e valores, mas também em sua complexidade, de maneira a ampliar a arrecadação pública sobre o setor que o formava (SILVA, 2002).

Os tributos variavam entre municípios e estados, não havendo uma tarifa única. Em nível federal, três impostos incidiam sobre o tabaco: o primeiro, assinado em 28 de maio de 1808 por D. João VI, era a exigência do pagamento de 400 réis por rolo (294kg) importado da Bahia; o segundo imposto era cobrado em todas as províncias quando o tabaco saía dos trapiches; o terceiro imposto era a taxaço sobre as vendas ao exterior e era executado nas alfândegas de todos os portos brasileiros. Porém, os impostos que incidiam sobre o tabaco não se diferenciavam daqueles cobrados pelos demais produtos (SILVA, 2002).

Ainda no Brasil colonial, o governo promoveu políticas para o desenvolvimento da agricultura, que tinham como objetivo o desenvolvimento econômico e o povoamento do território nacional (SILVA, 2002). Conforme Nardi (1985), o tabaco se expandiu além das fronteiras baianas e passou a ser cultivado em Minas Gerais, em Goiás, em São Paulo e, sobretudo, no Rio Grande do Sul, aonde chegaram imigrantes alemães. O cultivo do tabaco em Santa Catarina também foi favorecido com a chegada dos alemães ao estado.

Em Minas Gerais, no século XIX, a produção do tabaco cresceu a partir da chegada de italianos que se concentraram na região de Ubá (SOUZA CRUZ, 2001). Em São Paulo o cultivo foi favorecido pelo aumento populacional, decorrente do sucesso econômico da atividade cafeeira (NARDI, 1985). Neste estado, estabeleceram-se fábricas de cigarros e de charutos. No entanto, São Paulo não produziu um tabaco de boa qualidade, o que fez com que se recorresse à folha cultivada em outras regiões do Brasil. Em Goiás, onde se produzia em reduzidas áreas desde o fim do século XVIII, na primeira metade do século seguinte o

tabaco ganhou novas áreas de produção e passou a ser conhecido e bem acolhido em todo o país (SILVA, 2002).

No que diz respeito à produção de tabaco, o Rio Grande do Sul foi o estado que mais se beneficiou com a chegada dos imigrantes europeus. O tabaco passou a ser cultivado pelos alemães em 1824, na recém fundada colônia de São Leopoldo e, em 1850, na colônia de Santa Cruz (ano de sua fundação). Concomitante a isso, houve o impulso da comercialização do produto e a introdução de novas variedades da folha (NARDI, 1985; SEFFRIN, 1995; VOGT, 1994).

Gradativamente, a região Nordeste, que liderou o cultivo de tabaco até meados do século XIX, foi progressivamente perdendo a liderança na produção de tabaco no País, posição que passou a ser ocupada pela região Sul do Brasil, especialmente pelo estado do Rio Grande do Sul. São pelo menos quatro as razões que explicam tal mudança no cenário produtivo do tabaco no país:

- a) A primeira foi a visão mercadológica que proporcionou o cultivo de fumos claros, como dos tipos Chinês e Amarelinho, substituídos posteriormente pelo Virgínia;
- b) A segunda foi a estrutura produtiva de pequenas unidades de produção e a utilização de força de trabalho familiar que os imigrantes germânicos implantaram;
- c) A terceira está relacionada à instalação da British American Tobacco (B.A.T.), representada pela Souza Cruz, em Santa Cruz do Sul, em 1917. A empresa iniciou um pioneiro e inédito sistema integrado de produção, baseando-se nas transações com os agricultores, a partir da contratação anual que gerava um comprometimento mútuo entre os agentes participantes do processo produtivo. Iniciava-se, assim, a estrutura de complexo agroindustrial, em que a indústria exerce a governança das atividades e, como consequência, propiciou a estabilidade dos fumicultores e do complexo como um todo;
- d) A quarta deve-se às ações do Estado que contribuíram para o processo evolutivo do tabaco no Sul do Brasil, constituindo uma configuração

institucional que assegurou a evolução da agroindústria fumageira no longo prazo (SILVA, 2002).

No século XIX começaram a surgir as primeiras manufaturas que se dedicaram, inicialmente, à produção de rapé. As primeiras fábricas de rapé estavam localizadas no Rio de Janeiro. Em 1850, o Rio era o principal produtor do rapé brasileiro, possuindo cinco fábricas (SOUZA CRUZ, 2001). A fábrica de João Paulo Cordeiro, localizada no Rio de Janeiro e que posteriormente passou a ser de propriedade da Souza Cruz, era a mais importante do estado. Produzia aproximadamente 45 toneladas, empregava 53 operários (entre eles 49 escravos) e era a concorrente direta da fábrica de Meuron, localizada na Bahia e que produzia aproximadamente 75 toneladas de rapé e empregava apenas 24 operários (sendo 18 escravos e seis estrangeiros). No entanto, as fábricas de rapé estavam fadadas ao desaparecimento, tendo em vista que o mercado, já na primeira metade do século XIX, começava a demandar, de forma ascendente o charuto (SILVA, 2002). Pequenas fábricas de charuto começaram a aparecer no Brasil e no início do século XX a produção de charutos era de 70 milhões de unidades, das quais 90% eram produzidas na Bahia (NARDI, 1985).

No século XIX, ainda que de modo tímido, o cigarro começou a ser produzido no Brasil. O século XX trouxe vigor à indústria de cigarros, que passou a dividir as atividades em desfiar o fumo e em beneficiar para a exportação. Estas manufaturas, que eram ligadas às companhias exportadoras, trabalhavam para atender às exigências do mercado externo. Os estados nos quais se desenvolveu a atividade fumageira em nível industrial foram São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Ceará, Sergipe e Maranhão (SOUZA CRUZ, 2001).

No início do século XX houve uma concentração agrícola regional, industrial e de capitais. Para Bahia e para o Rio Grande do Sul foram direcionadas as áreas de plantio. As indústrias começaram a demandar cada vez mais capital para manter a atividade. A queda do consumo, após a Primeira Guerra Mundial, fez com que somente volumes elevados de recursos mantivessem a sua viabilidade produtiva. A elevada carga tributária e, sobretudo, a mudança nos hábitos de consumo - que se vislumbraram com o maior consumo de cigarros - são os fatores explicativos para a crise no setor de charutos. A saída para os empresários, já naquela época, foi promover fusões e compras de empresas pequenas pelas maiores. Em

1920, apenas cinco empresas concentravam 75% da produção dos charutos brasileiros e em 1930 três fábricas produziam quase o total da produção nacional. (NARDI, 1985).

No setor de cigarros também havia a necessidade de grandes injeções de capital, tendo em vista o crescimento do mesmo. Assim, Albino Souza Cruz, fundador da empresa Souza Cruz, criada em 1903, se associou à British American Tobacco (B.A.T.) em 1914, com a finalidade de ampliação da produção e da comercialização de cigarros. No setor de beneficiamento, Santa Cruz do Sul já despontava como principal produtora e, em 1918, houve a fusão de seis empresas, formando a Companhia de Fumos Santa Cruz, uma das pioneiras no ramo, no Brasil (NARDI, 1985).

Como é possível observar, o consumo e os investimentos mais expressivos passaram a estar ligados à produção e ao beneficiamento do tabaco exportado em folha ou enviado para as fábricas de cigarros, cujo mercado estava em franca expansão. O cigarro é mais leve para quem consome, mais barato e de mais rápida produção. E a região de Santa Cruz do Sul passou a ser polo de beneficiamento do tabaco relacionado a tal produto (SILVA, 2002).

O tipo de estrutura produtiva e os tipos de tabaco produzidos no Rio Grande do Sul, pelos colonos alemães, impulsionaram o crescimento da produção e da participação nacional do produto que, nos primeiros anos do século XX, começou a contribuir, somando-se ao tradicional estado da Bahia, com mais de 50% do total colhido no Brasil. À medida que foi se desenvolvendo a fumicultura nessa região, o cultivo foi se expandindo para os demais estados do da região Sul, que foi se tornando progressivamente o principal centro produtor do tabaco do país (SILVA, 2002).

O Rio Grande do Sul teve um período de baixa na produção de tabaco devido à crise externa relacionada à Segunda Guerra Mundial. Porém, apesar do momento crítico pelo qual passava o setor, a Souza Cruz decidiu ampliar suas áreas de produção e, a partir dos anos cinquenta, passou a incentivar o cultivo nos estados de Santa Catarina e do Paraná, em moldes similares àqueles encontrados no Rio Grande do Sul (SILVA, 2002).

Durante as décadas de 1960 e 1970 cresceu a especificidade locacional e as áreas de produção foram se consolidando nos três estados do Sul do país. Houve também a entrada de grandes conglomerados multinacionais, configurando o setor em um oligopólio comandado pelo capital estrangeiro. Tais empresas confirmaram a emergente estrutura do

Complexo Agroindustrial (CAI) do produto. As características das unidades agrícolas produtoras de tabaco também foram consagradas, caracterizando-se por pequenas propriedades que ocupam mão-de-obra essencialmente familiar (SILVA, 2002).

Uma característica marcante do setor, com origem ainda no princípio do século XX, presente, sobretudo, no caso dos fumos claros e companhias cigarreiras, foi a crescente internacionalização do capital. O setor tabacaleiro é considerado, no Brasil, aquele com o maior nível de internacionalização de capitais, nos dias atuais. A indústria se mostra como o elemento central na estruturação do Complexo Agroindustrial (CAI) tabacaleiro. Na região de Santa Cruz do Sul estão presentes as principais companhias do mundo. Essa estrutura, existente a partir dos anos 1960 e construída sob a base de uma estrutura de mercado em oligopólio concorrencial, obriga seus componentes a manter constantes investimentos, fusões e incorporações. Destaca-se que a expansão dos investimentos das multinacionais no sul do Brasil decorreu, em grande medida, do problema social enfrentado pelo Zimbábue, nos anos de 1960, que afetou os empresários e gerou dúvidas quanto ao cumprimento dos contratos (SILVA, 2002).

Os capitais aplicados naquele país foram transferidos para uma região mais estável. No Brasil, as empresas de capital estrangeiro também foram beneficiadas pelas isenções de impostos e pelos financiamentos proporcionados pelo setor público. Nos anos 1990, quatro grupos empresariais, de capital estrangeiro dominavam o mercado, estando presentes na produção, na compra, no beneficiamento e na confecção de cigarros. Houve um movimento de fusões de empresas, com o objetivo de obter economias de escala e reduzir a intensidade da concorrência. Isso consolidou a região de Santa Cruz do Sul como o maior polo produtivo mundial do tabaco, altamente competitivo no mercado internacional (SILVA, 2002).

3.2 O MERCADO MUNDIAL DE TABACO

A globalização e o crescimento do vínculo entre a produção agrícola e o conjunto das atividades econômicas têm contribuído para que o desenvolvimento da agricultura passasse a ter o seu funcionamento e sua modernização cada vez mais relacionados e regulados pelas relações de produção e distribuição globalizadas, em detrimento,

sobretudo, nos países de periferia, da produção agrícola para a subsistência e da melhoria da qualidade de vida da população rural (SILVEIRA; DORNELLES, 2010).

De modo geral, a produção agrícola passou a atender cada vez mais à demanda dos mercados internos urbano-industriais e, principalmente, ao mercado externo, através da exportação de matéria-prima em estado bruto ou com algum tipo de beneficiamento ou transformação industrial (SILVEIRA; DORNELLES, 2010).

Paralelamente, a globalização da economia tem introduzido novas características ao desenvolvimento do processo de agroindustrialização da produção agrícola. Com o fim da Guerra Fria houve a retomada da expansão da economia de mercado em escala global, acompanhada pela constituição de novos blocos comerciais de países, pelo avanço e pela modernização dos meios de transporte, pelo desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação e pelo redirecionamento de volumes cada vez mais expressivos de investimentos diretos externos em busca de ganhos de escala e de reduções de custos em nível global (JANK; NASSAR, 2001).

Ao analisar criticamente a transição do Fordismo para o Pós-fordismo, Bonanno (1999) defende que a globalização econômica não pode ser compreendida como um sistema totalmente globalizado e homogêneo no qual a dimensão territorial seja irrelevante. Ao contrário, a globalização se apresenta, sobretudo, como um sistema de mobilidade global e de ações globais que opera em reação às condições que se manifestam nos territórios locais e regionais. Nessa perspectiva, o autor ressalta também que a configuração de circuitos globais de produção agrícola não é mais que a reorganização da produção com base na valorização das ofertas locais ou regionais e de fatores de produção que sejam atrativos para a acumulação de capital das corporações multinacionais (BONANNO, 1999).

Dessa forma, a difusão desigual de uma agricultura científica e globalizada no território, em consonância com a lógica competitiva do mercado global e com a racionalidade e as estratégias das corporações multinacionais que controlam o setor, estão relacionadas a uma crescente modernização do processo produtivo, com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade, com recorrentes mudanças na sua dinâmica de relações sociais e econômicas e na sua organização espacial (SANTOS, 2000; ELIAS, 2003).

Nesse contexto e frente a esses novos condicionantes, tem-se a promoção de mudanças no funcionamento do mercado mundial de tabaco em folha, bem como nas formas de organização espacial e nas estratégias competitivas das grandes empresas multinacionais que controlam hegemonicamente a cadeia produtiva do tabaco. A demanda de tabaco no mercado mundial é influenciada por um conjunto de fatores, que envolvem desde eventos naturais, eventos políticos e econômicos, até o surgimento de barreiras fiscais, subsídios e mudanças na política cambial pelos governos dos países exportadores e importadores, e principalmente eventos político-culturais, como a ampliação da campanha mundial de combate ao tabagismo (SILVEIRA; DORNELLES, 2010).

Para Buainain e Souza Filho (2009), de modo geral, do final do século XX aos primeiros anos do século XXI a evolução do consumo mundial de tabaco vem sendo intensamente influenciada por variáveis como:

- As normas e dispositivos legais de responsabilização das empresas fabricantes de produtos do tabaco em razão dos efeitos nocivos do tabagismo à saúde pública;
- O crescimento da tributação sobre o consumo do tabaco, notadamente de cigarros;
- As normas e dispositivos legais de restrição à produção, à comercialização e à publicidade e propaganda de produtos do tabaco;
- A diminuição da aceitação social do tabagismo.

No entanto, é necessário considerar que as dinâmicas de evolução do consumo e da produção de tabaco em folha não tem sido iguais nos países que tradicionalmente participam desse mercado, sobretudo quando se consideram os países centrais, periféricos e semiperiféricos (SILVEIRA; DORNELLES, 2010).

Tabela 1: Evolução do consumo mundial de cigarros entre 2000 a 2012.

CONSUMO MUNDIAL DE CIGARROS					
PAÍS	Bilhões de Unidades				
	2012	2011	2010	2005	2000
China	2.562,050	2.559,490	2.546,760	2.763,820	2.235,470
Índia	465,510	465,040	462,730	465,610	474,280
Estados Unidos	441,720	441,280	439,080	441,810	498,910
Rússia	268,750	268,480	264,240	279,570	301,480
Alemanha	148,560	148,410	146,060	154,530	175,300
Indonésia	147,940	147,790	147,060	147,980	170,540
Japão	142,080	141,940	141,230	142,120	164,700
Turquia	106,240	106,130	105,600	117,330	114,100
Reino Unido	92,380	92,290	90,830	96,100	100,440
Brasil	88,990	97,450	96,970	108,240	96,550
Outros	1.307,260	1.297,410	1.296,460	1.608,020	2.036,330
TOTAL	5.771,480	5.765,710	5.737,020	6.325,130	6.368,100

Fonte: AFUBRA, 2019.

Com base nos dados apresentados na Tabela 1 é possível verificar que, entre os anos de 2000 e 2012, houve um considerável declínio no consumo global de cigarros. Em 2000 o consumo anual era de 6.368 bilhões de unidades, enquanto que em 2012 o consumo foi de 5.771 bilhões de unidades, representando uma redução de quase 10% no período. Entre os países analisados, somente a China apresentou aumento no consumo de cigarros: entre os anos 2000 e 2012, o crescimento do consumo foi de 14,6%.

A progressiva diminuição do consumo de tabaco nos países centrais tem ocorrido em função da combinação de alguns fatores, tais como: a diminuição no ritmo de crescimento da população; a maior conscientização da sociedade em relação aos riscos trazidos pelo consumo de cigarros à saúde; a intensificação das campanhas governamentais contra o tabagismo; o aumento de tributos sobre a fabricação e a comercialização de cigarros. Nos Estados Unidos, no Canadá e em países europeus tem havido uma progressiva diminuição do consumo de cigarros, embora os ritmos e as intensidades sejam distintos. Ainda assim, em alguns países como Alemanha, Inglaterra, França, Itália e Espanha o consumo é considerado elevado, o que torna esses países importantes mercados de tabaco (FAO, 2003a).

Países periféricos como a Indonésia, o Brasil e a Índia também apresentaram queda no consumo de cigarros nos últimos anos. Somente na China o consumo de tabaco continua apresentando crescimento significativo a cada ano. De acordo com Silveira (2015), tal ampliação do consumo, principalmente de marcas globais de cigarros, pode ser explicada por fatores sociais, como o aumento da população urbana, maior prosperidade da nova classe média e o estímulo para atualizar seu padrão de consumo (adquirindo principalmente cigarros importados), a progressiva liberalização feminina e a adoção pelas mulheres de hábitos de consumo até então restritos aos homens, como beber e fumar. As massivas e poderosas campanhas promocionais e de marketing realizadas pelas corporações multinacionais também contribuem para esse aumento de consumo.

Nos países em que a demanda tem se mantido ou mesmo ampliado, como na China, a procura crescente é por tabacos claros e com sabor que possibilitam a confecção dos vários blends⁶ que caracterizam cada marca de cigarro. Esse fator tem sido favorável ao Brasil, uma vez que países tradicionais na exportação concorrentes desse tipo de tabaco, como os Estados Unidos, vêm perdendo posições no mercado mundial em função do aumento no custo de produção e da diminuição da área plantada. Outros países concorrentes como o Zimbábue e o Malawi, não apresentam um desempenho regular, oscilando aumento e queda nos volumes produzidos, em razão de problemas econômicos e políticos internos. Porém, nos últimos anos, esses países têm iniciado a retomada de níveis maiores de produção e de exportação, impondo aos fumicultores brasileiros uma forte concorrência pelo mercado europeu, tradicional comprador de tabaco oriundo do Brasil e dos países africanos (SILVEIRA, 2015).

⁶ O “blend” é um dado padrão de mistura de diferentes tipos de tabaco que, em função da demanda dos compradores internacionais, combina características como a cor, o sabor, o aroma e a combustibilidade das folhas, afim de garantir a fabricação de marcas de cigarro, com características próprias e adequadas às preferências dos consumidores.

Tabela 2: Importação de tabaco.

Importação de tabaco								
País	1961	1970	1980	1990	2000	2006	2013	2016
Rússia	57.800	70.300	83.394	36.434	276.202	271.841	241.616	194.190
Bélgica	-	-	-	-	35.083	62.936	104.165	185.399
China	8.498	15.651	41.125	62.984	53.101	105.963	174.593	162.383
Alemanha	119.880	138.254	182.787	161.862	229.040	249.267	165.412	159.119
EUA	75.492	99.241	183.625	198.844	196.597	234.263	199.731	153.766
França	35.870	63.473	71.038	57.643	87.220	126.254	113.865	64.425

Fonte: FAOSTAT, 2019.

Após a década de 1990, observa-se um crescimento das importações de tabaco em folha pela Rússia, ocasionado pelo aumento do consumo de cigarros no país, simultâneo à abertura da economia do país ao capital internacional e ao avanço dos novos hábitos de consumo ocidentais. A Bélgica e a China também apresentaram aumento na importação de tabaco no século XXI. A Alemanha apresentou crescimento na importação de tabaco entre os anos 1990 e 2006, que pode ser atribuído à unificação do país que gerou o aumento da demanda de cigarros pelos habitantes da antiga Alemanha Oriental, ao mesmo tempo em que diminuiu o ritmo de importação na segunda metade da década de 2000. Observa-se também o crescimento das importações pela China, que embora seja o maior produtor mundial de tabaco, necessita de elevados volumes importados para poder atender a demanda de seu mercado interno (SILVEIRA; DORNELLES, 2010).

Tanto em relação ao consumo, como no que se refere à produção mundial, é possível observar um processo de mudança quanto à participação dos países no mercado mundial de tabaco em folha. Enquanto os países periféricos e semiperiféricos aumentaram sua participação na produção mundial de tabaco, respondendo, em 2000, por aproximadamente 81% do total do tabaco produzido no mundo, a produção dos países centrais vem diminuindo progressivamente, apresentando um decréscimo, entre 1970 e 2000, de 36%, quando a produção de tabaco desses países caiu de 1,9 milhões para 1,2 milhões de toneladas (SILVEIRA; DORNELLES, 2010).

China, Brasil e Índia têm se destacado como os principais produtores de tabaco em folha na atualidade. O aumento na produção de tabaco nesses países pode ser explicado pelo crescimento do consumo nos seus mercados internos, como é o caso da China, ou pela ampliação das exportações de tabaco para os países centrais, tendo em vista a queda na

produção de tabaco naqueles países, como no caso do Brasil e da Índia, (SILVEIRA; DORNELLES, 2010).

No que se refere à produção mundial de tabaco cru, é importante considerar que a participação de diferentes regiões globais também tem se alterado nas últimas décadas. Com base nas informações disponibilizadas no Anuário Brasileiro do Tabaco de 2010, é possível constatar que, entre os anos de 1980 e 2009, a América do Sul foi a região em que houve o maior aumento proporcional na colheita de tabaco (90,2%), seguida pela Ásia (85,7%) e pela África (70,5%). Ao mesmo tempo, os países da Europa e da América do Norte (Estados Unidos, México e Canadá) tiveram redução em suas safras na ordem de 60,1% e 54,5% respectivamente, no mesmo período (Anuário Brasileiro do Tabaco 2010, p.38).

De acordo com Troian et al. (2010, p.3) as principais causas para explicar esta situação estão vinculados: a) aos custos de produção, que são menores em países em desenvolvimento do que nos países desenvolvidos; b) à demanda por tabaco, que tem aumentado nos países em desenvolvimento, enquanto o hábito de fumar vem sofrendo declínio nos países desenvolvidos; c) ao fato do tabaco ainda ser considerado um cultivo rentável nos países em desenvolvimento; d) à existência de uma tendência global das empresas multinacionais de estabelecerem presença nos países em desenvolvimento, em função dos custos de produção mais baixos e da legislação menos restritiva do que nos países desenvolvidos.

A produção mundial de tabaco em folha passou de 4,3 milhões de toneladas, em 1970, para 6,5 milhões de toneladas de tabaco em 2012, uma ampliação correspondente a 51% (AFUBRA, 2019). Esse crescimento se deve, principalmente, ao aumento da área plantada e da quantidade produzida de tabacos do tipo *flavour*,⁷ que dão sabor e aroma ao cigarro. Dentre as principais variedades de tabaco que são utilizadas no preparo dos *blends* para a fabricação do cigarro destacam-se as variedades *Virginia*, *Burley* e *Oriental*, produzidas, sobretudo, em países periféricos e semiperiféricos (SILVEIRA; DORNELLES, 2010).

⁷ Os tabacos do tipo *flavour* possuem como característica a alta qualidade de suas folhas e o fato de incrementarem sabor e aroma diferenciados na produção dos *blends* próprios a cada marca de cigarro. Além do Brasil, os tabacos do tipo *flavour* são produzidos no Zimbábue e nos Estados Unidos. Outros países como a Argentina, se especializam na produção de tabacos do tipo *filler*, usados basicamente no enchimento de cigarros. (Gazeta Mercantil, 1999).

As principais regiões de produção agrícola do tabaco em folha estão localizadas em zonas de latitudes médias, com destaque para o Brasil e os Estados Unidos, na América, para o Malawi e o Zimbábwe, na África, para a Índia, a China e a Indonésia, na Ásia, e para a Turquia, entre a Europa e a Ásia. Além das distintas variedades produzidas nos países, a produção de tabaco também ocorre de modo distinto em cada país, em função das particularidades do sistema de produção, das características fundiárias das propriedades agrícolas, do conteúdo técnico e do volume de força de trabalho e das relações de produção de cada país (SILVEIRA; DORNELLES, 2010).

Na China, a produção de tabaco é realizada manualmente por aproximadamente 20 milhões de famílias de produtores em pequenas propriedades cujo tamanho médio é de 0,3 a 0,4 hectares. A área destinada ao cultivo do tabaco é pequena, entre um terço e metade da área total das unidades de produção. Nessas propriedades também há a produção de cultivos alimentares, como a cana-de-açúcar, a soja e hortaliças. Em 1992 foi criada a lei que estabeleceu o monopólio estatal sobre o tabaco no País, então, todas as etapas desde a produção, a comercialização, o processamento e a exportação do tabaco, assim como a fabricação e a comercialização de cigarros, são planejadas e realizadas pelo governo chinês. O controle absoluto da cadeia produtiva do tabaco pelo Estado impede a entrada das corporações multinacionais no mercado interno e viabiliza uma importante arrecadação de impostos aos governos das províncias e ao governo federal. No entanto, esse controle acaba por impor aos fumicultores chineses uma alta taxa de exploração do trabalho familiar em função do baixo valor pago pela produção (FAO, 2003b).

Na Índia, a produção de tabaco está presente em praticamente todo o território. A produção é realizada por aproximadamente 850 mil produtores em pequenas unidades de produção familiar, sendo que cerca de 50% dos produtores possuem propriedades com tamanho inferior a dois hectares. O governo federal indiano desempenha um papel central no aumento da produção, da produtividade e da qualidade do tabaco, assim como na melhoria da remuneração dos produtores, notadamente da variedade *Virginia*, através de ações da Junta do Tabaco e do Instituto Central de Investigação sobre o Tabaco (CTRI). As ações governamentais envolvem: o fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico na cultura do tabaco; a introdução e difusão de novas tecnologias e técnicas produtivas nas etapas de cultivo, de colheita, de cura e de processamento; o apoio institucional e normativo

à cadeia produtiva através da concessão de subsídios diretos à aquisição de fertilizantes e da oferta de crédito aos produtores, da regulação de preços e da promoção das exportações. Essas ações permitiram à Índia ampliar a quantidade e a qualidade da produção de tabaco. A Junta do Tabaco coordena e regula a comercialização do tabaco da variedade *Virginia* através de um sistema obrigatório de leilões, com a participação das empresas exportadoras de tabaco, dos fabricantes de cigarros e dos comerciantes de tabaco (FAO, 2003b).

Nos Estados Unidos, o número de propriedades rurais que produzem tabaco, assim como a área total plantada, vem diminuindo progressivamente em função da queda da demanda de tabaco ocasionada pela diminuição dos níveis de consumo do cigarro no mercado interno e, também, pela política dos estados americanos de estimular a diversificação nas áreas produtoras de tabaco. Em 1954 havia 512.000 propriedades produtoras de tabaco representando uma área total de 626.070 hectares plantados. Em 2002 o número de propriedades produtoras de tabaco caiu para cerca de 57.000 e a área plantada para 173.616 hectares. A produção de tabaco concentra-se principalmente no Sudeste do país, nos estados da Carolina do Norte, Kentucky, Tennessee, Carolina do Sul, Virginia, e Geórgia, que juntos respondem por aproximadamente 90% da produção dos Estados Unidos (BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2009).

O tabaco é produzido em propriedades rurais de médio e grande porte, que possuem em média 70 hectares. Nessas propriedades, a dimensão da área das lavouras de tabaco varia de 15 a 20 hectares (BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2009). Quanto ao modo de produção, desde a década de 1960 os produtores de tabaco começaram a introduzir o emprego de máquinas e equipamentos, e de insumos químicos que contribuíram para ampliar os níveis de produtividade e diminuir progressivamente o custo da força de trabalho ocupada na produção e na colheita do tabaco. Atualmente, a produção, a colheita e a cura do tabaco são totalmente mecanizadas. Apesar do elevado custo de produção, das crescentes campanhas de diversificação produtiva e da perspectiva de redução do plantio do tabaco no país, esse cultivo ainda é vantajoso em termos de renda para os produtores norte-americanos que permanecem na cultura (CAPEHART, 2004).

O governo federal dos Estados Unidos regula a produção de tabaco no País através do estabelecimento de cotas de produção, da definição de preço mínimo pago ao tabaco e

da imposição de barreiras fiscais e alfandegárias ao tabaco importado. Desde 1991, alguns governos estaduais americanos têm permitido a troca e a venda de cotas de produção de tabaco entre produtores de outros municípios e de outros estados, o que tem favorecido a concentração da produção de tabaco por um número cada vez menor de propriedades agrícolas, algumas das quais de propriedade de empresas. A comercialização do tabaco é realizada anualmente, obedecendo ao limite de preços mínimos, envolvendo a celebração de contratos comerciais entre os produtores e as empresas (SILVEIRA; DORNELLES, 2010).

No Zimbábwe, a produção de tabaco é realizada principalmente no noroeste do país, na província de Harare, por aproximadamente de 2.000 agricultores comerciais em grande escala, que possuem propriedades com tamanhos que variam entre 100 e 500 hectares. A área média destinada ao cultivo do tabaco é de 40 hectares, realizada através de um sistema de rotação de culturas com outros cultivos como a soja, o milho e o trigo. A produção agrícola do tabaco combina o uso de modernos equipamentos no preparo e adubação da terra, na irrigação da lavoura por aspersão e gotejamento, e na cura do tabaco, com o emprego de força de trabalho assalariada em atividades manuais de plantio e colheita das folhas de tabaco (FAO, 2003a).

A produção é realizada em propriedades privadas de pessoa física, empresas de responsabilidade limitada ou de grandes associações empresariais. Secundariamente, há também pequenos produtores rurais, em propriedades comunais de terra e em áreas de terras arrendadas, com uso intensivo da força de trabalho familiar e baixo grau de mecanização, que desenvolvem o cultivo de tabaco no país. Embora mais numerosos, aproximadamente 16 mil famílias, os pequenos agricultores são responsáveis por apenas 20% da área plantada e da produção total de tabaco, que está concentrada nas grandes propriedades. A comercialização do tabaco, tanto dos grandes quanto dos pequenos produtores é realizada junto às corporações multinacionais que processam e exportam o tabaco em folha (FAO, 2003a).

Desde meados da década de 1990 a expansão do mercado de tabaco, assim como dos negócios das corporações multinacionais fabricantes de cigarros e processadoras de tabaco, tem sido influenciada pelas variáveis conjunturais destacadas abaixo:

1. A difusão da ideologia neoliberal de ampliação dos investimentos externos diretos, de liberalização econômica, de promoção do livre comércio, de integração dos mercados nacionais e regionais e de privatização de empresas estatais, tem dado legitimidade às práticas econômicas das multinacionais e direcionado a expansão e a readequação de suas operações produtivas e comerciais em escala mundial;
2. A adoção, entre as subsidiárias das corporações multinacionais, de técnicas modernas e flexíveis de produção, de circulação e de comunicação tem facilitado as condições infraestruturais e logísticas para uma maior fluidez da matéria-prima, de insumos, de capital, de tecnologia e de informação entre as diferentes plantas industriais e demais empresas das corporações, entre elas e seus fornecedores e clientes, assim como tem aumentado a capacidade de produção e os níveis de produtividade dos ramos do tabaco e do cigarro;
3. A crescente abertura econômica experimentada pelos países do Leste Europeu e pela China, expandindo o mercado e os investimentos capitalistas em suas economias, estimulando os investimentos realizados pelas corporações de tabaco nessas regiões;
4. As políticas governamentais cambiais, fiscais, financeiras e industriais tomadas no âmbito das economias periféricas e semiperiféricas, com o objetivo de atrair novos investimentos externos diretos das companhias multinacionais cigarreiras e processadoras de tabaco, também têm sido valorizadas pelas multinacionais na instalação ou ampliação de suas atividades nesses países, especialmente na América Latina e no Sudeste Asiático;
5. A ameaça de regulação dos negócios das corporações em seus países sede, a busca contínua por proteção e ampliação de seus ativos financeiros dos processos judiciais nos países centrais também têm levado as corporações multinacionais a deslocarem parte ou a totalidade de algumas de suas operações para os países semiperiféricos e periféricos. Dessa forma, a expansão dos mercados mundiais de cigarros e de tabaco tem se

caracterizado pelo aprofundamento da disputa entre grandes corporações multinacionais e pela intensificação do processo de concentração de capital, tanto na indústria de fabricação de cigarro, quanto na indústria de processamento de tabaco (SILVEIRA; DORNELLES, 2010).

Os processos de centralização e de concentração de capital se intensificaram em decorrência do caráter progressivamente globalizado da concorrência, da crescente desregulamentação dos investimentos externos e do intercâmbio comercial no âmbito da OMC (Organização Mundial do Comércio) e nos mercados comuns regionais na Europa e na América do Norte. Também ocorreram devido à promoção de alianças estratégicas entre as companhias locais e globais de cigarro, e à diluição dos monopólios estatais no ramo do tabaco em âmbito mundial (SKLAIR, 1998; CHESNAIS, 1996).

O poder oligopólico do conglomerado do tabaco na economia mundial está ancorado em quatro pilares que se reforçam mutuamente e que, simultaneamente, impõem barreiras à entrada de novos competidores: a) os elevados e contínuos investimentos em pesquisa e desenvolvimento e o emprego de um moderno sistema tecnológico e de inovação nas atividades produtivas que garantem elevados graus de automação, sinergia e produtividade; b) a existência de complexas técnicas de mercado e de manipulação dos consumidores, através de gigantescas campanhas de marketing e de publicidade, especialmente das marcas de cigarros globais; c) a íntima relação com o capital financeiro, seja participando do controle acionário das multinacionais cigareiras, seja financiando os recursos necessários à modernização e expansão do setor; e d) o mecanismo de subsídios cruzados que consiste na transferência de elevadas somas de capital entre uma e outra empresa subsidiária vinculada à corporação multinacional, com o intuito de promover o equilíbrio econômico das empresas ou para possibilitar a aquisição de uma nova empresa pelo grupo (CLAIRMONTÉ, 1983).

Desde a década de 1990, a dinâmica de expansão do mercado de tabaco, assim como dos negócios das corporações multinacionais fabricantes de cigarro e processadoras de tabaco no mercado internacional, tem se fortalecido através da realização de novos investimentos estrangeiros diretos (IED), como, por exemplo, a aquisição de pequenas e tradicionais empresas privadas com dificuldades econômicas ou pela aquisição de empresas estatais recém privatizadas em distintos países (VAN LIENMT, 2002). Essa estratégia tem

permitido às empresas a criação de novas filiais, ora valorizando a localização dos novos empreendimentos próximos às zonas produtoras de tabaco em folha, ora aproveitando a proximidade ou as condições de acesso aos grandes centros de consumidores. É necessário destacar também as vantagens que as grandes corporações multinacionais acabam tendo com a formação e o funcionamento do mercado interno do grupo multinacional, através das relações entre a empresa matriz e as suas empresas subsidiárias, que lhes possibilitam, entre outras coisas, obter rendimentos expressivos com a cessão ou com o intercâmbio de suas patentes e licenças (CHESNAIS, 1996).

Essas empresas multinacionais tabaqueiras e cigareiras também ampliam seus negócios no espaço mundial através da realização de *joint ventures*⁸ entre empresas multinacionais de cigarro, entre as multinacionais processadoras e distribuidoras de tabaco, e entre elas e outras empresas para o processamento de tabaco e a produção e comercialização de cigarros em mercados locais e regionais, bem como para a construção, a ampliação e a modernização de redes de distribuição, de vendas e do marketing de marcas de cigarros (VAN LINEMT, 2002).

Nesse contexto de expansão dos negócios das empresas de tabaco e de cigarro, é necessário levar em consideração também a importância da constituição de uma base de sustentação e de legitimação política e ideológica, através da articulação de suas ações com os produtores de tabaco, com os sindicatos representantes dos trabalhadores industriais, com os compradores preferenciais, e com os atacadistas e suas redes de distribuição. Também tem contribuído para essa expansão a habilidade com que a indústria de cigarros, nos diversos países, tem lidado com os meios de comunicação e com os poderes legislativo, executivo e judiciário, no sentido de obter êxito em suas operações, em suas negociações e nos seus embates judiciais. Dessa forma, junto com a expansão mundial, os ramos tabaqueiro e cigareiro têm desenvolvido uma série de alianças intra e intersetoriais, de acordos comerciais e políticos, e de ações nos campos político, social, cultural e ideológico. Assim, o risco do setor é diluído, distribuído e articulado como uma rede de interesses econômicos e políticos (BOEIRA, 2002).

⁸ É um acordo entre duas ou mais empresas que estabelece alianças estratégicas por um objetivo comercial comum, por tempo determinado. As companhias concordam em unir seus recursos para o desenvolvimento de um negócio conjunto e dividem os resultados, sejam eles lucros ou prejuízos.

A expansão do mercado mundial de tabaco também tem sido direcionada e regulada através de ações e de normas instituídas pelos Estados Nacionais e pelos organismos internacionais, como a OMC (Organização Mundial do Comércio), a UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) e a OMS (Organização Mundial da Saúde). Dessa forma, apesar do discurso ideológico hegemônico do liberalismo econômico e de defesa de um Estado mínimo, a dinâmica de direcionamento de novos investimentos estrangeiros diretos tem sido orientada fortemente, sobretudo nas últimas décadas, em função das oportunidades ou dos obstáculos definidos pelas normas instituídas no âmbito de cada país ou de cada bloco regional (SILVEIRA; DORNELLES, 2010).

Nesse aspecto, um conjunto de ações tem sido posto em prática pelos Estados Nacionais para atrair novos investimentos internacionais: privatizações, atração de novas plantas industriais, de novas tecnologias e de laboratórios estrangeiros, política de formação e de qualificação profissional e instalação de infraestrutura de transportes e de comunicações. Somam-se também a esse propósito ações governamentais já tradicionais como isenções fiscais, flexibilização de leis trabalhistas, concessões alfandegárias, bonificações de juros, livre transferência de lucros e de divisas, proteção dos direitos de propriedade privada e liberalização da regulamentação sobre fusões e aquisições entre empresas (ANDREFF, 2000).

Em contrapartida, há um conjunto de ações e de normas instituídas pelo Estado, no âmbito das economias nacionais e regionais, que tem adquirido força progressivamente e influenciando a dinâmica de funcionamento do mercado internacional de tabaco, sobretudo, por representar obstáculos e constrangimentos ao processo de reprodução e acumulação do capital internacional tabaqueiro e cigareiro. Entre estas ações é possível destacar as campanhas governamentais de controle ao tabagismo, as normativas de redução do uso dos insumos químicos e do emprego do trabalho infantil, a taxação no consumo do tabaco e do cigarro, a criação de barreiras de entrada, a definição de cotas de importação e de exportação, dentre outras (SILVEIRA; DORNELLES, 2010).

Estas ações normativas têm influenciado diretamente as decisões das corporações multinacionais no que diz respeito à definição de investimentos em determinadas regiões, assim como a direção e a intensidade dos fluxos de comercialização de tabaco e de cigarros,

de capitais e dos demais ativos materiais e imateriais demandados e produzidos pelo setor do cigarro e do tabaco. O mercado mundial de tabaco em folha é composto por um pequeno número de corporações multinacionais fornecedoras de tabaco que controlam a produção e o fornecimento da matéria-prima para as indústrias de cigarro. De modo geral, a expansão das corporações multinacionais de tabaco no mercado mundial tem ocorrido principalmente em locais e regiões nas quais há uma oferta de tabaco de qualidade e baixo custo e/ou onde existam mercados consumidores de cigarros a serem explorados ou que já estejam em exploração pelas corporações de cigarro (SILVEIRA; DORNELLES, 2010).

Os condicionantes e as características existentes na dinâmica do mercado mundial de cigarro também afetam diretamente o funcionamento do mercado mundial de tabaco, influenciando e direcionando as ações das companhias processadoras de tabaco. As transformações na configuração espacial do mercado mundial de cigarros (crescimento do consumo em novas áreas geográficas e redução do consumo em regiões tabagistas tradicionais), o crescente aumento do consumo de cigarros elaborados com tabacos do tipo *flavour* e o desenvolvimento de uma maior diversificação nos tipos de cigarros atualmente oferecidos pela indústria cigarreira influenciam as estratégias de ação das companhias processadoras de tabaco (SILVEIRA; DORNELLES, 2010).

Nessa perspectiva, as principais companhias multinacionais de processamento de tabaco têm direcionado suas estratégias de ação e boa parte dos seus investimentos para os principais países produtores de tabaco utilizados na produção dos *blends* atualmente demandados pelo mercado mundial. Nos últimos anos, tem havido um aumento gradual nos investimentos realizados pelas grandes empresas mundiais na ampliação da produção do tabaco e da capacidade de processamento industrial e de comercialização de tabaco nesses países (SILVEIRA; DORNELLES, 2010).

Dessa forma, usinas processadoras de tabaco têm sido instaladas, ampliadas e modernizadas, buscando incrementar a produção e o processamento de tabaco nas suas distintas variedades. Quanto ao tabaco *Virginia*, os principais investimentos têm sido realizados em países produtores e exportadores como a China, o Brasil, a Índia e o Zimbábwe. Na agroindustrialização do tabaco da variedade *Burley*, os investimentos direcionaram-se principalmente para o Brasil, para o Malawi e para a Argentina; já em relação ao tabaco da variedade *Oriental*, os países que mais têm atraído o capital

multinacional tabaqueiro além da Turquia, têm sido a Grécia, a Bulgária e a Macedônia (SILVEIRA; DORNELLES, 2010).

Ademais, a produção e o processamento de cada uma dessas variedades de tabaco, em cada local distinto, apresentam custos variados que afetam o preço final de sua comercialização e exportação. Os custos estão atrelados à carga tributária existente, às condições de financiamento disponíveis para a produção, ao modo de produção, ao nível de produtividade da lavoura e do processamento industrial, e, sobretudo, às relações sociais de produção e à remuneração do trabalho empregado na lavoura de tabaco e no seu processamento industrial, visto que o cultivo e a colheita do tabaco, principalmente nos países periféricos e semiperiféricos, são realizados através do uso intensivo do trabalho manual (SILVEIRA; DORNELLES, 2010).

Tanto no ano de 1990, como em 2000, os preços praticados pelo Brasil, pelo Malawi e pelo Zimbábue representaram, aproximadamente, a metade do preço do tabaco obtido nos Estados Unidos. Além disso, entre 1990 e 2000 houve uma redução no preço do tabaco exportado pelo Brasil, pelo Malawi e pela Turquia, principais países produtores e exportadores, respectivamente, de tabaco *Virginia*, *Burley* e *Oriental*. A diferença do preço do tabaco exportado a partir dos diferentes países é muito valorizada pelas empresas multinacionais processadoras em suas estratégias de ação, incidindo diretamente nas suas decisões locais e de novos investimentos. Ademais, na medida em que essas grandes corporações atuam no âmbito mundial, a possibilidade de combinar a produção de tabaco de suas subsidiárias, de acordo com essa dinâmica diferenciada de preços, lhes permite obter importantes vantagens comparativas que acabam reforçando suas posições hegemônicas no mercado mundial de tabaco em folha (SILVEIRA; DORNELLES, 2010).

Dessa forma, apesar das principais corporações multinacionais de tabaco possuírem atributos fundamentais como altas somas de capital, renovado conteúdo tecnológico e uma ampla estrutura logística, que lhes permite ampla mobilidade espacial, podendo desenvolver suas operações em qualquer lugar do planeta, o desempenho de suas atividades no mercado de tabaco em folha depende também de atributos locais e regionais indispensáveis à produção agrícola, ao processamento industrial e à exportação do tabaco, como, por exemplo, as condições ambientais relacionadas à produção e ao custo de produção e de exportação do tabaco (SILVEIRA; DORNELLES, 2010).

A presença dessas empresas em diferentes lugares e regiões produtoras de tabaco configura-se como uma condição estratégica para conquistar ou mesmo manter uma posição de liderança nesse mercado. Assim, as empresas procuram obter as variedades de tabaco de que precisam através da constituição de redes de comercialização entre as suas próprias subsidiárias ou em cooperação com outras empresas que já estejam presentes nesses lugares. Desse modo, todas as grandes companhias multinacionais processadoras de tabaco procuram se manter presentes, direta ou indiretamente, nas diferentes áreas produtoras de tabaco, com a finalidade de obter a diversidade e a quantidade de tabaco em folha necessária à produção dos *blends* demandados pelos seus clientes internacionais (SILVEIRA; DORNELLES, 2010).

A crescente racionalização do processo produtivo e o emprego de inovações tecnológicas têm garantido às corporações de tabaco a ampliação da acumulação de capital, na medida em que conseguem articular da melhor maneira possível os ganhos decorrentes do emprego de combinadas formas de relações sociais de produção adotadas nos diferentes estágios produtivos do processamento do tabaco e nos diferentes lugares e regiões geográficas de produção. Assim, as corporações multinacionais de tabaco, estrategicamente, combinam a extração do sobretrabalho dos agricultores familiares no Sul do Brasil, na Turquia e na Itália, dos camponeses no Malawi, dos trabalhadores rurais na Indonésia e nas Filipinas, por exemplo, com a extração da mais-valia dos trabalhadores rurais nas fazendas mecanizadas do Zimbábue e dos Estados Unidos, e dos trabalhadores urbanos efetivos e temporários nas diversas usinas de processamento de tabaco, localizadas em cidades nos diferentes países em que essas corporações estão presentes (HAMMOND, 1998).

Esses ganhos costumam ser maximizados na medida em que essas empresas, valendo-se das diferentes políticas fiscais, cambiais e de juros existentes em cada um dos países, e contando com a integração técnica e financeira dos mercados regionais, realizam recorrentes e sucessivas remessas e transferências de recursos e aplicações de capitais, entre as empresas subsidiárias, ou entre elas e as instituições financeiras parceiras, de modo a alcançar maiores níveis de remuneração do capital (HAMMOND, 1998).

Ao analisar o desempenho do complexo fumageiro no Brasil, é possível observar que, entre 1961 e 2017, o Brasil teve sua produção ampliada de 167 mil toneladas para mais

de 880 mil toneladas. Isso representou um aumento de aproximadamente 426% no volume produzido. Com relação aos concorrentes internacionais, a China, a Índia e os Estados Unidos mantiveram-se como os principais produtores mundiais, ao lado do Brasil. Os maiores importadores de tabaco são a Rússia, a Bélgica, a China, a Alemanha, os Estados Unidos e a França (FAOSTAT, 2019).

Os principais concorrentes mundiais do tabaco brasileiro, o Zimbábue e os Estados Unidos, passaram por oscilações na produção de tabaco entre os anos de 1990 e 2001. Nos Estados Unidos, desde a década de 1980, existe uma tendência de queda na produção e também nas exportações. O governo norte-americano tem retirado o apoio e alterado o cálculo de preços pagos pelo tabaco internamente produzido. O resultado foi uma redução de 40% da produção entre 1990 e 2001. As exportações acompanharam essa redução e sofreram uma retração de aproximadamente 20% no período assinalado. Atualmente, a saída tem sido iniciar um processo de integração entre agricultor e indústria, semelhante ao que ocorre no Sul do Brasil (SILVA, 2002).

No caso do Zimbábue, a organização interna da produção tabaqueira faz com que o produto se mantenha como sendo o principal impulsionador da economia. O volume produzido passou por um crescimento de 40% na produção entre 1990 e 2001, e as exportações cresceram 50% no mesmo período, o que mostra disposição dos produtores em reforçar a competição, em nível global. No entanto, as variações no volume produzido na segunda metade da década de 1990 causaram instabilidade nos negócios do tabaco em folha deste país. Os conflitos internos fazem com que os compradores receiem quebras contratuais, o que provoca o deslocamento na demanda para outros países, sobretudo o Brasil. As multinacionais instaladas no Zimbábue também projetam rupturas, o que provoca deslocamento de capitais e a sua consequente direção também para o Brasil (SILVA, 2002).

3.3 A PRODUÇÃO DE TABACO NO BRASIL E O SISTEMA INTEGRADO DE PRODUÇÃO (SIPT)

A produção de tabaco para fins comerciais teve início no Brasil a partir do século XVII sob o comando Português (ETGES, 1991). Na época, a região Nordeste concentrava

este segmento da produção. Até 1810 o plantio de tabaco só era autorizado na Bahia, mas a abertura dos portos às nações amigas do Brasil possibilitou a desconcentração da produção e a partir de 1850 o Sul do país começou a se destacar neste setor (NARDI, 1996).

Impulsionados pelo aumento do consumo de cigarros, no mercado interno e externo, a Região Sul do Brasil foi progressivamente aumentando sua produção e se especializando em tabacos claros, ideais para a confecção de cigarros, ao passo que no Nordeste do país o cultivo de tabacos escuros (para produção de charutos) foi perdendo força (ETGES, 1991). Foi no Rio Grande do Sul, com a colonização alemã, que nasceu o núcleo do que veio a se tornar “a capital mundial do fumo” (BOEIRA, 2002). De acordo com dados do IBGE, na década de 1940 a região Sul já despontava como a maior produtora de tabaco em folha do Brasil e hoje detém 96,8% da produção nacional (IBGE, SIDRA- Série histórica).

Hoje, o Brasil é o segundo maior produtor mundial de tabaco em folha e o principal exportador. Do ponto de vista interno, os fatores explicativos estão relacionados com a qualidade do produto brasileiro, o baixo preço pago aos fumicultores pelas agroindústrias e a estabilidade da economia que, aliada à facilidade de financiamento bancário para a produção de tabaco, tornam o produto brasileiro muito competitivo no mercado internacional (DESER, 2003).

De acordo com os dados divulgados pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em função de adversidades climáticas, o Brasil teve uma queda de mais de 30,2% na produção de tabaco na safra de 2016, perdendo a posição de segundo maior produtor mundial para a Índia (ANUÁRIO DO TABACO, 2018). No entanto, na safra de 2017 a produção brasileira de tabaco se reestabeleceu, alcançando 880 mil toneladas, e o Brasil voltou a se destacar como o segundo maior produtor mundial do produto (FAOSTAT, 2019).

Apesar da retomada do nível de produção no último período, a orientação por parte da Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA) e das federações é a de que os agricultores não aumentem a área de produção de tabaco nas próximas safras. O objetivo desta orientação é evitar que o produtor ofereça volume acima do normal e, assim, possibilitar melhores condições para que alcancem resultados satisfatórios na comercialização (ANUÁRIO DO TABACO, 2018).

De acordo com Albano Werner, atual presidente da Afubra, está havendo uma progressiva redução no consumo de cigarro tradicional no mundo, na ordem de 1,4% entre 2016 e 2017 e com estimativa de 2% anuais nos períodos seguintes. Além disso, a presença de novas formas de consumo de nicotina, como os heets - produto aquecido sem queima, que utiliza o tabaco (ainda não há a informação do percentual de tabaco utilizados neste produto e quanto representa em relação à quantidade de tabaco presente em cigarros tradicionais) - e o cigarro eletrônico à base de nicotina líquida, que em alguns casos é extraída da folha de tabaco e em outros é produzida de forma química. À medida que crescem estas novas formas de consumo de tabaco, a tendência é de que haja menor demanda do produto tradicional, então o setor produtivo deve estar atento (ANUÁRIO DO TABACO, 2018).

Mais de 85% da produção nacional de tabaco é destinada à exportação, que vai para 100 países em todos os continentes. O principal mercado consumidor do tabaco brasileiro é a União Europeia, que em 2018 recebeu 41% do tabaco exportado. O segundo é o Extremo Oriente, com 24%, depois vem a África/Oriente Médio, com 11%. A América do Norte é o destino de 10% do tabaco nacional, a América Latina de 8% e o Leste Europeu de 6%. O principal país importador do tabaco brasileiro é a Bélgica, seguida pelos Estados Unidos, China e Indonésia (SINDITABACO, 2019).

Depois da China, o Brasil foi o país com maior crescimento no valor de produção nos últimos 20 anos (FAOSTAT, 2019). O dinamismo brasileiro explica-se pelo aumento sistemático da produtividade da cultura de tabaco, cujo rendimento passou de 1,5 para 2,2 toneladas por hectare entre 1998 e 2017, com avanço médio de 2,4% ao ano no período (ANUÁRIO DO TABACO, 2018).

Na atualidade (safra 2017), a renda bruta anual gerada pelo setor no Brasil ultrapassa os dois bilhões de dólares (SINDITABACO, 2019). Destes recursos, 51% ficam com o governo através de tributos, 21% com a indústria, 22% com os agricultores e 6% com os varejistas. Nota-se a importância que o setor tem para o governo, em termos de arrecadação de impostos, assim como, a má distribuição de recursos gerados na atividade entre os setores, no qual poucas empresas apoderam-se da mesma quantidade de recursos que a totalidade dos agricultores envolvidos (MENGEL; DIESEL, 2009).

Dessa forma, os atores mais beneficiados com a cadeia produtiva do tabaco são as empresas fumageiras e o Estado brasileiro. Os agricultores, por sua vez, são o elo mais fraco da cadeia, tendo em vista que na divisão dos recursos gerados, ficam com a menor parcela. Além disso, os agricultores agem de maneira isolada, devido à estrutura produtiva pulverizada e a incapacidade organizativa (MENGEL; DIESEL, 2009).

Além de se concentrar na região Sul do Brasil, a cultura do tabaco concentra-se em determinadas regiões dos estados, situação que caracteriza algumas dessas regiões como territórios fumicultores (MENGEL; DIESEL, 2009). Estes territórios são percebidos como “especializados” e, portanto, altamente dependentes da produção de tabaco. Em alguns municípios o tabaco chega a responder por mais de 80% do valor bruto da produção agrícola total (VARGAS; BONATO, 2007). Do mesmo modo, a estrutura dos sistemas de produção dos agricultores que têm o tabaco como cultivo comercial tende a ser relativamente especializada devido à grande demanda de mão-de-obra, o que reforça a condição de dependência deste cultivo à agroindústria (VOGT, 1994).

A produção de tabaco em folha no País ocorre usualmente em unidades de produção familiar. De acordo com os dados do Censo agropecuário de 2017, naquele ano o tabaco em folha foi cultivado em 106.727 estabelecimentos agropecuários. A contratação de trabalhadores é efetuada normalmente por períodos mais curtos, que correspondem a algumas etapas da produção, como a colheita, em que há necessidade de maior força de trabalho; dessa forma, aproximadamente 65% dos trabalhadores sem laços de parentesco com o produtor atuaram por no máximo 60 dias na produção de tabaco em folha no ano de 2006. E do total de estabelecimentos agropecuários produtores de tabaco na região Sul do país, 3.518 estavam na condição de parceiros, o que corresponde a 3,1% dos estabelecimentos (IBGE, 2006).

Para Liedke (1977), no cultivo do tabaco em folha no país os agricultores são detentores dos meios de produção e, ao mesmo tempo, mediados por relações de parentesco, o que possibilita um processo de dominação do capital sobre a produção agrícola através da concentração vertical em que o setor industrial controla a produção e a comercialização do tabaco e determina os níveis de remuneração dos agricultores, de acordo com suas necessidades de acumulação.

O trabalho absorve quase todo o ano, desde a sementeira até o pagamento pelo produto. Com foco no valor recebido pela safra, o produtor nem sempre faz o cálculo do número de pessoas envolvidas e o tempo gasto no trabalho (DESER, 2010). Ressalta-se também que a maior parte das regiões produtoras de tabaco é caracterizada por uma topografia acidentada, em que a mecanização não é viável, o que dificulta a produção de outros cultivos para fins comerciais (BIOLCHI et al. 2003).

O tabaco costuma ser o principal produto do estabelecimento e normalmente é combinado com a produção de uma segunda cultura na mesma área (feijão ou milho). O restante da propriedade é utilizado para produção de alimentos para o autoconsumo, criações e reflorestamento (DESER, 2003, p. 27). Por não exigir mecanização e pela boa produtividade em pequenas áreas, a produção de tabaco torna-se, em muitos casos, a única possibilidade de manutenção de produtores na agricultura (LIMA, 2007).

Na visão dos produtores, a cultura do fumo apresenta como vantagens: 1) a utilização de pequena área de terra; 2) a renda considerada superior a outros cultivos; 3) a garantia de comercialização da produção; 4) a existência de seguro contra granizos; e 5) a facilidade de acesso ao crédito em função de ser este avalizado pela integradora. Entre as desvantagens os fumicultores destacam: 1) a exigência intensa da força de trabalho no que se refere ao número de pessoas envolvidas e à jornada de trabalho; 2) a má classificação do fumo por parte das indústrias; 3) a falta de liberdade na produção e na comercialização; e 4) a insuficiência de orientação técnica (DESER, 2003, p. 27-28).

De modo geral, a produção de tabaco é realizada em baixa escala de produção por demandar o emprego intenso de força de trabalho e o tamanho médio das unidades produtoras de tabaco no Brasil é de 16 hectares (TROIAN, 2014). Acredita-se que a renda seja o principal motivo para que se desenvolva o cultivo de tabaco, porém, embora o tabaco seja considerado rentável em comparação com outras atividades, de acordo com o Boletim Especial do DESER, aproximadamente 60 mil famílias produtoras de tabaco têm renda muito baixa pelo fato de não possuírem terra, por falta de assistência técnica, entre outros problemas (TROIAN, 2014). Ressalta-se ainda que a produção de tabaco, ao mesmo tempo em que se configura como a principal renda dos municípios produtores, não resulta em desenvolvimento, pois a maior parte desses municípios possui baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH (PERONDI et al., 2008).

A utilização de mão-de-obra infantil⁹ também é uma prática usual nas lavouras de tabaco brasileiras. Durante as safras de 2000/2001 e 2001/2002, foi constatado o intenso trabalho envolvendo todos os membros da família e a participação de crianças na etapa de classificação do tabaco. Apesar dos esforços para acabar com o trabalho de menores na produção de fumo, boa parte dos produtores de tabaco não possui condições financeiras para arcar com a contratação de trabalhadores, de modo que a participação dos filhos nas tarefas laborais se torna indispensável para a manutenção da família (DESER, 2003).

A partir da década de 1960 todas as etapas que compõem o complexo agroindustrial no Brasil (comercialização de insumos, financiamento, produção agrícola, comercialização, processamento industrial e exportação do tabaco) passaram a ser realizadas hegemonicamente pelas corporações multinacionais que operam no mercado internacional de tabaco. Atualmente, quatro empresas multinacionais – a Universal Leaf Tobacco, a Alliance One International, a British American Tobacco (através da Cia. Souza Cruz S/A) e a Japan Tobacco International (JTI) – comandam a produção e a exportação de tabaco em folha no país. Em conjunto, estas quatro multinacionais são responsáveis por cerca de 80% do beneficiamento industrial do tabaco brasileiro e pela sua comercialização interna e para o exterior, demonstrando o forte controle que essas empresas têm sobre a produção nacional e sobre o funcionamento do complexo agroindustrial de tabaco em folha no país (SILVEIRA, 2015).

As principais plantas de processamento das empresas de tabaco estão instaladas no Rio Grande do Sul, na microrregião de Santa Cruz do Sul, mais especificamente nas cidades de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz, onde se processam aproximadamente 80% da produção de tabaco do Sul do Brasil. O restante é processado nas usinas localizadas nas cidades catarinenses de Joinville e Blumenau, e no município de Rio Negro no Paraná. Em Santa Catarina e no Paraná a distância das áreas de produção agrícola de tabaco em relação às principais e maiores usinas de processamento, instaladas no Rio Grande do Sul, fez com que as empresas multinacionais instalassem unidades de compra de tabaco próximas às áreas de produção, que depois direcionam o tabaco para ser processado nas usinas do Rio Grande do Sul. Esse complexo é formado pelas fábricas de cigarro da

⁹ Entre as determinações contidas na Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (CQCT), ratificada pelo Brasil em 2005, está a proibição da participação de pessoas menores de dezoito anos em qualquer etapa do processo produtivo do tabaco.

Phillip Morris e da Souza Cruz, instaladas respectivamente, em Santa Cruz do Sul e em Cachoeirinha (SILVEIRA, 2015), e pela instalação da primeira fábrica de cigarros da Japan Tabaco International no Brasil, inaugurada no ano de 2018 em Santa Cruz do Sul (JORNAL DO COMÉRCIO, 2018).

Na região Sul do país se fazem presentes as principais organizações políticas e sindicais das empresas tabacaleras, dos produtores de tabaco e dos agricultores familiares. É o caso do Sindicato das Indústrias de Tabaco (SINDITABACO), com sede em Santa Cruz do Sul; da Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), também em Santa Cruz do Sul; da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF-SUL), com sede em Chapecó-SC e; do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), organizado nos principais municípios produtores de tabaco. Estes atores, com interesses políticos diversos e estratégias diferenciadas de ação definidas pela sua posição política na disputa em relação à apropriação e distribuição dos ganhos advindos com a cultura do tabaco, participam de modo ativo da dinâmica de expansão da fumicultura e da organização espacial da agroindustrialização do tabaco na região (SILVEIRA, 2015).

O funcionamento do complexo agroindustrial do tabaco no Brasil e sua regulação ocorrem através do Sistema Integrado de Produção do Tabaco (SIPT). De acordo com Paulilo (1990), os produtores integrados recebem insumos e orientação técnica de uma empresa agroindustrial e em contrapartida produzem matéria-prima exclusivamente para esta empresa. Essa troca pode ser considerada desigual, pois enquanto a empresa detém o controle de todo o processo produtivo e define os parâmetros de qualidade e de preço a ser pago pelo produto, o produtor depende do pagamento do produto do seu trabalho (SANTOS et al., 1989).

Conforme defende Silva (2002), para as empresas, o SIPT é uma forma de reduzir os custos de produção e transferir para os agricultores familiares as responsabilidades com a produção. Dessa forma, além de manter o controle sobre a produção, as empresas não arcam com o investimento na propriedade da terra e não assumem despesas com obrigações trabalhistas (como salário, férias, 13º salário, adicional de férias, fundo de garantia, entre outros).

O modelo de integração (SIPT) que vincula o produtor e as empresas foi criado em 1918 no Rio Grande do Sul. A indústria e os agricultores assinam em cada safra

(anualmente) um contrato no qual estão contidos os direitos e os deveres de cada uma das partes. Geralmente as indústrias se comprometem contratualmente a oferecer assistência técnica gratuita aos produtores integrados, fornecer somente insumos certificados para o uso na cultura, avaliar financiamentos para a aquisição de insumos e investimentos, custear o transporte da produção entre a unidade de produção e a empresa e comprar integralmente a safra contratada praticando os preços negociados com a representação dos produtores. Por sua vez, os produtores ficam comprometidos a produzir o volume de tabaco contratado, a utilizar somente os insumos recomendados e a comercializar a totalidade da produção contratada pelos preços negociados por seus representantes (DESER, 2003).

O processo de produção está cada vez mais qualificado e faz uso de técnicas elaboradas de produção que buscam aumentar a produtividade e a qualidade do produto (VARGAS, 2010). No entanto, de acordo com Rudnicki (2012), o SIPT vem sendo criticado por controlar todos os elos da cadeia produtiva. A relação tem início no momento que o orientador técnico vai até a propriedade e entrega os contratos de compromisso de venda e de financiamento, leva os agroquímicos, as sementes, o adubo químico e custeia o transporte da produção entre a propriedade do agricultor e a empresa.

De acordo com Pincelli (2005), a integração a grandes empresas produtoras de tabaco configura-se como uma transição incompleta para a agricultura moderna, pois ao integrar-se, o produtor escolhe uma produção que é individualizada e, concomitantemente, centralizada num mercado de economia global. Porém, ao mesmo tempo em que passa para uma agricultura moderna, o agricultor conserva seu patrimônio sociocultural ancorado no trabalho familiar.

A indústria coordena as atividades agrícolas dando suporte à produção através da assistência técnica, do fornecimento de insumos e como avaliadores de financiamentos junto à rede bancária. Conforme Frozza et al. (1998), muitos agricultores assinam uma procuração para a Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA) e nem mesmo ficam com cópia do contrato. A análise dos contratos demonstra ainda que existem garantias para as fumageiras, que acabam por manter os fumicultores sujeitos as suas determinações. De acordo com Silva, *“As atividades se mostram altamente especializadas, coordenadas pelo capital industrial, que dá um suporte técnico que exerce o papel de garantir o cumprimento das metas estipuladas pelo mesmo”* (SILVA, 2002, p. 264).

O comportamento conivente dos produtores rurais é semelhante ao comportamento da sua organização de classe, possivelmente exclusiva, no Brasil. A AFUBRA, criada a partir de uma associação constituída nos anos cinquenta, é a entidade que intermedia a relação entre os agricultores e as empresas fumageiras. Os mais de 137 mil afiliados têm na AFUBRA seu representante, ao mesmo tempo em que a criticam, por sua proximidade com a indústria, o que dificulta reivindicações que surgem por alegadas falhas na coordenação das fumageiras (SILVA, 2002).

Vogt (1994) e Frozza et al. (1998) afirmam que a entidade está mais interessada na manutenção da estabilidade da governança bilateral da indústria, do que em contestar ações que possam prejudicar os fumicultores. Isso é evidente no suporte à elaboração dos contratos, pelos fumicultores, e pelo trabalho de viabilizar empréstimos, junto aos bancos, tarefa relativamente fácil, até 1998, quando o INCRA passou a barrar o acesso dos fumicultores ao crédito do PRONAF.

Os discursos dos distintos representantes dos produtores de tabaco (FETAG's, Sindicato dos trabalhadores rurais, entre outros) são muito semelhantes, o que, na prática, sugere que a principal preocupação destas entidades é a da sustentação das relações contratuais com as empresas, algo ainda raro na agricultura brasileira, já que há a garantia de compra de toda a produção e, conseqüentemente, de geração de renda relativamente superior para os moradores no campo. Desse modo, apesar da subordinação às decisões da indústria e da demanda intensiva de trabalho, o agricultor permanece na produção do tabaco, devido à estabilidade concedida pelas instituições que compõem o complexo agroindustrial. Para Silva, a pequena propriedade encontrou no complexo agroindustrial a possibilidade de se inserir em um processo dinâmico e de liderança internacional das agroindústrias, sem a qual estaria provavelmente em uma situação marginal no contexto econômico nacional (SILVA, 2002).

As quebras de contrato por parte dos agricultores podem acarretar em represálias que são mais prejudiciais do que os ganhos obtidos com tal ato, normalmente viável para apenas uma safra, por isso, há poucas brechas para atitudes oportunistas por partes dos fumicultores, que se limitam a venda da safra a outros compradores, que não as empresas contratadoras. Com o cumprimento dos contratos, o fumicultor melhora sua reputação junto às fumageiras, além de melhorar seu bem-estar, ao manter relações com uma empresa que

se compromete a adquirir toda a sua produção, por preços previamente estimados. Pelo lado da indústria, o oportunismo não é evidente, mas há uma assimetria de informações, o que proporciona maior poder de negociação às empresas. (SILVA, 2002).

De acordo com Redin (2011), a organização do setor fumicultor trouxe avanços importantes, como a construção de um protocolo que insere exigências, tanto para os agricultores como para a indústria. Com base em informações fornecidas pela Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), o autor afirma que, além da negociação de preço anterior a cada safra, foi definido que caso a negociação seja concretizada no decorrer da safra, é estabelecido um caráter retroativo ao início da comercialização. Dessa forma, o produtor pode receber um valor adicional ao que havia sido contratado. O contrato entre produtores e empresas é negociado a cada ano, então, caso o produtor não esteja satisfeito com uma empresa, ele pode tanto trocar de empresa como formalizar contratos simultâneos com mais de uma delas.

Como uma forma de engajar os produtores, as empresas utilizam como estratégia as relações pessoais, contratando técnicos originários dos municípios e das comunidades em que atuam (Buainaim et al, 2009). No entanto, a indústria vem valorizando cada vez mais os contratos formais, enquanto que os informais, concretizados na figura do orientador técnico, vêm sendo progressivamente substituídos (RUDNICKI, 2012).

As relações informais ainda são as mais valorizadas e respeitadas pelos agricultores. Esses acordos podem ser verificados em questões como a escolha da empresa com a qual se formalizará contrato de integração, as razões pelas quais os agricultores não acionaram judicialmente uma empresa, os motivos que estão por trás da decisão do plantio de tabaco e os atores ou instituições que os agricultores acionam quando necessitam de ajuda para resolver um problema (RUDNICKI, 2012).

3.4 DO INÍCIO DOS DISCURSOS ANTITABAGISTAS À CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO

O consumo de cigarros se popularizou a partir da segunda metade do século XIX, estimulado pela urbanização e pela aceleração do ritmo de vida característicos das grandes

idades. Fumar cigarro é mais prático do que fumar charuto ou cachimbo, o que pode ter contribuído para o crescimento do consumo de tabaco (BOEIRA, 2002).

O antitabagismo é antigo, a primeira obra com este viés foi escrita em 1604 pelo rei da Inglaterra Jaime I (1556-1625). No século XVII, vários países tentaram proibir o consumo de tabaco e o Papa Urbano VIII proibiu o uso entre eclesiásticos em 1642 (NARDI, 1996). Porém, é na década de 1860 que o movimento antitabagista começa a aparecer de forma explícita, sendo possível observar nos periódicos da época anúncios para conter a dependência em relação ao tabaco. Em 1880, a assembleia geral da Igreja Metodista Episcopal decide que seus líderes devem estar isentos do consumo de cigarros a fim de não estimular seus seguidores. Em 1888, os impostos sobre os cigarros são duplicados no estado de Nova York nos EUA e, em seguida, os menores de 16 anos são proibidos de fumar em público (BOEIRA, 2002).

Ao longo dos séculos a problemática do consumo de cigarros vem sendo tratada de modo ambíguo pelos Estados Nacionais com a pretensão de desestimular o consumo ao mesmo tempo em que legitimam a produção. Esta ambiguidade se traduziu no descontrole da saúde pública em relação às doenças associadas ao consumo de tabaco (BOEIRA, 2002).

No início do século XX são criadas diversas leis contra o tabagismo nos EUA. Em 1911 há leis que proíbem ou restringem o consumo de tabaco em onze estados norte-americanos, no entanto, até 1920 quase todas estas leis já haviam sido abolidas. Isso se deveu às estratégias utilizadas pela indústria de tabaco para driblar a legislação, como a venda de componentes do cigarro ou a introdução ilegal de cigarros nos estados em que os mesmos estavam proibidos (BOEIRA, 2002). Seja em âmbito legal ou ilegal, as indústrias de tabaco seguiram ganhando mercado ao absorverem as críticas antitabagistas, como no caso do lançamento do cigarro com filtro (BOEIRA; JOHNS, 2007).

Na primeira metade do século XX, somente em quatro ocasiões as vendas de cigarros nos EUA não foram superiores às vendas do ano anterior. Entre 1950 e 1977 as vendas não foram superiores a do ano anterior em sete ocasiões, então, a partir de 1964 quase todas as empresas do setor passaram a expandir suas operações para o exterior. Em 1964 o governo dos EUA publica um relatório que alcança grande impacto na opinião pública e, em 1972, intensifica as investigações sobre os malefícios do tabagismo para a saúde, estabelecendo uma relação entre o tabaco e várias doenças graves (FRITSCHER,

1975; ROSEMBERG, 1981). Após estas publicações do serviço público de saúde norte-americano houve certo recuo nas vendas de cigarro naquele país (ROEMER, 1995).

Em reação às mudanças ocorridas entre a primeira e segunda parte do século XX, as empresas buscam novas estratégias de defesa do setor, como o controle de informações e a colaboração entre competidores tradicionais. Além disso, começam a traçar estratégias de ataque através da busca por eficiência, acirramento da competição nas áreas de inovação e de segmentação dos públicos-alvo e passam a criar novos espaços, diversificando seus investimentos (BOEIRA; JOHNS, 2007).

Pressionadas pelas pesquisas sobre os riscos do tabagismo à saúde e pelos órgãos de arrecadação de impostos, as empresas começam também a investir em novas estratégias de mercado e a diversificar seus investimentos, o que acaba por impulsionar o mercado de cigarros na América Latina. A diversificação inclui a aquisição de empresas não relacionadas ao tabaco, a absorção e a fusão (com declínio do valor das ações na bolsa de valores) e a duplicidade setorial, ou seja, uma parcela reconcentra-se no tabaco enquanto outra investe em novas aquisições (desde o fim da década 1980 e durante os anos 1990). Com relação à última estratégia, as duas maiores empresas do setor atuam de modo distinto, enquanto a British American Tobacco (BAT) se reconcentra no setor, a Philip Morris continua crescendo com aquisições diversas fora do mesmo. No entanto, todas ampliam suas alianças mercadológicas e políticas com a finalidade de proteção do setor contra medidas restritivas (BOEIRA; JOHNS, 2007).

Ao articularem-se na defesa do setor, as indústrias fumageiras obtêm crescente apoio estratégico, inclusive dos órgãos criados para defender os interesses dos plantadores de tabaco. Com o intuito de influenciar politicamente diversos setores da sociedade, como a mídia, as associações comerciais e industriais, o parlamento e os órgãos técnicos dos poderes executivos, as empresas formaram as suas próprias organizações (associações, sindicatos). No Brasil, exercem um papel estratégico, a Associação Brasileira da Indústria do Fumo (ABIFUMO) e o Sindicato da Indústria do Fumo (SINDIFUMO). Cada uma das corporações do setor articula-se em forma de rede estratégica, tendo alguns de seus interesses convergentes organizados por essas associações (BOEIRA; JOHNS, 2007).

A constatação da globalização do capital no setor fumageiro tem grande relevância no reconhecimento da necessidade de uma ação global para o controle do tabaco e a

Organização Mundial da Saúde (OMS) conclui que não existe a possibilidade de um país ou uma região do mundo controlar a epidemia de maneira isolada, tendo em vista que as empresas atuam globalmente e possuem formas de enfraquecer as legislações e iniciativas locais (MENGEL; DIESEL, 2009).

Dessa forma, a OMS, que já atuava desde a década de 1970 na difusão de informações e na organização de atores sociais favoráveis à saúde pública e contrários ao tabagismo (BOEIRA; JOHNS, 2007), propõe a realização de um tratado internacional semelhante aos celebrados em outras áreas, como, por exemplo, os existentes no setor ambiental (MENGEL; DIESEL, 2009). O reconhecimento da relevância da problemática e da dificuldade de controle isolado desta “epidemia” levou a aprovação por unanimidade dos termos da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) na Assembleia Mundial da Saúde realizada em 2003. Tal tratado entrou em vigor em 2005, após quarenta países ratificarem sua aprovação (OMS, 2005).

A CQCT tem como prioridade a promoção da redução do consumo de tabaco, uma vez que seu objetivo é reduzir o número de fumantes em nível global. Entre as estratégias para alcançar tal redução estão o controle dos preços e dos impostos, termos restritivos e ações educativas. Adicionalmente também está presente a estratégia de redução da oferta do produto como forma de restrição ao uso (MENGEL; DIESEL, 2009). As medidas direcionadas à redução da oferta são as que detêm maior influência nos territórios de produção de tabaco. Reconhecendo os impactos que o tratado poderia gerar nas regiões produtoras e para os agricultores, a CQCT prevê o apoio à diversificação produtiva. No artigo 17 do tratado estão previstas estas medidas:

Las Partes, en cooperación entre sí y con las organizaciones intergubernamentales internacionales y regionales competentes, promoverán según proceda alternativas económicamente viables para los trabajadores, los cultivadores y eventualmente, los pequeños vendedores de tabaco (OMS, 2005; art. 17).

O Brasil ocupou posição de destaque na negociação da Convenção-Quadro no âmbito da OMS e foi o segundo país a assinar a Convenção. Para subsidiar o governo brasileiro no processo de negociação da Convenção-Quadro, foi criada no país a Comissão Nacional para o Controle do Uso do Tabaco através do Decreto n.º 3136 de 13/08/99 (INCA, 2004).

O trabalho desta comissão trouxe avanços importantes para o controle do tabaco e algumas ações merecem destaque, como a obrigação da inclusão de advertências com imagens nos produtos do tabaco, a proibição do trabalho de menores de 18 anos em qualquer etapa da produção ou do beneficiamento do fumo, a restrição do uso de financiamento público do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para a produção do tabaco, a criação do Programa Nacional de Diversificação das Áreas Cultivadas com o Fumo, o fortalecimento de ações de combate ao mercado ilegal de cigarros e o aumento da tributação incidente sobre o cigarro (OLIVEIRA, 2006; SILVA, 2008).

Apesar do papel de destaque e de liderança do Brasil nas negociações da Convenção-Quadro junto a OMS, no momento da avaliação da posição brasileira referente à CQCT houve manifestações contrárias à sua ratificação. Para compreender esta questão é necessário considerar os conflitos de interesses implicados neste caso (MENGEL; DIESEL, 2009). As reações contrárias também foram motivadas pela divulgação de uma interpretação errônea sobre as implicações da ratificação (MENGEL; DIESEL, 2009).

De acordo com o INCA (2004, p. 21) difundiu-se um mito de que a CQCT teria como objetivo extinguir a lavoura de fumo. Segundo Boeira e Johns (2007) essa informação foi criada e disseminada pelas indústrias e pelas organizações de produtores, o que acabou por dificultar o processo de ratificação da Convenção-Quadro no Brasil. Enquanto na Câmara dos Deputados a Convenção-Quadro foi tramitada em caráter de urgência, ou seja, sem passar por uma Comissão Especial, no Senado houve maior intensidade nas disputas referentes ao controle do tabaco (INCA, 2004, p. 17).

Em função das controvérsias existentes os senadores solicitaram o parecer da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que analisou a questão e elaborou um documento (assinado por seis ministros e datado de outubro de 2005), que solicitava urgência ao Senado na ratificação da CQCT, mas sugeria medidas que amenizavam as preocupações dos senadores. Esse documento sugeria a adoção de uma cláusula de interpretação a ser anexada à ratificação e a implementação de um programa orientado para os agricultores, então denominado “Programa de Apoio à Diversificação Produtiva das Áreas Cultivadas com Fumo” (PDAF). Assim, o parecer final dos relatores da Comissão foi favorável à aprovação da ratificação da Convenção-Quadro com a cláusula sugerida e com

a condição de que o governo firmasse o compromisso de promover políticas de apoio à diversificação produtiva (MENGEL; DIESEL, 2009).

E outubro de 2005 a Convenção-Quadro é ratificada pelo Congresso Nacional anexando a cláusula sugerida pela comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Assim, além de comprometer-se com a OMS, o governo brasileiro comprometeu-se também com os representantes políticos no Congresso Nacional firmando a promessa de apoio à diversificação produtiva (MENGEL; DIESEL, 2009).

Embora no plano discursivo mencione-se uma grande diversidade de programas e de ações em apoio à diversificação produtiva na agricultura familiar, tende-se a considerar que a implementação das normativas previstas na CQCT se dá, especificamente, pela via do apoio a projetos de alcance local (MENGEL; DIESEL, 2009). Antes mesmo da formulação do “Programa de Apoio à Diversificação”, o INCA já tratava das controvérsias acerca de ampliação de pequenas experiências de diversificação produtiva de áreas cultivadas com tabaco para a totalidade dos produtores e demonstrou a existência de diversas iniciativas locais, nas quais a insatisfação dos agricultores com a baixa qualidade de vida na lavoura têm gerado espontaneamente a organização e a criação de alternativas economicamente viáveis (INCA, 2004).

A OMS também financiou um estudo sobre a viabilidade econômica das alternativas à produção de tabaco na região Sul do Brasil e concluiu que mesmo em municípios e/ou regiões muito dependentes da cultura do tabaco iniciativas de diversificação inseridas em programas mais amplos de desenvolvimento rural podem tornar viável a transição do cultivo de tabaco para outras culturas (VARGAS; BONATO, 2007).

Ao analisar a viabilidade econômica de outras culturas agrícolas em relação à produção de tabaco, Vargas e Oliveira (2012) demonstram que a renda líquida oriunda de culturas alternativas ao fumo, como hortifrutigranjeiros, pode ser superior à renda obtida por fumicultores. As evidências encontradas pelos autores são contrárias às análises comparativas envolvendo fumo e demais culturas agrícolas veiculadas pela indústria fumageira. No entanto, os autores afirmam que as iniciativas específicas de diversificação devem estar inseridas em programas amplos de desenvolvimento rural, particularmente nas regiões e/ou municípios que têm alta dependência em relação ao tabaco (VARGAS; OLIVEIRA, 2012).

A análise de casos brasileiros evidencia que os esforços para estimular a substituição da cultura do tabaco têm sido relacionados à identificação de novos canais de distribuição e a oportunidades para agregar valor às culturas alternativas de alimentos. No entanto, há evidências de que em regiões dominadas pelo cultivo do tabaco, os governos municipais e estaduais têm interesse limitado em desenvolver programas de substituição deste plantio. Parcerias com autoridades governamentais locais constituem fatores críticos para disseminar e consolidar esforços mais amplos de diversificação entre os agricultores (VARGAS; OLIVEIRA, 2012).

Dessa forma, os programas de diversificação nas áreas de cultivo do tabaco precisam considerar diversos fatores, entre os quais, a capacidade de geração de renda, a segurança e a estabilidade na produção e na comercialização, as condições de reprodução familiar, o bem-estar e a saúde das famílias, entre outros. Por fim, as iniciativas devem levar em consideração não somente a unidade familiar, individualmente, mas sua inserção na comunidade e no território. *“O acesso a mecanismos e políticas que potencializem a diversificação precisa estar vinculado a dinâmicas que repensem os processos de desenvolvimento dos territórios onde a produção de tabaco está inserida”* (VARGAS; OLIVEIRA, 2012, p. 191).

4 A AGRICULTURA FAMILIAR PRODUTORA DE TABACO

O modo de inserção da agricultura familiar na produção de tabaco se configura como um aspecto chave para a compreensão das relações de produção que se estabelecem no cultivo de tabaco em folha, uma vez que esta se encontra posicionada no centro da cadeia de relações que envolvem as indústrias fumageiras, os agricultores familiares, os parceiros e os trabalhadores assalariados (permanentes e temporários).

Como subsídios para a discussão sobre a inserção da agricultura familiar na cadeia de produção do tabaco, foram utilizados estudos anteriores sobre a temática, dados secundários e as informações coletadas através da pesquisa de campo realizada entre janeiro e agosto de 2018. Foram entrevistados seis agricultores familiares produtores de tabaco no município de Arroio do Tigre/RS¹⁰ - entre os quais, dois haviam trabalhado no sistema de parceria, como parceiros outorgados, e conseguiram adquirir terras e se tornar proprietários – e cinco informantes-chave, lideranças locais, com amplo conhecimento e experiência sobre a produção de tabaco na região.

A opção por entrevistas semiestruturadas tornou possível o surgimento de temas paralelos considerados importantes pelos entrevistados, agregando dimensões para a análise que não haviam sido consideradas na construção deste estudo. Os interlocutores tiveram liberdade para apresentar suas opiniões e estas foram analisadas considerando o sentido atribuído por eles. Aos temas considerados inicialmente foram agregados outros que apareceram de forma recorrente nas entrevistas e, a partir disso, formou-se o seguinte grupo de categorias: a) relação estabelecida entre agricultores familiares e as indústrias, incluindo a posição dos agricultores na cadeia produtiva, as especificidades dos contratos firmados entre produtores e indústria, o papel do orientador técnico e a definição dos preços pagos pelo tabaco; b) o trabalho realizado nas unidades de produção: as etapas de produção, divisão das atividades e das responsabilidades, participação de menores de 18 anos nas atividades laborais, utilização de equipamentos de proteção individual (EPI's) e saúde dos trabalhadores; c) condições de vida das famílias produtoras, como moradia, características das propriedades, rendimentos, acesso aos serviços públicos, lazer, participação social e

¹⁰ Nesta pesquisa também foram entrevistados 16 trabalhadores assalariados temporários, quatro trabalhadores assalariados permanentes, três trabalhadores parceiros e quatro trabalhadores que atuam na intermediação da contratação de trabalhadores assalariados temporários pelos agricultores familiares.

satisfação em relação ao trabalho e; d) panorama sobre a produção de tabaco e outras lavouras no município de Arroio do Tigre.

4.1 AS INDÚSTRIAS DE TABACO E A AGRICULTURA FAMILIAR

Os agricultores familiares estão inseridos na cadeia produtiva do tabaco através do SIPT, criado em 1918 pela Souza Cruz. Esse sistema se configura atualmente como o modo prevalente de relação entre os agricultores familiares e as indústrias e tem sofrido inúmeras críticas em função do domínio exercido pela indústria sobre todos os elos da cadeia produtiva (RUDNICKI, 2012).

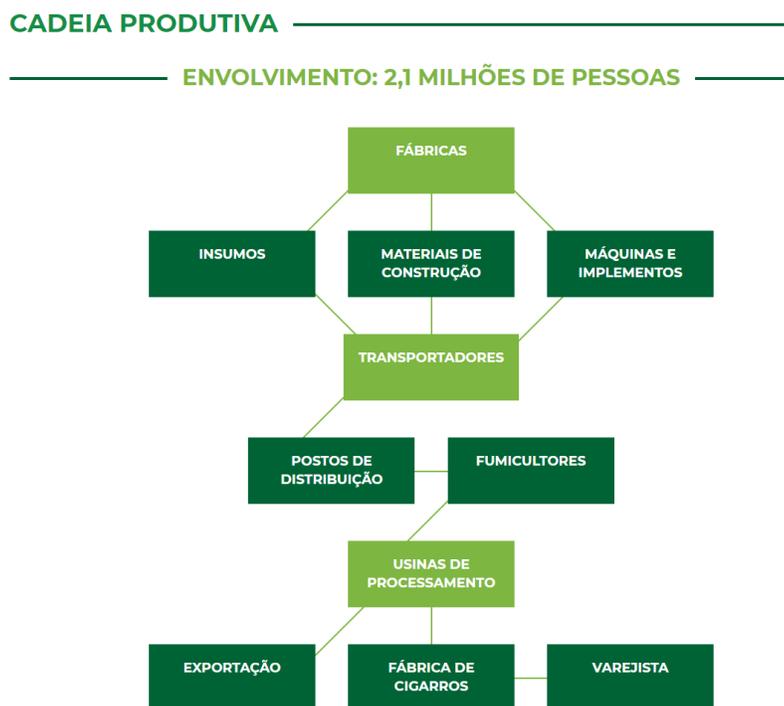


Figura 2: Cadeia produtiva do tabaco
Fonte: Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA).

Entre os meses de abril e junho, os agricultores recebem a visita dos técnicos agrícolas das fumageiras em suas propriedades com a finalidade de firmar os contratos de compra e venda do tabaco. O contrato chega padronizado até os produtores, sem a possibilidade de qualquer negociação entre as partes. Nesse contrato de adesão, resta somente especificar o tipo de tabaco que será plantado (Virgínia, Burley ou Comum), o

tamanho da área na qual será realizado o plantio, a estimativa do número de mudas que serão cultivadas e a quantidade de tabaco que será entregue à indústria (HARTWIG, 2016).

O instrutor técnico é o responsável pela mediação entre a empresa e o produtor através de uma relação social concreta, caracterizada pela confiança. Os agricultores valorizam e respeitam as relações informais que estabelecem com as integradoras através da figura do orientador técnico, sendo muitas vezes esta relação decisiva na escolha da empresa com a qual o produtor firmará um contrato formal (RUDNICKI, 2012). O trabalho desenvolvido pelos agricultores é orientado e supervisionado pelos orientadores técnicos das fumageiras. Os agricultores seguem as orientações visando obter maior produtividade e melhores preços para o seu produto.

Durante as visitas os instrutores técnicos das empresas orientam os produtores sobre as tarefas a serem executadas, o modo de executá-las e os insumos a serem utilizados. Além disso, é este funcionário quem fiscaliza o cumprimento dos processos de trabalho, sob pena de multa ou rescisão contratual, caso as tarefas não sejam executadas conforme as orientações ou não se utilizem os produtos indicados (HARTWIG, 2016).

Entre os deveres assumidos contratualmente pelas empresas estão: a compra integral da safra contratada pelos preços acordados previamente com os representantes dos agricultores, a disponibilização de assistência técnica e o fornecimento dos insumos. Os contratos versam ainda sobre a utilização de agrotóxicos, questões ambientais e o cumprimento da legislação referente ao trabalho infantil nas unidades de produção. E a indústria, através da figura do orientador técnico, efetua também o controle da frequência escolar das crianças (RUDNICKI, 2012).

As indústrias estabelecem uma variação máxima de 5% sobre as estimativas de produção definidas inicialmente. Caso a produção supere 5% do que foi estabelecido no contrato, a empresa poderá, a seu critério, adquirir do agricultor a produção excedente nas mesmas condições comerciais definidas pelo contrato. No entanto, se o volume de tabaco produzido for inferior a 95% do estimado, o agricultor assume uma dívida para a próxima safra, quando terá que aumentar a produção para quitar a dívida pendente, firmando esse compromisso através da assinatura de um termo de dívida pendente, em tabaco em folha (ALMEIDA, 2005; HARTWIG, 2016).

O estabelecimento dessa margem de variação da produção é uma medida de segurança utilizada pelas indústrias para evitar que os produtores comercializem livremente sua produção com a empresa que oferecer os melhores preços no final da safra.

Cercear a liberdade de negociação da safra ao agricultor impede a concorrência entre as empresas do setor e a livre definição dos preços praticados na comercialização pelas leis da oferta e procura do mercado. É realizar reserva de mercado, favorecendo a formação do “cartel do tabaco” e o controle do processo de endividamento dos agricultores, necessário para a previsibilidade e segurança dos contratos de exportação firmados com o mercado internacional (ALMEIDA, 2005, p. 45).

Como uma forma de minimizar esse controle exercido pela indústria e de aumentar seus rendimentos no final da safra, é comum que os agricultores firmem contrato com mais de uma empresa. Dessa forma, o produtor pode escolher para qual empresa entregará sua produção excedente, conforme os valores que estejam sendo praticados por elas. Dos seis agricultores entrevistados, quatro firmaram contrato com pelo menos duas empresas na última safra.

As empresas comprometem-se, ainda, mediante o contrato, a vender e/ou indicar as sementes e os insumos agrícolas básicos necessários, adequados e aprovados para o cultivo do tabaco para os hectares, mil pés e tipo de tabaco acordados, em comum acordo com o produtor e mediante entrega do receituário agrônômico, firmado por profissional habilitado. Ao fumicultor cabe o dever de utilizar na lavoura, nas quantidades e especificações acordadas, os defensivos (inseticidas, fungicidas, herbicidas, antibrotantes e produtos biológicos) recomendados pela empresa. Na prática, há o que se denomina por “venda casada”, em que se associa o comércio de bens e serviços à aquisição de outros bens (ALMEIDA, 2005). Apesar das exigências das fumageiras, parte dos agricultores opta por adquirir parcela dos insumos diretamente no mercado, ficando sujeitos às penalidades previstas nos contratos.

O fumo, geralmente, nós compramos da firma. Os insumos nós pegamos um pouco da firma por que eles exigem. Se nós comprarmos no mercado sai mais barato. A única firma que não aceitou foi a Souza. Com a Souza Cruz nós temos que pegar os insumos deles. Mas, mesmo assim, nós compramos uma parte no mercado, pois nós plantamos 50 mil pés de fumo e o adubo que eles oferecem é pouco para essa quantidade (*Produtor 01, 53 anos*).

Junto com o contrato padrão recebido das fumageiras, os agricultores recebem também um conjunto de termos de compromisso referentes aos programas sociais e ambientais e outros documentos necessários à formalização dos contratos de entrega da produção. Os agricultores assinam a documentação sem compreender totalmente os compromissos assumidos, uma vez que a documentação possui uma linguagem de difícil compreensão e raramente é lida na íntegra (DESER, 2003).

Eles trazem o contrato e a gente assina. A gente não fica lendo tudo, por que todo ano é a mesma coisa, não muda muito. É um monte de papel. Na verdade, se a gente for falar bem a verdade, a gente nem sabe muito bem o que está assinando. Mas todo ano é igual, então a gente vai lá e assim. (*Produtor 01, 53 anos*).

Os documentos recebidos pelos produtores junto com o contrato são: o pedido de insumos, o receituário agrônômico, o cadastro do produtor, o seguro AFUBRA, a declaração de ITR¹¹, a nota promissória, a carta de anuência e adesão ao programa “o futuro é agora” (DESER, 2010).

No pedido dos insumos constam todos os produtos a serem utilizados na lavoura durante a safra, a estimativa de produção, a área de reflorestamento, o consumo de lenha previsto, os dados sobre o financiamento gerado a partir da nota fiscal de fatura dos insumos e uma autorização para que as empresas descontem do valor obtido com a comercialização da produção de fumo os débitos dos produtores, incluídos o prêmio de seguro de vida e o seguro da AFUBRA (DESER, 2003).

No receituário agrônômico são descritos os insumos que deverão ser utilizados durante a safra, com poucas recomendações técnicas sobre o manuseio dos venenos, aplicação e dosagem. No cadastro do produtor são colocados os dados do produtor, da sua esposa e de outros parentes com quem convivem, informações da propriedade e sobre a área a plantar (no caso dos arrendatários), benfeitorias, avalistas, maquinários, implementos, automóveis e demonstrativos sobre a renda anual da família. Essas informações são renovadas a cada safra e são utilizadas para a concessão dos financiamentos e intermediação de linhas de crédito oficiais para o agricultor (ALMEIDA, 2005).

¹¹ Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.

O ITR informa que o produtor não possui débitos junto a Receita Federal e faz parte das exigências bancárias para a liberação de créditos. No documento específico para o Seguro AFUBRA, o agricultor autoriza o seguro e define sua modalidade (granizo, granizo e/ou tufão, estufa e falecimento – o seguro de vida). A carta de anuência é exigida dos arrendatários, na qual o dono da área consente em que a explore. E, por fim, o documento de adesão ao programa “O Futuro é Agora!” (DESER, 2010).

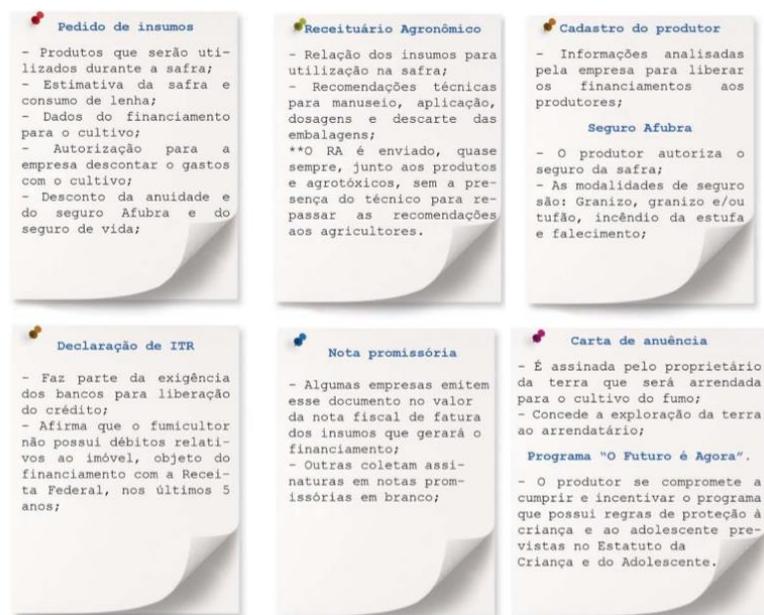


Figura 3: Documentos do contrato de integração para produção de tabaco.
Fonte: DESER (2010).

Esse conjunto de documentos raramente é guardado com a devida atenção pelos agricultores e induzem-nos a extrair o essencial para si da relação que se estabelece: ter bastante cuidado com lavoura de tabaco para conseguir uma boa classificação e um bom rendimento no momento da comercialização. Os detalhes se tornam irrelevantes e os produtores nem questionam o fato de a nota promissória ser assinada por eles em branco, uma vez que o pedido fica em aberto até o final da safra, para que possam ser acrescentadas novas solicitações de mercadorias. Essa nota promissória só será usada caso o agricultor desvie tabaco e fique devendo para a indústria. Os agricultores também não se atem ao fato da AFUBRA não ser uma corretora de seguros cadastrada junto à Susep (Superintendência de Seguros Privados, órgão do Ministério da Fazenda). Eles também não sabem que a

procuração por eles assinadas pode ser usada para pegar créditos junto ao sistema PRONAF, exclusivos do agricultor ou que o receituário agrônômico é importante para apontar problemas e indicar a dose de venenos de acordo com a incidência de pragas nas lavouras e não para recomendar sua compra (ALMEIDA, 2005).

A forma de precificação do tabaco também dá às fumageiras margem para a exploração do agricultor, uma vez que cabe exclusivamente a elas a classificação final do produto. O tabaco do tipo Virgínia pode ser classificado em 48 categorias distintas, enquanto que ao tabaco do tipo Burley correspondem 29 categorias. Para ser melhor classificada, a folha de tabaco deve ter cor alaranjada e peso consistente. No entanto, não existe transparência no processo de definição da classe à qual pertence o tabaco entregue pelos produtores, deixando margem para que a indústria classifique o produto de acordo com a sua conveniência.

O momento da classificação feita pela empresa sobre o tabaco entregue pelo produtor é tenso, pois nem sempre corresponde à classificação feita previamente pelo agricultor na propriedade. É neste momento que se iniciam os conflitos, já que o contrato firmado entre os produtores e as indústrias especifica a área plantada e a estimativa de produção, mas não deixa claro o valor a ser pago pelo produto (RUDNICKI, 2012).

O agricultor não pode estar presente durante a classificação de outros produtores, ou seja, fica impedido de estabelecer comparação entre as classificações e de verificar se, de fato, há um padrão adotado pela fumageira. Aos produtores é permitido adentrar no “barracão” apenas quando o caminhão onde está o seu produto chega ao pátio. Depois, só entra no local da classificação se seu tabaco estiver na esteira que conduz à mesa do classificador. É permitida certa aproximação da mesa de classificação somente quando seu produto estiver no local. E isso tudo depende de fatores, tais como a afinidade com a empresa, a proximidade com os classificadores e a fidelidade à empresa (ALMEIDA, 2005).

As lideranças locais entrevistadas admitem que existe demasiado sigilo, por parte das fumageiras, no que se refere à formação de preço e à classificação do tabaco e que não há perspectivas de mudança para este quadro.

Faz mais ou menos uns 100 anos que isso é uma caixinha preta. E daqui a 100 anos essa caixinha preta vai continuar fechada. Pode vir até o presidente Temer

aqui, mas as fumageiras continuarão dando o preço. Quando o produtor vai plantar, no momento em que é feito o pedido, ninguém sabe o preço. Mas eles compram, eles garantem a compra. Eles alegam e não deixam de ter certa razão, que é o mercado quem define o preço. Todo o comércio dos produtos agrícolas hoje é definido pelo mercado. O milho, por exemplo, a gente sabe se vai subir ou se vai baixar. A soja nós também conseguimos acompanhar. O fumo é uma caixa preta, aqui ninguém mexe. O pessoal só fica sabendo o preço quando o caminhão vai para as fumageiras. *(Consultor técnico na área da agricultura e ex-técnico da Emater em Arroio do Tigre).*

As empresas, de posse do conhecimento sobre os débitos de cada produtor, criam argumentos para justificar a classificação (que às vezes é melhor e outras vezes são piores) e, assim, estabelecer a renda média do agricultor e impossibilitar que o mesmo, por vezes, quite as dívidas junto à integradora no período contratado. Esse é o mecanismo principal de domínio da cadeia produtiva por parte das transnacionais integradoras e o principal foco de exploração dos agricultores. É dessa forma que se define a distribuição de renda gerada na atividade e que se opera a previsibilidade e a segurança da execução dos contratos de exportação do tabaco, mantendo um número estimado de agricultores integrados por meio do endividamento programado (ALMEIDA, 2005).

A produção integrada de tabaco se caracteriza por um processo extremamente controlado, organizado e precarizado, para garantir a qualidade da mercadoria, que serve para valorização do capital. Ao mesmo tempo em que a subordinação é efetuada pelos preços agrícolas, ela se dá, também, pela compra dos insumos e outros produtos de consumo do produtor agrícola. Assim, a transferência do trabalho excedente do setor agrícola para outros setores da economia pode se dar diretamente pela produção agrícola, ou pelo consumo dos produtos industrializados. Ambos os processos garantem a acumulação, a concentração e a centralização do capital pela expropriação do trabalho excedente realizado pelos agricultores familiares (HARTWIG, 2016).

O trabalho, os riscos, os cuidados com a saúde e a produção ficam por conta do trabalhador, enquanto a indústria estabelece o contrato, faz o receituário dos insumos, controla e fiscaliza o trabalho, define o preço e recebe a mercadoria conforme o padrão de qualidade estabelecido pelo mercado mundial. Dessa forma, o contrato, que aparentemente estabelece apenas uma relação comercial de compra e venda de tabaco, oculta a exploração efetuada pela indústria que extrai valor, não nos moldes clássicos, mas aprimorada nas leis de tendências do valor (HARTWIG, 2016).

Os agricultores familiares se transformam em trabalhadores coletivos a partir do processo de integração com a indústria, pois passam a estar concentrados na produção de uma única mercadoria, em uma cadeia produtiva industrial, que é determinada externamente e sob os mais altos controles de qualidade, em uma produção para terceiros. Embora não se possa estabelecer uma relação direta de trabalho assalariado, pelo fato de os agricultores serem os proprietários da terra em que produzem, todos são capitalistas interligados e regidos pelas relações sociais de produção capitalista (HARTWIG, 2016).

No modo de produção capitalista, a produção da vida deixa de ser um ato individual, e passa a ser social, de tal modo que o problema de cada um passa a ser coletivo. Todos os trabalhadores, de um modo ou de outro, produzem riquezas para outros, pois as relações capitalistas pressupõem que o capital é trabalho social acumulado e apropriado privadamente pelos capitalistas. Esse domínio do modo capitalista de produção não exclui as suas principais contradições de capital e trabalho. Todas as transformações executadas pelo capital visam ampliação da taxa de lucro por meio da exploração da força de trabalho (HARTWIG, 2016).

Apesar do controle industrial sobre toda a produção e das dificuldades na definição dos preços durante a comercialização do tabaco, os produtores valorizam esse cultivo e, entre os entrevistados, nenhum possui planos de abandonar essa cadeia de produção em curto ou médio prazo. As justificativas apresentadas para o prosseguimento no plantio de tabaco referem-se à rentabilidade dessa cultura e à possibilidade de produzir outros produtos na mesma terra, o que é muito valorizado entre os agricultores que possuem pequenas áreas de terra. Outra justificativa recorrente é a garantia de comercialização do produto.

Esses argumentos justificam também o consenso entre os produtores e os líderes locais entrevistados de que a produção de tabaco permanece sendo fundamental tanto para a renda das famílias envolvidas neste cultivo, como para a economia do município de Arroio do Tigre.

Mesmo com essa dificuldade do produtor saber o que vai receber, temos que agradecer pelo fato de termos o tabaco aqui. Por que aqui já se tentou de tudo. No ano de 2005 nós tínhamos 400 famílias na atividade leiteira no município de Arroio do Tigre, hoje eu não sei se temos 150 famílias. Isso se deve à instabilidade do preço, que hoje está em baixa. Suínos, por exemplo, que nós tínhamos cerca de 150 famílias, hoje temos em torno de 10 famílias. Os

produtores têm suínos para o consumo, mas para o comércio são atualmente cerca de 10 famílias no município. Aqui no Centro Serra estão instaladas todas as fumageiras do mundo, inclusive uma das maiores que é a Souza Cruz. Só aqui no Centro Serra hoje deve ter no mínimo cerca de 50 instrutores de fumo que estão correndo todo trabalhando na região. Então eles têm um trabalho de integração e a cadeia produtiva do tabaco sempre funcionou, está funcionando e vai funcionar. O que é a cadeia produtiva? Tem o início, o meio e o final. Quem planta está na ponta final. O meio é a estrutura, a assistência técnica, oferecida pelas empresas. Mesmo sem o produtor saber o que vai ganhar, tem início, meio e fim. (*Consultor técnico na área da agricultura e ex-técnico da Emater em Arroio do Tigre*).

Conforme argumenta Freitas (2015), para as empresas fumageiras a CPT é fundamental para garantir a qualidade da produção e o controle da matéria-prima de acordo com o tamanho e as especificidades da demanda do comércio de tabaco no mundo. No entanto, mesmo sendo um sistema integrado, que estabelece termos e cláusulas firmadas através de contratos assinados por ambas as partes, não existem garantias de trabalho legalizado nestes contratos, nem se estabelecem vínculos empregatícios. Se, de um lado, as empresas ofertam assistência técnica, facilitam o acesso ao crédito, custeiam o transporte e garantem a compra integral da safra, do outro, muitos produtores se submetem a condições degradantes de trabalho para quitar os compromissos assumidos, evidenciando a vulnerabilidade e a ausência de autonomia a que estão sujeitos (BAUINAIN; SOUZA FILHO, 2009).

É a coisa mais inteligente que eu já vi. O agricultor é o dono da terra e dos meios de produção, mesmo assim permanece atrelado a um sistema de exploração que, via de regra, está dentro da lei. É quase uma forma de servidão. Ou melhor, é a própria servidão, só que em sua forma moderna. [...] O contrato é contraditório em si mesmo. Por um lado, existe esta situação de dependência econômica e por outro há a modernidade, pois os agricultores produzem direto para a exportação, vendem direto para o grande monopólio, o cartel da indústria do fumo. É impressionante o quanto o capitalismo encontra soluções inteligentes para este sistema de produção, pois a indústria consegue ter um lucro absurdo que jamais obteria se tivesse de contratar trabalhadores livres para realizarem as tarefas que os agricultores realizam a base da auto-exploração e de suas famílias. [...] A terra é do agricultor, mas é a indústria que dita as regras e diz o que pode ou não ser feito, e como se não bastasse dita a regras da produtividade e do lucro, pois é empresa que estabelece o preço da mercadoria e a margem de lucro do agricultor (MAGALHÃES, 2001)¹².

¹² Magalhães. E. M. Entrevista. <https://www.extraclasse.org.br/geral/2001/07/fumicultores-se-submetem-a-uma-nova-forma-de-servidao/> Acesso em 28 out. 2019.

É comum, nas regiões produtoras de tabaco, a associação entre este cultivo e o enriquecimento material e financeiro dos produtores, sendo esta atividade reconhecida como a mais rentável por hectare. As empresas fumageiras e as associações do setor (como AFUBRA) costumam explicitar os aspectos positivos da produção de tabaco a partir de uma lógica que justifica o aumento da rentabilidade do produtor pelo aumento da produção e exportação (FREITAS, 2015).

Porém, o que se observa é que o desenvolvimento das regiões nas quais a cadeia produtiva do tabaco está presente existe apenas quando se considera somente o aspecto econômico. Ainda que haja famílias que consigam obter ganhos econômicos consideráveis através do modelo de especialização na produção de tabaco, observa-se que são poucos aqueles que conseguiram transformar este crescimento econômico em melhoria das condições de vida das suas famílias, o que se evidencia através dos Índices de Desenvolvimento Humano dos municípios produtores (FREITAS, 2015).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Arroio do Tigre, relativo ao ano de 2010, era de 0,707, situando-se abaixo da média do Rio Grande do Sul¹³ (PNUD, 2010). O IDHM referente à renda corresponde a 708, a longevidade a 848 e a educação a 589. No que se refere ao Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) produzido pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), do governo do estado do Rio Grande do Sul, de 2016, Arroio do Tigre apresenta o índice de 0,720, que corresponde à 340ª posição entre todos os 497 municípios do estado.

4.2 A PRODUÇÃO DE TABACO NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR

A produção do tabaco em folha nas propriedades rurais inicia-se com a construção dos canteiros e o preparo do solo nos meses de abril a julho. O ciclo de produção ocorre em cinco etapas: a produção e o controle químico das mudas, o preparo do solo, a transferência das mudas, os tratamentos culturais e a colheita, a cura e a classificação das folhas (HEEMANN, 2009).

¹³ De acordo com o Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, o IDH do estado, no ano de 2010 era de 0,746. Disponível em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/rio-grande-do-sul, acesso em 26/10/2019.

As sementes de tabaco não são depositadas diretamente no solo, assim, torna-se necessário o preparo de canteiros. O método *float* (com bandejas de isopor) é o mais comum atualmente. O produtor preenche as bandejas com substrato específico, deposita as sementes de tabaco e coloca estas bandejas em piscina de lona na qual são diluídos venenos, fungicidas e fertilizantes na água, formando um concentrado químico que visa reduzir a quantidade de agrotóxicos na produção das mudas (HEEMANN, 2009).

Ao atingirem entre 05 e 10 centímetros, as mudas são podadas com o auxílio de uma pequena foice manual. Durante o período de 45 a 60 dias em que as plantas se desenvolvem, o canteiro é inspecionado diariamente e a irrigação é feita a cada dois dias. Nesse período o produtor também se dedica à preparação do solo, que consiste em lavrar, gradear, adubar e preparar os sulcos no terreno, com a utilização de tratores ou equipamento movidos à tração animal. Após a adubação são aplicados herbicidas que inibem o crescimento de inços (HEEMANN, 2009; VOGT, 1994).

Transcorridos os primeiros 60 dias em que ocorre a sementeação e o preparo do solo, as mudas são transferidas para a lavoura definitiva, no entanto, poucos dias antes do transplante é feita nova aplicação de produtos químicos que visam tornar as plantas imunes aos insetos e às pragas. O transplante das mudas é feito por duas pessoas com o auxílio de uma plantadeira manual, que permite a colocação das mudas nos sulcos em posição vertical, sem a necessidade de curvar-se para fixar a muda no solo. Em no máximo 24 horas após o transplante, é feita a pulverização de inseticidas e após 15 ou 20 dias é realizada a primeira adubação química (a adubação química se repete pelo menos mais duas vezes). Transcorridos 60 dias do plantio é feito o desbrote, que consiste na retirada manual dos botões florais, o que permite o crescimento das folhas. Para que o broto não se desenvolva, é feita a pulverização de uma calda aintibrotante (HEEMANN, 2009; LIMA, 2006).

A colheita, a cura e a secagem ocorrem praticamente de forma simultânea. A colheita é a etapa na qual há a maior necessidade de força de trabalho, é por isso que neste período os produtores costumam contratar mão-de-obra assalariada. A primeira etapa da colheita é considerada a mais difícil, pois o trabalhador precisa permanecer abaixado durante todo o tempo para apanhar as folhas que ficam rente ao chão, conhecido como baixeiro (HEEMANN, 2009).

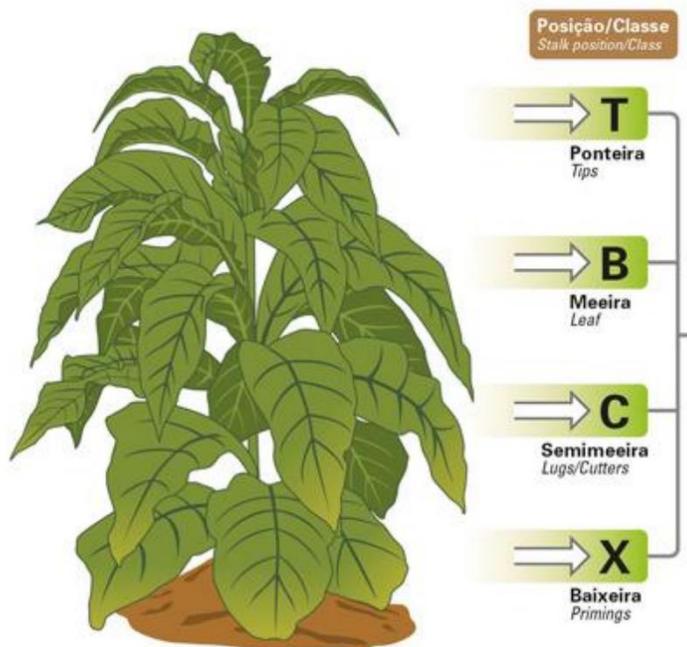


Figura 4: Estágios da colheita do tabaco.
Fonte: SINDITABACO (2019).

O tabaco colhido é transportado até o paiol para a secagem. As folhas de tabaco do tipo Virgínia são costuradas (manualmente ou com o auxílio de uma máquina tecedeira) ou grampeadas e destinadas para a estufa, onde permanecem durante quatro ou cinco dias com temperatura e umidade controladas. A estufa pode ser elétrica ou a lenha, sendo esta última a mais comum na região. No caso das estufas a lenha é preciso um monitoramento e a reposição constante da lenha durante o período de secagem. Já o tabaco do tipo Burley é atado e pendurado no galpão por cerca de 40 dias. A última etapa feita na propriedade é a classificação das folhas, que são agrupadas conforme suas características. Após a classificação, as folhas são empacotadas em fardos e encaminhadas à empresa integradora, que fará nova classificação das folhas (HEEMANN, 2009; LIMA, 2006).

Entre os meses de janeiro e junho as empresas recebem o tabaco produzido pelos agricultores. A época da entrega é definida pela empresa conforme o tipo de tabaco e a região em que foi cultivado. Nas regiões mais elevadas, como é o caso de Arroio do Tigre, o plantio é postergado e a lavoura se desenvolve mais lentamente. O escalonamento das entregas é necessário para evitar o abarrotamento nas fábricas, o congestionamento de

caminhões nos portões de entrega e a deterioração do produto nos caminhões, uma vez que as empresas recebem tabaco de inúmeros produtores de diversas regiões (VOGT, 1994).

Ao entrar nas fábricas os fardos são pesados e classificados por funcionários treinados. Em muitas ocasiões a classificação feita na fábrica diverge com a realizada anteriormente pelo produtor na propriedade. Para cada uma das classes de tabaco há um valor correspondente pago pelas indústrias aos produtores rurais, dessa forma, é essa classificação que determina o rendimento do produtor (VOGT, 1994).

A utilização de alguns equipamentos já faz parte da rotina de trabalho dos produtores de tabaco, no entanto, a maior parte das atividades na produção de tabaco em folha no Brasil ainda é realizada de modo essencialmente manual. Isto se explica pela estrutura agrária baseada em minifúndios e pela topografia das regiões produtoras. O uso de trator é comum na fase de preparação do solo, mas a utilização de colheitadeira mecânica é rara na região. Há registro de apenas um produtor que possui colheitadeira mecânica no município de Arroio do Tigre. Trata-se de um produtor bem estruturado, que possui mais de 100 hectares de terra utilizada para a produção comercial de tabaco, soja e milho. Nesta propriedade todo o trabalho é realizado pelos quatro membros da família (produtor, esposa, filho e nora).



Figura 5: Colheita manual de tabaco em Arroio do Tigre/RS.

Fonte: Arquivo pessoal, pesquisa de campo em Arroio do Tigre, 2018.



Figura 6: Colheitadeira mecânica de tabaco.

Fonte: Arquivo pessoal, pesquisa de campo em Arroio do Tigre, 2018.

A introdução de maquinários e o trabalho especializado não acarretaram na desapropriação do conhecimento que o produtor possui sobre a totalidade das etapas produtivas que ocorrem dentro da propriedade. As diversas tarefas específicas também não resultaram em fragmentação do conhecimento geral dos produtores de tabaco. Para as transnacionais do setor não há necessidade em expropriar o produtor de seu conhecimento, porque a produtividade e a qualidade estão não somente nas ferramentas e nas máquinas, mas também, no conhecimento que os membros da família têm sobre a totalidade da produção, tratando-se de um conhecimento acumulado por várias gerações (HOFF, 2014). Todos os fumicultores entrevistados atuam na produção de tabaco desde a infância, ofício transmitido pelos pais, que também atuavam neste segmento.

As tarefas produtivas no cultivo do tabaco contam com a participação de todos os membros da família, situação típica entre os agricultores familiares. No entanto, apesar da

participação feminina ser constante nas atividades laborais referentes à produção, a direção dos estabelecimentos ainda é uma tarefa dominada pelos homens, assim como ocorre em outros cultivos agrícolas. Os dados coletados nesta pesquisa vão ao encontro do que já foi demonstrado em diversos estudos sobre a agricultura familiar, que evidenciam que a chefia e o gerenciamento dos estabelecimentos é uma atividade quase que exclusivamente masculina (BRUMER, 1996; MELO; DI SABBATO, 2006).

A especialização está presente na produção de tabaco, uma vez que o fumicultor sabe operar vários trabalhos especializados, graças à experiência acumulada. As diversas especializações que o fumicultor sabe executar decorrem da divisão do trabalho e acarretam o desenvolvimento de um instrumental especializado para vários tipos de tarefas (HOFF, 2014).

Em algumas atividades há o predomínio da força de trabalho familiar do sexo masculino, envolvendo os produtores e os filhos maiores de 18 anos. São elas: lavrar a terra, gradear e fazer o camalhão. A aplicação de agrotóxicos é efetuada exclusivamente por um único membro da família, essa responsabilidade normalmente recai sobre o produtor. Nas demais atividades a participação das mulheres é frequente.

A contratação de trabalhadores assalariados ocorre, normalmente, durante o período de colheita através da contratação de trabalhadores individuais que prestam serviço por dia ou equipes compostas por cinco ou seis pessoas que fazem o trabalho por “empreitada”, ou seja, combinam previamente com o produtor o serviço que será realizado. As tarefas executadas pelos trabalhadores assalariados são, sobretudo, a ‘quebra’ do tabaco (colheita das folhas de tabaco) e o carregamento do produto colhido até a carroça ou o trator, de onde o agricultor se encarrega de do transporte do produto até o galpão. A participação de trabalhadores assalariados em outras etapas da produção do tabaco ocorre em poucas propriedades e de forma esporádica.

Os agricultores dificilmente contratam trabalhadores assalariados permanentes para trabalhar na sua propriedade durante toda a safra agrícola. Além do aumento dos custos, os agricultores temem problemas relacionados a ações trabalhistas. Em alguns, os produtores buscam estabelecer relações de parceria para a produção do tabaco, porém, este tipo de vínculo de trabalho também tem sofrido decréscimo nos últimos anos e já não é mais uma prática corriqueira na região.

Para Schneider (2010) as condições de produção do tabaco expõem os agricultores familiares a situações paradoxais. De um lado, os agricultores praticam uma atividade altamente rentável e lucrativa, que demanda o emprego intenso de força de trabalho e em que há a possibilidade de ser realizada em pequenas áreas de terra. Por este motivo, a maximização do fator trabalho significa uma vantagem aos demais sistemas de cultivo, conferindo às propriedades voltadas ao cultivo de tabaco uma competitividade pouco comum nos estabelecimentos de pequeno porte. Por outro lado, este modo de produção cria um contexto de dependência e de vulnerabilidade, que fragilizam as famílias envolvidas e geram situações de pobreza e de risco.

A utilização de mão-de-obra infantil ainda é uma prática recorrente nas lavouras de tabaco brasileiras. Apesar dos esforços para acabar com o trabalho de menores neste cultivo, boa parte dos produtores não possui condições financeiras para substituir o trabalho dos filhos por trabalhadores assalariados, de modo que a participação de menores de 18 anos nas tarefas laborais se torna indispensável para a manutenção da família (DESER, 2003). Os agricultores entrevistados demonstraram receio em falar sobre o envolvimento de menores de 18 anos nas atividades referentes à produção de tabaco na propriedade. Dos três agricultores que possuem menores de idade na família, todos informaram durante as entrevistas que os jovens não participam das atividades laborais da produção de tabaco, no entanto, em conversa informal após o término das entrevistas os mesmos afirmaram que os jovens “ajudam” em algumas atividades da produção de tabaco, como na colheita, por exemplo.

A persistência do envolvimento de menores nas atividades produtivas do tabaco se justifica, ao menos em parte, por fatores culturais, uma vez que os agricultores consideram a inserção de jovens e crianças nas tarefas realizadas nas unidades de produção como parte do processo de socialização, que visa ensinar às novas gerações o trabalho necessário para a manutenção da propriedade. Em paralelo, existe a importância econômica do trabalho desenvolvido por estes jovens, que possibilita às famílias a redução de custos com a contratação de força de trabalho terceirizada.

Em 2012 teve início em Arroio do Tigre o Programa ARISE que - através de uma parceria firmada entre a Japan Tabaco International (JTI), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Winrock International – desenvolve ações que visam prevenir e reduzir

progressivamente o trabalho infantil na produção de tabaco. O programa está ancorado quatro pilares: a ampliação do acesso à educação de qualidade, o aumento da consciência social sobre a eliminação do trabalho infantil, o fortalecimento do marco regulatório sobre o trabalho infantil e a colaboração para o fortalecimento econômico das comunidades envolvidas na lavoura de tabaco (TIRELLI; MAIA, 2014).

Após a sua consolidação, o programa se expandiu para outros municípios da região e em 2014 já desenvolvia atividades em Sobradinho, Lagoa Bonita do Sul e Ibarama, além de Arroio do Tigre. Foram realizados um conjunto de ações voltados para distintos públicos, ligados direta ou indiretamente à prevenção e ao enfrentamento do trabalho infantil na produção de tabaco, assim como ao empoderamento econômico, visando a diversificação das possibilidades de renda dos agricultores. Os públicos-alvo do programa ARISE eram formados por crianças de seis a 18 anos envolvidas ou vulneráveis ao trabalho infantil, mães cujos filhos estão ou poderão vir a se envolver com o trabalho infantil e agricultores que necessitam de apoio para tornar suas atividades mais eficientes seguras e rentáveis (TIRELLI; MAIA, 2014).

O programa ofereceu atividades educacionais e culturais para os filhos dos agricultores familiares: para as crianças com idade entre 10 a 13 anos foram oferecidas oficinas no turno inverso ao escolar, incluindo aulas de informática, música, esporte, entre outras. Para os jovens com idade entre 14 a 17 anos foi criado o Centro de Formação Técnica do Jovem Rural, voltado ao ensino de tecnologias agrícolas inovadoras, com ênfase na agricultura orgânica e na sustentabilidade. Para as agricultoras foram oferecidos cursos e treinamentos destinados à ampliação e à diversificação de suas possibilidades de renda. Além disso, o programa realizou alianças estratégicas com diferentes esferas do governo, com organizações sociais e com instâncias locais do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, visando a implementação de abordagens complementares no âmbito da legislação e das políticas públicas (TIRELLI; MAIA, 2014).

A proibição do envolvimento de menores de 18 anos nas tarefas produtivas do tabaco trouxe inicialmente medo e descontentamento entre os agentes envolvidos, gerando incertezas sobre o futuro nesta atividade. A realização do programa ARISE contribuiu com a elucidação sobre o tema e trouxe confiança para agricultores e lideranças locais sobre os rumos que se esperam para este cultivo. Uma das questões que apareceu de forma

recorrente durante a pesquisa de campo foi a afirmação, por parte dos entrevistados, de que o Programa ARISE contribuiu para a compreensão sobre a questão do trabalho de menores de 18 anos na produção do tabaco.

No entanto, observa-se que ainda há pontos que não estão claros, pois enquanto parte dos entrevistados compreende que não é permitido o trabalho de crianças e de adolescentes em nenhuma etapa da produção do tabaco, outra parcela mantém a compreensão de que existe a possibilidade do envolvimento de adolescentes acima de 16 anos se respeitada a função de “aprendiz” e a execução de atividades que não causem danos à saúde.

Mesmo antes da vinda do programa da ARISE já se criticava muito esse trabalho escravo, infantil. As próprias fumageiras levavam para o interior as informações. Com a vinda do programa ARISE ficou bem esclarecido. Então, ficou muito claro que o pessoal pode ajudar, mas com cuidado. Por que aqui todos os jovens, os filhos dos produtores, ajudam. Claro, mais em função da cultura do tabaco, que é onde o Ministério do Trabalho pegou muito pesado. Aliás, pegou muito pesado. Mas o trabalho desse programa, o trabalho do ARISE, veio para esclarecer mesmo. Então o pessoal ficou tranquilo, pois percebeu que estava tudo certo. Todo mundo sabia que o pessoal já fazia isso, sem saber que faziam o trabalho certo. Veio a calhar, veio para esclarecer (*Consultor técnico na área da agricultura e ex-técnico da Emater em Arroio do Tigre*).

Independente da clareza sobre o tema, os entrevistados são unânimes em afirmar que consideram inadequada a legislação sobre o trabalho de menores de 18 anos nas atividades produtivas do tabaco. Os argumentos se concentram nas questões de aprendizagem necessárias para o prosseguimento na atividade, no desenvolvimento do “hábito” e do “gosto” pelo trabalho, na capacidade física dos jovens considerada em muitos casos superior à dos pais, na prevenção da ociosidade e do envolvimento com “coisas” erradas e na questão econômica através da necessidade de contratação de força de trabalho assalariada.

Aqui nós não temos mais nenhum menor, mas nós achamos que essa lei deve ser revista. Eu, por exemplo, cresci trabalhando e hoje, mesmos os jovens grandes de 16 ou 17 anos, não podem trabalhar. Se você for ver, esses jovens são maiores e têm mais força que os pais. Claro, não pode colocar uma criança fazendo um trabalho pesado, é uma questão de bom senso. Mas ninguém faz isso, as crianças fazem o trabalho que elas têm capacidade de fazer. Então, para o agricultor essa lei foi ruim. Por que se o jovem não aprender o trabalho enquanto é novo, depois ele não quer mais trabalhar na roça. Quando chegar a hora eles não vão saber trabalhar e não vão querer. (*Produtor 03, 51 anos*).

Eu acho que o jovem tem que trabalhar sim. Tem que trabalhar para depois saber administrar a propriedade. Tem que trabalhar também para não ficar ocioso e não acabar se envolvendo com o que não deve. Hoje nós vemos muitos jovens envolvidos com drogas, até no rural já tem e bastante. Antes era difícil, mas hoje nós vemos que existem muitos jovens indo para um caminho ruim. Então, tem que trabalhar, tem de aprender o que é o certo para se envolver com as companhias que não são boas. (*Produtor 02, 42 anos*).

Considerando-se as entrevistas realizadas com as lideranças municipais percebe-se que, de modo geral, elas também se manifestam contrárias à proibição do trabalho de menores de 18 anos na lavoura de tabaco. Muitas justificam essa opinião destacando o fato de que elas próprias trabalharam desde criança na produção de tabaco e não se sentem prejudicadas por isso. Outro argumento apresentado foi referente aos aspectos culturais e de socialização presentes no envolvimento de crianças e adolescentes nas atividades laborais da propriedade:

Eu sempre digo que o pessoal tem que ter o entendimento do que é o trabalho na agricultura familiar. Os filhos menores de idade trabalham com os pais e é necessário que se tenha esse entendimento e que se compreenda que é algo diferente de uma criança sendo empregada por terceiros. A diferença é muito grande, pois se trata de serviços culturais, são questões culturais. Os avós trabalhavam, os pais trabalham e que os filhos vão seguir aquele tipo de trabalho. Nós temos esse entendimento dentro da agricultura familiar. Não se trata de tirar o máximo de um menor, ao ponto que ele não possa aguentar o serviço. É diferente de colocar criança a trabalhar em uma empresa, a empresa quer produção. Na verdade, quando a criança trabalha com os pais ela está aprendendo. Ela está fazendo o serviço ou observando o que os pais estão fazendo. Dessa forma, quando ela for realizar a tarefa, ela já vai ter o conhecimento.

Nós estivemos em Brasília no final do ano, fomos com o programa ARISE. Lá nós tivemos um debate com o Ministério do Trabalho e com o próprio ARISE e eu discuti muito essa questão. Eles dizem que a criança não pode nem ir para a lavoura e eu digo que a criança tem que ir para a lavoura para aprender a ter o gosto pela terra. A criança não precisa fazer o que os pais fazem, mas ela precisa ver o que os pais estão fazendo para aprender. Se elas não aprenderem antes, vão chegar aos 18 anos sem saber realizar o trabalho. Quando chegam aos 18 anos elas precisam ter todo o conhecimento para saber trabalhar. Eu fui muito enfático nessa questão e não abro mão. Eu acho que para nós, agricultores, aprendiz é entre 14 e 16 anos. A partir dos 16 anos já pode ir tocando a lavoura, por que tem todas as condições. Hoje os jovens são muito bem criados e com 16 anos são já estão grandes (*Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arroio do Tigre*).

A produção de tabaco é uma atividade que envolve diversos prejuízos e riscos sociais, ambientais e para a saúde dos trabalhadores. No que se refere aos problemas de

saúde decorrentes do cultivo do tabaco, eles estão relacionados, sobretudo, à toxicidade do próprio produto, à utilização de agrotóxicos em diversas etapas da atividade, à penosidade de algumas tarefas.

As atividades nas quais os trabalhadores entram em contato com as mudas ou os canteiros de tabaco oferecem riscos em função do contato com a água e com as folhas de tabaco contaminadas com os agrotóxicos aplicados nas piscinas de compõe o sistema *float*. As principais atividades que apresentam riscos são: a colocação das bandejas nos canteiros, o manejo das talagarças (levantar o plástico que protege as mudas), o repique, a poda, o transporte de bandejas para a lavoura, a dispersão das mudas, o plantio, a lavagem das bandejas e o desponte ou no desbrote.

Atividades como a dispersão das folhas do tabaco do tipo Virgínia e o corte dos pés do tabaco do tipo Burley, a ajuda na colocação na tecedeira, a colocação das folhas de tabaco na máquina de costura apresentam riscos referentes ao contato direto do corpo dos trabalhadores com as folhas verdes do tabaco, que podem provocar intoxicação. Além dessas, as atividades de carregamento da estufa e o ato de pendurar os pés do tabaco no galpão apresentam os mesmos riscos, além de serem consideradas atividades pesadas, em especial o carregamento da estufa do tabaco do tipo Virgínia.

As atividades consideradas pesadas são: o carregamento do trator, o corte dos pés do tabaco do tipo Burley, a colheita das folhas do baixeiro do tabaco do tipo Virgínia, lavrar, gradear a terra e fazer o camalhão, colocar adubo e ajudar na aplicação do salitre. Por fim, ressalta-se a colocação da lenha e o controle da temperatura da umidade como sendo atividades que envolvem carregamento de peso, além de expor os trabalhadores ao contato com o calor e o fogo.

Apesar de ter havido uma diminuição do uso de agrotóxicos nas lavouras de tabaco ao longo dos últimos anos, ainda se utiliza uma quantidade considerável dessas substâncias em diferentes etapas da produção (FIGUEIREDO, 2008). Além dos riscos inerentes a esta atividade, a dificuldade de compreensão, em função da baixa escolaridade dos agricultores, das complexas instruções de aplicação de agrotóxicos, bem como os receituários e bulas, também se configura como um fator de risco na execução desta atividade. Mesmo aqueles que possuem o ensino médio alegaram não compreender as bulas e os receituários devido à linguagem técnica empregada (SCHOLENHALS; FOLLADOR; SILVA, 2009).

Conforme argumenta Glantz et al. (1996) a saúde das famílias que cultivam o tabaco é sistematicamente agredida de diferentes formas: a) pelo uso de agrotóxicos; b) pelo contato direto com a planta úmida, que libera nicotina, sendo esta absorvida pela epiderme; c) pelo cheiro das folhas durante a secagem nas estufas (SCHOLENHALS; FOLLADOR; SILVA, 2009).

Em meados dos anos de 1990 e início dos anos 2000 foram realizados diversos estudos em regiões produtoras de tabaco no Brasil e os resultados apontam a existência de associação entre o aparecimento de problemas de saúde em agricultores e o cultivo do tabaco, decorrentes da utilização de agrotóxicos e das condições de trabalho que influenciam negativamente o estado biopsíquico dos agricultores e de suas famílias (FALK et al., 1996; ERDMANN e PINHEIRO, 1998; ETGES et al., 2002; FIALHO, 2000). Outros estudos demonstram a alta incidência de intoxicações crônicas ou agudas entre os produtores de tabaco, os sintomas mais comuns são dores de cabeça, tonturas, mal estar, abalos musculares, vômitos, salivação e perda de apetite (HALDICH et al., 1997).

De acordo com Falk et al. (1996) os produtores de tabaco possuem maior risco de desenvolver de alterações neurocomportamentais que podem evoluir para um quadro grave de depressão e levar ao suicídio. Os autores apresentam fortes indícios de que exista uma relação entre a utilização de pesticidas organofosforados na produção de tabaco e o aumento das taxas de suicídio no município de Venâncio Aires, um dos maiores produtores de tabaco no estado do Rio Grande do Sul. Além disso, os resultados do estudo realizado pelos autores indicam que mais de 80% dos suicídios no município ocorreram entre pessoas que trabalhavam na agricultura. O estudo também demonstrou que no ano de 1995, houve um crescimento no coeficiente de suicídio (quase que duplicou em relação aos dois anos anteriores), paralelamente à intensificação do uso de agrotóxicos na lavoura de tabaco (que também quase duplicou) em função de que naquele ano houve um excessivo número de pragas em consequência da seca e de outros fatores (FALK et al., 1996).

No que se refere à política ambiental vinculada ao SIPF, o setor fumageiro vem tomando algumas medidas e atuando para na redução da quantidade de agrotóxicos nas lavouras de fumo, no recolhimento de embalagens de agrotóxicos, na orientação sobre o correto uso, manejo e conservação do solo e dos recursos hídricos, no fomento ao

reflorestamento e incentivo à preservação das matas nativas (SCHOLENHALS; FOLLADOR; SILVA, 2009).

Em termos de redução de agrotóxicos, pode-se citar a eliminação do uso de brometo de metila a partir da implementação do método *float*. Acordos ambientais estabeleceram o ano de 2010 como o prazo limite para que o brometo de metila, utilizado em inúmeras outras culturas agrícolas na esterilização dos solos para a produção de mudas, deixa-se de ser produzido comercialmente. O Brasil reduziu esse limite para o ano 2005 e o setor produtivo do tabaco no Sul do Brasil antecipou o prazo em dois anos e eliminou o uso dessa substância no ano 2003. Isso se tornou possível a partir do desenvolvimento de tecnologias alternativas, como o sistema *float* e, mais recentemente, o “leito de substrato”. Conforme declarações divulgadas pelo setor, o tabaco é, atualmente, uma das culturas de interesse econômico que apresenta os menores índices de utilização de agrotóxicos, resultado de um intenso trabalho para diminuir a quantidade dessa substância, tanto na produção de mudas como na própria lavoura (FREY; WITTIMANN, 2006).

No entanto, apesar do sistema em *float* ter eliminado o gás brometo de metila, existem controvérsias em relação a esse sistema. Almeida (2005) afirma que existe maior risco para o agricultor, uma vez que os canteiros tipo *float* são feitos próximo às residências, à horta, ao pátio por onde circulam as crianças e os animais domésticos e às fontes de água. Além disso, os agrotóxicos colocados na água formam uma calda, sendo essa uma tecnologia inadequada, pois, muitas vezes, os riscos são desconhecidos pelos agricultores.

Recentemente, vem sendo implementada a técnica de cultivo sobre “leito de substrato”, que dispensa o uso de bandejas de isopor. Essa técnica consiste na produção das mudas em material feito a partir de casca de pinus compostada, resíduos da indústria de celulose (SCHOLENHALS; FOLLADOR; SILVA, 2009). Outra iniciativa é a produção de tabaco orgânico, sem a utilização de agroquímicos, também conhecido como fumo ecológico (PELINSKI; GUERREIRO, 2004). Ressalta-se, no entanto, que durante o período de campo não foram localizadas no município propriedades que desenvolvem esses novos métodos de cultivo de tabaco.

As embalagens dos agrotóxicos, também são um problema para a saúde pública. O destino correto das embalagens vazias dos agrotóxicos visa diminuir o risco para a saúde das pessoas e de contaminação do meio ambiente. De acordo com Troian et alii (2009):

A destinação final das embalagens vazias de agrotóxicos é um procedimento complexo que requer a participação efetiva de todos os agentes envolvidos na fabricação, comercialização, utilização, licenciamento, fiscalização e monitoramento das atividades relacionadas com o manuseio, transporte, armazenamento e processamento dessas embalagens, de modo a evitar acidentes e contaminações (TROIAN; OLIVEIRA; DALCIN; EICHLER, 2009, p. 09).

Quando questionados sobre o destino das embalagens de agrotóxicos, os agricultores entrevistados afirmaram devolver as embalagens para as empresas. Em relação ao procedimento realizado com as embalagens de agrotóxicos, todos os entrevistados afirmaram que lavam as embalagens e armazenam para aguardar o recolhimento, porém, nem todos possuem em sua propriedade o ambiente correto, com a proteção adequada, para o armazenamento das embalagens até o momento da devolução.

O que se observa é que em todas as etapas do cultivo do tabaco, o agricultor mantém contato direto com os agrotóxicos. As etapas de aplicação de agroquímicos (agrotóxico) correspondem, em grande parte, aos períodos de temperaturas mais elevadas (primavera e verão). Por isso, a utilização dos equipamentos de proteção individual não tem uma boa aceitação por parte dos agricultores, os quais ficam expostos aos riscos à saúde (TROIAN; OLIVEIRA; DALCIN; EICHLER, 2009). Entre os produtores entrevistados, somente um afirmou utilizar EPI durante a aplicação dos agroquímicos, porém, ao explicar mais detalhadamente, o mesmo produtor afirmou que utiliza somente algumas partes do EPI.

Há estudos que levantam a hipótese de que os sintomas neurológicos apresentados pelos produtores de tabaco podem decorrer de intoxicações agudas ou crônicas por fungicidas que contêm manganês, os quais também são usados na lavoura de tabaco (SCHOLENHALS; FOLLADOR; SILVA, 2009). Etges et al (2001), em pesquisa realizada com 375 agricultores na região de Santa Cruz do Sul, constatou níveis de manganês muito acima dos descritos na literatura médica presentes nos agricultores familiares investigados. A intoxicação por esse metal pode causar tremores e outros sintomas semelhantes à doença de Parkinson, pois o manganês atua diretamente no sistema nervoso central. Essa pesquisa

constatou também altos índices de morbidade psiquiátrica, de ansiedade e de pessoas que dizem sofrer “dos nervos”.

Apesar dos riscos a que estão expostos, boa parte dos agricultores ainda consideram os agrotóxicos benéficos e necessários ao cultivo do tabaco. Troian et al. (2009), afirmam que:

Os agricultores além de considerarem os agrotóxicos necessários para o cultivo do fumo, ainda os utilizam para aumentar a quantidade plantada, uma vez que esses produtos reduzem a mão-de-obra utilizada. [...] O problema é que os agricultores não estariam se dando conta de que o uso intenso dos herbicidas, além de prejudicar a própria saúde (no homem e nos demais animais, provocam mais alergias do que mortes), empobrece o solo, matando a matéria orgânica ali existente, o que acaba compactando-o (TROIAN; OLIVEIRA; DALCIN; EICHLER, 2009, p. 11-12).

No município de Arroio do Tigre ainda é comum as famílias de agricultores produzirem alimentos para o autoconsumo em concomitância com os cultivos comerciais, todos os entrevistados mantêm essa prática nas unidades de produção. No entanto, conforme os relatos, a maior parte afirmou não utilizar agrotóxicos nos cultivos que se destinam ao consumo familiar. Eles alegam que, pelo fato de já estarem expostos ao contato com os agrotóxicos durante o cultivo do tabaco e dos demais produtos comerciais, eles preferem não utilizar agrotóxicos nos alimentos para evitar a contaminação e doenças futuras.

Observa-se que de um lado há um movimento liderado pelas indústrias de tabaco buscando promover e expandir a produção e, do outro lado, uma crescente conscientização por parte dos agricultores sobre os riscos inerentes à produção de tabaco para a saúde (do produtor e de sua família) e para o meio ambiente. Essa conscientização causa um crescente desejo de mudar que, no entanto, está associado à impotência de encontrar uma situação tão segura quanto à produção de tabaco, do ponto de vista de garantias técnicas e de comercialização (SCHOLENHALS; FOLLADOR; SILVA, 2009).

Há uma nítida desigualdade social em relação à exposição aos riscos decorrentes destas substâncias comprovadamente perigosas e maléficas para a saúde e para o ambiente (ACSELRAD, 2002). Além disso, observa-se, também, uma ligação lógica entre o exercício da democracia e o poder que a sociedade detém para se proteger das injustiças ambientais, compreendidas aqui como o mecanismo pelo qual as sociedades desiguais impõem a maior parte dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de

trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados e populações mais vulneráveis. Dessa forma, o desprezo pelo espaço comum e pelo meio ambiente acaba confundindo-se com o desprezo pelas pessoas e pelas comunidades mais vulneráveis (ACSELRAD, 2000; HERCULANO, 2002).

Os casos de exposição a riscos químicos são pouco conhecidos e divulgados, à exceção do estado de São Paulo, tendendo a se tornarem problemas crônicos, sem solução. Acrescente-se também que, dado ao nosso amplo leque de agudas desigualdades sociais, a exposição desigual aos riscos químicos fica aparentemente obscurecida e dissimulada pela extrema pobreza e as péssimas condições gerais de vida a ela associadas. Assim, ironicamente, as gigantescas injustiças sociais brasileiras encobrem e naturalizam o fato da exposição desigual à poluição e do ônus desigual dos custos do desenvolvimento (HERCULANO, 2002, p. 144).

A utilização de forma correta do Equipamento de Proteção Individual (EPI) é fundamental para a preservação da saúde do trabalhador durante diversas tarefas da produção do tabaco. No entanto, esta ferramenta de proteção é pouco utilizada pelos agricultores, em virtude do clima e da temperatura que predominam na Região Sul do país durante o verão, justamente quando ocorre a colheita na lavoura de tabaco (HARTWIG, 2016). Dessa forma, as estratégias utilizadas para minimizar os efeitos adversos decorrentes do contato direto com as folhas de tabaco são: utilização de camisetas e calças compridas, colocação de luvas e não iniciar a “quebra” (colheita) enquanto as folhas ainda estiverem úmidas por causa do orvalho.

Nós temos o EPI, compramos da firma. Mas para colher o fumo é impossível utilizá-lo. A colheita é feita no verão, não há quem suporte o calor. Fica muito quente, então nós usamos camiseta e calça comprida. Alguns também usam luva, outros não. (*Produtora 04, 51 anos*).

É necessário considerar ainda algumas especificidades relacionadas ao manuseio do EPI: a) os filtros das máscaras e respiradores são específicos de acordo com o defensivo e possuem data de validade, b) as luvas devem ser resistentes aos solventes dos produtos, c) o trabalhador deve seguir as instruções de uso de respiradores, d) a lavagem deve ser feita

usando luvas e separada das roupas da família, e) devem ser mantidos em locais limpos, secos, seguros e longe de produtos químicos (CORDEIRO, 2003; HARTWIG, 2016).

Uma das grandes principais preocupações sobre o contato direto com a folha de tabaco se refere à Doença da Folha Verde (DFV). Essa doença é uma espécie de overdose de nicotina que atinge os trabalhadores devido à absorção da substância através da pele. O suor, o orvalho e a chuva facilitam o contato da nicotina com a pele e mesmo não sendo fumantes, os agricultores chegam a ter uma quantidade de nicotina na urina maior do que de adeptos do cigarro (HARTWIG, 2016).

Os sintomas da DFV são náuseas, tonturas, aumento da sudorese, cefaleias, flutuações na pressão arterial, vômitos, fraqueza severa, salivação, calafrios, diarreias, cólicas abdominais, dificuldades respiratórias, alterações da frequência cardíaca e desmaios. O tempo de duração pode variar entre alguns dias e a doença pode afetar a mesma pessoa diversas vezes durante uma safra. Apesar de só ter sido descrita recentemente pela literatura médica no Brasil, os sintomas da enfermidade já são conhecidos há muito tempo pelos agricultores e a maioria não procura atendimento médico quando tem as reações, o que dificulta as estatísticas sobre a doença (HARTWIG, 2016).

Essas são as condições em que se encontram os produtores de tabaco na atualidade, submetidos a uma forma de trabalho submissa às regras da indústria integradora, sob condições de precarização e exaustão, sem limites da exploração das condições de trabalho. Enquanto isso as indústrias estão livres de todas as responsabilidades previdenciárias, de auxílio doença, assim como, dos custos com a infraestrutura para realização do trabalho, que passam a ser responsabilidade dos trabalhadores integrados, condicionando-os ao endividamento (HARTWIG, 2016).

Cabe ressaltar que a existência de contrato não confere aos produtores agrícolas nenhum direito trabalhista ou qualquer garantia referente aos danos que a produção de tabaco pode ocasionar, seja em relação ao processo produtivo (como safra sem qualidade, estimativa não atingida e confissão de dívida) ou no tocante a saúde dos trabalhadores. E a ausência de benefícios sociais, como assistência à saúde, tem se configurado como um dos grandes problemas enfrentados pelos trabalhadores na fumicultura, pois os trabalhadores dessa cadeia estão demasiadamente suscetíveis a uma série de problemas de saúde descritos acima (HARTWIG, 2016).

Embora a indústria do tabaco ressalte as vantagens econômicas presentes na produção, destacando esta como atividade setorial que gera riqueza, desenvolvimento e emprego para o país, não se pode afirmar que os benefícios sociais dessa inserção se traduzam em melhor qualidade de vida e de saúde para os trabalhadores envolvidos na produção agrícola – o elo mais vulnerável da cadeia produtiva (SCHOLENHALS; FOLLADOR; SILVA, 2009).

Portanto, conforme argumenta Zotti (2010), o cultivo do tabaco é bastante controverso, pois, se por um lado essa atividade apresenta grande importância econômica – tanto para os agricultores familiares, quanto para os atravessadores, as indústrias e o Estado, por outro lado, o tabaco causa sérios problemas ao bem estar das pessoas, afetando desde os agricultores que se dedicam à atividade, até os consumidores ativos e passivos, ocasionando sérios riscos à saúde humana.

4.3 CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS PRODUTORAS DE TABACO

As entrevistas com os produtores rurais de Arroio do Tigre ocorreram em diversas regiões do município, abrangendo as comunidades do Taquaral, Sítio Baixo, Linha Paleta e Coloninha. Entre os entrevistados há forte predominância (mais da metade dos entrevistados) de indivíduos de origem étnica alemã. Os demais se classificaram como brancos, mas não fizeram referência às origens étnicas. Entre os seis entrevistados quatro eram do sexo masculino e dois do sexo feminino, porém, em algumas ocasiões, mais de um membro da família participou das conversas. A idade dos entrevistados variou entre 42 e 57 anos. Todos são casados e vivem em cada residência entre três e cinco pessoas.

Em relação ao patrimônio das famílias, de modo geral, os produtores apresentam uma estrutura de boa qualidade e bem consolidada. Todos são proprietários dos imóveis no qual residem e trabalham, dispõem de eletricidade, possuem televisão de tela plana, geladeira, freezer, lavadora de roupas e carro. Apenas uma das famílias entrevistadas não possui computador e acesso a internet em casa. Todas as famílias contam com banheiro dentro de casa. E as casas, em geral, são de boa qualidade, a maioria sendo de alvenaria ou mista. O destino do esgoto das residências é a fossa séptica, que consiste em um tanque

impermeável onde o esgoto não tratado permanece por algumas horas, antes de ser lançado ao solo. As propriedades variam entre sete e mais de cem hectares.

No que diz respeito às trajetórias de vida relacionadas à escolarização, de modo geral, os produtores(as) entrevistados(as) e seus respectivos cônjuges viveram a história comum e habitual de grande parte dos agricultores descendentes de imigrantes europeus no Sul do Brasil, ou seja, mínima escolarização para desenvolver habilidades essenciais, como ler e fazer contas, e máxima dedicação ao trabalho desde criança. A escola era importante para a alfabetização, mas não era valorizada como etapa necessária para a formação do trabalhador. Na atualidade ainda prevalece a sobreposição do trabalho em relação à educação, uma vez que, na visão dos entrevistados, a inserção precoce no trabalho rural não foi responsável pelo abandono escolar.

Em apenas uma das famílias há atualmente uma criança, nos demais casos os filhos já atingiram a maioridade. Essa criança estuda na rede municipal de ensino. É possível observar uma clara mobilidade social no referente à escolaridade, sobretudo na comparação dos filhos com os pais, uma vez que entre os produtores e seus respectivos cônjuges nenhum chegou a concluir o ensino fundamental, enquanto todos os filhos acima de 18 anos concluíram o nível médio e alguns estão cursando ou concluíram o ensino superior. Esta situação traz impactos na vida local e familiar, pois os jovens adquirem novas informações e novos conhecimentos, estabelecem outros tipos de relações sociais e têm expectativas diferenciadas.

As lavouras de tabaco costumam ficar próximas às residências dos produtores entrevistados, com exceção de uma propriedade, as demais tinham a lavoura com no máximo 100 metros de distância da residência. Outra característica comum aos agricultores entrevistados é a combinação do cultivo do tabaco com diversas culturas e criações. Todos possuíam ao menos um cultivo comercial em concomitância com o tabaco (principalmente o milho, a soja e o feijão) e pelo menos dois cultivos para o consumo familiar. A diversidade produtiva é uma condição importante para que o produtor possa contar com recursos para seu sustento ao longo do ano e para evitar problemas financeiros que os levem ao endividamento, pois a comercialização do tabaco ocorre somente numa vez ao ano, quando termina a safra.

Apenas um produtor não é associado a nenhuma organização vinculada à atividade agrícola, os demais são associados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais. A presença do cooperativismo é bastante tradicional e a maior parte dos entrevistados é sócio(a) de mais de uma cooperativa. As cooperativas presentes na região são a Cooperativa Triticola de Espumoso Ltda. (COTRIEL), a COMACEL – que são agrícolas - e o Sicredi, que é uma cooperativa de crédito.

Com relação às práticas de lazer, elas são um bom indicador de qualidade de vida, pois indicam o que as pessoas fazem no tempo livre. As principais atividades de lazer realizadas pelos entrevistados são: assistir televisão (noticiário e novelas), visitar parentes e amigos, jogar futebol, ir a bares, frequentar balneários e ir a festas. A internet também está se tornando comum entre os produtores, mais da metade dos entrevistados faz uso da internet para acessar as redes sociais ou fazer pesquisas.

As atividades que desenvolvem sociabilidade são comuns nas comunidades rurais e na sede do município. Diversas instituições promovem este tipo de atividade: a organização comunitária (principalmente festas religiosas e esportivas), a administração municipal, (festas escolares e festejos cívicos), a Associação da Juventude Rural de Arroio do Tigre (AJURATI), o Sindicato de Trabalhadores Rurais e a EMATER, que realizam reuniões que, mesmo focadas nas respectivas finalidades institucionais, contribuem para trocas e convívios. Merece destaque a Olimpíada Rural de Arroio do Tigre - evento realizado pela AJURATI, com o apoio de outras entidades, pela ampla participação da comunidade, envolvendo jovens de todas as regiões rurais do município.

Em todas as comunidades rurais de Arroio do Tigre existem Unidades Básicas de Saúde (UBS), no entanto, a maior parte dos entrevistados afirmou fazer pouco uso destes equipamentos, preferindo se dirigir à sede municipal para consulta com médicos particulares. Entre as justificativas apresentadas estão: a falta de médico diariamente no posto e a falta de estrutura para exames (que acarreta o deslocamento à cidade). Apesar de fazerem pouco uso, os entrevistados avaliam de modo positivo as UBS, destacando a boa estrutura dos locais.

Nós consultamos com médico particular, pois no posto só tem médico um dia por semana. Se você fica doente nos dias em que não tem médico, você precisa ir a um médico particular para resolver o problema. Nós só vamos ao médico se estivermos ruins mesmo. Se coincidir de ficarmos doente no dia em que tem médico no posto, nós consultamos no posto, mas é pouco provável (*Produtor 02, 42 anos*).

Para falar a verdade eu nunca fui ao posto, pois o atendimento no posto é difícil. Você vai lá, consulta, mas precisa ir à cidade para fazer o exame. Demora muito tempo para fazer tudo isso, entre três e quatro dias para ter o resultado de uma consulta simples. Pois, após realizar o exame, é necessário voltar ao posto para mostrar os resultados ao médico. Muitas vezes não tem o medicamento no posto, então é preciso retornar à cidade para pegar o medicamento. Então nós preferimos ir direto à cidade, pagar pela consulta e fazer tudo de uma vez (*Produtor 03, 51 anos*).

O tabaco se constitui como o principal produto no que se refere à formação da renda das famílias agricultoras de Arroio do Tigre e os demais produtos comerciais (soja, milho e feijão) contribuem na composição da renda familiar. As culturas de subsistência não costumam ser contabilizadas pelos produtores, apesar do reconhecimento de sua importância para a economia familiar.

Com relação à renda familiar, os entrevistados demonstraram muita resistência em responder à questão. Os valores informados variavam entre R\$ 20.000,00 e R\$ 240.000,00 por ano, provenientes de atividades agrícolas. Com relação a rendas não agrícolas, os entrevistados informaram não possuir proventos de outra natureza. O volume produzido variou entre variou entre 120 e 1200 arrobas de tabaco. Com exceção de um entrevistado, para os demais o tabaco representa a maior fonte de renda da família.

O rendimento recebido pela cultura do tabaco, ao final da safra, gera no agricultor a percepção sobre uma alta rentabilidade que pode não se concretizar caso se considere todos os custos envolvidos na produção. O próprio agricultor tem consciência de que não contabiliza todos os custos e de que o valor recebido não corresponde a sua receita líquida, mas, assim mesmo, deixa-se iludir pelo montante recebido com a produção.

Ao realizar o cálculo, os agricultores costumam contabilizar entre as despesas os valores investidos em insumos, seguro agrícola e contratação de força de trabalho assalariada. Porém, nesse cálculo não estão contabilizados o trabalho executado pela família, tampouco, a depreciação de máquinas e equipamentos da propriedade.

Apesar da contratação de força de trabalho temporária, sobretudo para a colheita, ser uma prática comum entre os produtores de tabaco de Arroio do Tigre e de outras regiões, metade dos entrevistados afirmou não utilizar este recurso. Os trabalhadores que utilizam mão-de-obra temporária, afirmaram que fazem uso desse serviço apenas para a colheita do tabaco. Uma das famílias entrevistadas contrata os trabalhadores por dia (valor

da diária é 100,00) e este trabalhador realiza as atividades junto com os membros da família. Os outros produtores contratam uma equipe (com cerca de cinco ou seis trabalhadores) que fazem a colheita do tabaco, enquanto o produtor se encarrega do transporte do produto até o galpão com o auxílio de um trator.

No que se refere às motivações dos agricultores para o prosseguimento no cultivo de tabaco, a principal razão apresentada foi a rentabilidade deste cultivo, considerado a melhor opção diante das oportunidades conhecidas. A garantia de comercialização e a possibilidade de produzir outros cultivos na mesma terra também são aspectos muito valorizados pelos produtores. Essas informações agregadas àquelas sobre o tempo que os produtores têm se dedicado à cultura do tabaco, apontam para uma relativa estabilidade e independência que os entrevistados avaliam ter acerca de tal atividade. Os agricultores também destacaram aspectos negativos em relação à produção de tabaco, e o aspecto citado de forma mais recorrente foi a penosidade do trabalho.

É um pouco pesado, mas é a única coisa que, por enquanto, está dando dinheiro. Quem tem pouca área de terra não tem opção. Mas é um trabalho pesado e se eu não precisasse plantar, eu não plantava (*Produtor 02, 42 anos*).

O trabalho mais difícil de fazer é o fumo. O trabalho no fumo é todo manual, enquanto na soja é com maquinário. Mas em termos de dinheiro o fumo rende bem mais (*Produtor 03, 51 anos*).

Para Paulilo (1987; 1990), o principal motivo para os agricultores dedicarem-se ao cultivo de tabaco, uma cultura que não se destina à alimentação humana ou animal, é o dinheiro. Agrega-se à rentabilidade, a relativa estabilidade de preços, em face de outros produtos, o fato do tabaco ser pago de uma única vez, resultando numa forma de poupança, e a importância que assume na economia dos municípios nos quais ele é produzido. Outro fator que merece destaque diz respeito à possibilidade de cultivar este produto em pequenas parcelas de terra e a ocupação de mão-de-obra familiar (VARGAS; OLIVEIRA, 2010).

A superioridade do tabaco na remuneração do produtor, comparativamente a outros produtos, é indicada pelos dados do Anuário Brasileiro do Tabaco 2010 (p.22), no qual consta a que o faturamento médio por hectare de tabaco na safra 2009/10 foi de R\$ 11.847,00, enquanto que na produção vegetal e animal alcançou R\$ 1.882,00. O Anuário

informa ainda que esse é o motivo preponderante que dificulta a substituição da área destinada ao tabaco por culturas alternativas.

De acordo com Redin (2011), a alta rentabilidade bruta é um dos principais fatores no momento do agricultor definir suas estratégias de reprodução de ciclo curto. Com base em pesquisa realizada com os agricultores que produzem tabaco na localidade de Linha Paleta em Arroio do Tigre, Redin e Lunardi (2007) afirmam que parcela considerável dos produtores destaca a maior rentabilidade desta cultura em relação a outros cultivos como o principal motivo para sua permanência na atividade. Paulilo (1990) destaca que se por um lado, os produtores de tabaco formam um conjunto bastante heterogêneo, o motivo pelo qual se dedicam a essa lavoura é de uma homogeneidade surpreendente: o dinheiro. Esse é um elemento chave para se entender o relacionamento entre empresa e produtor.

4.4 A PRODUÇÃO DE TABACO E OUTRAS LAVOURAS EM ARROIO DO TIGRE

No início do século XIX, quando Arroio do Tigre ainda fazia parte do Distrito de Sobradinho, pertencente a Soledade, o tabaco já aparecia como um dos principais cultivos agrícolas, juntamente com a produção de suínos e de produtos de subsistência, como o feijão, o milho, o trigo e a cevada. O tabaco e a banha de porco eram as principais moedas de troca utilizadas para a aquisição dos alimentos que não eram cultivados na região, tais como, arroz, açúcar e café (REDIN, 2011).

O cultivo do tabaco começou a ganhar destaque em função da qualidade do produto, atribuída às condições naturais propícias para o cultivo. A região onde se localiza atualmente a Linha Cereja ganhou notoriedade na Europa, especialmente na Suíça. Existem relatos da época em que os agricultores descrevem o rigor na classificação do tabaco, sobretudo após o beneficiamento, quando o produto era fermentado e embalado para a exportação. Até a década de 1970, a economia agrícola do município permanecia a mesma: o cultivo do tabaco, criação de suínos para o aproveitamento da carne e a venda da banha e cultivos de subsistência (milho, feijão, trigo, mandioca, frutas e hortaliças) (REDIN, 2011).

A década de 1980 foi marcada pela expansão da soja no município, que pode estar relacionada à aquisição dos primeiros maquinários e implementos agrícolas no final da década de 1970. Há relatos de agricultores afirmando que as instituições financeiras que

concediam crédito para a aquisição das máquinas exigiam um documento comprobatório de que outro produtor (que possuía colheitadeira de soja) faria a colheita do seu produto, como forma de garantir que as máquinas financiadas seriam pagas. Portanto, a expansão da soja na região pode ter relação com a aquisição das máquinas, uma vez que o crédito para a compra do maquinário era liberado através do cultivo deste produto (REDIN, 2011).

Antes da aquisição das máquinas havia muitas dificuldades para a produção agrícola na região, pois as condições eram precárias. Parte significativa dos agricultores do município utilizava apenas alguns instrumentos para mexer na terra, como a capinadeira puxada por um cavalo. Alguns produtores não dispunham nem deste instrumento e necessitavam do empréstimo dos vizinhos ou era necessário realizar o trabalho manualmente com foices, facões, enxadas e machados (REDIN, 2011).

A aquisição dos maquinários, ao mesmo tempo em que propiciou diversas facilidades, como tornar o processo de preparação da terra para o plantio menos oneroso, mais ágil e com menor penosidade, também trouxe algumas implicações, como os custos com o abastecimento dos tratores e com as parcelas dos financiamentos para a aquisição dos mesmos. Dessa forma, a produção de tabaco e de soja teve papel importante no cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos produtores para o investimento em novas tecnologias (REDIN, 2011).

É importante ressaltar que o processo de modernização descrito acima ocorreu somente com aqueles agricultores que já estavam estruturados economicamente e que possuíam propriedades que sustentavam o emprego de maquinário agrícola. Persistem atualmente no município agricultores que não dispõem de trator na propriedade, em função do relevo acidentado que impede sua utilização, mesmo que disponham de condições financeiras e de incentivos governamentais para a aquisição (REDIN, 2011).

Na década de 2000 o cultivo de feijão adquiriu relevância em Arroio do Tigre e o município liderou por diversos anos a produção estadual de feijão, mas esse cultivo sempre ocorreu em concomitância com o tabaco nas unidades de produção do município e a produção de feijão sempre foi flutuante nas propriedades que têm no cultivo do fumo seu principal produto agrícola. Isso se explica pela limitação da mão-de-obra e pelo tamanho reduzido das propriedades.

Os custos para a produção do feijão são considerados altos, devido aos insumos e à necessidade de contratação de força de trabalho externa. Dessa forma, o rendimento obtido com esse produto passa a ser pouco significativo e os produtores optam pela produção somente para o consumo quando não dispõem de mão-de-obra familiar suficiente para a colheita do tabaco e do feijão ou recursos para arcar com a contratação de trabalho assalariado para esta função. A produção de tabaco possibilita o cultivo de outra cultura na mesma safra, após a colheita do tabaco, ocupando parte da adubação da cultura anterior. O milho e o feijão são os produtos mais recorrentes neste tipo de prática (REDIN, 2011).

As famílias rurais de Arroio do Tigre se especializaram na produção de tabaco e no cultivo de produtos ligados ao complexo agroindustrial. O milho, que era um produto valorizado e com alta produção no município, foi perdendo espaço e valor, tornando-se uma subcultura na região. Os cultivos com baixo valor comercial foram abandonados pelos produtores e, atualmente, o tabaco e a soja são os principais produtos comerciais do município. Embora a produção de algumas culturas - como o milho, o feijão e hortifrutigranjeiros - para o autoconsumo tenha permanecido como um hábito entre as famílias agricultoras, houve uma perda em quantidade e diversidade, ao passo que a produção comercial foi sendo priorizada. Dessa forma, os cultivos para a subsistência cederam espaço à produção de soja e ao aumento de área para o cultivo de tabaco.

O fumo sempre foi a principal atividade de Arroio do Tigre. Até 2002, a segunda principal atividade era o feijão preto. Hoje o feijão preto nem entra mais na lista das principais atividades. Até 2005, o município chegou a plantar cinco mil hectares de feijão preto, hoje fica em 800 hectares. A área na qual era plantado o feijão, atualmente é destinada, sobretudo, ao plantio de soja. O milho, o município também plantava até os anos 2000/2005 em torno de sete mil hectares. Hoje há no máximo quatro mil hectares. Então, essas áreas que o milho e o feijão perderam, foram para a cultura da soja. Arroio do Tigre deve ter hoje dez mil hectares de soja plantada. A redução do plantio de feijão se deve à instabilidade dos preços e à colheita totalmente manual. Como a soja facilitou a colheita, é tudo com maquinário, os agricultores preferiram esse cultivo. Já o milho diminuiu em função da rentabilidade por hectare, pois ele não possibilita uma boa renda. Os produtores continuam plantando milho para a subsistência, mas para comercializar eles não plantam mais. Ao invés de plantar cinco hectares de milho para vender, eles plantam cinco hectares de soja para vender. O fumo, mesmo com essas mudanças de migrações nas áreas, não perdeu área plantada, pelo contrário, também aumentou. Nos anos 2000/2002, nós tínhamos quatro mil hectares de fumo e hoje nós devemos ter oito mil hectares.

Dentro desses oito mil hectares de fumo, três mil hectares são da variedade Burley, que é o fumo de galpão. É por isso que Arroio do Tigre é considerado o maior produtor de fumo da variedade Burley do Brasil.

Então o fumo é a principal atividade, seguido pela soja, pelo milho, pelo leite e pelo feijão. Para os produtores que plantam feijão, com essa atividade que o Carlinhos iniciou quando era presidente da Ajurati, nós vamos fazer uma parceria com a cooperativa Copersanta para incentivar o cultivo de feijão no município. Nós buscamos estabelecer um preço mais justo, um valor que o produtor já saiba o que vai receber quando for plantar. Hoje ninguém que compra feijão no comércio. Entidades, cooperativas, ninguém mais compra feijão. Tem alguns atravessadores que estão pagando no máximo R\$ 100,00 e isso é um absurdo. É um absurdo em termos de preço muito baixo para o produtor (*Consultor técnico na área da agricultura e ex-técnico da Emater em Arroio do Tigre*).

Tabela 3: Quantidade produzida (toneladas) no município de Arroio do Tigre.

Quantidade produzida (toneladas)					
	2000	2005	2010	2015	2017
Fumo	10.080	10.725	12.687	12.600	13.300
Soja	3.780	1.848	15.180	26.622	34.320

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

Tanto a produção de tabaco quanto a de soja apresentaram crescimento no município de Arroio do Tigre entre os anos 2000 e 2017, porém a diferença no crescimento entre as duas culturas foi considerável. Enquanto o tabaco apresentou um crescimento de 31,9% no período, a produção de soja cresceu 807,9%. Apesar do expressivo crescimento, é importante considerar que a expansão da produção de soja pode sofrer com algumas limitações impostas pelas características topográficas da região, assim como em função do perfil das unidades de produção.

Dessa forma, é possível afirmar que o município de Arroio do Tigre se orientou para a cultura do tabaco desde meados do século passado ao mesmo tempo em que desenvolveu um conjunto de culturas complementares voltadas para o mercado e para o consumo familiar. O SIPT se fortaleceu nas últimas décadas e proporcionou segurança e rentabilidade aos agricultores, sendo atualmente a principal fonte de ingresso financeiro das unidades de produção do município. Além disso, as atividades agrícolas como um todo, possuem papel de destaque na economia de Arroio do Tigre, que possui a agricultura como base financeira para o município.

5 O ASSALARIAMENTO E A PARCERIA AGRÍCOLA NA PRODUÇÃO DE TABACO

O trabalho assalariado e a parceria agrícola situam-se em um dos extremos da complexa cadeia de produção de tabaco em folha, que inclui agricultores familiares, fabricantes de insumo, transportadores, indústrias de processamento, fabricantes de cigarros, varejistas, entre outros. Estes trabalhadores inserem-se neste setor produtivo através das relações que estabelecem com os agricultores familiares, que são os responsáveis pela produção do produto primário, e que lhes outorgam o uso da terra – no caso dos parceiros – ou que contratam seus serviços, no caso dos trabalhadores assalariados. Compreender o modo como se estabelecem as relações de produção na cultura do tabaco envolvendo produtores rurais, trabalhadores assalariados e parceiros, contribui não apenas para a compreensão das dinâmicas envolvidas nestas relações, mas, também, para a elucidação das contradições presentes nesta complexa cadeia produtiva.

Para ancorar este debate, foram utilizados dados secundários (estudos e dados sobre o tema) e dados primários coletados através de entrevistas semiestruturadas realizadas com 16 trabalhadores assalariados temporários, quatro trabalhadores assalariados permanentes, três trabalhadores parceiros, quatro trabalhadores que atuam na intermediação da contratação de trabalhadores assalariados temporários pelos agricultores familiares e cinco informantes-chave. Para localizar os entrevistados e realizar a primeira aproximação contou-se com o auxílio de uma produtora de tabaco da localidade. As entrevistas, em sua maioria, foram realizadas nas residências dos entrevistados para que se pudessem observar as condições de moradia dos mesmos. A análise está pautada em quatro etapas: discussão acerca do trabalho agrícola no Brasil, análise das condições socioeconômicas dos parceiros e dos trabalhadores assalariados na produção de tabaco, descrição e análise da parceria agrícola na produção de tabaco e descrição e análise acerca do trabalho assalariado no cultivo de tabaco.

5.1 O TRABALHO AGRÍCOLA NO BRASIL

O trabalhador do campo está exposto a uma heterogeneidade de relações de trabalho ainda maior do que a observada nas áreas urbanas. Em 2015, havia aproximadamente 13,5 milhões de trabalhadores em atividades agrícolas, entre os quais mais de 65% eram agricultores familiares, atuando na posição de conta própria, autoconsumo ou trabalho não remunerado. Entre os 3,9 milhões de trabalhadores que estavam inseridos em relações assalariadas (trabalhadores assalariados), somente 40% tinham carteira de trabalho assinada (VALADADRES et al. 2017).

Cabe ressaltar que o trabalho assalariado permanente se faz mais presente em unidades de produção não familiar, enquanto que o assalariamento temporário é predominante na agricultura familiar (TORRES, 2016). Uma explicação possível seria a estratégia encontrada pelas famílias agricultoras que buscam mão-de-obra assalariada nos períodos de maior demanda de trabalho como uma forma de poupar seus membros da penosidade inerente a este tipo de trabalho (CHAYANOV, 1981). Outra explicação decorre da Lei 11.718 de junho de 2008 que estabelece como limite o período de 120 dias por ano como tempo máximo de contratação de trabalhadores assalariados para que os agricultores se mantenham na condição de segurado especial do INSS¹⁴.

O trabalhador assalariado rural esteve fora do sistema de regulação e proteção social até as décadas de 1960 e 1970. Pela inexistência de qualquer regulação específica se utilizava a regulamentação estabelecida pelo Código Civil da época (KREIN; STRAVINSKI, 2008). O mercado de trabalho agrícola tem sido sustentado a partir de relações precárias e informais, por isso não é possível compreendê-lo somente com base nas transformações técnicas e organizacionais relacionadas à dinâmica de modernização da agricultura. Para se entender essa relação é preciso examinar as mudanças institucionais que contribuem com a explicação inclusive das transformações na base técnica da agricultura e dos processos observados no mercado de trabalho no meio rural (GARCIA, 2014).

¹⁴ A condição de segurado especial do INSS (instituída pela Lei 8.213/1991 e alterada pela Lei 11.718/2008 e pela Lei 12.813/2013) confere aos agricultores familiares alguns benefícios, como a contribuição de 2% sobre a receita bruta proveniente da comercialização da sua produção, a concessão de aposentadoria por idade, no valor de um salário mínimo, mediante comprovação do exercício de atividade rural por 15 anos e a aposentadoria com redução de idade em cinco anos em comparação aos trabalhadores do regime geral da previdência social (55 anos para as mulheres e 60 anos para os homens).

De acordo com Morello (2008), o progresso nas relações de trabalho na área rural não acompanhou o ritmo das transformações na dinâmica econômica do país. Durante o processo de industrialização, os trabalhadores rurais desempenharam o papel de fonte de mão-de-obra barata que sustentou as mudanças na área urbana e o avanço da industrialização no Brasil (MORELLO, 2008). Assim, os sinais de mudança no aparato institucional que regulamenta o mercado de trabalho agrícola no país podem estar associados ao papel que a atividade agropecuária tem exercido recentemente na economia nacional, à defasagem da legislação trabalhista para a área rural e à agenda de trabalho decente defendida pela Organização das Nações Unidas - OIT (GARCIA, 2014).

A legislação trabalhista brasileira referia-se somente às relações de trabalho do meio urbano, deixando a área rural fora dos mecanismos de proteção trabalhista. Desse modo, o aparato de regulação e proteção dos trabalhadores rurais esteve fora da ação do Estado brasileiro até a década de 1980, embora com a instituição do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214/1963) as relações trabalhistas na área rural tenham começado a ser respeitadas. Porém, o estatuto foi revogado pela Lei nº 5.889/1973, que estendeu algumas normas da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) aos trabalhadores rurais, em um processo que ficou conhecido como ruralização da CLT (KREIN; STRAVINSKI, 2008).

Foi somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que os trabalhadores rurais tiveram seus direitos equiparados aos direitos dos trabalhadores urbanos, no entanto, esta equiparação ainda está longe de ser verificada no cotidiano dos trabalhadores rurais. A regulação do trabalho rural também é complexa devido às suas especificidades, como a heterogeneidade do mercado de trabalho agrícola, as múltiplas funções que o trabalhador rural pode assumir na produção agrícola (como produtor autônomo e assalariado), o isolamento de parte dos trabalhadores que vivem em locais pouco povoados e distantes dos centros urbanos, a dificuldade de organização dos trabalhadores rurais, a ausência de educação formal, a condição de pobreza de parcela importante dos trabalhadores rurais devido aos baixos valores de remuneração, a pouca efetividade da legislação trabalhista e a baixa regulação de boa parte dos setores ou culturas (BUAININ; DEDECCA, 2008; KREIN; STRAVINSKI, 2008).

Krein e Stravinski (2008) destacam que as relações de trabalhos nas áreas rurais são fundamentalmente reguladas pelo Estado e suas instituições e também pelo poder

discricionário dos empregadores, com pouca relevância para as negociações coletivas. Apesar da crescente fiscalização do Estado, o mercado de trabalho rural ainda é marcado pelo elevado índice de informalidade que deixa parte importante dos trabalhadores rurais à margem do sistema de proteção social e pela supremacia do poder do empregador em determinar as regras de contratação. Ainda assim, conforme Marques (2008), em algumas regiões do país e em alguns tipos de cultura as negociações coletivas têm ganhado força devido à presença de sindicatos atuantes. A importância dos sindicatos é verificada nas negociações coletivas, cuja tendência é de fortalecimento dessas negociações, em decorrência do fim do poder normativo da justiça do trabalho, definida pela Emenda Constitucional nº 45 de 30 de dezembro de 2004 e pelo avanço do agronegócio a partir da consolidação de cadeias produtivas, que intensifica as relações capitalistas de produção no mercado de trabalho agrícola (GARCIA, 2014).

Dessa forma, o mercado de trabalho rural no Brasil apresenta ainda inúmeras carências e precariedades vinculadas às relações de trabalho. No entanto, os avanços institucionais que vêm ocorrendo desde a Constituição Federal de 1988 têm modificado de modo significativo o panorama neste setor. As ações e mudanças em curso poderão contribuir para assegurar a oferta de força de trabalho rural no país (GARCIA, 2014).

Diversos estudiosos analisaram as modificações ocorridas no campo brasileiro em decorrência das políticas governamentais de modernização a partir da década de 1950 (Brandão, 1989; Pessoa, 1988; Stolcke, 1986; Palmeira e Leite, 1998) e demonstraram como essas transformações afetaram os pequenos produtores e agregados que viviam dentro das fazendas e que a partir do encerramento das relações de trabalho tradicionais, assalariaram-se integral ou parcialmente. Moura (1988) e Sigaud (1979) analisaram o processo de surgimento dos trabalhadores temporários no Médio Jequitinhonha e na zona da Mata de Pernambuco, respectivamente.

Sigaud (1979) e Garcia Jr. (1990) ressaltam a importância de ir além das explicações que interpretam o assalariamento como a consequência inevitável do avanço do capitalismo nas áreas rurais. Através da análise de trajetórias individuais e familiares de migrantes que se tornaram operários rurais ou urbanos, Garcia Jr. (1990) observa que essa passagem pelo mercado de trabalho, industrial ou não, possibilita a reprodução de uma condição camponesa. Dessa forma, Menezes (2002) e Woortmann (1990) também questionam a tese

de um desenvolvimento capitalista associado à inevitável proletarização dos trabalhadores rurais quando buscam compreender a multiplicidade das escolhas e estratégias dos camponeses migrantes e os significados desses deslocamentos.

Na literatura acadêmica predominam informações sobre o trabalho assalariado rural nas regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, onde há um maior contingente populacional ocupado, sobretudo em atividades temporárias e unidades de produção de grande porte. O trabalho agrícola assalariado predomina em atividades classificadas como commodities, cujas produções destinam-se majoritariamente à exportação, como o algodão, o café, a cana-de-açúcar, o milho, o reflorestamento, a soja e a criação de bovinos (BALSADI, 2009).

De acordo com os dados da Pnad/IBGE de 2013, a mão-de-obra ocupada no meio rural soma 13,9 milhões de trabalhadores, destes 70,2% são do sexo masculino e 29,8% do sexo feminino. Entre os trabalhadores ocupados, 4.236.217 (30,3%) produzem para o próprio consumo, 4.059.507 (29%) estão na condição de empregados (com e sem carteira de trabalho assinada), 3.961.704 (28,3%) trabalham por conta própria, 1.457.028 (10,4%) são trabalhadores não remunerados e 267.451 (1,9%) são empregadores (DIEESE, 2014).

Dos mais de quatro milhões de empregados, a maior parte não possui carteira assinada (59,4% ou 2,4 milhões de pessoas). O Nordeste e o Sudeste são as regiões que concentram a maior parte dos trabalhadores assalariados rurais no País com 1.413.282 (34,8%) e 1.398.228 (34,4%), respectivamente. Os trabalhadores temporários representam 31,9% (1.294.864 trabalhadores) dos assalariados rurais (DIEESE, 2014).

Ao analisar o perfil dos trabalhadores assalariados rurais, constatou-se o predomínio de empregados com residência rural. Em média, 43,6% dos trabalhadores contribuem para a previdência social e 14,6% são sócios de algum sindicato. Quanto ao nível de instrução, 39,2% dos trabalhadores têm no máximo três anos de estudos, o que representa 1,6 milhão de assalariados em situação de analfabetismo ou com baixíssima escolaridade. Cerca de 1/3 dos assalariados possui entre quatro e sete anos de estudo e 27,8% estudaram por um período igual ou superior a oito anos. O perfil dos trabalhadores é composto predominantemente por homens, negros ou pardos e adultos (DIEESE, 2014).

Distintos estágios de tecnificação, assim como do uso do capital físico e humano interferem na dinâmica dos mercados de trabalho e das desigualdades entre as regiões do País. Enquanto no Norte e no Nordeste predominam o trabalho informal, não remunerado e

aquele vinculado à produção para o autoconsumo, nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste é expressivo o desenvolvimento de atividades agropecuárias modernas, de alta produtividade e com relações formais de contratação de força de trabalho (MAIA; SAKAMOTO, 2014, pp. 594).

O mercado de trabalho rural brasileiro tem apresentado contínua redução em todas as ocupações. Entre 2004 e 2013 o número de empregados ou assalariados (com e sem carteira de trabalho assinada) passou de 4,9 milhões a 4,0 milhões (-18,2%), segundo dados Pnad/IBGE. Entre os empregados a redução foi de 52,2%, passando de 559 mil para 267 mil. Essa redução pode ser explicada pela acentuada concentração de terras, ocasionada pela elevada capitalização do meio rural nos últimos tempos, inclusive com a participação de grandes volumes de capital internacional. Houve redução também no número de trabalhadores não remunerados (redução de 66,5%), nesta categoria estão inclusos, majoritariamente, crianças, jovens e mulheres. Acredita-se que essa redução esteja relacionada aos avanços das políticas de proteção social e também à migração para o meio urbano, sobretudo entre os jovens com idade entre 16 e 24 anos. (DIEESE, 2014, pp.8-9).

Entre os trabalhos efetuados nesta área também merecem destaque os de Sigaud (1979) D’Incao (1975, 1982), Stolcke (1986) sobre os trabalhadores da cana-de-açúcar e a análise de Novaes (2009) sobre os trabalhadores no cultivo de café em Minas Gerais. Os trabalhos destes autores são importantes contribuições para se comprar com processos análogos ocorridos em outras regiões, como o caso do trabalho temporário na produção de tabaco em folha no estado do Rio Grande do Sul.

Um dos aspectos importantes a ser considerado quando se analisa o trabalho assalariado na agricultura diz respeito à migração dos trabalhadores em busca de novas oportunidades laborais. Sobre esse tema, Silva e Menezes (2008) destacam a existência de três enfoques analíticos presentes na literatura acadêmica: 1) o primeiro consiste na interpretação macroestrutural, perspectiva que privilegia os aspectos de expulsão das populações das áreas rurais e os fatores de atração destes mesmos grupos para regiões com maior desenvolvimento industrial. Esta perspectiva não confere atenção aos significados da migração para os agentes envolvidos no processo e não considera outras formas de migração, tais como as migrações temporárias; 2) o segundo interpreta a migração como uma estratégia de reprodução camponesa, na qual os sujeitos envolvidos não são vistos

apenas como atores passivos determinados por processos estruturais de expulsão e atração entre áreas rurais e urbanas. Nesse enfoque teórico a migração é vista como uma estratégia de reprodução da condição camponesa; 3) o terceiro concebe a migração como um processo social, observando as relações sociais, as estruturas de classe, de etnia, de gênero e os laços sociais e culturais que condicionam a migração. Essa interpretação demonstra que os processos sociais não são estáticos e busca superar o pensamento dualista que valoriza esquemas como origem versus destino, rural versus urbano, entre outros.

Diferente do trabalho assalariado, a parceria pode se configurar como uma estratégia por parte dos pequenos agricultores que não possuem condições financeiras para assalariar trabalhadores em sua propriedade e veem na parceria uma forma de aumentar seus rendimentos e dividir com outro produtor o investimento, o risco e os ganhos. Ao tratar do tema da parceria agrícola, parte dos estudiosos da questão agrária defende que este modelo de trabalho se iniciou como uma prática alternativa na crise do regime feudal, como uma estratégia de elevação da produção e dos lucros ao proprietário da terra. Os primeiros relatos sobre experiências de parcerias rurais sugerem que elas serviram de base na transição do feudalismo para o capitalismo, como uma forma primitiva de produzir da terra (FERREIRA; MACIEL, 2014).

A prática de parceria agrícola funcionou desde o início como um procedimento que objetivava gerar lucro para as empresas rurais e foram utilizadas como meio de resolução para os problemas sociais e econômicos que necessitavam de atenção de diferentes setores, o interesse era de dinamizar a produção no meio rural para obter lucro (FOERSTE, 2005). No Brasil, a prática da parceria teve início no final do século XIX, também em um período de crise do latifúndio e como uma forma de dinamizar a produção rural e obter lucro. Não havia mais a disponibilidade de força de trabalho escrava, então a chegada de imigrantes europeus contribuiu para a expansão desse sistema de trabalho (FERREIRA; MACIEL, 2014).

Caio Prado Júnior (1977) interpreta a parceria na agropecuária brasileira como um empreendimento de caráter mercantil. A base da parceria não seria uma ordem feudal, mas desde o início da colonização uma economia de raízes escravistas. Este tipo de fundamentação questiona e se contrapõe à visão da parceria como resquício feudal. O próprio autor chega a demonstrar historicamente, no caso da economia de São Paulo, que o

assalariado precedeu à meação e ainda que os processos tecnológicos empregados na lavoura algodoeira implantada posteriormente em regime de meação são superiores aos de velhas fazendas cafeeiras sob o regime colonial (PRADO, 1977).

Nesse sentido, Foerste (2005) definiu dois tipos de parceria: 1) de autonomia total do parceiro trabalhador na gestão e execução da produção ou; 2) de autonomia parcial, em que a maior parte do controle fica nas mãos do proprietário. Assim, a parceria agrícola pode ser considerada como um sistema de trabalho no qual o proprietário da terra mantém o nível de produção reduzindo a sua responsabilidade social, ambiental, trabalhista e fiscal (FERREIRA; MACIEL, 2014). Conforme descreveu Candido (1964) apud Foerste (2005, p. 56) através da parceria o trabalhador não obterá as condições de auferir um rendimento suficiente para adquirir terras e se tornar autônomo (FOERSTE, 2005, p. 56). Queiroz (1973) define o parceiro rural como um camponês situado em uma posição intermediária entre o fazendeiro e o escravo libertado.

Em 1964, foi promulgada a Lei nº4.504, conhecida como “Estatuto da Terra”, que representou um avanço no cenário agrário nacional, com brechas às reformas de interesse social. No entanto, com a queda do governo Goulart, em abril de 1964 e com a institucionalização do Governo Militar, iniciou-se um período de repressão aos movimentos sociais, que culminou na anulação de projetos de interesse popular. Nessa época, houve ainda a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, do Programa de Integração nacional-PIN, e do Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria no Norte e Nordeste-PROTERRA, porém esses órgãos e programas proferiam um discurso contra uma reforma agrária e a favor dos latifundiários. A Lei do Estatuto da Terra de 1964 é o instrumento que define as bases legais sobre a parceria agrícola no Brasil e na sua origem apresentava abertura aos camponeses. Com o Governo Militar houve novo redirecionamento em sua abordagem, adotando-se a estratégia de enfraquecimento dos movimentos sociais do campo que lutavam e que lutam por melhorias e por justiça social (FERREIRA; MACIEL, 2014).

Após o período militar, o governo do presidente da República, José Sarney, elaborou o I Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA e com isso teve início uma disputa entre a União Democrática Ruralista – UDR (representada pelos latifundiários e seus simpatizantes) e os movimentos sociais camponeses (apoiados por alguns setores da Igreja e sindicatos). A

partir dessa luta de forças houve alterações que favoreceram os latifundiários e mesmo com a criação do novo Código Civil (Lei nº 11.443, de 05 de janeiro de 2007), a ideia central do Estatuto da Terra ainda prevaleceu (FERREIRA; MACIEL, 2014).

Conforme consta no Estatuto da Terra, o sistema de parceria rural divide-se em: a) parceria agrícola; b) parceria pecuária; c) parceria agroindustrial; d) parceria extrativa e; e) parceria mista, quando sua finalidade abrange mais de uma das modalidades de parceria rural. A Lei nº 11.443, de 05 de janeiro de 2007, apresenta nova redação aos artigos 95 e 96 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra, mas em sua essência não traz benefícios ao parceiro outorgado, aquele que fornece o trabalho (FERREIRA; MACIEL, 2014). A divisão dentro do processo de parceria é disposta no Art. 96. VI, conforme segue: a) 20% (vinte por cento), quando o proprietário concorrer apenas com a terra nua; b) 25% (vinte e cinco por cento), quando concorrer com a terra preparada; c) 30% (trinta por cento), quando concorrer com a terra preparada e moradia; d) 40% (quarenta por cento), caso concorra com o conjunto básico de benfeitorias, constituído especialmente de casa de moradia, galpões, banheiro para gado, cercas, valas ou currais, conforme o caso; e) 50% (cinquenta por cento), caso concorra com a terra preparada e o conjunto básico de benfeitorias enumeradas na alínea d deste inciso e mais o fornecimento de máquinas e implementos agrícolas, para atender aos tratos culturais, bem como as sementes e animais de tração, e, no caso de parceria pecuária, com animais de cria em proporção superior a 50% (cinquenta por cento) do número total de cabeças objeto de parceria; f) 75% (setenta e cinco por cento), nas zonas de pecuária ultra extensiva em que forem os animais de cria em proporção superior a 25% (vinte e cinco por cento) do rebanho e onde se adotarem a meação do leite e a comissão mínima de 5% (cinco por cento) por animal vendido.

Após firmarem acordo sobre o percentual e o tipo de parceria, prossegue-se a assinatura do contrato entre o proprietário (parceiro outorgante) e o trabalhador (parceiro outorgado), por um período mínimo de três anos, podendo ser renovado ou não ao fim do período determinado (FERREIRA; MACIEL, 2014).

Neste sistema, a autonomia do trabalhador no que se refere à condução de sua força de trabalho é parcial ou nula. Dessa forma, muitos esperam por dias melhores, mas com receio de serem despejados por não terem atendido às expectativas do parceiro outorgante

(que de certa forma é patrão) e também por não possuírem garantias trabalhistas caso fiquem sem contrato. Normalmente o parceiro outorgante detém uma margem ao final da safra, que chama de sobra, de onde retira seu lucro, enquanto o outorgado é responsável pelos insumos utilizados na lavoura com igual percentual firmado no contrato de parceria, mas quem determina os insumos a serem aplicados e a quantidade é o parceiro outorgante. Assim, com um ano de trabalho, o parceiro outorgado pode chegar ao final da colheita/safra sem obter lucro ou mesmo com dívidas com o outorgante, o que compromete a condição socioeconômica da família, tornando esse sistema de trabalho, em alguns casos, questionável na contemporaneidade (FERREIRA; MACIEL, 2014).

Ferreira e Maciel (2014) levantam alguns pontos para reflexão a respeito do sistema de parceria agrícola: a) os contratos têm duração mínima de três anos, e não há garantia de renovação após seu término, pois ela depende do interesse de ambas as partes; b) os trabalhadores em sistema de parceria podem comprovar sua condição de trabalhador rural a partir do bloco de produtor rural se vinculando ao Instituto Nacional de Seguridade Social na condição de segurado especial (como agricultores familiares, no entanto, não dispõem de benefícios e direitos trabalhistas, como férias e Fundo de Garantia por Tempos de Serviços – FGTS; c) no caso de não renovação do contrato a família fica desamparada legalmente e o proprietário desobrigado pela legislação.

Aqueles que têm seus contratos firmados para comprovar à previdência social, ao completar 55 anos (mulheres) e 60 anos (homens) podem se aposentar por idade e passam a receber o benefício de um salário mínimo. No entanto, de acordo com Ferreira e Maciel (2014), a maioria dos trabalhadores não consegue adquirir um patrimônio mínimo (como a casa própria) até a idade de aposentadoria, assim, na maior parte dos casos acabam por residir com os filhos após se aposentar. E, como os filhos na maioria dos casos permanecem no mesmo sistema de trabalho, não se observa mobilidade social através deste tipo de trabalho, salvo algumas exceções.

A estrutura fundiária do Brasil é uma das mais concentradas do mundo, tendo passado por poucas mudanças ao longo da história (CAZELLA; SOTO, 2011). Os dados do censo agropecuário de 2006 demonstram que, do universo de 3.897.408 agricultores familiares, 740.707 não são proprietários, ou seja, estão enquadrados nas categorias de

arrendatários, parceiros, ocupante, mandatário, produtor sem área ou assentado aguardando titulação definitiva.

As dificuldades no acesso à terra e a insegurança jurídica relacionada à posse das propriedades acabam por gerar limitações no exercício da cidadania da população rural desprovida de propriedade. Essas dificuldades afetam alguns segmentos de agricultores familiares pobres, os assalariados rurais, as populações indígenas e os quilombolas. De acordo com Reydon (2011), ao longo da história instituiu-se um aparato institucional e legal para combater essa questão, no entanto, nunca houve a operacionalização integralmente do referido aparato. Dessa forma, a questão fundiária brasileira é marcada não apenas pela exclusão social, mas também pela fragilidade da sua regulação formal.

Os programas de acesso à terra foram formulados com o objetivo de diminuir os conflitos e a pobreza rural. Esse objetivo permitiu uma aliança com o Banco Mundial, que tinha interesses em financiar programas de redução da pobreza (PEREIRA, 2006). Assim, o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso conseguiu amenizar a pressão social por terra sem alterar a estrutura fundiária ou ampliar os processos de desapropriação (SAUER e PEREIRA, 2006). A primeira experiência de crédito fundiário no Brasil se deu em 1996, no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, com um programa piloto denominado de Programa Cédula da Terra (PCT). O PCT beneficiou agricultores de quatro estados do Nordeste (Ceará, Maranhão, Pernambuco e Bahia) e do norte de Minas Gerais. A seleção desses estados se deu em função da alta concentração de pobreza rural nesses territórios. Assim, todos os recursos para infraestrutura previstos no PCT foram distribuídos na forma de doações aos beneficiários (repasse a fundo perdido), sendo que o financiamento ficava limitado à compra da terra (GOMES et al., 2014).

Após essa experiência piloto foi implementado o Programa Banco da Terra (PBT), com o objetivo de difundir o crédito fundiário para outras regiões do Brasil. Existiam duas diferenças fundamentais entre os dois programas. O Programa Banco da Terra (PBT) trouxe inovações ao estabelecer como objetivo principal do Banco da Terra o fortalecimento da agricultura familiar. Além disso, o público-alvo deixou de ser apenas os agricultores pobres e incorporou as famílias agricultoras com maior patrimônio e melhor poder aquisitivo, para as quais não se previam repasses a fundo perdido (que é quando não há a necessidade de devolução do valor financiado). Outra questão importante é a de que o Banco da Terra

ganhou maior respaldo jurídico através da criação do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, cuja aprovação se deu via Lei Complementar nº 93, de 04 de fevereiro de 1998, e posterior regulamentação em 2002. Essa medida legal consolidou institucionalmente a política de crédito fundiário no país (GOMES et al., 2014).

Em 2003, já no governo de Luiz Inácio da Silva, criou-se o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Na prática, o PNCF representa a fusão de normas previstas no Programa Cédula da Terra (PCT) com o Banco da Terra. Para viabilizar sua operacionalização, o PNCF desmembrou-se em duas linhas de financiamento: Consolidação da Agricultura Familiar e Combate à Pobreza Rural. A primeira refere-se aos financiamentos realizados pelo Banco da Terra, com financiamentos individuais, sem recurso a fundo perdido para investimentos em infraestrutura produtiva ou comunitária. A segunda destina-se a agricultores organizados em associações e requer apresentação de um projeto coletivo (MDA, 2011a).

Apesar de ser pouco conhecida, a experiência brasileira de crédito fundiário é considerada a de maior abrangência do mundo tanto no que se refere ao número de famílias beneficiadas como ao volume de recursos aplicados (SAUER, 2010). Por tornar possível a compra de terra pelo agricultor, essa política pública acabou sendo chamada por diversos analistas e por membros dos movimentos sociais como reforma agrária de mercado.

A despeito das críticas sobre a mercantilização dessa iniciativa, Sabourin (2008) defende que a oposição entre as políticas de acesso à terra via mercado (crédito fundiário) e as políticas tradicionais de reforma agrária deve ser relativizada, uma vez que, na prática, a desapropriação de terras privadas também depende de indenizações. Dessa forma, os preços pagos aos antigos proprietários pelas terras são muitas vezes equivalentes ou superiores aos preços praticados no mercado fundiário (SABOURIN, 2008). Outras críticas levantadas a respeito das políticas de crédito fundiário referem-se ao possível efeito desagregador que a política pode gerar nos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária e o endividamento excessivo das famílias fruto da concessão dos empréstimos para a compra da terra (GOMES et al., 2014). Em contrapartida a esses argumentos destaca-se a justificativa de que os financiamentos de terras se destinam a projetos coletivos de menor escala e a projetos individuais, beneficiando principalmente pequenos proprietários, arrendatários ou parceiros, ou então pequenos grupos ligados por laços de parentesco (CONDÉ, 2006). Além

disso, apesar destes grupos não integrarem movimentos sociais que lutam pela terra, normalmente, estão associados a entidades, como os sindicatos rurais (GOMES et al., 2014).

No que se refere ao endividamento excessivo dos beneficiários, esse problema gerou uma reformulação do PNCF no início de 2013. De acordo com dados do Ministério do desenvolvimento Agrário (MDA), nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, a inadimplência está associada a fatores como áreas muito pequenas e inviáveis para cultivos tradicionais da agricultura familiar; pouca fertilidade dos solos que demandam investimentos para a correção da fertilidade e acidez; ausência de mecanismos para lidar com os períodos de seca; escassez de água; escolha por cultivos de baixa rentabilidade; propagação da ideia de que a dívida não será cobrada; mudança no projeto produtivo inicial em função de seu insucesso; baixa qualidade da assistência; falta de conhecimento sobre as cláusulas contratuais e baixa escolaridade dos beneficiários (MDA, 2011b).

Apesar das críticas sobre o PNCF e dos questionamentos sobre a possibilidade de uma política dessa natureza, é inegável o benefício que ele tem trazido a muitas famílias de agricultores. Essas famílias estavam na condição de arrendatários, parceiros, agregados, meeiros, sem terra ou com uma propriedade de tamanho reduzido, sem a capacidade de garantir seu sustento. Assim, é possível afirmar que essa política tem sido uma alternativa para operacionalizar a governança da terra no âmbito dos municípios, com diferentes níveis de regulação e participação no processo (GOMES et al., 2014).

Dessa forma, as políticas de acesso à terra podem se configurar como ferramentas para a constituição de novas dinâmicas de reterritorialização para populações migrantes ou de desprecarização para grupos sociais que continuam em suas regiões de origem. Além de incentivarem processos mais equilibrados de ocupação das áreas rurais, contribuem para enfrentamento do problema da pobreza rural e urbana (êxodo rural) e para o incremento da produção de alimentos (GOMES et al., 2014).

5.2 CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DOS PARCEIROS AGRÍCOLAS E DOS TRABALHADORES ASSALARIADOS NA PRODUÇÃO DE TABACO

Ao tratar dos trabalhadores assalariados, para fins de descrição e análise das condições socioeconômicas, não se realizou distinção em relação ao tipo de atividade e/ou vínculo de trabalho, incluindo nesta categoria os “diaristas”, os trabalhadores assalariados temporários (16 entrevistados), os trabalhadores permanentes (quatro entrevistados) e os que fazem a intermediação na contratação dos trabalhadores temporários (quatro entrevistados), uma vez que, de modo geral, é possível afirmar que se trata de um grupo homogêneo no que se refere aos aspectos aqui analisados. As principais variações encontradas dentro deste grupo estão relacionadas, sobretudo, ao modo como efetuam a prestação de serviço, em grupos que trabalham tarefas ou individualmente por dia de trabalho, e ao local de moradia (rural ou urbano).

A coleta de dados foi realizada nos meses de janeiro e julho de 2018, abrangendo diversas regiões de Arroio do Tigre, desde a sede do município até às comunidades do Taquaral, Sítio, Linha Paleta, Linha Cereja e Coloninha. Os trabalhadores em sistema de parceria residem nas comunidades do Taquaral, Linha Paleta e no bairro Cohab (na sede da cidade). Entre os trabalhadores assalariados, atualmente a maior parte reside na área urbana da cidade: 16 residem na sede do município e oito no meio rural. Entre os que habitam na cidade, as residências se concentram em bairros periféricos do município e entre aqueles que residem em comunidades do interior as localidades são: São Roque, Taquaral, Sítio Novo e Coloninha.

Foram entrevistados 18 trabalhadores assalariados do sexo masculino e seis do sexo feminino, entre os parceiros todos eram do sexo masculino. No que se refere a cor ou raça, a maior parte dos trabalhadores assalariados (15) se identificou como “moreno” ou negro e o restante (9) como “alemão” ou branco. Entre os parceiros dois se classificaram como brancos e um como moreno. A idade dos trabalhadores assalariados variou entre 18 e 72 anos, ficando em média em 40,7 anos. Já os parceiros tinham 22, 28 e 32 anos – uma média de 27,3 anos.

Assim como acontece com os agricultores familiares da região, no que se refere às trajetórias de vida relacionadas à escolarização, de modo geral, os trabalhadores

assalariados e os parceiros apresentam baixos índices de escolarização. Apenas três trabalhadores assalariados concluíram o Ensino Médio, dois estudaram até o primeiro ano do Ensino Médio e o restante (19) abandonou os estudos sem concluir o ensino fundamental. Entre os parceiros, um conclui o Ensino Médio e dois possuem o Ensino Fundamental incompleto.

Os entrevistados, em sua maioria, são casados ou estão em união estável, 20 entre os assalariados e dois entre os trabalhadores em sistema de parceria. Entre os trabalhadores assalariados, 14 têm pelo menos um filho e dois trabalhadores em sistema de parceria também possuem filhos. Os filhos em idade escolar, tanto dos parceiros quanto dos trabalhadores assalariados, estão frequentando a escola através da rede Municipal ou da rede Estadual de ensino. O Ensino Fundamental é oferecido pelo município, que conta com 12 escolas (11 no meio rural e uma na área urbana), pelo governo do estado (duas escolas no interior e uma na sede da cidade) e por uma escola particular. A única escola que dispõe de Ensino Médio está localizada no Centro da cidade e os alunos que residem em localidades rurais precisam deslocar-se de suas comunidades até a sede do município para frequentar esta etapa do ensino. Algumas localidades ficam muito distantes do Centro da cidade, como é o caso do Sítio, que fica a 20 quilômetros da sede, e da Coloninha, que fica a 36 quilômetros. A municipalidade disponibiliza transporte escolar para todos os estudantes de Ensino Fundamental e Médio que residem no município.

Os trabalhadores assalariados e os parceiros iniciaram sua vida laboral muito cedo, entre os nove e os 17 anos de idade, a idade média de início das atividades laborais é 12 anos. Parte deles já desenvolveu ou ainda desenvolve outra atividade laboral na entressafra do tabaco, sobretudo em atividades relacionadas à construção civil, ao comércio e à prestação de serviços diversos.

A maioria dos trabalhadores assalariados entrevistados nesta pesquisa (75%) reside atualmente na sede do município, em bairros periféricos (Cohab, Industrial e Felicidade) que distam cerca de um quilômetro do centro da cidade. O restante (25%) habitam diferentes comunidades rurais da cidade (São Roque, Linha Cereja, Taquaral, Sítio Novo e Coloninha). Entre os parceiros, um reside na área urbana (Cohab) e dois no meio rural (Taquaral e Linha Paleta).



Figura 7: residências dos trabalhadores assalariados em áreas rurais.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.



Figura 8: residências dos trabalhadores assalariados em área urbana.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Somente um entrevistado (incluindo assalariados e parceiros) informou residir em imóvel alugado, os demais são proprietários das casas onde moram. No entanto, as condições das moradias podem ser consideradas precárias em boa parte dos casos, como entre os cinco trabalhadores assalariados que não possuem banheiro dentro de casa. Entre os parceiros, dois moram em casas de alvenaria e um em casa de madeira, todos possuem banheiro dentro da residência. Entre os trabalhadores assalariados, 19 moram em casa de madeira, três em casa mista e dois em casa de alvenaria, o banheiro está presente na casa de 19 desses trabalhadores assalariados enquanto cinco não possuem banheiro em casa. Entre os cinco trabalhadores assalariados que não dispõe de banheiro em casa, quatro residem em localidades rurais.

O percentual de trabalhadores assalariados sem banheiro nas residências encontra-se muito acima da média municipal, de acordo com dados do Censo Demográfico de 2010¹⁵, 2,8% dos domicílios de Arroio do Tigre não têm banheiro ou sanitário, enquanto que no levantamento feito nesta pesquisa o total de trabalhadores assalariados sem banheiro em casa representa 20%. A situação fica ainda mais desigual se considerarmos apenas os residentes em áreas rurais, pois de acordo com os dados do IBGE 4% dos domicílios rurais do município não possuem banheiro enquanto entre os trabalhadores assalariados residentes no meio rural o percentual superou 66% dos entrevistados.

Todos os entrevistados possuem luz elétrica e água em suas residências. O município de Arroio do Tigre conta com uma baixa cobertura de rede de saneamento básico, limitada a uma pequena parcela da sede municipal, dessa forma, em todos os casos entrevistados o destino do esgoto se dá através de fossa séptica ou rudimentar. As famílias dos trabalhadores assalariados e dos parceiros entrevistados segue a tendência nacional de redução do número de membros, os dados demonstram que mais de 80% dos entrevistados moram em residências com até quatro pessoas.

Itens como geladeira, televisão e máquina de lavar roupas estão presentes na maior parte das residências dos trabalhadores assalariados e parceiros: 96% possuem geladeira, 92% têm televisão e 84% possuem máquina de lavar roupa. Freezer, computador e carro ou moto são menos comuns: 64% dos entrevistados possui freezer em casa, 48% possuem carro ou moto e 44% têm computador.

Nos meses em que não há forte demanda de trabalho na produção de tabaco – entre março e setembro – muitas famílias dependem exclusivamente dos recursos recebidos por aposentadoria ou benefícios sociais: dez entrevistados informaram que a família recebe o Bolsa Família, seis entrevistados afirmaram que há pelo menos uma pessoa na família que está aposentada e dois informaram que têm familiar que recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC).¹⁶

¹⁵ Dados disponíveis em: <https://infosanbas.org.br/municipio/arroio-do-tigre-rs/#>.

¹⁶ O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um benefício de renda no valor de um salário mínimo para pessoas com deficiência de qualquer idade ou para idosos com idade de 65 anos ou mais que apresentem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial e que, por isso, apresentam dificuldades para a participação e interação plena na sociedade. Para a concessão deste benefício, é exigido que a renda familiar mensal seja de até ¼ de salário mínimo por pessoa.

Apenas dois trabalhadores assalariados e um parceiro afirmaram já ter tido algum problema de saúde por causa do trabalho na produção de tabaco. Os problemas relatados estão relacionados com o contato com a folha de tabaco úmida, que causa intoxicação e sintomas como náuseas, vômitos, tonturas, dores de cabeça, dores abdominais, diarreias, entre outros. Na literatura acadêmica esta doença é conhecida como “Doença da Folha Verde do Tabaco - DFVT” (RIQUINHO; RENNINGTON, 2014, pp. 4798).

Problema de saúde graças a Deus eu nunca tive. Só quando se colhe o fumo muito molhado dá uma variação à noite, mas ao tomar o remédio os sintomas passam. Dor no estômago, dor muscular, dor nas pernas. Se tomar o remédio isso passa. (*Trabalhador assalariado 09, masculino, 26 anos*).

Uma vez eu peguei fumo molhado. Choveu enquanto nós trabalhávamos e eu encostei no fumo molhado. Naquele dia quase todo mundo teve problema. Todos que estavam trabalhando comigo tiveram que ir para o hospital. (*Trabalhador assalariado 02, masculino, 44 anos*).

Às vezes acontece de dar náusea e vômito por causa do fumo molhado. Um tempo atrás, quando eu não usava a capa durante a colheita, eu tinha vômitos, mas era só de vez enquanto e era só isso que acontecia. (*Parceiro 02, masculino, 22 anos*).

Quando questionados sobre problemas de saúde que consideravam não estar relacionados ao cultivo do tabaco, os entrevistados relataram a ocorrência de problemas como gastrite, pressão alta, diabetes, depressão e intoxicação por agrotóxicos durante o trabalho no cultivo da soja.

Conforme os dados contidos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) em 2010, o município de Arroio do Tigre possui um hospital filantrópico, três unidades básicas de saúde (UBS) e sete postos de saúde. Os entrevistados, tanto parceiros quanto trabalhadores assalariados, costumam usar os postos de saúde. Os trabalhadores que residem na sede do município possuem maior facilidade de acesso aos serviços públicos de saúde, pois os postos ficam a uma distância máxima de 1,5 quilômetros das residências. Entre os que moram no meio rural as distâncias variaram entre 200 metros e sete quilômetros, ficando em média a 3,9 quilômetros das residências.

De modo geral, tanto os trabalhadores assalariados quanto os parceiros estão satisfeitos com os serviços de saúde dos postos municipais, apenas três trabalhadores assalariados avaliaram negativamente os postos de saúde. Os pontos positivos apontados

pelos entrevistados são o bom atendimento e a boa infraestrutura. Entre os pontos negativos descritos pelos entrevistados estão a falta de medicamentos, a dificuldade em agendar consulta e a troca frequente de médicos.

É aqui perto, no Centro. Sempre que eu chego lá me atendem bem, sempre que precisei deles o atendimento foi bom. *(Trabalhador assalariado 18, feminino, 47 anos).*

É bom, pois sempre que nós vamos lá somos bem atendidos. O que falta mesmo é remédio. Remédio é uma precariedade, entra partido político, sai partido político e não muda. Eu observo a diferença, porque a minha família mora em Estrela e a saúde de lá é maravilhosa, diferente daqui. Mas o atendimento, as pessoas são legais. Só mesmo o que falta é mais medicamento, no mais é bom. *(Trabalhador assalariado 14, feminino, 52 anos).*

Eu sou hipertenso. Minha consulta sempre está marcada, mas o meu remédio eu sempre tive que comprar, pois nunca teve no posto. *(Trabalhador assalariado 12, masculino, 61 anos).*

Uso o posto, mas não acho bom. Há muita troca de médico e tem que esperar para conseguir consulta. É difícil conseguir os remédios. *(Trabalhador assalariado 21, feminino, 40 anos).*

Quando questionados sobre lazer os entrevistados informaram as seguintes atividades: descansar, assistir televisão, jogar futebol, visitar parentes e amigos, ir a balneários, cuidar da horta. Todos os parceiros informaram que acessam a Internet, entre os trabalhadores assalariados 13 (54%) acessam. A forma mais comum de acesso à Internet é através do celular e o principal objetivo é o acesso às redes sociais, como Whatsapp e Facebook. Alguns entrevistados informaram ainda que acessam a Internet para realizar pesquisas sobre a previsão do tempo e receitas culinárias.

Dois dos trabalhadores assalariados entrevistados fazem parte do grupo de quilombolas que existe no município. De acordo com Brumer et al. (2011), esse grupo, que conta com aproximadamente 25 famílias, foi identificado na década de 1990 através de um trabalho realizado pela Emater Regional e da Emater de Arroio do Tigre. O quilombo fica na comunidade do Sitio Novo e, segundo a agente da Emater Sobradinho, que trabalhava em Arroio do Tigre na época do reconhecimento dos quilombolas, eles viviam praticamente isolados, até que no ano 2000 foram contatados.

Eles ganharam evidência por meio do programa Pró-Rural,¹⁷ que visava levantar a história dos quilombos do Rio Grande do Sul e do Brasil. Em 2004 o RS Rural¹⁸ estendeu-se até o município, atendendo em especial o grupo de quilombolas. A partir desses projetos foi realizado o levantamento antropológico para verificar se as comunidades eram efetivamente quilombolas. Após a comprovação de que se tratava realmente de uma comunidade quilombola, as 25 famílias foram beneficiadas com um projeto de infraestrutura social básica, financiado pelo RS Rural que incluiu: melhorias nas habitações que até então eram de chão batido, criação de instrumentos de geração de renda, aquisição de alguns equipamentos como carroças e algumas vacas e construção de galpões coletivos para o armazenamento da produção (BRUMER et al., 2011).

Os quilombolas não têm terra suficiente para o cultivo de culturas comerciais que garantam o sustento das famílias e a maior parte deles trabalha como mão de obra assalariada temporária, prestando serviços para os agricultores da região onde estão estabelecidos, principalmente nas colheitas do tabaco e do feijão. Entre os dois quilombolas entrevistados (um homem e uma mulher), ambos trabalham como assalariados temporários na colheita do tabaco e, eventualmente, em outros cultivos ao longo do ano e produzem uma pequena quantidade de tabaco que comercializam com atravessadores (conhecidos na região como “picaretas”), uma vez que não conseguem firmar contrato com as indústrias de tabaco que atuam na região.

5.3 A PARCERIA AGRÍCOLA NA PRODUÇÃO DE TABACO

Os trabalhadores em sistema de parceria se inserem na produção de tabaco em folha como parte de uma estrutura da pequena produção agrícola. A parceria é um elemento da produção de pequenos agricultores que decorre da ausência de condições financeiras do

¹⁷ Pró-Rural 2000 foi uma política pública de combate à pobreza rural no Rio Grande do Sul. Possui como perspectiva fomentar o desenvolvimento e melhorar as condições de vida da população mais pobre do meio rural. Os beneficiários das ações estariam localizados em regiões escolhidas segundo alguns critérios previamente elaborados pela coordenação estadual, com maior concentração de pobreza rural. A implantação do programa se daria nos municípios, com apoio da EMATER e os agricultores beneficiados deveriam se adaptar a uma série de critérios elencados no manual operativo.

¹⁸ O RS Rural foi desenvolvido pelo Governo do Rio Grande do Sul, com o objetivo de promover o desenvolvimento rural através de ações direcionadas às comunidades rurais mais pobres. O Programa teve início em 1997 e encerrou em 2005. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/are.php>.

produtor para assalariar trabalhadores em sua propriedade ou no interesse em diminuir os custos e aumentar os lucros. É comum essa relação de trabalho aparecer na produção capitalista como estratégia do capital para diminuir os custos com a remuneração dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que a parceria pode ser a estratégia que os pequenos produtores utilizam para aumentar a sua área de cultivo e sua renda.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2017, dos 1.940 estabelecimentos agropecuários existentes em Arroio do Tigre, 139 são áreas de terra a título de parceria. No entanto, durante o período de realização do trabalho de campo no município houve dificuldade em localizar produtores rurais que trabalhem em sistema de parceria com os proprietários de terra.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município de Arroio do Tigre auxilia os produtores na formalização dos contratos de parceria, no entanto, não armazena os dados referentes aos contratos. A hipótese é de que a dificuldade em localizar produtores que trabalham em sistema de parceria esteja relacionada com a redução deste tipo de vínculo nos últimos anos, pois segundo informações do Presidente daquele sindicato houve um declínio neste tipo de contrato ao longo da última década e a estimativa atual é a de sejam realizados cerca de 30 contratos de parceria agrícola anualmente no município com o auxílio do STR.

De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e pela Assessoria da Secretaria Municipal da Agricultura, a redução no número de contratos de parceria agrícola tem relação com a ampliação de políticas públicas, como a criação do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que impulsionou a aquisição de terras: “Diminuiu muito. Na verdade, [diminuiu] depois que entraram os créditos fundiários, Banco da Terra. Esse pessoal que trabalhava com patrão e tinha uma condição boa para se organizar e trabalhar, eles tentaram ter a terrinha deles por conta”. (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arroio do Tigre).

O PNFC representa a principal política pública fundiária que intervém em áreas inferiores a quinze módulos fiscais,¹⁹ áreas que, pela legislação vigente, não são passíveis

¹⁹ Módulo fiscal é uma unidade de medida agrária, expressa em hectares, estabelecida de modo diferente em cada município - de acordo com a Lei nº 6.746, de 1979 – considerando os seguintes critérios: a) o tipo de exploração predominante no município; b) a renda auferida com a exploração predominante; c) outras explorações existentes no município que também sejam expressivas no que se refere à renda ou à área

para ações de desapropriação. Ademais, essa política permite o remembramento de pequenos estabelecimentos, garantindo, assim, a viabilidade de pequenas unidades de produção. Por essa via, o PNCF tem um grande potencial para salvaguardar o caráter familiar da agricultura, por dois motivos principais: seja pelo fato de permitir o acesso à terra para agricultores familiares não proprietários; seja pelo aumento de área para aqueles que possuem pequenos estabelecimentos agrícolas, mas que não conseguem assegurar a sobrevivência exclusivamente por meio da atividade agropecuária (GOMES et al, 2014).

As famílias dos três parceiros entrevistados são do município de Arroio do Tigre e os pais também trabalhavam com plantação de tabaco. Um dos entrevistados informou que os pais possuem propriedade, outro disse que os pais tinham propriedade e venderam e o terceiro entrevistado informou que os pais também trabalhavam como parceiros.

Entre os três entrevistados, dois dedicam-se exclusivamente ao trabalho agrícola, que inclui a produção comercial de tabaco e o cultivo de produtos para a subsistência, tais como, feijão, milho, mandioca, batata e hortaliças. O outro entrevistado concilia o trabalho em um supermercado com o cultivo de tabaco e com a produção de alimentos para o consumo (feijão, mandioca e batata). Este último entrevistado reside no meio urbano e informou que iniciou a produção de tabaco há dois anos porque estava desempregado, e que não pretende plantar tabaco na próxima safra.

Nenhum dos entrevistados formalizou o contrato de parceria agrícola que realizam com os proprietários das terras, os acordos são apenas verbais. Como não há contrato formal, cada um dos trabalhadores estabeleceu um formato diferente de vínculo com o produtor, divisão do trabalho, divisão de investimentos e lucros:

1. O primeiro entrevistado cultivava o tabaco sozinho, sem a participação do proprietário ou de membros da sua família durante as atividades. O entrevistado informou que planta tabaco numa área de 1,5 hectares, ele investe nos insumos e entrega 15% da sua produção final ao proprietário da terra. O entrevistado

utilizada; d) conceito de propriedade familiar. Assim, o módulo fiscal corresponde à área mínima necessária para que um estabelecimento agropecuário seja economicamente viável. Um módulo fiscal pode variar de 5 a 110 hectares de acordo com o cálculo para cada município. Áreas inferiores a quatro módulos fiscais devem ser destinadas a ações de remembramento com outras áreas para compor um estabelecimento agropecuário viável do ponto de vista socioeconômico. As áreas superiores a quinze módulos fiscais são aquelas em que é possível haver a desapropriação por interesse social e as áreas entre quatro e quinze módulos representam o foco de intervenção da política de crédito fundiário (MDA, 2003).

afirmou que o valor anual bruto obtido com a sua parcela da safra de tabaco corresponde a cerca de R\$ 15.000,00.

2. O segundo entrevistado trabalha em parceria com os tios, eles plantam sete hectares de tabaco. O investimento é feito pelos tios e o entrevistado recebe no final da safra 15% da produção do fumo do tipo Virgínia e 25% da produção do fumo da variedade Burley. O entrevistado afirmou que o valor anual obtido com as suas parcelas de tabaco chega a aproximadamente R\$ 30.000,00.
3. O terceiro entrevistado produz o tabaco junto com a sua esposa, eles plantam 12 hectares de tabaco na propriedade de outro agricultor que entra com as terras enquanto eles se responsabilizam pelo trabalho. O entrevistado informou que o investimento nos insumos e os lucros obtidos na safra são repartidos ao meio com o proprietário da terra. Ao final da safra o casal informou obter cerca de R\$ 10.000,00 com a produção. Após a realização desta entrevista um informante que não quis se identificar afirmou que o caso deste casal poderia ser classificado como análogo à escravidão, pois eles possuem um acordo com o proprietário da terra em que este cedeu um pedaço de sua propriedade para o casal construir uma residência, em contrapartida o casal se comprometeu a trabalhar por dois anos para o proprietário recebendo um valor mensal de R\$ 600,00. O acordo estabelece ainda a quantidade de tabaco que a ser produzida anualmente pelo casal. Com base na quantia produzida o informante estimou que seria possível obter um rendimento líquido de R\$ 160.000,00 por ano.

Segundo informação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), boa parte dos trabalhadores realizam os acordos de forma verbal, mas o sindicato presta a assessoria para a formalização dos mesmos. A formalização dos contratos trás garantias para ambas as partes, pois estabelece de forma clara os termos e condições do acordo, diminuindo as chances de divergências futuras. Além disso, caso haja divergência e rompimento do acordo, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) também realiza o distrato. Em alguns casos, quando não há acordo entre as partes, é necessário recorrer ao poder judiciário. Além das questões relacionadas ao entendimento e à negociação entre as partes, o contrato garante aos parceiros (tanto outorgantes, como outorgados) a condição de segurado especial do INSS.

Um dos informantes-chave entrevistados esclarece:

A parceria agrícola é legal, ela tanto ampara o agricultor, quanto ampara o trabalhador. Ampara as duas partes e qualifica os dois como segurados especiais. Então mais adiante, quando esse diarista, que não é diarista, é um safrista que está trabalhando um ano com alguém, quando ele for se aposentar ou até mesmo se ele se machucar, ele tem todos os direitos previdenciários por que ele está legal (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arroio do Tigre).

O presidente do STR esclarece ainda que o contrato não pode estabelecer valores em dinheiro, somente o percentual da produção a que cada parte terá direito. A contratação de trabalhadores assalariados por período superior a 120 dias por ano exclui todo o grupo familiar da categoria de segurado especial do INSS e os trabalhadores assalariados não possuem o direito de emitir nota através do bloco de produtor, devendo contribuir como os demais trabalhadores para o INSS.

Segundo o Preidente do Sindicato dos trabalhadores rurais:

Mas agora o que ele não pode é fazer um contrato de valores, de dinheiro. No momento em que o patrão está pagando alguém a dinheiro, o patrão e o seu grupo familiar está fora como segurado especial. E a própria pessoa que está trabalhando também, eles estão tendo um ganho de dinheiro. E aqui ele está tendo um ganho de produto, que é diferente (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arroio do Tigre).

A legislação (Estatuto da Terra – Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964) estabelece o tempo mínimo de três anos para a permanência dos contratos de parceria agrícola, mas abre a possibilidade para períodos diferentes quando convencionados entre as partes. Assim, de acordo com o ex-técnico da Emater entrevistado na pesquisa, os parceiros não costumam permanecer mais do que dois ou três anos na mesma propriedade, com o mesmo patrão. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) afirma que os contratos realizados por intermédio do sindicato normalmente estipulam a permanência de um ano, tempo correspondente a uma safra.

Assim como ocorre com os demais produtores, os parceiros costumam contratar mão-de-obra assalariada para auxiliar no período de colheita. Os três parceiros entrevistados afirmaram contratar diaristas durante a colheita do tabaco. Os diaristas são

pessoas conhecidas dos entrevistados e o pagamento é feito por dia de trabalho, os valores variaram entre R\$ 100,00 e R\$ 120,00 por dia.

Os entrevistados informaram que fazem uso do Equipamento de Proteção Individual (EPI) somente durante a aplicação de agrotóxicos e no período inicial da manhã, quando estão realizando a colheita, pois nesse horário o tabaco ainda está úmido. O calor é a principal justificativa para a não utilização do EPI.

Às vezes a gente usa, às vezes não, depende do dia. Depende de como está o clima de manhã cedo, quando está molhado todo mundo usa. Mas quando é um dia seco ninguém mais usa, pois o pessoal não aguenta o calor. Nós só usamos quando está molhado. Na aplicação de veneno nós também usamos (*Parceiro 02, masculino, 22 anos*).

O trabalho na produção de tabaco foi avaliado de forma negativa por dois entrevistados e de forma positiva pelo outro entrevistado. O principal aspecto positivo apontado foi a flexibilidade do trabalho em que a maior parte das tarefas se concentram em apenas período no ano. Entre os aspectos negativos se destaca a penosidade do trabalho.

Eu gosto, eu acho bom. Tem gente que não gosta, mas eu gosto. O trabalho é um pouco sofrido, mas é somente durante uns três meses por anos. E no restante do tempo você pode folgar quando quiser. Quer fazer outra coisa, faz. Eu gosto por que não é um trabalho repetitivo, que você precisa fazer todo dia a mesma coisa. Tem as partes ruins, mas tem as partes boas (*Parceiro 02, masculino, 22 anos*).

É um trabalho muito puxado. Eu plantei fumo porque estava desempregado. Para não ficar sem nada eu plantei o fumo. Esse ano eu comecei a trabalhar no mercado e eu vou ficar só no mercado a partir do ano que vem (*Parceiro 01, masculino, 28 anos*).

5.4 O TRABALHO ASSALARIADO NA PRODUÇÃO DE TABACO

O trabalhado assalariado aparece na unidade de produção como um complemento da força de trabalho familiar em momentos do ciclo agrícola em que se necessita maior força de trabalho; essa demanda pelo trabalho assalariado na unidade de produção pode se tornar recorrente e passar a ser permanente, e o produtor passa, então, a combinar as duas forças de trabalho, a familiar e a assalariada (OLIVEIRA, 2007). Entre os trabalhadores

entrevistados, 20 trabalham de forma temporária nas unidades de produção e quatro são trabalhadores assalariados permanentes.

Os trabalhadores assalariados entrevistados são originários do próprio município de Arroio do Tigre ou de cidades vizinhas, como Segredo, Estrela Velha e Pinhal Grande. Todos os entrevistados informaram que os pais já trabalhavam com a produção de tabaco: como produtores de tabaco em 21 casos e como trabalhadores assalariados em três casos. Entre os 21 assalariados que informaram que os pais produziam tabaco, cinco afirmaram que os pais possuíam ou ainda possuem terras e o restante (16) informou que os pais trabalhavam em parceria agrícola. Dessa forma, é possível observar que, assim como ocorre com os agricultores familiares, o trabalho assalariado no cultivo de tabaco também se dá de modo endógeno, ou seja, dificilmente indivíduos que não foram socializados neste meio ingressam nesta atividade laboral.

A colheita do tabaco em Arroio do Tigre inicia em outubro e se estende até fevereiro do ano seguinte. O trabalho é muito dependente do clima, pois nos dias em que há chuva não é possível realizar a colheita. A maior parte dos produtores de tabaco não dispõe de trabalhadores assalariados permanentes na propriedade e, mesmo entre aqueles que possuem, o número de trabalhadores é reduzido, limitando-se a uma ou duas pessoas por unidade de produção. Além disso, a utilização de maquinário para realizar a colheita ainda é rara neste tipo de cultivo e foi encontrada em apenas uma propriedade visitada durante o período de coleta de dados. Diante deste contexto, quase a totalidade dos produtores de tabaco necessita de força de trabalho extrafamiliar durante a colheita. As famílias produtoras organizam o trabalho de colheita basicamente através de dois modelos:

- a) Contratação de equipes que trabalham por empreitada: é quando a família produtora contrata uma equipe para a realização da colheita do tabaco, essa tarefa é denominada como “quebrar o tabaco”. As equipes geralmente são compostas por cinco ou seis trabalhadores que realizam todo o trabalho de colheita e os produtores se encarregam apenas do transporte dos fardos até o galpão (em alguns casos os trabalhadores assalariados também carregam o tabaco até o galpão). O pagamento é feito pelo conjunto da tarefa combinada e executada;

- b) Trabalho realizado pelos produtores rurais com o auxílio de trabalhadores assalariados: neste caso a colheita do tabaco é realizada pela própria família de produtores com o auxílio de alguns trabalhadores temporários (normalmente varia entre um e três trabalhadores) que realizam as mesmas tarefas que os produtores. O pagamento é feito por dia de trabalho.

Considerando a periodicidade com que os trabalhadores prestam seus serviços (de forma permanente ou temporária) e o modo como organizam a prestação de serviço (trabalho diário ou por empreitada) foi possível categorizar os trabalhadores assalariados em quatro tipos:

- a) Assalariados permanentes: são aqueles trabalhadores que executam suas atividades laborais por um período contínuo (ao longo de todo ano) na mesma unidade de produção. Eles negociam as atividades laborais e a remuneração diretamente com o produtor rural e não são vinculados a equipes. Como eles trabalham na unidade de produção ao longo de todo o ano, eles se envolvem em praticamente todas as tarefas produtivas relacionadas à produção de tabaco, assim como nas atividades referentes aos demais cultivos existentes na propriedade. Foram entrevistados quatro trabalhadores nesta categoria, nenhum deles possuía carteira de trabalho assinada;
- b) Trabalhadores assalariados com vínculo diário: são aqueles trabalhadores que negociam e executam as atividades laborais por dia de trabalho, negociam as atividades laborais e a remuneração diretamente com o produtor rural e não são vinculados a equipes. Foram entrevistados seis trabalhadores nesta categoria;
- c) Trabalhadores assalariados que organizam equipes para trabalhar por empreitada: são aqueles trabalhadores que organizam equipes de trabalhadores para a prestação do serviço de colheita nas unidades de produção. Esse trabalhador é responsável pela organização e pelo transporte da equipe, assim como pela negociação com o produtor rural sobre o conjunto de tarefas a serem realizadas (empreitada) e o valor a ser pago pelo serviço. O empreiteiro também participa das atividades de colheita do tabaco, porém, ele fica com uma parcela maior do valor pago pelo serviço do que os demais membros da equipe. O pagamento é feito pelo produtor rural diretamente a essa liderança, que repassa os valores aos outros

trabalhadores. Esse trabalhador é conhecido na região como empreiteiro. Foram entrevistados quatro trabalhadores nesta categoria;

d) Trabalhadores assalariados que integram equipes que trabalham por empreitada: são os trabalhadores que atuam em equipe na colheita de tabaco. Eles negociam as tarefas e os valores com o líder da equipe (empreiteiro) e são subordinados a este. Foram entrevistados dez trabalhadores nesta categoria.

Existe uma relação entre a forma como se estrutura o trabalho de colheita e o local de residência dos trabalhadores assalariados temporários. Todos os trabalhadores temporários residentes na sede do município trabalham na colheita do tabaco através do sistema de empreitada, sejam eles integrantes das equipes ou os líderes que organizam os grupos. Já os trabalhadores assalariados temporários que executam o serviço e cobram por dia de trabalho, todos residem nas áreas rurais do município.

No trabalho por empreitada o valor a ser cobrado varia de acordo com o montante de serviço a ser realizado. Geralmente o valor é estabelecido pela “fornada”, ou seja, a colheita de tabaco para o preenchimento de uma estufa de secagem de tabaco. Porém, as estufas não são todas do mesmo tamanho e o valor da empreitada varia conforme o tamanho da estufa. Além disso, as atividades a serem realizadas também interferem no valor cobrado pelo serviço, por exemplo, uma empreitada na qual os trabalhadores farão somente a colheita e as trouxas de tabaco, terá um valor menor do que outra empreitada que além destas tarefas, inclua o transporte do tabaco até o galpão.

Conforme informaram os entrevistados, há empreitadas nas quais uma equipe leva até três horas para executar o serviço, enquanto outras empreitadas podem levar um dia inteiro de trabalho. Como a maior parte das empreitadas dura em média um turno de trabalho, é comum que as equipes realizem mais de uma empreitada por dia. O valor cobrado por empreitada varia entre R\$ 800,00 e R\$ 1.200,00. O valor pago pelos empreiteiros aos demais membros das equipes varia entre R\$ 75,00 e R\$ 120,00 por empreitada. E o valor que o empreiteiro recebe varia entre R\$ 150,00 e R\$ 400,00 por empreitada.

A renda mensal dos trabalhadores assalariados que executam as tarefas por empreitada é muito varável, pois além da oferta de trabalho que se concentra entre outubro e fevereiro, há a dependência em relação ao clima. Dessa forma, o valor mensal auferido

por estes trabalhadores nos meses de safra varia entre R\$ 1.200,00 e R\$ 4.000,00.²⁰ Já nos demais meses do ano a remuneração está relacionada com as atividades que desenvolvem, sobretudo, aquelas não relacionadas à produção de tabaco.

Durante o período de safra, que vai de outubro a fevereiro, a oferta de trabalho é intensa para os trabalhadores por empreitada, eles chegam a trabalhar em média 18 dias por mês nesse período. O trabalho também é realizado aos finais de semana, só há folga em dias de chuva. A jornada de trabalho também é bastante intensa, chegando a 12 horas de trabalho por dia. Os trabalhadores assalariados chegam a trabalhar em até 12 unidades de produção durante uma safra, em média trabalham em oito propriedades.

Em outros períodos do ano nem todos os trabalhadores por empreitada têm trabalho garantido, a maior parte faz outros tipos de serviço temporário, como serviços na área de limpeza, construção civil e comércio. Dois trabalhadores são funcionários de uma empresa responsável pela manutenção das estradas da região e conseguem folga durante a safra do tabaco. Outros dois trabalhadores buscam trabalho nas empresas fumageiras de Santa Cruz do Sul, que contratam pessoal para trabalhar na classificação do tabaco dentro da fábrica, o contrato também é temporário e as empresas oferecem transporte diário para os trabalhadores.

No trabalho assalariado com vínculo diário, o trabalhador executa as tarefas junto com os membros da família produtora de tabaco. Na época da colheita existe maior demanda por este tipo de serviço, porém, estes trabalhadores também costumam prestar serviço aos produtores rurais em outros períodos do ano. A negociação é feita diretamente com o produtor rural, não existe intermediários neste caso. Na época da safra as principais tarefas desempenhadas por estes trabalhadores são: quebrar o tabaco (colher), sortir, costurar (variedade Virgínia) e erguer o tabaco no galpão (variedade Burley). Em outras épocas as principais tarefas são o plantio e a limpeza do tabaco e as atividades referentes a outros cultivos das propriedades que também podem demandar força de trabalho extrafamiliar, como o milho e o feijão. O valor recebido por dia de trabalho varia entre R\$ 50,00 e R\$ 100,00 durante a safra do tabaco e entre R\$ 30,00 e R\$ 70,00 fora da safra.

Durante o período da safra (de outubro a fevereiro) alguns dos trabalhadores com vínculo diário chegam a trabalhar 20 dias por mês e as jornadas de trabalho duram em

²⁰ O salário mínimo nacional no ano de realização da coleta de dados desta pesquisa (2018) era R\$ 954,00.

média 10 horas. Entre os seis trabalhadores enquadrados nesta categoria, quatro continuam trabalhando como diaristas nos outros períodos do ano, um tem propriedade e cultiva um pouco de tabaco e uma faz serviço doméstico e só trabalha fora de casa na época da safra de tabaco. Em média, estes trabalhadores assalariados prestam serviço em três propriedades por safra.

No trabalho assalariado permanente os trabalhadores também executam as tarefas junto com os membros das famílias produtoras. Neste caso, os quatro trabalhadores entrevistados informaram que se envolvem praticamente em todas as etapas da produção do tabaco e nos demais cultivos das propriedades. A única atividade para as quais os entrevistados apresentaram restrição trata-se da aplicação de veneno, dois entrevistados informaram que não executam esta tarefa e os outros dois afirmaram que executam esporadicamente, mas que esta é uma atividade realizada predominantemente pelo produtor rural. O valor mensal recebido por estes trabalhadores varia entre R\$ 1.200,00 e R\$ 2.000,00 e não há variação ao longo do ano. A jornada de trabalho é bastante extensa, eles trabalham em média 10 horas por dia.

Com base nos dados levantados é possível observar que existe uma desigualdade no que se refere à remuneração dos trabalhadores assalariados com reflexo nas condições de vida de cada um destes grupos. Porém, quando se trata da formalização destes trabalhadores existe uma homogeneidade nas condições de trabalho, uma vez que todos os entrevistados, inclusive aqueles que trabalham de forma permanente nas unidades de produção, afirmaram que não possuem nenhum contrato ou vínculo formal de trabalho com os produtores rurais.

Independente da categoria em que para fins analíticos tenha sido enquadrado o trabalhador (assalariado permanente, assalariado com vínculo diário, assalariado que organiza equipes para trabalhar por empreitada ou assalariado que integra equipes que trabalham por empreitada), os acordos de trabalho são feitos exclusivamente de forma verbal e não há quem se comprometa com as garantias legais às quais esses trabalhadores têm direito. São os próprios trabalhadores assalariados que ficam com a responsabilidade de conseguir, através de alguma forma, ingressar no sistema nacional de seguridade social, seja através a contribuição individual ou com bloco de produtor rural. Entre os entrevistados onze afirmaram possuir bloco de produtor rural, um informou contribuir para

o INSS individualmente, um afirmou ser aposentado e onze informaram que não possuem nenhum vínculo de seguridade social.

A falta de formalização acarreta prejuízo aos trabalhadores assalariados, que estão sem cobertura previdenciária em casos de enfermidade ou para aposentadoria. A formalização, ao mesmo tempo em que garantiria direitos aos trabalhadores, geraria um custo aos produtores rurais que são os responsáveis diretos pela contratação desses trabalhadores. Na visão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) os próprios trabalhadores assalariados não estão interessados na formalização, pois preferem receber o valor referente ao seu trabalho sem o desconto do INSS. No caso de formalização o produtor rural teria que arcar com o custo do percentual cabível ao trabalhador (11%), além do percentual referente ao empregador (20%): “então se tiver que arcar com esses 11% com certeza é o patrão que vai ter que pagar. Talvez pudesse descontar na hora do pagamento, mas eu acredito que isso daí só vai encarecer para o lado do patrão. O diarista já tem o valor X dele por dia e ele não vai querer alterar isso não”. (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arroio do Tigre)

Além dos prejuízos acarretados aos trabalhadores pela informalidade das relações de trabalho das quais participam e dos possíveis custos extras a que os produtores rurais estariam sujeitos, caso formalizassem as relações com os trabalhadores assalariados, cabe questionar qual seria o papel e a responsabilidade das empresas integradoras, uma vez que se trata de um produto que já possui compra garantida através de contrato firmado entre estas empresas e os agricultores familiares.

De modo geral, os trabalhadores assalariados não utilizam o EPI: apenas um afirmou utilizar o equipamento de proteção individual, quatro afirmaram utilizar esporadicamente, três disseram que utilizam apenas quando aplicam os agrotóxicos e 15 disseram não fazer uso. A principal justificativa para não utilizar o EPI está relacionada ao calor, uma vez que a colheita do tabaco é feita na primavera e no verão e a vestimenta é bastante quente.

Com esse sol forte não é muito legal usar o EPI. Eu sempre uso a luva, o restante do EPI eu só uso quando o fumo está muito molhado. A firma envia o EPI, mas com o sol forte não dá para colocar (*Trabalhador assalariado 09, masculino, 26 anos*).

Só uso na hora que o fumo está molhado, senão não consigo. Alguns produtores têm o EPI, mas eu comprei também (*Trabalhador assalariado 15, masculino, 52 anos*).

Com relação à remuneração, os entrevistados informaram que utilizam o valor recebido para o pagamento das despesas domésticas, quatorze entrevistados informaram que não conseguem fazer economia, enquanto oito afirmaram que conseguem guardar parte do dinheiro para utilizar nos meses em que seus rendimentos são menores ou para eventualidades.

Os trabalhadores assalariados entrevistados desconhecem a legislação trabalhista, assim como os benefícios aos quais teriam direito. Todos afirmaram não saber detalhes da legislação trabalhista e não ter conhecimento sobre leis específicas sobre trabalho temporário ou trabalho assalariado na agricultura. Além disso, nenhum dos trabalhadores participa de sindicatos ou associações de trabalhadores.

Com base nos dados coletados é possível afirmar que o trabalho assalariado na produção de tabaco se caracteriza por longas jornadas de trabalho, falta de vínculos formais que garantam estabilidade e acesso à seguridade social, penosidade das tarefas, exposição a produtos com alta toxicidade, falta de regulação específica sobre a remuneração, inexistência de articulação entre os trabalhadores da categoria e baixos valores de retribuição.

Estas características podem ser enquadradas no que Gerry Rodgers e Janine Rodgers (1992) classificam como trabalho precário. Para os autores, o trabalho precário é aquele que apresenta ao menos uma das quatro características a seguir: primeiro, é um trabalho por um período de tempo ou com alto risco de ser finalizado; segundo, é um trabalho que gera rendimento insuficiente para a reprodução social do trabalhador, sendo esta característica social e culturalmente determinada; terceiro, é uma atividade que não possui proteção social adequada, seja por não contribuir para a previdência social, por não possuir seguro desemprego, por não ter proteção à saúde ou por não possuir outros benefícios assegurados pela legislação trabalhista e; quarto, quando não há um adequado controle dos salários e/ou de suas condições de trabalho devendo se sujeitar a condições como a extensão da jornada de trabalho, más condições do ambiente físico de trabalho, relações pessoais de dominação ou condições perigosas ou insalubres de trabalho.

Outro autor importante no debate sobre a precariedade é Cingolani (2007, 2011) que distingue três sentidos de apreensão da noção de precariedade ao longo do século XX: a) a precariedade no sentido de emprego precário, que seria uma condição objetiva ligada à intermitência do tempo de trabalho; b) a precariedade como experiência sociocultural, que revelaria práticas, estratégias e experiências precárias que marcaram as trajetórias biográficas; e 3) a precariedade como uma manifestação específica da pobreza, que se refere às desigualdades que operam sobre descontinuidades biográficas (CINGOLANI, 2007, 2011 apud QUEIROZ, 2013).

A discussão sobre o trabalho na agricultura possui especificidades que estão relacionadas às características que tornam este tipo de trabalho diferente de outras atividades, como a indústria, os serviços e o comércio. O trabalho agrícola compreende aspectos como os ciclos biológicos, as safras, a diferença entre o tempo de produção e o tempo de trabalho, a fixação ao território, a segmentação do mercado de trabalho por razões espaciais, por gênero e por geração, entre outras (PIÑEIRO, 2007).

Apesar das características de precariedade encontradas no trabalho assalariado na produção de tabaco, a maior parte dos entrevistados apresentou avaliações positivas sobre o trabalho na cultura de tabaco: quinze trabalhadores avaliaram positivamente o trabalho na produção de tabaco e nove avaliaram de forma negativa. Os principais aspectos positivos destacados pelos entrevistados foram o valor recebido pelas tarefas, que é superior ao que recebem em outras atividades, e a flexibilidade de dias e horários de trabalho. Entre os aspectos negativos foram destacadas a penosidade e a insalubridade do trabalho.

É bom por que você faz o próprio horário. Não é o horário fixo igual aos trabalhos que existem na cidade, que você precisa estar lá todos os dias. Assim você faz o teu horário (*Trabalhador assalariado 01, feminino, 25 anos*).

É um dinheiro a mais, um valor extra. Ninguém é obrigado a fazer o trabalho extra. Para sobreviver eu tenho, mas não tenho como fazer as coisas que eu quero, então tem que se aventurar um pouco (*Trabalhador assalariado 12, masculino, 61 anos*).

Eu acho que é bom. O povo espera por essa colheita durante o ano todo, é um dinheiro a mais (*Trabalhador assalariado 05, feminino, 38 anos*).

Eu acho difícil, é muito pesado. Passa calor, passa mal na lavoura, fica doente e o que você faz na lavoura não chega. Se você vai consultar, o dinheiro não é suficiente para pagar os remédios. Então eu acho difícil, mas é um serviço que é

obrigatório fazer por que não existe outro meio (*Trabalhador assalariado 18, feminino, 47 anos*).

É um trabalho que não é muito bom, você precisa ser forte para resistir. Em dias quentes como hoje é difícil (*Trabalhador assalariado 22, masculino, 46 anos*).

Ao comparar o trabalho na produção de tabaco com outras atividades, os entrevistados, em sua maioria, afirmaram que o trabalho no cultivo de tabaco é mais penoso do que outras atividades, porém, apresenta melhor remuneração.

Na cidade é melhor. Na época de calor, colher o fumo é muito difícil. Na cidade eu acho melhor do que no interior. No interior você tem que escolher a hora certa para ir para a roça. Não pode estar muito quente e não pode ser muito cedo, pois o fumo ainda está molhado (*Trabalhador assalariado 09, masculino, 26 anos*).

Eu acho melhor trabalhar na fábrica do que colher fumo. Por que na fábrica você não fica no sol direto. Quando chove e você está colhendo o fumo, toda a chuva escorre nos olhos e você precisa continuar colhendo (*Trabalhador assalariado 18, feminino, 47 anos*).

Na lavoura é um pouco mais sofrido, mas também ganha mais (*Trabalhador assalariado 03, masculino, 18 anos*).

Os três entrevistados que informaram já ter trabalhado como parceiros foram questionados sobre qual modo de vínculo trabalhista consideravam mais vantajoso, o trabalho assalariado (mesmo que temporário) ou a parceria agrícola, todos afirmaram considerar o trabalho assalariado melhor do que a parceria. As justificativas apresentadas estão relacionadas à remuneração, à possibilidade de residir na sede do município e a menor carga de trabalho, uma vez que todos trabalham com o tabaco somente no período de colheita.

Nós resolvemos vir para a cidade por que não sobrava muito dinheiro na lavoura. Nós trabalhávamos como sócios [parceiros] e tínhamos que dar a metade para o patrão. Ficávamos somente com a metade, então achamos melhor vir. E conseguimos comprar aqui (*Trabalhador assalariado 04, masculino, 34 anos*).

Acho melhor trabalhar como diarista. Ganha mais e tem menos trabalho (*Trabalhador assalariado 21, feminino, 40 anos*).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão central que fundamentou a discussão deste estudo refere-se à compreensão do modo de inserção dos agricultores familiares na cadeia produtiva do tabaco e como se estabelecem as relações de produção nesta cadeia produtiva envolvendo agricultores familiares, trabalhadores em sistema de parceria e trabalhadores assalariados. Adicionalmente, buscou-se conhecer as condições sociais em que estão inseridos os trabalhadores assalariados e os trabalhadores em sistema de parceria, utilizando-se como referencial teórico as discussões sobre o trabalho precário em oposição ao trabalho decente a partir de uma perspectiva multidimensional, considerando as características do trabalho e as dimensões que compõem os aspectos socioeconômicos.

A análise foi organizada em quatro etapas, partindo-se do pressuposto, conforme apresentado na hipótese deste estudo, de que o desenvolvimento do modo de produção capitalista acarretou distintas formas de organização da produção agrícola, agregando relações típicas do capitalismo e relações não capitalistas; no entanto, todas possuiriam em sua origem o processo concreto de acumulação capitalista. Ademais, os pequenos produtores desempenhariam uma função estratégica ao suprir as necessidades do mercado não contempladas pela monocultura comercial e ao sub-remunerar a força de trabalho, garantindo assim, a produção de bens e serviços a baixo custo. Inferiu-se também que as relações de produção estabelecidas deixariam os trabalhadores assalariados (permanentes e temporários) e os que trabalham em regime de parceria expostos a condições de trabalho que podem ser consideradas precárias. E essa situação de precariedade se intensificaria à medida que o trabalhador se afasta do topo da cadeia produtiva e que os vínculos de trabalho vão se tornando mais frágeis. Dessa forma, tanto os trabalhadores assalariados quanto os trabalhadores em sistema de parceria estariam expostos a condições sociais que, em algumas dimensões, podem ser consideradas precárias.

Conforme abordado anteriormente, a globalização e o crescimento do vínculo entre a produção agrícola e o conjunto das atividades econômicas contribuíram para que a agricultura se tornasse cada vez mais relacionada e regulada pelas relações de produção e de distribuição globalizadas. Dessa forma, a produção agrícola passou a atender cada vez mais à demanda dos mercados urbano-industriais internos e, principalmente, ao mercado

externo, através da exportação de matéria-prima em estado bruto ou com algum tipo de transformação industrial (SILVEIRA; DORNELLES, 2010). O tabaco em folha é um exemplo desse processo, uma vez que boa parte da produção, que se realiza majoritariamente nos países periféricos, sai dos locais de origem como produto inacabado e segue para outras regiões globais onde será beneficiado. Somente quando lhes convêm, as empresas fumicultoras processam o tabaco em folha e produzem industrialmente cigarros e charutos nos locais de produção, destinados principalmente para a exportação.

A demanda de tabaco no mercado mundial é influenciada por um conjunto de fatores, que envolvem desde eventos naturais, eventos políticos e econômicos, até o surgimento de barreiras fiscais, subsídios e mudanças na política cambial pelos governos dos países exportadores e importadores, e principalmente eventos político-culturais, como a ampliação da campanha mundial de combate ao tabagismo (SILVEIRA; DORNELLES, 2010).

O mercado mundial de tabaco (tanto em relação ao consumo, como no que se refere à produção mundial) passou por um processo de reconfiguração nas últimas décadas: enquanto a produção dos países centrais apresentou queda, os países periféricos e semiperiféricos aumentaram sua participação na produção mundial de tabaco. O mercado mundial de tabaco em folha é formado por um pequeno número de corporações multinacionais fornecedoras de tabaco que controlam a produção e o fornecimento da matéria-prima para as indústrias de cigarro. De modo geral, as corporações multinacionais de tabaco têm se deslocado para regiões que ofereçam tabaco com qualidade e baixo preço e/ou para onde existam mercados consumidores de cigarros a serem explorados ou que já estejam em exploração pelas corporações de cigarro (SILVEIRA; DORNELLES, 2010).

O Brasil se configura atualmente como o segundo maior produtor mundial de tabaco em folha e o principal exportador. A qualidade do produto brasileiro, o baixo preço pago aos fumicultores pelas agroindústrias, e a estabilidade da economia que, aliada à facilidade de financiamento bancário para a produção de tabaco, tornam o produto brasileiro muito competitivo no mercado internacional (DESER, 2003). Apesar de ser fonte de renda para cerca de 160 mil famílias produtoras (AFUBRA, 2018), os principais atores beneficiados com a produção de tabaco no País são as empresas fumageiras e o Estado brasileiro (MENGEL; DIESEL, 2009). Em 2017 o Governo brasileiro arrecadou em tributos 15,7

bilhões de reais, o que corresponde a 53,1% do montante arrecadado pelo setor (AFUBRA, 2018).

A produção de tabaco tem grande impacto nos municípios e regiões produtoras, pois é responsável pela geração de empregos diretos e indiretos na lavoura, na indústria e no comércio, contribuindo para a vitalidade econômica dos municípios. Além disso, essa cultura não está impregnada apenas na atividade econômica, está presente no sistema político e cultural das regiões de produção (MENGEN; DIESEL, 2009).

A inserção dos agricultores familiares na cadeia produtiva do tabaco se dá através do Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT), criado em 1918 pela Souza Cruz. Esse sistema se configura atualmente como a forma padrão de relação entre os agricultores familiares e as indústrias e tem sido alvo de inúmeras críticas devido ao domínio exercido pela indústria sobre todos os elos da cadeia produtiva (RUDNICKI, 2012).

As empresas se comprometem contratualmente a comprar integralmente a safra contratada pelos preços acordados previamente com os representantes dos agricultores, a disponibilizar de assistência técnica e a fornecer os insumos. Os contratos tratam ainda sobre a utilização de agrotóxicos, questões ambientais e o cumprimento da legislação referente ao trabalho infantil nas unidades de produção. Além disso, a indústria efetua também o controle da frequência escolar das crianças (RUDNICKI, 2012).

Os agricultores, por sua vez, buscam estratégias para minimizar o controle exercido pelas empresas integradoras e aumentar seus rendimentos ao final da safra, como, por exemplo, através da realização de contrato com mais de uma empresa concomitantemente. Assim, o produtor pode escolher para qual empresa entregará sua produção excedente, conforme os valores que estejam sendo praticados por elas. Dos seis agricultores entrevistados, quatro firmaram contrato com pelo menos duas empresas na última safra. A forma de precificação do tabaco também dá às fumageiras margem para a exploração do agricultor, uma vez que cabe exclusivamente a elas a classificação final do produto.

A produção de tabaco envolve diversos prejuízos e riscos sociais, ambientais e para a saúde dos trabalhadores. No que se refere aos problemas de saúde decorrentes do cultivo do tabaco, eles estão relacionados, principalmente, à toxicidade do próprio produto, à utilização de agrotóxicos em diversas etapas da atividade e à penosidade de algumas

tarefas. Porém, no que se refere à formação da renda das famílias agricultoras, o tabaco se constitui como o principal produto, o que representa o principal atrativo para elas.

O cálculo dos rendimentos fruto da produção de tabaco é bastante complexo e os produtores não costumam considerar todos os custos envolvidos na produção quando calculam seus rendimentos. O agricultor tem consciência de que não contabiliza todos os custos e de que o valor recebido não corresponde a sua receita líquida, porém, assim mesmo, deixa-se iludir pelo montante recebido no final da safra.

Ao efetuar o cálculo, os agricultores costumam contabilizar entre as despesas os valores investidos em insumos, seguro agrícola e contratação de força de trabalho assalariada. No entanto, não consideram entre as despesas o valor do trabalho efetuado pelos membros da família, tampouco, a depreciação de máquinas e equipamentos da propriedade.

Apesar dos aspectos negativos relacionados à produção de tabaco, tais como o controle industrial sobre toda a produção, as dificuldades na definição dos preços durante a comercialização do tabaco e os prejuízos à saúde inerentes à atividade, os produtores valorizam esse cultivo e nenhum dos entrevistados possui planos de abandonar essa cadeia produtiva em curto ou médio prazo.

A rentabilidade do produto é a principal justificativa apresentada pelos produtores para o prosseguimento no cultivo de tabaco, considerado a melhor opção diante das oportunidades conhecidas. A comercialização garantida e a possibilidade de produzir outros cultivos na entressafra também são aspectos valorizados pelos produtores. Essas informações, agregadas àquelas sobre o tempo que os produtores têm se dedicado à cultura do tabaco, apontam para uma relativa estabilidade e independência que os entrevistados avaliam ter acerca de tal atividade. Os agricultores também destacaram aspectos negativos em relação à produção de tabaco, e o aspecto citado de forma mais recorrente foi a penosidade do trabalho.

Os trabalhadores assalariados e os parceiros inserem-se na cadeia produtiva do tabaco através das relações que estabelecem com os agricultores familiares que, ao serem responsáveis pela produção primária, lhes outorgam o uso da terra – no caso dos parceiros – ou contratam seus serviços, no caso dos trabalhadores assalariados.

No que se refere ao perfil socioeconômico dos trabalhadores assalariados e dos parceiros, constatou-se que a maior parte é composta por homens com idade entre 18 e 72 anos (média 40 anos). A trajetória escolar destes trabalhadores, assim como ocorre entre os agricultores familiares, é marcada por baixos índices de escolarização e a vida laboral inicia cedo, em média aos 12 anos de idade.

No que se refere à moradia dos trabalhadores, entre os assalariados predominam aqueles que residem nos bairros periféricos da sede do município, enquanto que entre os parceiros prevalecem aqueles que residem em localidades rurais. Quase a totalidade dos entrevistados afirmou ter a propriedade dos imóveis em que habitam, no entanto, as condições de moradia podem ser consideradas precárias, uma vez que, em boa parte dos casos, os trabalhadores não dispõem de serviços sociais básicos ou habitam em casas nas quais não há banheiro. Os entrevistados sem banheiro na residência eram todos trabalhadores assalariados e a maior parte residente de áreas rurais, além disso, ao comparar as informações coletadas na pesquisa com o Censo Demográfico de 2010 (IBGE) constatou-se que o percentual de trabalhadores assalariados sem banheiro nas residências encontra-se muito acima da média municipal.

Todos os trabalhadores entrevistados (assalariados e parceiros) informaram que seus pais já trabalhavam na produção de tabaco, seja como produtores ou como assalariados agrícolas. Dessa forma, conclui-se que o trabalho na produção de tabaco, independente da modalidade em que ele ocorra, é uma atividade endógena, ou seja, indivíduos externos a este meio dificilmente ingressam nesta atividade.

Durante o período de realização do trabalho de campo no município houve dificuldade em localizar produtores rurais que trabalhem em sistema de parceria com os proprietários de terra. A hipótese é de que a dificuldade em localizar produtores que trabalham em sistema de parceria esteja relacionada com a redução deste tipo de vínculo nos últimos anos, pois segundo informações do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Arroio do Tigre (STR) houve um declínio neste tipo de contrato ao longo da última década.

Nenhum dos parceiros entrevistados nesta pesquisa formalizou o contrato de parceria agrícola. Segundo informação do referido Presidente do STR, grande parte dos trabalhadores realizam os acordos de forma verbal, apesar de o sindicato prestar assessoria

para a formalização dos mesmos. A formalização dos contratos fornece garantias para ambas as partes, uma vez que deixa claros os termos e condições do acordo, reduzindo a possibilidade de divergências futuras. Ademais, caso haja divergência e rompimento do acordo, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais também realiza o distrato. Além das questões relacionadas ao entendimento e à negociação entre as partes, o contrato é importante para garantir aos parceiros (tanto outorgantes, como outorgados) a condição de segurado especial do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

O tempo de duração dos contratos de parceria costuma ser de um ano e, assim como ocorre com os demais produtores, os parceiros outorgados costumam contratar mão-de-obra assalariada no período de colheita. O trabalho na produção de tabaco foi avaliado de forma negativa por dois parceiros e de forma positiva pelo outro entrevistado. A flexibilidade do trabalho, uma vez que as tarefas estão concentradas em apenas período no ano, foi o principal aspecto positivo apontado pelos entrevistados. Entre os aspectos negativos se destaca a penosidade do trabalho.

A colheita do tabaco é organizada pelas famílias produtoras basicamente através de duas formas: a) contratação de equipes que trabalham por empreitada: são equipes (geralmente compostas por cinco ou seis trabalhadores) que realizam todo o trabalho de colheita e os produtores se encarregam apenas do transporte dos fardos até o galpão. O pagamento é feito pelo conjunto da tarefa combinada e executada; b) trabalho realizado pelos produtores rurais com o auxílio de trabalhadores assalariados: a colheita do tabaco é realizada pela própria família de produtores com o auxílio de alguns trabalhadores temporários (normalmente varia entre um e três trabalhadores) que realizam as mesmas tarefas que os produtores. O pagamento é feito por dia de trabalho.

Tendo em vista a periodicidade com que os trabalhadores prestam o serviço (de forma permanente ou temporária) e o modo como organizam a prestação do mesmo (trabalho diário ou por empreitada) foi possível categorizar os trabalhadores assalariados em quatro tipos:

- a) Assalariados permanentes: são aqueles trabalhadores que executam suas atividades laborais por um período contínuo (ao longo de todo ano) na mesma unidade de produção. Eles negociam as atividades laborais e a remuneração diretamente com o produtor rural e não são vinculados a equipes. Como eles

trabalham na unidade de produção ao longo de todo o ano, eles se envolvem em praticamente todas as tarefas produtivas relacionadas à produção de tabaco, assim como nas atividades referentes aos demais cultivos existentes na propriedade;

b) Trabalhadores assalariados com vínculo diário: são aqueles trabalhadores que negociam e executam as atividades laborais por dia de trabalho, negociam as atividades laborais e a remuneração diretamente com o produtor rural e não são vinculados a equipes;

c) Trabalhadores assalariados que organizam equipes para trabalhar por empreitada: são aqueles trabalhadores que organizam equipes de trabalhadores para a prestação do serviço de colheita nas unidades de produção. Esse trabalhador é responsável pela organização e pelo transporte da equipe, assim como pela negociação com o produtor rural sobre o conjunto de tarefas a serem realizadas (empreitada) e o valor a ser pago pelo serviço. O empreiteiro também participa das atividades de colheita do tabaco, porém, ele fica com uma parcela maior do valor pago pelo serviço do que os demais membros da equipe. O pagamento é feito pelo produtor rural diretamente a essa liderança, que repassa os valores aos outros trabalhadores. Esse trabalhador é conhecido na região como empreiteiro;

d) Trabalhadores assalariados que integram equipes que trabalham por empreitada: são os trabalhadores que atuam em equipe na colheita de tabaco. Eles negociam as tarefas e os valores com o líder da equipe (empreiteiro) e são subordinados a este.

Observou-se também a existência de uma relação entre a de prestação do serviço de colheita e o local de moradia dos trabalhadores assalariados temporários. Todos os trabalhadores temporários residentes na sede do município trabalham na colheita do tabaco através do sistema de empreitada, enquanto todos os trabalhadores assalariados temporários que executam o serviço e cobram por dia de trabalho residem nas áreas rurais do município.

As jornadas diárias de trabalho durante o período de colheita do tabaco (de outubro a fevereiro) costumam ser longas, chegando a 12 horas de trabalho por dia. A oferta de serviço também é intensa para os trabalhadores que prestam serviço por empreitada, eles chegam a trabalhar em média 18 dias por mês nesse período. O trabalho costuma ocorrer inclusive aos finais de semana, somente não há trabalho nos dias em que chove, pois existe o risco de intoxicação pela absorção de nicotina pela pele em contato com o tabaco

molhado. Como foi informado acima, essa intoxicação é conhecida como a Doença da Folha Verde e causa náusea, vertigem, cefaleia, vômito, fraqueza e cólica abdominal.

Os trabalhadores residentes nas áreas urbanas e que prestam serviço por empreitada chegam a receber até três vezes mais por dia de trabalho do que àqueles residentes em áreas rurais e que prestam serviço por dia de trabalho. Fora da época de safra do tabaco muitos trabalhadores assalariados não conseguem encontrar outras ocupações e o sustento das famílias depende de recursos advindos de benefícios sociais como aposentadoria, Benefício de Prestação Continuada ou Bolsa Família. Entre os que encontram trabalho, a maior parte se ocupa em atividades temporárias, como serviços na área de limpeza, construção civil e comércio.

Os acordos de trabalho são feitos exclusivamente de forma verbal, deixando os trabalhadores assalariados na produção de tabaco às margens dos direitos trabalhistas e previdenciários. A formalização, ao mesmo tempo em que garantiria direitos aos trabalhadores, geraria um custo aos produtores rurais que são os responsáveis diretos pela contratação desses trabalhadores. Dessa forma, cabe a reflexão sobre a responsabilidade das empresas integradoras diante deste contexto, uma vez que estas se beneficiam ao negligenciar os custos envolvidos com a contratação de força de trabalho assalariada para a produção de tabaco.

Observa-se que, devido tanto à legislação brasileira desde 2008 como à pressão internacional, há preocupação por parte das fumageiras no que se refere ao trabalho infantil nas Unidades de produção Familiares (UPF), acarretando em sanções aos produtores que forem flagrados utilizando trabalho de menores de 18 anos nas atividades de produção do tabaco. No entanto, não existe nenhum controle no que tange à formalização dos trabalhadores que prestam serviços aos produtores rurais.

Apesar das características de precariedade encontradas no trabalho assalariado na produção de tabaco, a maior parte dos entrevistados apresentou avaliações positivas sobre o trabalho na cultura de tabaco, identificando a melhor remuneração deste trabalho em relação a outras atividades laborais fora da agricultura. Além disso, os três assalariados que informaram já ter trabalhado em sistema de parceria também afirmaram considerar o trabalho assalariado melhor do que a parceria agrícola e apresentaram como justificativa a

melhor remuneração, a possibilidade de residir na sede do município e a menor carga de trabalho.

Os trabalhadores assalariados e os trabalhadores em sistema de parceria desconhecem as legislações que regulamentam o trabalho na agricultura. A falta de conhecimento resulta em prejuízo aos trabalhadores, uma vez que, na prática observou-se que a falta de conhecimento resulta em vínculos de trabalho em desacordo com a legislação, privando os trabalhadores de seus direitos.

A primeira questão que se buscou responder neste estudo refere-se ao modo de inserção da agricultura familiar no processo capitalista de produção e as relações de produção estabelecidas neste contexto, tendo como foco a Cadeia Produtiva do Tabaco (CPT). Com base nos dados levantados, é possível afirmar que os agricultores familiares são o elo que vincula os atores sociais envolvidos diretamente na produção do tabaco: empresas tabacaleiras, agricultores e trabalhadores (assalariados e parceiros). Os agricultores familiares assumem, através do contrato estabelecido com as empresas integradoras, o compromisso de produção e suprem, assim, as necessidades do mercado que não seriam contempladas pela monocultura comercial. Para as empresas esse vínculo é vantajoso, pois ao garantirem a aquisição do produto, não necessitam investir na terra e não assumem os riscos diretos da produção. Além disso, cabe aos agricultores familiares a responsabilidade pela contratação de mão-de-obra, que devido à falta de vínculos formais, torna-se mais barata e garante a produção do tabaco pelos valores ofertados pelas empresas.

Adicionalmente, procurou-se conhecer as condições sociais em que estão inseridos os trabalhadores assalariados e os trabalhadores em sistema de parceria, utilizando-se como referencial teórico para este debate as discussões sobre o trabalho precário em oposição ao trabalho decente a partir de uma perspectiva multidimensional, considerando as características do trabalho e as dimensões que compõem os aspectos socioeconômicos, políticos e de saúde. De acordo com os dados na pesquisa, é possível afirmar que tanto o trabalho assalariado quanto a parceria agrícola se caracterizam por longas jornadas de trabalho, falta de vínculos formais que garantam estabilidade e acesso à seguridade social, penosidade das tarefas, exposição a produtos com alta toxicidade, falta de regulação específica sobre a remuneração, inexistência de articulação entre os trabalhadores da categoria e baixos valores de retribuição.

As características identificadas no trabalho para a produção de tabaco, tanto no trabalho assalariado quanto na parceria agrícola, vão ao encontro do que diversos autores atribuem como características de precariedade. De acordo com Sylos Labini (1980), as ocupações precárias seriam aquelas com atividades esporádicas, com rendas menores, com ganhos incertos e variáveis, considerando precários tanto empregos como ocupações. Gerry Rodgers e Janine Rodgers (1992) identificam como trabalho precário aquele que apresenta ao menos uma das quatro características: intermitência, rendimentos insuficientes, falta de proteção social e falta de controle dos salários e das condições de trabalho. Cingolani (2007, 2011) trata de três sentidos de apreensão da noção de precariedade: a precariedade no sentido de emprego precário, a precariedade como experiência sociocultural, a precariedade como uma manifestação específica da pobreza. E Paugam (2000) cita os empregos periféricos, os subempregos e a desestabilização dos empregos estáveis como formas de precariedade.

Os resultados apresentados permitiram visualizar as diferentes formas através das quais ocorre o trabalho assalariado na produção de tabaco, assim como, conhecer as condições de trabalho e de vida dos assalariados e dos trabalhadores em sistema de parceria na produção de tabaco em folha no município de Arroio do Tigre/RS. A partir deste estudo é possível identificar um amplo campo de análise em aberto para novas pesquisas, sobretudo, para estudos sobre o assalariamento e a parceria agrícola em outras localidades produtoras de tabaco e em outras culturas agrícolas desenvolvidas por agricultores familiares, como a produção de maçã, por exemplo.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. Trabalho decente. In: Desafios do desenvolvimento. 2006. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=802:catid=28&. Acesso em 13 abr. 2017.

ABRAMOVAY, Ricardo. *Uma nova extensão para a agricultura familiar*. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Brasília, 1997, 29 p. Mimeografado.

ABRAMOVAY, R. *Bases para formulação da política brasileira de desenvolvimento rural: agricultura familiar e desenvolvimento territorial*. Brasília, NEAD/IICA, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*. Rio Claro, SP, v.28, n1-3, jan./ago. 1999. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/ppgdtsa/files/2014/10/Texto-Abramovay-R.-Agricultura-familiar-e-desenvolvimento-territorial.pdf>. Acesso em 15 nov. 2016.

ABRAMOVAY, R; VEIGA, J. E. da. *Novas Instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)*. Brasília, IPEA, 1999. (Texto para Discussão, 641). Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2617/1/td_0641.pdf. Acesso em 16 jan. 2020.

ACOSTA, A. Extractivism and neoextractivism: two sides of the same curse. In: Lang, M. y Mokrani, D. (eds.) *Beyond Development: Alternative Visions from Latin America*. Ámsterdam: TNI, 2013.

ACSELRAD, H. Justiça Ambiental – novas articulações entre meio ambiente e democracia. In. IBASE/CUT-RJ/IPPUR-UFRJ. *Movimento sindical e defesa do meio ambiente – o debate internacional*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2000.

ACSELRAD, H. Justiça ambiental e construção social do risco. In. ARTIGAS SANTOS, M. R. (coord.) *Desenvolvimento e Meio Ambiente: riscos coletivos – ambiente e saúde*. Revista do Programa de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFPR. Curitiba: Editora da UFPR, n. 5, 2002.

AFUBRA. Associação dos Fumicultores do Brasil. *Fumicultura no Brasil. Cadeia Produtiva do Tabaco*. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br>>. Acessado em 16 jan. 2020.

AKRAM-LODHI, A. H. Land, markets and neoliberal enclosure: An agrarian political economy perspective. In: *Third World Quarterly*, 28 (8), 2007, pp. 1437-1456.

ALMEIDA, Guilherme Eidt Gonçalves de. *Fumo: servidão moderna e violação de direitos humanos*. Curitiba: Terra de Direitos, 2005. Disponível em:

http://www.actbr.org.br/uploads/arquivo/594_Fumo_serv_moderna_livro.pdf. Acesso em 23 out. 2019.

ANDREFF, W. **Multinacionais globais**. Bauru: Edusc, 2000.

ANTONELLO, Ideni Teresinha. Força-de-trabalho familiar: célula da reprodução camponesa. IN: SANTOS, Lourival Santana (org.). Camponeses de Sergipe: estratégias de reprodução. Editora NPGeo/ UFS, 1996. 204 p.

ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO 2010. Santa Cruz do Sul, RS: Editora Gazeta Santa Cruz Ltda., 2010. 159p.

ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO 2018. Santa Cruz do Sul: Grupo Gazeta de Comunicações, 2018.

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: UFGRS, 2015, pp. 53-82.

ARAGHI, F. The invisible hand and the visible foot: peasants, dispossession and globalization. In: Akram-Lodhi A. H. y Kay (eds.) Peasants and Globalization. Political Economy, Rural Transformation, and the Agrarian Question. Londres: Routledge, 2009.

BALETTI, B. Saving the Amazon? Sustainable soy and the new extractivism. In: Environment and Planning A, 46, 2014, pp. 05-25.

BALSADI, O. V. *Emprego temporário na agricultura brasileira: panorama do período 2004-07*. Trabalho apresentado no 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, realizado entre os dias 26 e 30 de julho de 2009, Porto Alegre – RS. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/13/40.pdf> . Acesso em 01 jun. 2016.

BARDIN, Lawrence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.

BARRETO, E. Temer acena com agrados para a bancada ruralista, setor anti-Dilma. In: O Globo. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/temer-acena-com-agrados-para-bancada-ruralista-setor-anti-dilma-19694362>. Acesso em 28 mar. 2019.

BATRA, A. El capital en su laberinto. De la renta de la tierra a la renta de la vida. México DF: Editorial Ítaca, 2006.

BIOLCHI, Marilza Aparecida; BONATO, Amadeu Antônio; OLIVEIRA, Marcos Antônio de. “A Cadeia Produtiva do Fumo”. *Revista Contexto Rural*, ano III, nº 4, Dez. 2003. http://www.deser.org.br/pub_read.asp?id=85. Consulta em 22/07/2011.

BOEIRA, S. L. **Atrás da cortina de fumaça - Tabaco, tabagismo e meio ambiente: estratégias da indústria e dilemas da crítica**. Itajaí: Univali, 2002.

BOEIRA, S. L.; JOHNS, P. Indústria de Tabaco vs. Organização Mundial da Saúde: um confronto histórico entre redes sociais de stakeholders. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**. v. 4 n. 1, Florianópolis, jan/jun 2007.

BOITO Jr., A.; BERRINGER, T. Social classes, neodevelopmentalism, and Brazilian foreign policy under presidents Lula and Dilma. In: *Latin American Perspectives*, 41, 2014, pp. 94-109.

BONANNO, A. A globalização da economia e da sociedade: fordismo e pós-fordismo no setor agroalimentar. In CAVALCANTI, J. S. B. (Org.). **Globalização, trabalho e meio ambiente**. Recife: Universitária, 1999, p. 25-74.

BORRAS; Jr. S. M.; KAY, C.; GÓMEZ, S.; WILKINSON, J. Land grabbing and global capitalist accumulation: key features in Latin America. *Journal of Development Studies*, v. 39, n. 3-4, pp. 845-872, 2012.

BRANDÃO, C. A. O Triângulo. Capital Comercial, Geopolítica e Agroindústria. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1989.

BRASIL. Ministério da Saúde/Instituto Nacional do Câncer. *Governo gasta 37 milhões por ano com vítimas do fumo passivo*. Divulgação dos resultados da pesquisa “Impacto do Custo de Doenças relacionadas com o tabagismo passivo no Brasil”, coordenada pelo professor Alberto José de Araújo, do PPG em Engenharia da UFRJ (COPPE/UFRJ), 2008. Disponível em <http://www.inca.gov.br/impressao.asp?op=pr&id=1958>. Consulta em 22/07/2011.

BRUM, A. J. Modernização da agricultura trigo e soja. Ijuí: Vozes, 1987.

BRUM, Argemiro. Desenvolvimento econômico brasileiro. Rio de Janeiro: Vozes. 1998. 19ed. 571p.

BRUMER, Anita. Mulher e Desenvolvimento Rural. In: Clío Presvelou; Francesca Rodrigues Almeida; Joaquim Anecio Almeida. (Org.). **MULHER, FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**. SANTA MARIA: UFSM, 1996, p. 39-58.

BRUMER, A. et al. Produção e trabalho na cultura do tabaco na agricultura familiar em Arroio do Tigre – Rio Grande do Sul – Brasil. Porto Alegre: Winrock, 2011. Relatório de pesquisa. (não publicado).

BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. S. Introdução: emprego e trabalho na agricultura brasileira. In: BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. S. *Emprego e trabalho na agricultura brasileira*. Brasília, DF: IICA, 2008. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, 9). Disponível em: <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Serie-DRS-vol-9.pdf>. Acesso em 15 nov. 2016.

BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. (Org.). *Organização e funcionamento do mercado de tabaco no Sul do Brasil*. Campinas: Unicamp, 2009.

CARVALHO, Horácio Martins de. A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. In: *Revista Reforma Agrária*. Brasília: ABRA, 2013. pp. 31-43.

CAVALCANTE, Tânia Maria. “O controle do tabagismo no Brasil: avanços e desafios”. *Revista de Psiquiatria Clínica*, vol. 32, n. 5, p. 283-300, out. 2005.

CAZELLA, A. A.; SOTO, G. **Processos de desenvolvimento rural e a situação da agricultura familiar no Brasil e Argentina**. In: *Bienal del Colóquio de Transformaciones Territoriales*, IX, 2011. San Miguel de Tucumán: comité de Desarrollo Regional de AUGM/Confedi, 2011.

CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires : Nueva Visión, 1974.

CHAYANOV, Alexandr Vasilevich. Sobre la teoría de los sistemas económicos no capitalistas. [1924] In: _____. et al. *Chayanov y la teoría de la economía campesina*. Compilación de José Aricó. México D. F.: Ediciones Pasado y Presente, 1981. pp. 49-82.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CINGOLANI, Patrick. Le travail précaire est-il nouveau? Esquisse d’une rétrospection des points de vue engagés. *Anais das Jornées. Internationales de Sociologie du Travail*, Londres, 20-22 juin, 2007.

CINGOLANI, Patrick. *La précarité*. Coll. Que sais-je? 3. ed. Paris: PUF, 2011.

CLAIRMONTE, F. La dinâmica del oligopolio mundial del tabaco. **Comércio Exterior**, vol. 33, nº. 6, 1983, p. 530-540.

COHEN, Gerald. Fuerzas Productivas y Relaciones de Producción. In: ROEMER, John E. (Comp.) *El marxismo: una perspectiva analítica*. Trad. Rafael Núñez Zúñiga. México: Fondo de Cultura Económica, 1989. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie46Dossie2.pdf. Acesso em 27 fev. 2017.

COLLINS, W.K.; HAWKS Júnior, S.N. *Principles of flue-cured tobacco production*. 3ed. Raleigh: N.C. State University. 1993. 301p.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no campo - Brasil 2015*. Goiânia: CPT Nacional, 2015.

DELGADO, G. C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985*. São Paulo: UNICAMP, 1985.

CYPHER, J. M. South America's Commodities Boom: Developmental Opportunity or Path Dependent Reversion? In: *Canadian Journal of Development Studies*, 30 (3-4), 2010, pp. 566-592).

DELGADO, G. C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985*. São Paulo: UNICAMP, 1985.

DELGADO, N. G. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: Ministério do Desenvolvimento Agrário (Ed.) *Brasil rural em debate*. Brasília: CONDRAF / MDA, 2010.

DELGADO, G. Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra. In: *Revista Reforma Agrária*. Brasília: ABRA, 2013. P. 61-68.

DESER. Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais. Ministério Público do Trabalho intervém nas ações da fumicultura no Paraná. **Boletim do Deser, Conjuntura Agrícola**, n. 134, dez. 2003.

DESER. Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais. Tabaco Da Produção ao Consumo Uma Cadeia da Dependência. Curitiba, agosto de 2010. Disponível em: <http://www.deser.org.br/publicacoes/revistaTabaco-Elabora%C3%A7%C3%A3oDeser-ACT.pdf>. Acesso em 24 mai. 2012.

DIEESE. O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro. *Estudos e Pesquisa*, n. 74, outubro, 2014.

D'INCAO, M. C. *O Bóia-Fria: Acumulação e Miséria*. Petrópolis. Vozes. 1975.

D'INCAO, M. C. *A mão de obra volante na agricultura*. Departamento de Economia Rural - Unesp Botucatu (org.). Botucatu, Unesp-CNPq. 1982.

ELIAS, D. **Globalização e agricultura**. São Paulo: Edusp, 2003.

ETGES, V. E. *Sujeição e Resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1991.

ETGES, V.E. A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 351-365, 2001.

ETGES, V.E.; FERREIRA, M.; CAMARGO, M.E. O impacto da cultura do tabaco no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do Sul\RS –Relatório Preliminar, 2002.

EZQUERRO-CAÑETE, Arturo; FOGEL, Ramón. Un golpe anunciado: Fernando Lugo y la promesa perdida de la reforma agraria en Paraguay. In: *La cuestión agraria y los*

gobiernos de izquierda en América Latina. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

FALK, J.W.; CARVALHO, L.A.; SILVA, L.R.; PINHEIRO, S. Suicídio e doença mental em Venâncio Aires – RS: Conseqüência do uso de agrotóxicos organofosforados? Relatório Preliminar de Pesquisa – Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1996.

FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Projections of tobacco production, consumption and trade to the year 2010**. Rome, Italy. 2003a.

FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Issues in the global tobacco economy: Selected case studies**. 2003b.

FEE (Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul). *FEEDADOS*. Município de Arroio do Tigre. 2016. Disponível em <http://www.feedados.tche.rs.br>. Acesso em 27 out. 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Reforma agrária no Brasil, para além de um projeto: Uma luta permanente. In: MITIDIERO, Jr. M. A.; GARCIA, M. F.; VIANA, P. C. G. A questão agrária no século XXI: Escalas, dinâmicas e conflitos territoriais. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

FERREIRA, S.; MACIEL, M. A. A família trabalhadora em sistema de parceria agrícola: outorgado agrícola capixaba. In: Jornada de estudos Agrários, 2014, São Paulo. *Anais...* Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2014/jornadadeestudosagrarios/ferreira_sebastiao_maciel_marcio_a.pdf. Acesso em 15 nov. 2016.

FERREIRA, C. Exportações do agronegócio brasileiro tiveram queda de 3,2% em 2014. In: Valor Econômico. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.valor.com.br/agro/3854660/exportacoes-do-agronegocio-brasileiro-tiveram-queda-de-32em-2014>. Acesso em 27 mar. 2019.

FIALHO, R.R. Os sentidos produzidos pelos agricultores e agricultoras familiares da cultura de fumo em relação ao trabalho. Dissertação (Mestrado) –Universidade de Santa Cruz do Sul, 2000.

FOERSTE, Erineu. Parceria na formação de professores. São Paulo: Cortez, 2005.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; Turato, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisa qualitativa em saúde: contribuições teóricas. In: Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 24, p. 17-27, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n1/02.pdf> . Acesso em 10 nov. 2017.

FRAYSSINET, F. Investing in the fight against hunger brings extraordinary returns. Interpress Service, 8 de diciembre, 2011.

FREITAS, Tanise Dias. A diversificação dos meios de vida como expansão das capacitações: por uma sociologia das condições de vida na fumicultura no Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2015.

FREY, M.R.; WITTMANN, M.L. Gestão ambiental e desenvolvimento regional: uma análise da indústria fumageira. *Revista Eure* vol. XXXII N.96 p. 99- 115 Santiago de Chile, 2006.

FROZZA, Ari et al. O PRONAF e a integração fumicultor e a agroindústria fumageira. Curitiba: DESER. 1998.

GARCIA, J. R. Trabalho rural: Tendências em face das transformações em curso. In: BUAINAIN, Antônio Márcio et al. (Orgs.). *O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Brasília: Embrapa, 2014. p. 559-589.

GARCIA JR., Afrânio R. "Sul: Caminho do Roçado". São Paulo, Marco Zero, 1990.

GARCIA, T. C. O primado das relações de produção – uma contribuição de Althusser e Balibar para os dilemas atuais. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, vol.18 n.33, p.133-146, jul./dez. 2014.

GAZETA MERCANTIL. **Panorama setorial - A indústria do tabaco**. São Paulo, 1999.

GLANTZ, S; SIADÉ, J.; BERO, L; HANAUER, P; BARNERS, D. The cigarette papers. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1996.

GIL, Daniel Pérez. *Contribución de la historia y la filosofía de las ciencias al desarrollo de un modelo de enseñanza/aprendizaje como investigación*. *Enseñanza de las Ciencias*, v. 11, n. 2, p. 197-212, 1993.

GOMES, Carlos. *Antecedentes do capitalismo*. Lisboa: 2008.

GOMES, Carla Morsch Porto; CAZELLA, Ademir Antonio; BÚRIGO, Fábio Luiz; BIROCHI, Renê. Governança da terra e (re)territorialização da agricultura familiar: possibilidades do crédito fundiário no Brasil. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v. 9, n. 19, p. 308-336, out., 2014.

GRAZIANO DA SILVA, José (Coord.). *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. Hucitec: São Paulo, 1980.

GRAZIANO DA SILVA, José. *A Modernização Dolorosa*. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. 192 p.

GRAZIANO DA SILVA, José. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. p.137-143. In: STÉDILE, J. P. (coord.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994.

GRAZIANO DA SILVA, José. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: UNICAMP, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, José. *Tecnologia e Agricultura Familiar*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

GRISA, C.; PORTO, S. I. Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2015, 155-180.

GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. In: CAAP y CLAES (eds.) *Extractivismo, política y sociedade*. Quito: CAAP y CLAES, 2009.

HALDICH, G.; MONTEIRO, M.; MULLER, M.; MAYKOT, R. Caracterização do meio rural de Sombrio. In: *Qualidade ambiental do município de Santa Catarina: o município de Sombrio*. Florianópolis: FEPEMA, 1997. Cap.5, p.61-93.

HAMMOND, R. Industry watch – consolidation in the tobacco industry. **Tobacco Control**, nº 7, 1998, p. 426-428.

HARTWIG, Marisa. As relações de trabalho no sistema integrado de produção da indústria do tabaco. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade de Santa Catarina. Florianópolis: 2016.

HARVEY, D. *The New Imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

HECHT, S. Soybeans, development and conservation on the Amazon frontier. In: *Development and Change*, Malden, 36 (2), 2005. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.0012-155X.2005.00415.x>. Acesso em 28 mar. 2019.

HEEMANN, F.. O cultivo do fumo e condições de saúde e segurança dos trabalhadores rurais, 2009.

HERCULANO, S. Resenhando o debate sobre justiça ambiental: produção teórica, breve acervo de casos e criação da rede brasileira de justiça ambiental. In: ARTIGAS SANTOS, M. R. (coord.), *Desenvolvimento e Meio Ambiente: riscos coletivos – ambiente e saúde*. Revista do Programa de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFPR. Curitiba: Editora da UFPR, n. 5, 2002. pp. 143-149.

HOFF, Sandino. As relações sociais no cultivo do fumo. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 19, nº 3, p. 31-50, set./dez. 2014.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, produção e qualidade de vida no meio rural. Brasília: MDA, 2009.

INCA. A ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco pelo Brasil: mitos e verdades. Rio de Janeiro: INCA, 2004. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//a-ratificacao-da-convencao-quadro-para-o-controle-do-tabaco-pelo-brasil-2004.pdf>. Acesso em 31 jan. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Censo da Agropecuário, 2010**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 02 mar. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário, 2017**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 17 jan. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Censo da Demográfico, 2006**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 02 mar. 2017.

JANK, M.; NASSAR, A.M. Competitividade e globalização. In. ZYLBERSZTAJN, D. e NEVES, M.F. (Org.). *Economia & Gestão dos negócios agroalimentares*. São Paulo: Pioneira, 2001, p. 137- 163.

JORNAL DO COMÉRCIO. JTI inaugura primeira fábrica na América do Sul. Jornal do Comércio, Porto Alegre, 27 set. 2018. Agronegócios. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/ conteudo/economia/2018/09/650159-jti-inaugura-a-primeira-fabrica-na-america-do-sul.html>. Acesso em 18 jan. 2020.

KAGEYAMA, Angela et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In DELGADO, Guilherme Costa; GUASQUES, José Garcia; VILLA VERDE, Carlos monteiro (Orgs.). *Agricultura e Políticas Públicas*. Brasília: IPEA, 1990.

KAY, Cristóbal. The agrarian question and the neoliberal rural transformation in Latin America. In: *European Review of Latin American and Caribbean Studies*, N° 100, 2015.

KAY, Cristóbal. A questão Agrária e a Transformação Rural Neoliberal na América Latina. In: *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas* V.12 N.3, 2018.

KAUTSKY, Karl. A questão agrária. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KINGSTON, Peter. Brazil's reliance on commodity exports threatens its medium — Long-term growth prospects. In: *Americas Quarterly*, 2012. Disponível em: <https://www.americasquarterly.org/kingstone>. Acesso em 29 mar. 2019.

KREIN, J. D.; STRAVINSKI, B. Relações de trabalho, regulação e conflitos. IN: BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. S. *Emprego e trabalho na agricultura brasileira*. Brasília, DF, IICA, 2008. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, 9).

LABINI, Sylos. *Ensayo sobre las clases sociales*. Barcelona: Península, 1981. Prólogo de Salvado Giner. Serie Homo sociologicus.

LAVILLE, C; DIONNE, J. Problema e problemática. In: *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LENIN, Vladimir Ilich. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LEPEGNA, Pablo. La economía política del boom agro-exportador bajo los Kirchner: Hegemonía y revolución pasiva en Argentina. In: *La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina*. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

LIEDKE, Élide Rubini. Capitalismo e camponeses: relações entre indústria e agricultura na produção de fumo no RS. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Brasília, 1977.

LIMA, R. G. de. Desenvolvimento técnico-produtivo da lavoura de tabaco na Bacia Hidrográfica do Riopardinho/RS. ETGES, V. F.; FERREIRA, M. A. F. (Org.). *A produção de tabaco: impactos no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do Sul/RS*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

LIMA, R. G. de. Desenvolvimento e relações de trabalho na fumicultura sul-brasileira. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, nº 18, p. 190-225, jul./dez, 2007.

MAIA, Alexandre Gori; SAKAMOTO, Camila Strobl. A nova configuração do mercado de trabalho agrícola brasileiro. In: BUAINAI, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. *O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Brasília, DF: Embrapa, 2014, p. 591-619.

MANN, Susan; DICKINSON, James. *Obstacles to the development of a capitalista agriculture*. London *The Journal of Peasant Studies*. 1978.

MARQUES, L. A. Perfil dos acordos e convenções coletivas de trabalho no mundo rural. In: BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. S. *Emprego e trabalho na agricultura brasileira*. Brasília, DF: IICA, 2008. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, 9).

MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho (Orgs.). *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINS, José de Souza. *A migração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.

MARTINS, José de Souza. O poder do atraso: Ensaio de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008. Disponível em <http://lutasocialista.com.br/livros/MARX%20E%20ENGELS/MARX,%20Karl.%20Contribui%20E7%E3o%20E0%20Cr%EDtica%20da%20Economia%20Pol%EDtica.pdf>

MATTEI, L. *Impactos do PRONAF: análise de indicadores*. Brasília, NEAD/MDA, 2005. (Estudos NEAD, 11). Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/md000007.pdf>. Acesso em 16 jan. 2020.

MATTEI, L. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-democratização do país. In: Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, 2012.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. Pronaf 2014/2015 fecha com R\$ 23,9 bilhões contratados para custeio e investimento na agricultura familiar, 2015. Disponível em: <http://www.mda.gov.br>.

MELO, Hildete Pereira e DI SABBATO, Alberto. Mulheres rurais – invisíveis e mal remuneradas. In: **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

MENEZES, M. A. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa: EDUFPB, 2002.

MENGEL, Alex Alexandre; DIESEL, Vivien. Globalização, Convenção-Quadro para o controle do tabaco e as disputas pelos rumos dos territórios fumicultores. **Revista IDEAS**, v. 3, n. 2, p. 226-255, jul./dez. 2009.

MÉSZÁROS, G. Social movements, law and the politics of land reform: Lessons from Brazil. Abingdon: Routledge, 2013.

MINAYO, M. C. S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Perfil dos beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário**: Linha de Combate a Pobreza Rural. Estudos de Reordenamento Agrário – Nead. Brasília, 2011(a).

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. (b) **Perfil dos beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário**: Linha de Consolidação da Agricultura Familiar. Estudos de Reordenamento Agrário – Nead. Brasília, 2011(b).

MOORE, J. The End of the Road? Agricultural Revolutions in the Capitalist World-Ecology, 1450-2010. In: *Journal of Agrarian Change*, 10 (3), 2010.

MORELLO, E. J. O direito à proteção social e as ambiguidades conceituais que demarcam o trabalho rural assalariado. In: BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. S. *Emprego e trabalho na agricultura brasileira*. Brasília, DF: IICA, 2008. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, 9).

MOURA, M. M. *Os deserdados da terra*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 1988.

NARDI, Jean-Baptiste. A história do fumo brasileiro. Rio de Janeiro, ABIFUMO, 1985.

NERA — Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Banco de dados da luta pela terra: Relatório Dataluta Brasil 2011. São Paulo: FCT-UNESP, 2012.

NOGUEIRA-MARTINS, M. C. F.; BÓGUS, M. C. Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. *Saúde Soc.*, São Paulo, v. 13, n. 3, set./dez., 2004.

NOVAES, R. B. Forasteiros: trajetórias, experiências de trabalho e práticas de deslocamento dos trabalhadores do café no Alto Paraíba (MG). *Dissertação* (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

OLIVEIRA, José Mario Carvalhal. A cultura do fumo na Bahia: refletindo sobre a convenção-quadro. **Bahia Agrícola**, v.7, nº2, p.57-63, 2006.

OMS. ORGANIZACION MUNDIAL DE LA SALUD. Convenio Marco de la OMS para el Control del Tabaco. Genebra: OMS, 2005.

ORTIZ, S.; Aparicio S. y Tadeo, N. Dynamics of harvest subcontracting: the roles played by labour contractors. In: *Journal of Agrarian Change*, 13 (4), 2013.

PALMEIRA, M; LEITE, S. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: Santos, R; Costa, L. F. C. (orgs). *Política e reforma agrária*. Mauad. Rio de Janeiro. 1998.

PAUGAM, Serge. *Le Salarié de la Precarité: Les nouvelles formes de l'intégration professionnelle*. Paris: Presses Universitaires de France, 2000. 347 p.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. *A integração no Sul do estado de Santa Catarina*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. “A fumicultura”. In: PAULILO, Maria Ignez S. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos; o caso de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990. p. 134-182.

PELINSKI, A.; GUERREIRO, E. Os benefícios da agricultura orgânica em relação à convencional: ênfase em produtos selecionados. Publ. UEPG, Cia Hum., Ci Soc. Apl., Ling., Letras e Artes, Ponta Grossa, v. 12, n. 2, p.49-72, dez 2004.

PEREIRA, João Marcio Mendes e SAUER, Sérgio. História e legado da reforma agrária de mercado no Brasil. In: SAUER, Sérgio e PEREIRA, João Marcio Mendes (org). *Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado*. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2006.

PERONDI, A. M; BONATO, A.; SCHNEIDER, S.; GREGOLIN, A. C.; PERACI, A. S. Metodologia de avaliação das políticas de diversificação em áreas cultivadas com tabaco. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 46, 2008, Rio Branco, **Anais...**, Rio Branco: SOBER, 2008, p. 1-21.

PETRAS, J.; Veltmeyer, H. Agro-extractivism: the agrarian question of the 21st century. In PETRAS, J.; Veltmeyer, H. (eds.) *Extractive Imperialism in the Americas: Capitalism's New Frontier*. Leiden: Brill, 2014.

PINCELLI, Ângela Cristina. Trabalho infantil na fumicultura e responsabilidade social empresarial: o discurso da Souza Cruz. Florianópolis: Dissertação de Mestrado – UFSC, 2005.

PIÑEIRO, Diego E. *O trabalho precário na agricultura uruguaia*. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2007.

PIÑEIRO, Diego; CARDEILLAC, Joaquín. El Frente Amplio y la política agraria en el Uruguay. In: *La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina*. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

PRADO JR. *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo. 3ª edição. Editora Brasiliense, 1981.

QUEIROZ, Allan Souza. *Entre a formalização e a precarização: o trabalho e o emprego dos cortadores de cana de Alagoas*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2013.

REDIN, E.; LUNARDI, R. Diagnóstico da atividade fumageira de agricultores de Linha Paleta, Arroio do Tigre/RS com foco na questão ambiental. Cachoeira do Sul: UERGS, 2007.

REDIN, E. Entre o produzir e o reproduzir na agricultura familiar fumageira de Arroio do Tigre/RS. 2011. **Dissertação** (Mestrado em Extensão Rural), Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria: 2011.

REDIN, Ezequiel. As potencialidades agrícolas: Arroio do Tigre em cena. *Geografia Ensino e Pesquisa*, v. 15, n.3, p. 227-242, set./dez. 2011.

REDIN, E. A dinâmica do tabaco no Território Centro Serra - Rio Grande do Sul, Brasil. *Revista de Biologia e Ciências da Terra*. Macapá, v.13, n.1, 2013, p. 21-27.

REYDON, B. P (a). **A questão agrária brasileira requer solução no século XXI**. In: Erly Cardoso Teixeira, Leonardo Bornachi de Mattos e Carlos Antônio Moreira Leite. (Org.). *A questão agrária e da infraestrutura de transporte para o agronegócio*. 1ed.Viçosa: UFV, 2011, v. 1, p. 03-48.

RIQUINHO, Deise Lisboa; HENNINGTON, Élide Azevedo. Cultivo do tabaco no sul do Brasil: doença da folha verde e outros agravos à saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, 19 (12): 4797-4808, 2014.

RODGERS, Gerry; RODGERS, Janine. *El trabajo precario em la regulación del mercado laboral: Crecimiento del empleo atípico em europa Occidental*. Madrid: OIT. Ministerio de Trabajo y Seguridad Social de España. 1992.

ROEMER, R. *Accion legislativa contra la epidemia mundial de tabaquismo*. 2. ed. Ginebra: Organización Mundial de la Salud, 1995.

ROSEMBERG, J. *Tabagismo. Sério problema de saúde pública*. São Paulo: Almed: USP, 1981.

RUDNICKI, Carlise Porto Schneider. *As relações de confiança no sistema integrado de produção do tabaco (SIPT) no Rio Grande do Sul/Brasil*. **Tese** (Doutorado em desenvolvimento Rural), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2012.

RUDUIT-GARCIA, Sandro. *Global e local: o novo polo automobilístico de Gravataí e suas implicações sociais e políticas*. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SABOURIN, E. *Reforma agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais*. **Estudos sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, 2008. vol. 16, nº 2. 152-184.

SANTANA, E. S.; PEREIRRA, S. F.; TEIXEIRA, J. P.; OLIVEIRA, F. *As relações capitalistas e não capitalistas de produção e a permanência da agricultura familiar no século XXI*. In: Simpósio baiano de geografia agrária e semana de geografia da UESB. *Anais...* V. 1, n. 1. 2013. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/sbga/anais/arquivo/arquivo%209.pdf>. Acesso em 20 nov. 2016.

SANTOS, J. V. T.; GRANDO, M. Z.; BRUMER, A; JALFIM, A. “Agroindústrias e lutas sociais (a complexidade das lutas sociais em torno do valor do produto)”. **Ensaio FEE**, Porto Alegre: ano 10, n.2, p. 266-284: 1989. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1379/1743>. Acesso em 31 jan. 2019.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, Theotônio dos. **Forças produtivas e Relações de Produção**. Petrópolis: Vozes, 2009.

SAUER, S. Market-led agrarian reform in Brazil: The costs of an illusory future. In: *Progress in Development Studies*, 2009.

SAUER, S. Terra e modernidade: A reinvenção do campo brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAUER, S. “**Reforma agrária de Mercado**” no Brasil: Um sonho que se tornou dívida. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, v.1, p.98-126, 2010.

SAUER, S. Rural Brazil during the Lula administrations: Agreements with agribusiness and disputes in agrarian policies. In: *Latin American Perspectives*, 2017.

SAUER, Sérgio; MÉSZÁROS, George. La economía política de la lucha por la tierra bajo los gobiernos del Partido de los Trabajadores en Brasil. In: *La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina*. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

SAUER, S.; FRANÇA, F. C. Código Florestal, função socioambiental da terra e soberania alimentar. In *Caderno CRH*. 25, 65. Salvador, 2012.

SAUER, S.; LEITE, A. Z. Agrarian structure, foreign investment in land, and land prices in Brazil. In: *The Journal of Peasant Studies*, 39 (3-4), 2012.

SAUER, Sérgio e PEREIRA, João Marcio Mendes. A “reforma agrária de mercado” do Banco Mundial no Brasil. In: *Proposta – Revista da FASE*, ano 29, n. 107/108, dez./2005-mai./2006, Rio de Janeiro, FASE.

SAUER, S.; SOUSA, M. R. Estado democrático de direito e movimentos sociais: Criminalização e legitimidade do MST. In: Maniglia, E. (ed.) *50 anos do Estatuto da Terra: 25 anos de direito agrário na UNESP*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

SAUER, S.; LEITE, A. Z. Medida Provisória 759: descaminhos da reforma agrária e legalização da grilagem de terras no Brasil In: *Retratos de Assentamentos*, 20 (1), 2017. Disponível: <http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/258/241>. Acesso em 12 abr. 2019.

SCHNEIDER, S. Diversificação como estratégia de desenvolvimento rural: referências teóricas para construção de alternativas economicamente sustentáveis de diversificação da produção e renda em áreas de cultivo do tabaco no Brasil – subsídios à implementação dos Artigos 17 e 18 da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. Relatório de atividades. Porto Alegre, 2010.

SCHOLENHALS, Marlise; FOLLADOR, Franciele Aní Caovilla; SILVA, Caciana da. Análise dos impactos da fumicultura sobre o meio ambiente, à saúde dos fumicultores e iniciativas de gestão ambiental na indústria do tabaco. Engenharia Ambiental - Espírito Santo do Pinhal, v. 6, n. 2, p. 016-037, mai./ago. 2009.

SELWYN, B. Workers, State and Development in Brazil. Powers of Labour, Chains of Value. Manchester: Manchester University Press, 2012.

SIGAUD, L. Introdução e conclusão. *Os clandestinos e os direitos. Estudo sobre os trabalhadores da cana-de-açúcar em Pernambuco*. São Paulo. Duas cidades. 1979.

SILVA, C. M. A. Relações Sociais de Produção na Agricultura: a inserção de pequena produção familiar de Nova Friburgo-RJ na lógica capitalista de produção. In: I ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS, *Anais*. Rio de Janeiro, 2005.

SILVA, José Graziano. O novo rural Brasileiro. In: *Revista nova economia*, nº 7 (maio), Belo Horizonte, 1997. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf. Acesso em 14 mar. 2011.

SILVA, Leonardo Xavier da. Análise do Complexo Agroindustrial Sul-Brasileiro Sob o Enfoque da Economia dos Custos de Transação. Tese (Doutorado em Economia), Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2002.

SILVA, Leonardo Xavier da. **A cadeia agroindustrial de fumos claros no Sul do Brasil e a Convenção-Quadro para o controle do tabaco: estratégias e perspectivas**. Trabalho apresentado no XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Sociologia e Administração Rural - SOBER, 2008, Rio Branco. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Sociologia e Administração Rural - SOBER. Brasília, 2008. (a)

SILVA, L. I. L. Carta ao povo brasileiro. São Paulo: PT, 2002.

SILVA, Marcelo S; MENEZES, M. A. *Entre o trabalhar e “dar trabalho”*: as formas de resistência dos migrantes paraibanos nos canaviais do estado de São Paulo. Trabalho apresentado no 3º Encontro da Rede de Estudos Rurais, realizado entre os dias 09 e 12 de setembro de 2008, Campina Grande – PB.

SILVEIRA, Rogério. A cultura do tabaco na Região Sul do Brasil: dinâmica de produção, organização espacial e características socioeconômicas. **Geografia Ensino & Pesquisa**, vol. 19, n. 2, maio/ago. 2015. p. 23-40.

SILVEIRA, Rogério; DORNELLES, Mizael. (2010). Mercado mundial de tabaco, concentração de capital e organização espacial. Notas introdutórias para uma geografia do tabaco. Scripta Nova: Revista electrónica de geografia y ciencias sociales, ISSN 1138-9788, Nº. 14, 323-339, 2010.

SIMONSEN, Roberto C. História Econômica do Brasil (1500/1820). São Paulo: Nacional. 1967. 5ed. 475p.

SINDITABACO. Tabaco gera US\$ 2 bilhões em divisas em 2018. 2019. Disponível em <http://www.sinditabaco.com.br/tabaco-gera-us-2-bilhoes-em-divisas-em-2018/>. Acesso em 27 jan. 2019.

SIQUEIRA, Deis. *Relações de trabalho e de mercado & relações de poder*. O campesinato no sistema agrário canavieiro paraibano. IN: Relações de Trabalho & Relações de poder: mudanças e permanências. Fortaleza. UFCe/NEPS, 1996. p. 32-48.

SIQUEIRA, Oscar G. O modo de produção capitalista e a agricultura. *Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat - Taquara/RS* - v. 11, n. 2, jul./dez. 2014

SKLAIR, L. The transnational capitalist class and global capitalism: the case of the tobacco industry. In **Political Power and Social Theory**. London: The London School of Economics & Political Science, 1998, vol. 12, p. 3-43.

SMITH, N. Nature as Accumulation Strategy. In: Panitch, L. y Leys, C. (eds.) *Socialist Register 2007: Coming to Terms with Nature*. Londres: Merlin Press, 2006.

SOTO, W. H. G. *A produção do conhecimento social sobre o "mundo rural" nas obras de José de Souza Martins e José Graziano da Silva*. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2002.

SOUZA CRUZ, S. A. A História Social do Tabaco. Disponível em <http://www.souzacruz.com.br>. Acesso em 23 jan. 2019.

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura. Homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo. Brasiliense. 1986.

TEIXEIRA, Gerson. A sustentação política e econômica do agronegócio no Brasil. In: In: *Revista Reforma Agrária*. Brasília: ABRA, 2013, pp. 13-30.

TIRELLI, Cláudia; MAIA, Gabriela Felten da Maia. Avaliação do Programa ARISE em Arroio do Tigre/RS/Brasil. NUPES/UNISC: 2014.

TORRES, Éricson da Nóbriga. *DINÂMICA DO TRABALHO ASSALARIADO RURAL NA PARAÍBA: uma análise com base nos dados dos censos agropecuários no período de 1995 a 2006*. XVIII Encontro Nacional de Geógrafos. São Luís, 2016.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1992.

TROIAN, Alessandra et al. *Percepções sobre os aspectos ambientais, sociais e econômicos no cultivo de tabaco: um estudo com agricultores e agentes rurais no município de Arvorezinha/RS*. Campo Grande: Anais do 48º Congresso da SOBER, 2010.

TROIAN, Alessandra. *Percepções e projetos de jovens rurais produtores de tabaco de Arroio do Tigre/RS*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2014.

TROIAN, Alessandra; OLIVEIRA, Sibele Vasconcelos de; DALCIN, Dionéia; EICHLER, Marcelo Leandro. O uso de agrotóxicos na produção de fumo: algumas percepções de agricultores da comunidade de Cândido Brum, no município de Arvorezinha. Trabalho apresentado no 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, realizado entre os dias 26 e 30 de julho de 2009, Porto Alegre – RS. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/13/844.pdf>. Acesso em 25 out. 2019.

VARGAS, M. A.; BONATO, A. Cultivo do Tabaco, Agricultura Familiar e Estratégias de Diversificação no Brasil. In: **Cultivo do Tabaco, Agricultura Familiar e Estratégias de Diversificação no Brasil**. Maio de 2007. Estudo contratado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário do Governo Federal e encaminhado como Nota Técnica à Segunda Seção da Conferência das Partes (COP2) da Convenção Quadro da OMS sobre o Controle do Tabaco. Bangkok, 30 de Junho – 6 de Julho, 2007.

VARGAS, M. A.; OLIVEIRA, B. F. de. *Agricultura Familiar e Estratégias de Diversificação: análise comparativa da viabilidade*. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 8., 2010, Porto Alegre. *Anais ...* Porto Alegre: ANPECSUL, 2010. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/anpecsul2010/artigos/10.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2015.

VARGAS, M. A.; OLIVEIRA, B. F. de. Estratégias de diversificação em áreas de cultivo de tabaco no Vale do rio Pardo: uma análise comparativa. *Rev. Econ. Sociol. Rural* vol.50 n.1 Brasília Jan./Mar. 2012. pp. 175-192. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/resr/v50n1/a10v50n1.pdf>. Acesso em 22 jan. 2020.

VERGARA-CAMUS, Leandro. The MST and the EZLN's struggle for land: New forms of peasant rebellions. In: *Journal of Agrarian Change*, 9 (3), 2009.

VERGARA-CAMUS, Leandro. Rural social movements in Latin America: In the eye of the storm. In: *Journal of Agrarian Change*, 13 (4), 2013.

VERGARA-CAMUS, Leandro; KAY, Cristóbal. Land and Freedom. The MST, the Zapatistas and Peasant Alternatives to Neoliberalism. Londres: Zed Books, 2014.

VERGARA-CAMUS, Leandro. Tomando el Control: Autonomía, subsistencia y demercantilización. Gémenes de Otra Economía en las luchas de los Zapatistas en Chiapas y los Sin Tierra en Brasil. In Coraggio, J. L. (org.) Economía social y solidaria en movimiento / Quito: IAEN, 2016.

VERGARA-CAMUS, Leandro; KAY, Cristóbal. Agronegocio, campesinos, estado y gobiernos de izquierda en América Latina. In: La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

VOGT, O. A produção de fumo em Santa Cruz do Sul – RS (1849-1993). Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 1994. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27825/D%20-%20VOGT%2c%20OLGARIO%20PAULO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 17 out. 2019.

WANDERLEY, M. De N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Vol. 25, supl. 1. Brasília: 2014, pp. 25-43. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032014000600002&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em 16 jan. 2020.

WEBBER, Jeffery. Evo Morales, el “transformismo” y la consolidación del capitalismo agrario en Bolivia. In: La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

WHITE, B.; BORRAS, Jr., S. M.; HALL, R.; SCOONES, I.; WOLFORD, W. The New Enclosures: Critical Perspectives on Corporate Land Deals. Londres: Routledge, 2013.

WOOD, E. M. The Question of Market Dependence. In: *Journal of Agrarian Change*, 2 (1), 2002.

WOOD, E. M. Peasants and the market imperative. The origins of capitalismo. In: Akram-Lodhi, H. y Kay, C. Peasants and Globalization. Political Economy, Rural Transformation, and the Agrarian Question. Londres: Routledge, 2009.

ANEXO – Roteiros de entrevistas

ROTEIRO DE ENTREVISTA TESE

Informantes-chave

1. Cargo que ocupa / ocupou em Arroio do Tigre.
2. Falar sobre como é a produção de tabaco no município. Variação na produção nos últimos anos. Outros produtos agrícolas que são produzidos no município. Principal produto agrícola do município hoje.
3. Falar sobre o trabalho temporário na produção de tabaco (como é e/ou como era quando ocupava o cargo).
4. Origem dos trabalhadores temporários.
5. O que os trabalhadores temporários fazem em outras épocas do ano.
6. Local de residência dos trabalhadores temporários.
7. Trabalhadores temporários de outros países ou outras regiões do Brasil (se já viu ou ouviu falar).
8. Como é feito o pagamento para os trabalhadores temporários (forma e valores).
9. Tem variação no valor, quais os critérios que determinam a variação (época do ano, sexo, faixa etária, entre outros).
10. Utilização de mão-de-obra assalariada de jovens na colheita do tabaco. Forma de pagamento para os jovens.
11. Falar sobre o trabalho em sistema de parceria: se é comum no município, se era mais recorrente anteriormente, se houve diminuição identificar o porquê, de que forma usualmente é feita a divisão dos investimentos e lucros entre proprietário e parceiro, se há legislação sobre essa forma de trabalho, como é essa legislação, etc.
12. Sobre o projeto Anise, detalhar as ações que vêm sendo realizadas pelo projeto.
13. Mudanças no município decorrentes das ações do projeto Anise.

ROTEIRO DE ENTREVISTA TESE**Parceiros / Agricultores****BLOCO I DADOS GERAIS**

1. Data da aplicação da entrevista: ___/___/___

2. Nome do entrevistado _____

Qual seu nome?

3. Telefone para contato: _____ (opcional)

Você tem um telefone para contato?

4. Idade: _____

Qual a sua idade?

5. Sexo

6. Raça/cor: _____

Qual a sua cor?

7. Local de moradia (comunidade ou bairro):

Como é o nome da localidade em que você mora?

8. Distância em relação à sede do município (km):

Qual a distância da sua casa até o centro da cidade?

9. Estado civil.

Qual seu estado civil (casado, solteiro, divorciado, viúvo, etc.)?

10. Filhos.

Você tem filhos? Quantos?

10.1. Dados dos filhos:

Me diga o nome, idade, escolaridade de cada um dos seus filhos e se mora com você.

BLOCO II. DADOS SOCIOECONÔMICOS

11. Origem da família. Especificar se é deste município. Caso não seja, questionar de onde veio e por que veio para este município.

De onde é a sua família? (Caso não seja de Arroio do Tigre) De onde vieram? E por que vieram para cá?

12. Qual atividade profissional os pais do entrevistado desenvolviam.

Teus pais também eram agricultores?

13. Idade de que o entrevistado começou a trabalhar.

Com que idade você começou a trabalhar?

14. Escolaridade.

Até que série você estudou?

15. Realização de algum curso profissionalizante. Se sim, especificar.

E você fez algum curso profissionalizante?

16. Se já trabalhou em outro tipo de atividade fora da agricultura. Se sim, especificar.

Você já trabalhou em alguma atividade fora da agricultura? Qual?

17. Outros cultivos para venda.

E na agricultura, você já produziu ou produz outros cultivos para a venda além do fumo?

18. Renda da família referente ao trabalho desenvolvido na agricultura.

Qual é a renda obtida com o trabalho agrícola?

19. Verificar se alguém na família desenvolve algum trabalho fora da produção de tabaco. Se sim, especificar quem, que atividade desenvolve e qual o valor que recebe pelo trabalho.

Alguém da família trabalha em alguma atividade fora da agricultura? Quem? E o que ele/ela(s) faz?

20. Verificar se alguém na família recebe aposentadoria ou algum benefício social (como bolsa família, entre outros). Especificar quem recebe, quais os benefícios e os valores.

Tem alguém na família que é aposentado ou recebe alguma ajuda do governo, como bolsa família?

21. *Qual o tamanho da propriedade? _____ hectares.*

22. *Quais os principais produtos produzidos para comercialização?*

23. *Quais os principais produtos produzidos para o consumo da família?*

24. *Você acessa o crédito rural?*

25. *Você ou seus pais já foram proprietários de terra? Se sim, por que não possuem terra no momento?*

BLOCO III. DADOS SOBRE O TRABALHO

26. **Contrato.**

Você possui um contrato formal (assinado) de parceria com o dono da propriedade ou é um acordo de boca?

27. **Tempo de duração do contrato.**

E qual o tempo de duração do contrato ou acordo?

28. **Divisão de custos e rendimentos.**

Como você e o dono da propriedade dividem os custos e os rendimentos referentes à produção de tabaco? (Quem compra os insumos e como é dividido o lucro)

29. **Quem trabalha na propriedade.**

Quem são as pessoas que trabalham com você na produção do tabaco (familiares e não familiares)?

30. Assalariados.

Você contrata trabalhadores assalariados? Quantos trabalhadores por anos? Temporários ou permanentes? Caso sejam temporários, quantos dias por ano e para quais etapas do cultivo?

31. (Caso contrate trabalhadores assalariados) Forma de escolha e de onde eles vêm.

Como você escolhe esses trabalhadores? De onde eles vêm?

32. Valor pago para os trabalhadores.

Quanto é pago para os trabalhadores assalariados?

33. Intermediários.

Existe alguém que faz o meio de campo entre os agricultores e os trabalhadores na hora de achar e de contratar os trabalhadores?

34. O que ganha o intermediário.

O que essas pessoas que fazem o meio de campo ganham para fazer isso?

35. Utilização de equipamento de proteção.

Você utiliza equipamento de proteção? Se sim, quais equipamentos você utiliza?

36. Avaliação sobre o trabalho na produção de tabaco.

Como você avalia o trabalho na produção de fumo?

BLOCO IV. DADOS SOBRE SAÚDE E HABITAÇÃO

37. Problemas de saúde relacionados ao trabalho na lavoura de tabaco. Como entrevistado e os familiares.

Você ou alguém da família tem ou já teve algum problema de saúde relacionado ao trabalho na lavoura de fumo? Qual?

38. Outros tipos de problemas de saúde na família. Especifique.

E outros tipos de problema de saúde, você ou alguém da família tem? Qual?

39. Acesso aos serviços de saúde. Distância do posto de saúde em relação à residência.

O posto de saúde fica perto da tua casa? Qual a distância?

40. Avaliação sobre o serviço e a estrutura do posto de saúde.

E como você avalia o posto de saúde? O atendimento é bom? E a estrutura do posto?

41. Tipo de moradia: própria, alugada, emprestada, mora com parentes, etc.

A casa onde você mora é própria? Se não, como é (alugada, emprestada, mora com parentes)?

42. Número de pessoas que residem na casa.

Quantas pessoas moram com você nessa casa?

43. Número de cômodos que tem na casa.

E quantas peças tem a casa?

44. Verificar se existe água potável, rede de esgoto e luz elétrica na residência.

E tem água encanada? E luz elétrica? E rede de esgoto?

45. Verificar se tem banheiro dentro de casa.

Tem banheiro dentro de casa? Se não, onde fica o banheiro?

46. Como é preparada a comida (fogão à gás, fogão à lenha, fogão elétrico, fogo de chão, entre outros).

E para fazer a comida que tipo de fogão vocês usam (à gás, à lenha, etc)?

47. Verificar se a família possui os seguintes itens: geladeira, freezer, máquina de lavar roupa, televisão, computador, carro e/ou moto, outro tipo de meio de locomoção.

Eu vou citar alguns itens e você me responde se vocês têm ou não, e se tiver quantos: geladeira, freezer, máquina de lavar roupa, televisão, computador, carro e/ou moto, outro tipo de meio de locomoção.

BLOCO V. DADOS SOBRE ASPECTOS POLÍTICOS

48. Sindicato ou associação.

E você participa de algum sindicato ou associação? Se sim, qual? Se não, por quê?

49. Legislação sobre parceria agrícola. Verificar se conhece e como é.

E você conhece a legislação sobre parcerias agrícolas? Se sim, como que funciona?

50. O que faz no seu tempo de lazer.

O que você faz no seu tempo de lazer?

51. Acesso à internet. Sabe utilizar o computador e a internet. Caso utilize, especifique para que tipo de atividade.

Você usa computador e internet? Se sim, onde você utiliza? E o que você faz na internet?

Observações: se a entrevista for realizada na casa do entrevistado, observar as condições de moradia e anotar. Como é o entorno, as condições de acesso, como é a residência (madeira ou alvenaria). Fotografar, se possível.

ROTEIRO DE ENTREVISTA TESE

Trabalhadores assalariados e Intermediários na contratação de assalariados temporários

BLOCO I. DADOS GERAIS

1. Data da aplicação da entrevista:
2. Nome do entrevistado:
3. Telefone para contato:
4. Idade: ~~~
5. Sexo:
6. Raça/cor: |
7. Local de moradia (cidade em que mora, comunidade ou bairro, rural ou urbano – verificar se o trabalhador mora o ano todo neste município ou se migra para outros locais em determinados períodos do ano):
8. Distância em relação à sede do município (km):
9. Tipo de moradia: própria, alugada, emprestada, mora com parentes, etc.
10. Estado civil:
11. Número de filhos:
- 11.1. Dados dos filhos: sexo, idade, escolaridade, se mora na propriedade com a família.

BLOCO II. DADOS SOCIOECONÔMICOS

12. Escolaridade:
13. Realização de algum curso profissionalizante. Se sim, especificar.
14. Origem da família. Especificar se é deste município. Caso não seja, questionar de onde veio e por que veio para este município.
15. Qual atividade profissional os pais do entrevistado desenvolviam.
16. Idade que o entrevistado começou a trabalhar.
17. Se já trabalhou em outro tipo de atividade fora da produção de tabaco. Se sim, especificar.

18. Verificar se alguém da família, além do entrevistado, trabalha como assalariado na produção de tabaco. Se sim, especificar quem e se é de forma temporária ou permanente.
19. Renda mensal da família referente a o trabalho desenvolvido na produção de tabaco.
20. Verificar se alguém na família desenvolve algum trabalho fora da produção de tabaco. Se sim, especificar quem, que atividade desenvolve e qual o valor que recebe pelo trabalho.
21. Verificar se alguém na família recebe aposentadoria ou algum benefício social (como bolsa família, entre outros). Especificar quem recebe, quais os benefícios e os valores.

BLOCO III. DADOS SOBRE O TRABALHO

22. Você possui um contrato formal de trabalho com o dono da propriedade?
23. Se existe contrato, qual o tempo de duração do mesmo?
24. Quantos dias por ano você trabalha na produção de tabaco?
25. Quantas horas por dia você trabalha na produção de tabaco?
26. Quais são as atividades que você faz na produção do tabaco?
27. Existe alguma diferença entre as tarefas que você faz durante o trabalho e a aquelas desenvolvidas pelo proprietário da terra?
28. Como é feito o pagamento (diário, semanal, mensal, etc)? Qual o valor recebido?
29. A remuneração que você recebe pelo trabalho desenvolvido na lavoura de tabaco é suficiente para cobrir as despesas da família?
30. Você considera justo o valor recebido pelo trabalho desenvolvido na produção de tabaco?
31. Você utiliza equipamento de proteção? Quais são os equipamentos?
32. O proprietário da terra e seus familiares utilizam equipamento de proteção? Especificar quem utiliza e quais são os equipamentos.
33. (Caso seja trabalhador temporário) Quais atividades você desenvolve quando não está trabalhando na produção de tabaco?
34. Onde (município) você trabalha quando não está envolvido na produção de tabaco?
35. Como você avalia o trabalho na lavoura de tabaco?
36. (Caso o entrevistado desenvolva atividades profissionais fora da produção de tabaco) Comparando o trabalho na lavoura de tabaco com as outras atividades profissionais que você desenvolve, qual você considera melhor? Por quê?

BLOCO IV. DADOS SOBRE A SELEÇÃO DOS DIARISTAS

37. Como é feita a escolha dos diaristas? Quais os critérios para escolher um bom diarista?

38. Quanto é pago para o diarista?

BLOCO V. DADOS SOBRE SAÚDE E HABITAÇÃO

37. Você ou alguém da sua família já teve algum problema de saúde relacionado ao trabalho na lavoura de tabaco? Especifique.

38. Você ou alguém da sua família possui outro tipo de problema de saúde? Especifique.

39. Como é o acesso da família aos serviços de saúde? Existe posto de saúde próximo à residência? Qual a distância do posto de saúde em relação à residência?

40. Caso utilize os serviços do posto de saúde, como você avalia este serviço e a estrutura do posto de saúde?

41. Quantos cômodos tem a casa onde você mora?

42. Na casa onde você mora existe água encanada e rede de esgoto? Se não, especifique como funciona.

43. Onde você mora tem banheiro dentro de casa?

44. Vou citar alguns itens e você deve responder se a família possui ou não. E caso possua, quantos: geladeira, freezer, máquina de lavar roupa, televisão, computador, carro e/ou moto, outro tipo de meio de locomoção.

BLOCO VI. DADOS SOBRE ASPECTOS POLITICOS

45. Você conhece algum sindicato ou associação que represente os trabalhadores assalariados na agricultura?

46. Você é filiado a algum sindicato ou associação? Se sim, qual? Se não, por quê?

47. Você conhece a legislação sobre o trabalho assalariado na agricultura? Se sim, explicar como é essa legislação.

48. O que você faz no seu tempo de lazer?

49. Você possui acesso à internet? Sabe utilizar o computador e a internet? Caso utilize, especifique para que tipo de atividade.

Observações: a entrevista deve ser feita na casa do entrevistado (pelo menos uma parte), então, observar as condições de moradia e anotar. Como é o entorno, as condições de acesso, como é a residência (madeira ou alvenaria).